UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

VIVIAN DUARTE DA SILVA

COMUNICAÇÃO PÚBLICA E SEU CONTEÚDO ONLINE: UMA ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES DA SEÇÃO CIDADANIA DO PORTAL DA EBC

GOIÂNIA
2018

sistema de bibliotecas ufg

PRPG

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

UFG

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **[x] Dissertação** **[ ] Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: Vivian Duarte da Silva

Título do trabalho: Comunicação pública e seu conteúdo online: uma análise das publicações da seção cidadania do portal da EBC

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [ ] NÃO[1]

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Vivian Duarte da Silva

Assinatura do(a) autor(a)[2]

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)[2]

Data: 02 / 05 / 18

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:
- Solicitação de registro de patente
- Submissão de artigo em revista científica
- Publicação como capítulo de livro
- Publicação da dissertação/tese em livro

[2] A assinatura deve ser escaneada.

Versão atualizada em maio de 2017.

VIVIAN DUARTE DA SILVA

COMUNICAÇÃO PÚBLICA E SEU CONTEÚDO ONLINE: UMA ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES DA SEÇÃO CIDADANIA DO PORTAL DA EBC

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, nível Mestrado, da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação, Cultura e Cidadania.

Linha de pesquisa: Mídia e Cidadania.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Mainieri de Oliveira.

GOIÂNIA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586c

Silva, Vivian Duarte da.

Comunicação pública e seu conteúdo online: uma análise das publicações da seção cidadania do portal da EBC / Vivian Duarte da Silva. – Goiânia-GO, 2018.

204 fls., il.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Goiás, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Manieri de Oliveira.

Inclui: anexos, apêndices, listas

1. Comunicação Pública. 2. Internet. 3. Cidadania. 4. Webjornalismo. 5. Interesse público. I. Oliveira, Tiago Manieri de. II. Universidade Federal de Goiás. III. Título.

CDU: 316.77(81)

Elaborada por: Johnathan Pereira Alves Diniz/CRB-1 nº 2376

ATA 04/2018

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, a partir das catorze horas, via *webconferência*, no Centro de Eventos Professor Ricardo Freua Bufácil, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação de Mestrado de VIVIAN DUARTE DA SILVA, intitulada **"COMUNICAÇÃO PÚBLICA E SEU CONTEÚDO ONLINE:** UMA ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES DA SEÇÃO CIDADANIA DO PORTAL DA EBC". A banca examinadora foi composta pelos professores doutores Tiago Mainieri de Oliveira (orientador/FIC/UFG), Nélia Rodrigues Del Bianco (FIC/UFG), Heloiza Helena Matos e Nobre (ECA/USP). Após a arguição, os membros da banca se reuniram em sessão secreta para concluir a avaliação e definir o parecer final da dissertação, que foi Aprovada. Por fim, lavrou-se a presente ata, que segue assinada pelo Presidente e pelos demais membros da banca.

Prof. Dr. _____ (Presidente)
Tiago Mainieri de Oliveira

Profa. Dra. _____
Nélia Rodrigues Del Bianco

Profa. Dra. _____
Heloiza Helena Matos e Nobre

Dedico este trabalho à memória do meu pai Carlos Pereira da Silva e minha avó Maria do Rosário Vieira Duarte, que foram luzes em minha vida para que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

À Deus, que me mostrou e providenciou o caminho do mestrado no tempo certo da minha vida e me fortaleceu espiritualmente e emocionalmente durante toda esta caminhada.

À minha mãe Nivea, minha irmã Valquiria e minha sobrinha Liz pelo companheirismo, amor e apoio praticado de todas as formas. Sem elas, eu não conseguiria concluir esta jornada.

À toda minha família, em especial, à minha tia Doutora em Educação, Terezinha Vieira Duarte, que foi minha principal inspiração na vida acadêmica. E aos primos Diego e Danilo que cresceram comigo e hoje me enchem de orgulho.

À Universidade Federal de Goiás, aos professores e servidores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, e em especial ao meu orientador Tiago Mainieri de Oliveira, que me escolheu e sempre confiou no meu trabalho. E às valiosas aulas com a Profa. Nélia Del Bianco que atenciosamente contribuiu de maneira fundamental para a evolução deste trabalho.

À Profa. Heloiza Matos da Faculdade de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo por ser referência nos estudos da comunicação pública e que me honrou com sua presença e contribuição na qualificação e avaliação final desta dissertação.

Aos servidores e servidoras da Empresa Brasil de Comunicação que contribuíram com esta pesquisa e com a comunicação pública brasileira.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro que viabilizou minha dedicação exclusiva e realização desta pesquisa.

E aos meus amigos e amigas que abrilhantam minha vida e torcem incondicionalmente por mim: Marco André, que me direcionou desde o início deste projeto; Katiucia e Jekson, pelo carinho e por acreditarem em meu potencial até mais que eu mesma; Dalylah pelo incentivo desde o início da minha carreira profissional e Vinicios Borges pelo apoio tão importante. Às companheiras de mestrado Alessandra Lessa, Alessandra Curado, Ana Maria, Carolina, Jordânia, Juara, Raphaela e ao querido Johntahan pelos desabafos, trocas, encontros e ensinamentos preciosos.

“Resiliência

É ir à guerra e voltar. É sentar com seus demônios em uma mesa de bar...conversar, é apanhar de todo lado e levantar. É ter espírito de boxeador, dar ganchos de direita nas dificuldades e nocautear a própria dor [...]. É limpar o rosto depois do choro, é a mãe solo, grávida aos oito, que trabalhou para estudar e estudou para trabalhar e, com um sorriso no rosto ignorou os julgamentos e cuidou da filha que tinha para criar. É ter alma-água que se adapta ao co(r)po em que estiver, da melhor forma que puder”.

João Doederlein – Livro dos Ressignificados

RESUMO

Esta dissertação analisa o conteúdo do Portal da EBC (Empresa Brasil de Comunicação) a partir dos fundamentos da comunicação pública, de sua relação com a cidadania e com o webjornalismo. Para tanto, o estudo foi dividido em duas partes: uma para os alicerces conceituais da cidadania e da comunicação pública, e outra para o aprofundamento do estudo bibliográfico e empírico sobre a EBC e sua atuação na internet. O intuito é estudar teorias e práticas da cidadania, da comunicação pública e da comunicação na web estabelecidas pela própria EBC e pelos principais pesquisadores desses assuntos, identificar as convergências entre elas e relacioná-las com as publicações da seção Cidadania do Portal. Esta análise é importante para refletir sobre a prestação de serviços de comunicação pública na rede digital realizada por uma instituição ligada ao Poder Executivo brasileiro e que, no momento da pesquisa, se posiciona como referência de empresa comunicacional pública e cidadã. A relevância da pesquisa se potencializa no contexto de debates e questionamentos sobre a atuação da EBC desde o seu surgimento até o período posterior de sua mudança legislativa. Neste sentido, o estudo busca também contribuir com olhares a respeito do exercício comunicacional na internet voltado para o cidadão em diferentes momentos da EBC, além de ampliar discussões, integrar reflexões e pensamentos críticos acerca de conteúdos propostos como públicos e cidadãos. Diante disso, foi aplicada a metodologia da Análise de Conteúdo nas publicações do Portal da EBC na seção Cidadania dos anos de 2015, 2016 e 2017. A partir da inferência das análises desses períodos, pode-se identificar de uma maneira geral que em 2015, o conteúdo perpassava timidamente pelas diretrizes da comunicação pública cidadã, ou seja, elas existiam, mas não prevaleciam totalmente nas publicações ou não eram amplamente aprofundadas. Em 2016, alguns fatores obtiveram uma pequena evolução, mas o ano de 2017 foi marcado pelo maior distanciamento da prática com relação aos fundamentos internos e externos estudados.

Palavras-chave: Comunicação pública. Internet. Cidadania. Webjornalismo. Interesse público.

ABSTRACT

This dissertation investigates the characteristics of the content of the EBC Portal (Empresa Brasil de Comunicação) based on the foundations of public communication, its relationship with citizenship and the guidelines of webjournalism. For this analysis, the study was divided into two parts: one for the conceptual foundations of citizenship and public communication, and another for the deepening of the bibliographical and empirical study about EBC and its performance on the internet. The aim is to study theories and practices of citizenship, public communication and web communication established by EBC itself and the main researchers of these subjects, to identify the convergences between them and to relate them to the publications of the Citizenship section of the Portal. This analysis is important to reflect on the provision of public communication services in the digital network carried out by an institution linked to the Brazilian Executive Branch and that at the moment of the research positions itself as reference of public and citizen communication company. The relevance of the research is strengthened in the context of debates and questions about the EBC's performance from its inception to the later period of its legislative change. In this sense, the study also seeks to contribute with a look at the communication exercise on the internet aimed at the citizen in different moments of the EBC, besides expanding discussions, integrating reflections and critical thoughts about proposed contents as public and citizens. To do so, the research uses the methodology of Content Analysis to be applied in the publications of the EBC Portal in the Citizenship section of the years 2015, 2016 and 2017. From the inference of the analyzes of these periods, one can generally identify that in 2015, the content timidly passed through the guidelines of citizen public communication, that is, they existed, but did not fully prevail in the publications or were not widely studied. In 2016, some factors showed a slight evolution, but the year 2017 was marked by the greater distance of the practice from the internal and external foundations studied.
Keywords: Public Communication. Internet. Citizenship. Webjornalism. Public Interest.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 — Portal da EBC – Seção Cidadania 86
Figura 2 — Portal da EBC – Conteúdo da Seção Cidadania..... 87
Figura 3 — Pirâmide deitada – Canavilhas (2006) 106

QUADROS

Quadro 1 – Percentual dos elementos da Categoria Cidadania 119
Quadro 2 – Percentual geral do posicionamento do cidadão como uma figura ativa 123
Quadro 3 – Indicadores da Categoria Comunicação Pública 129
Quadro 4 – Visibilidade política/partidária 136
Quadro 5 – Diversidade Geográfica 137

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Subcategorias da Cidadania..... 119
Gráfico 2 – Elemento Social da categoria Cidadania 120
Gráfico 3 – Elemento político da categoria da Cidadania. 121
Gráfico 4 – Elemento Comunicação da categoria da Cidadania 122
Gráfico 5 – Posicionamento da cidadão como figura ativa. 123
Gráfico 6 – Detalhamento do Posicionamento do cidadão como uma figura ativa perante cada elemento da cidadania. 124
Gráfico 7 – Posicionamento do cidadão enquanto figura ativa relacionado ao elemento da comunicação 125
Gráfico 8 – Posicionamento do cidadão enquanto figura ativa relacionado ao elemento social 126
Gráfico 9 – Posicionamento do cidadão enquanto figura ativa relacionado ao elemento civil 127
Gráfico 10 – Posicionamento do cidadão enquanto figura ativa relacionado ao elemento político. 127
Gráfico 11 – Indicadores da Categoria Comunicação Pública. 128
Gráfico 12 – Incentivo à participação do cidadão no determinado assunto publicado 129
Gráfico 13 – Pluralidade e inclusão. 130

Gráfico 14 – Discernimento e formação do cidadão. 132
Gráfico 15 – Padrão Público de Jornalismo 133
Gráfico 16 – Adaptação da linguagem ao webjornalismo. 134
Gráfico 17 – Visibilidade política/partidária 135
Gráfico 18 – Diversidade geográfica 137

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC – Análise de Conteúdo

Acerp – Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto

AM – Amplitude Modulada

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

AERP - Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República

CF – Constituição Federal

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

EBC – Empresa Brasil de Comunicação

FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas

FM – Frequência Modulada

LAI – Lei de Acesso à Informação

LGBT – Lésbicas Gays Bissexuais Travestis Transexuais Transgêneros

MinC – Ministério da Cultura

MP – Medida Provisória

Projeto SACI - Projeto Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares

Radiobrás – Empresa Brasileira de Radiodifusão

Secom – Secretaria de Especial de Comunicação Social da Presidência da República

TICs - Tecnologias de Informação e de Comunicação

TV – Televisão

Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

URL - Uniform Resource Locator

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 14
PARTE I - CONCEPÇÕES SOBRE CIDADANIA E COMUNICAÇÃO PÚBLICA 18
2. AS FACES DA CIDADANIA 18
2.1 O ESTADO DE DIREITOS E A DEMOCRACIA 18
2.2 E A CIDADANIA BRASILEIRA? 23
2.3 RELAÇÃO ENTRE CIDADANIA E COMUNICAÇÃO 30
3. FUNDAMENTOS DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA 35
3.1 CONCEITOS SOBRE O QUE É PÚBLICO 35
3.2 PRINCÍPIOS DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA 40
3.3 A PRÁTICA DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA 48
3.3.1 A PRÁTICA DE OUTROS PAÍSES 49
3.3.2 A PRÁTICA BRASILEIRA 52
PARTE II – ESTUDO BIBLIOGRÁFICO E EMPÍRICO SOBRE A EBC 61
4. A EBC 61
4.1 CONTEXTO INICIAL 61
4.2 A LEI 11.652/2008 63
4.3 CENÁRIO INSTITUCIONAL ANTECESSOR À MUDANÇA 69
4.4 A MUDANÇA DA LEI 72
4.5 ESTADO DA QUESTÃO DAS PESQUISAS SOBRE A EBC 78
4.6 O PORTAL DA EBC 80
4.6.1 HISTÓRICO 80
4.6.2 FORMATO ATUAL 85
4.6.3 POLÍTICA EDITORIAL 88
4.6.4. ASPECTOS TECNOLÓGICOS E MULTIMÍDIA 91
4.6.5. PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO INTERNAUTA 94
5. INTERNET E WEBJORNALISMO 98
5.1. CIDADÃOS EM REDE 98
5.2 WEBJORNALISMO 102
6. A CIDADANIA COMO CONTEÚDO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA INTERNET 109
6.1. A APRESENTAÇÃO DO OBJETO, SEU RECORTE E OS DESAFIOS DA COLETA 109

6.2 OLHAR METODOLÓGICO 111
6.2.1 CATEGORIA CIDADANIA 118
6.3.2 CATEGORIA COMUNICAÇÃO PÚBLICA 129
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 143
REFERÊNCIAS 147
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA 153
ANEXO A - PARECER DA EQUIPE DE ACESSO À INFORMAÇÃO DA EBC SOBRE A SOLICITAÇÃO DA PESQUISADORA COM RELAÇÃO AOS CONTEÚDOS QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE..... 154
ANEXO B - TÍTULOS DAS PUBLICAÇÕES COLETADAS E ANALISADAS PARA A PRESENTE DISSERTAÇÃO REFERENTES À SEÇÃO CIDADANIA DO PORTAL DA EBC NOS ANOS 2015, 2016 E 2017, RECUPERADAS POR MEIO DO SITE INTERNET ARCHIVE E DA FERRAMENTA NETVIZZ DO FACEBOOK 155

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre a comunicação pública brasileira ganhou uma nova etapa de discussões a partir do ano de 2016. A modificação estrutural e legislativa da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), logo após a mudança presidencial, aqueceu os inúmeros questionamentos sobre o caráter público desta instituição, que já eram apontados desde o início de sua atuação. Pesquisadores, jornalistas, mídias comerciais, militâncias políticas, realizam reflexões sobre a prática, a legislação e o pertencimento dessa comunicação.

A EBC, segundo sua lei de criação 11.652/2008, é uma instituição da democracia brasileira: pública, inclusiva, plural e cidadã, presente também na rede mundial de computadores, conforme será detalhado posteriormente neste trabalho. A iniciativa da criação desta lei e da EBC "representou um passo importante ao instituir princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta" (DEL BIANCO; ESCH; PINHEIRO, 2017, p. 162). Apesar disso, esses autores afirmam que nos últimos vinte anos, o Brasil não avançou na reformulação da legislação da comunicação. São lacunas legislativas originalmente deixadas pelo artigo 223[1] da Constituição Federal de 1988 com o estabelecimento dos sistemas privado, público e estatal de radiodifusão sonora e de sons e imagens, mas que não foram descritos e definidos até hoje. Essas lacunas fizeram com que a autonomia, a independência editorial e financeira, a participação efetiva cidadã, a inovação do trabalho com as novas tecnologias da informação continuassem sendo um desafio e aumentassem as discussões sobre a comunicação pública brasileira, mesmo com a iniciativa da lei 11.652/2008.

Essa reflexão se torna ainda mais significativa a partir de 2016, momento em que a EBC ainda inserida em um cenário de muitas críticas, sofreu alterações (descritas e analisadas ao longo do trabalho) que evidenciaram e retomaram a discussão de algumas das fragilidades dos itens essenciais para a comunicação pública: a independência e a participação do cidadão. Foram mudanças institucionais facilmente impostas pela Medida Provisória 744/2016, posteriormente convertida na lei 13.417/2017, que fizeram parte das

[1] Segundo o Artigo 223 da Constituição Federal de 1988: "compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal".

primeiras ações do presidente Michel Temer no início do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Bucci (2016, p.43) descreve este cenário como “tentativas de golpear não o que a EBC era, mas o que ela poderia vir a se tornar se se tornasse independente, eficiente e crítica”.

Em meio a esta realidade, tem-se o Portal da EBC, lançado três anos depois da empresa, reunindo o conteúdo dos canais que fazem parte de sua gestão e organizado em seções, dentre elas a Cidadania. Se for considerado que a própria lei da instituição a posicionou como cidadã e que os conceitos de comunicação pública e cidadania são interdependentes, como será analisado neste trabalho mais adiante, então, pode-se refletir sobre o que uma organização tão polêmica como a EBC propõe como conteúdo cidadão, relacionando também diretrizes do webjornalismo.

Neste sentido, a problemática central desta dissertação é investigar as características da comunicação pública e da abordagem da cidadania no Portal da EBC antes e depois da Medida Provisória 744/2016 que foi transformada na lei 13.417/2017. A importância desta investigação está na reflexão sobre teorias e práticas da comunicação pública sob a ótica da cidadania em diferentes momentos políticos, institucionais e legislativos para o entendimento das possíveis influências desses elementos no conteúdo da internet para o cidadão brasileiro. O objetivo da reflexão é revelar, avaliar e compreender os distanciamentos e as aproximações das teorias e da prática da comunicação pública relacionada à cidadania do Portal da EBC em períodos distintos.

Para o alcance das respostas ao problema de pesquisa, o trabalho está estruturado em duas partes organizadas em bases teóricas da cidadania e da comunicação pública, e na base específica destinada aos estudos teóricos e empíricos sobre a EBC e seu Portal. Os capítulos da primeira parte preparam a pesquisa para revelar as características do objeto do estudo, ao mesmo tempo em que analisam as teorias que compõem o tema proposto. O primeiro passo foi refletir sobre a cidadania e algumas de suas diferentes faces. O objetivo deste primeiro capítulo é levantar as características cidadãs que podem ser encontradas no conteúdo estudado. Além disso, analisou-se a formação da cidadania brasileira e o seu histórico político que pode reverberar na forma como as organizações vinculadas ao governo podem tratar este assunto até hoje. Foram estudadas também as bibliografias que relacionam a comunicação pública e a cidadania sobre o prisma de que ambos estão interligados e interdependentes.

O segundo capítulo intitulado “Os fundamentos da comunicação pública” buscou estudar os conceitos e características do que é público e da comunicação pública. Com este ponto de partida conceitual, foram analisados os principais marcos históricos para traçar e entender o panorama geral da comunicação pública brasileira. Ciente da formação da cidadania no país foi possível relacioná-la com as práticas da comunicação pública promovidas pelo Estado.

Neste cenário, a segunda parte do trabalho inicia-se com o estudo da EBC, desde o contexto de sua criação, passando pelos primeiros desafios até chegar ao processo que culminou na mudança da legislação. A ideia do capítulo três é conhecer e entender a realidade institucional dos diferentes momentos pelas quais a empresa passou, e que também correspondem ao período das publicações analisadas. Além disso, fez-se uma análise bibliográfica de importantes trabalhos sobre a EBC para saber o “estado da arte” do que já foi pesquisado com relação à instituição e complementar a visão deste estudo. Em seguida, houve uma análise exploratória do Portal, relacionada posteriormente a entrevistas com as responsáveis pelo canal em diferentes momentos da empresa para conhecer o funcionamento do site e preparar a análise do conteúdo publicado.

O capítulo quatro lança um olhar para o lócus do objeto de trabalho, a internet, considerando que cerca de 49% dos cidadãos brasileiros estão neste ciberespaço para se informar sobre o que acontece no Brasil, e que entre os usuários com ensino superior, 80% acessam a internet todos os dias[2]. A partir deste comportamento e do pensamento na sociedade em rede, pode-se refletir sobre como a comunicação pública se estabelece neste ambiente web para se conectar com o internauta. Isto posto, o olhar da análise também terá o foco no formato do corpus (conteúdo) diante das possibilidades da internet para o alcance dos objetivos de uma comunicação pública plena. É importante ressaltar que longe de ver a internet como uma solução para a comunicação pública, este trabalho considera a existência de técnicas do webjornalismo que podem potencializar os objetivos comunicacionais para o cidadão.

O capítulo cinco é composto pelo desenho metodológico da pesquisa empírica realizada por meio da Análise de Conteúdo, categorizada e com indicadores baseados nos estudos teóricos e na análise exploratória. Foram analisadas as publicações do Portal da EBC, da seção Cidadania, com o recorte referente aos anos de 2015, 2016 e 2017. Esses

---

[2] Dados da pesquisa sobre a mídia brasileira de 2016 da Secom. Disponível em < http://www.Secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>. Acesso em 7 de agosto de 2017.

períodos foram escolhidos, pois correspondem, respectivamente, a um ano anterior às mudanças estruturais e à troca presidencial; o ano dos processos de mudanças; e o ano da nova lei da EBC já estabelecida e com outro presidente. A partir da metodologia utilizada foi possível revelar e comparar as características do conteúdo de cada período. No intuito de complementar o estudo, foram feitas entrevistas com os responsáveis pelo Portal e por seu conteúdo nos anos da coleta do estudo para conhecer visões e entendimentos internos sobre a produção das publicações.

O capítulo seis é o espaço para as inferências da pesquisa composta pelas comparações das aproximações e distanciamentos das características do conteúdo publicado com os conceitos estudados, as semelhanças e diferenças entre os períodos analisados e a relação desses itens com as opiniões mostradas nas entrevistas. Dessa forma, pode-se perceber o que é tratado como cidadania pelo site da EBC, o porquê, e até que ponto as publicações de cada período condizem com as propostas teóricas da comunicação pública. Por fim, as considerações finais também retomam a reflexão da importância da relação entre comunicação pública e cidadania e a sua prática efetiva especialmente nesta realidade de mudanças e instabilidade. Além de contribuir para que a discussão se fortaleça ainda mais e abra olhares críticos e novos caminhos de análises dos canais públicos na internet para os cidadãos brasileiros.

PARTE I - CONCEPÇÕES SOBRE CIDADANIA E COMUNICAÇÃO PÚBLICA

2. AS FACES DA CIDADANIA

O contexto atual brasileiro é de instabilidade política, econômica e social em que os cidadãos, nas mais diferentes manifestações populares, não se sentem representados em seu Estado democrático. A tensão no relacionamento entre Estado e cidadãos envolve interesses públicos e privados nos quais a comunicação pública também está envolvida. Esta disputa de interesses ressalta ainda mais a importância desta comunicação e sua legitimação como direito e dever de cidadania.

O objeto desta pesquisa é um serviço público de comunicação realizado por uma empresa pública do Poder Executivo do Estado brasileiro, com o recorte de conteúdo que aborda a cidadania. O objetivo das publicações que foram coletadas, segundo as próprias informações institucionais do Portal da EBC, é apresentar uma visão crítica de assuntos de interesse do público na web, dentre eles a cidadania. Por isso, é preciso entender as faces que fazem parte do conceito de cidadania e que podem ser identificadas nas publicações. Além disso, é necessário estudar os conceitos acerca da relação histórica entre Estado e cidadãos, especialmente do ponto de vista brasileiro, para possibilitar o entendimento daquilo que é publicado no âmbito considerado como cidadania pelo Portal, o porquê está sendo abordado e de que forma.

2.1 O ESTADO DE DIREITOS E A DEMOCRACIA

O pensamento sobre cidadania traz a reflexão de uma série de direitos, deveres e atores envolvidos na concessão, recepção e proveniência desses fatores. A diversidade de conceituação e estabelecimento da cidadania possui como ponto determinante a classificação de quem é o cidadão e como ele se relaciona e se posiciona perante ao Estado.

Segundo Bobbio (1992), os direitos públicos subjetivos caracterizam o Estado de direito e é com o nascimento do Estado de direito que ocorre a passagem final do ponto de vista do príncipe para o ponto de vista dos cidadãos. O autor analisa que no Estado

despótico os indivíduos singulares só têm deveres e não direitos, e no Estado absoluto os indivíduos possuem, em relação ao soberano, direitos privados. Já no Estado de direito, o indivíduo tem, em face do Estado, não só direitos privados, mas também direitos públicos, o Estado de direito, portanto, é o Estado dos cidadãos.

> Direitos do homem, democracia e paz, são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos. Em outras palavras, a democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos alguns direitos fundamentais (...). (BOBBIO, 1992, p. 1).

Bobbio (1992) afirma também que o próprio conceito de democracia é inseparável do conceito de direitos do homem e quando ele se refere à democracia quer dizer soberania dos cidadãos e não de soberania popular. Isso porque, de acordo com o autor, as decisões coletivas em uma democracia não são tomadas pelo povo, mas pelos indivíduos singulares, que podem ser muitos ou poucos, direta ou indiretamente.

> Da concepção individualista da sociedade nasce a democracia moderna (a democracia no sentido moderno da palavra), que deve ser corretamente definida não como o faziam os antigos, isto é, como o "poder do povo", e sim como o poder dos indivíduos tomados um a um, de todos os indivíduos que compõem uma sociedade regida por algumas regras essenciais, entre as quais uma fundamental, a que atribui a cada um, do mesmo modo como a todos os outros, o direito de participar livremente na tomada de decisões coletivas, ou seja, das decisões que obrigam toda a coletividade. (BOBBIO, 1992, p. 119).

Isso quer dizer que a democracia é regida pelos direitos individuais que empoderam os cidadãos para que possam agir em prol da coletividade perante o Estado.

Habermas (2002), explica que com a mudança do Estado moderno baseado na soberania do príncipe para a soberania de cunho popular, os direitos dos súditos transformam-se em direitos do homem e do cidadão, ou seja, em direitos liberais e políticos de cidadania. Segundo o autor, esses direitos garantem não só a autonomia privada, mas também a autonomia política, que em princípio é atribuída com igualdade a cada um. "O Estado constitucional democrático, de acordo com a ideia que o sustenta, é uma ordem desejada pelo próprio povo e legitimada pelo livre estabelecimento da vontade desse mesmo povo" (HABERMAS, 2002, p. 135). O autor afirma que a democratização, surgida passo a passo com a formação dos Estados nacionais, apresenta-se como a passagem do poder soberano dos príncipes para o povo.

A partir desse entendimento do Estado democrático, é preciso compreender os direitos e deveres que fazem parte do Estado dos cidadãos e de que forma eles evoluíram, foram concedidos e a sua relação com a cidadania. Para esta definição, alguns autores partem da obra clássica de Marshall (1967), seja para considerar, ampliar ou criticar. Este autor dividiu os direitos de cidadania em elementos que devem ser garantidos pelo Estado: civil, político e social, que foram surgindo em um processo histórico ao longo do tempo, conforme as conquistas da sociedade liberal inglesa.

> O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. (...) As instituições mais intimamente associadas com os direitos civis são os tribunais de justiça. Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. As instituições correspondentes são o parlamento e conselhos do governo local. O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais. (MARSHALL, 1967, p. 63-64).

Além disso, o autor vê a cidadania como uma maneira de equibrar as desigualdades "que diferenciam os vários níveis econômicos na sociedade" (MARSHALL, 1977, p. 62). Em sua obra, entende-se ainda que o Estado é a base para a construção da cidadania por ser o concessor dos direitos aos cidadãos. No contexto inglês vivido pelo autor, apesar desses direitos terem o Estado como promotor e guardião, eles foram conquistados ao longo de sua história por meio de reivindicações e lutas populares, políticas e sindicais.

Em uma visão mais atual, Pinsky (2003) reúne todos esses elementos considerando-os como um exercício de cidadania plena.

> Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais, fruto de um longo processo histórico que levou a sociedade ocidental a conquistar parte desses direitos. (PINSKY, 2003, p.32).

Indiretamente, entende-se nessa abordagem atual da visão de Marshall a importância de cada um dos elementos de direitos da cidadania e que a responsabilidade do Estado em promover todos eles para a plenitude dos cidadãos.

Canclini (2006) vai além desta consideração do Estado como o único promotor de um conjunto de serviços para os direitos dos cidadãos, e acrescenta outros itens nos estudos sobre cidadania nos Estados Unidos, como por exemplo:

> Ser cidadão não tem a ver apenas com os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram num território, mas também com as práticas sociais e culturais que dão sentido ao pertencimento, e fazem que se sintam diferentes os que possuem uma mesma língua, formas semelhantes de organização e de satisfação das necessidades. (CANCLINI, 2006, p. 35).

Neste sentido, segundo Bobbio (1992), para haver uma afirmação dos direitos do homem é necessário que o cidadão saia da postura de súdito em relação ao Estado e coloque seus pontos de vista como sendo direitos do soberano. Isto posto, o Estado deverá ser o organizador da proteção desses direitos, mas os mesmos devem ser reivindicados pela própria população.

> Os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas. (BOBBIO, 1992, p. 4-5).

Por isso, entende-se que os primeiros direitos dos cidadãos foram o alicerce para o surgimento de outros direitos que surgiram conforme as características de cada sociedade. Assim, o conceito de cidadania torna-se uma variante local e em diferentes períodos da história como algo dinâmico que muda conforme as necessidades dos cidadãos e a realidade que os cerca. E para que o Estado conheça essa dinâmica, a população deve mostrar constantemente o que é de seu interesse. Tal como Marshall (1977), Bobbio (1992) também expõe a evolução das conquistas de direitos colocando-os em gerações, sendo as liberdades civis e os direitos políticos os componentes de primeira geração e, logo depois, a emersão dos direitos de segunda, terceira e quarta geração.

> Com relação ao primeiro processo, ocorreu a passagem dos direitos de liberdade – das chamadas liberdades negativas, de religião, de opinião, de imprensa, etc. - para os direitos políticos e sociais, que requerem uma intervenção direta do Estado. Com relação ao segundo, ocorreu a passagem da consideração do indivíduo humano *uti singulus*, que foi o primeiro sujeito ao qual se atribuíram direitos naturais (ou morais) – em outras palavras, da “pessoa” -, para sujeitos

> diferentes do indivíduo como a família, as minorias, étnicas e religiosas, toda a humanidade em seu conjunto (como no atual debate, entre filósofos da moral, sobre o direito dos pósteros à sobrevivência); e, além dos indivíduos humanos considerados singularmente ou nas diversas comunidades reais ou ideais que os representam, até mesmo para os sujeitos diferentes dos homens, como os animais. Nos movimentos ecológicos, está emergindo quase que um direito da natureza a ser respeitada ou não explorada, onde as palavras "respeito" e "exploração" são exatamente as mesmas usadas tradicionalmente na definição e justificação dos direitos do homem. Com relação ao terceiro processo, a passagem ocorreu do homem genérico – do homem enquanto homem – para o homem específico, ou tomado na diversidade de seus diversos status sociais, com base em diferentes critérios de diferenciação (o sexo, a idade, as condições físicas), cada um dos quais revela diferenças específicas, que não permitem igual tratamento e igual proteção. (BOBBIO, 1992, p. 69).

A sequência do surgimento dos elementos de cidadania, conforme Marshall (1977) e Bobbio (1992) mostra que o cidadão deve ser, primeiramente, um indivíduo livre diante do Estado para que se possa pensar e depois tomar suas decisões em face deste. Após o posicionamento decisório dos cidadãos, o Estado é empoderado para conceder aos seus indivíduos os elementos sociais, não somente em sua generalidade humana, mas também considerando as singularidades, diversidades e o ambiente em que estão inseridos. Todo esse processo retoma a dinâmica do relacionamento Estado e cidadãos na democracia em que hora um exige o atendimento de necessidades e hora há uma postura de interdependência da proteção das liberdades e direitos. Bobbio (1992) chama esta dinâmica de relação política ou a relação entre governantes e governados, entre dominantes e dominados, entre príncipe e povo, entre soberano e súditos, entre Estado e cidadãos.

Segundo o autor, é uma relação de poder que pode assumir três direções: como relação de poder recíproco, poder do primeiro dos dois sujeitos sobre o segundo, ou como o poder do segundo sobre o primeiro. Ele afirma que tradicionalmente, tanto no pensamento político clássico quanto naquele que predominou na Idade Média, a relação política foi considerada como relação desigual, na qual um dos dois sujeitos da relação está no alto enquanto o outro está embaixo, e na qual o que está no alto é o governante em relação ao governado, o dominante em relação ao dominado, o príncipe em relação ao povo, o soberano em relação aos súditos, o Estado em relação aos cidadãos. "É a doutrina jurídica tradicional a de que o direito público pode regular o direito privado, ao passo que o direito privado não pode derrogar o direito público" (BOBBIO, 1992, p. 116).

O autor conta que do ponto de vista institucional, o Estado democrático instaurou progressivamente ao longo do século passado um processo de acolhimento e regulamentação das várias exigências provenientes da burguesia em ascensão no sentido de

conter e delimitar o poder tradicional. Como essas exigências tinham sido feitas em nome ou sob a espécie do direito à resistência ou à revolução, o processo que deu lugar ao Estado liberal e democrático pode ser corretamente chamado de processo de "constitucionalização" do direito de resistência e de revolução, conforme Bobbio (1992). Por isso, institutos por meio dos quais se obteve esses direitos podem ser diferenciados com base nos dois modos tradicionais se ocorre a degeneração do poder: o abuso no exercício do poder e o déficit de legitimação.

> A constitucionalização dos remédios contra o abuso do poder ocorreu através de dois institutos típicos: o da separação dos poderes e o da subordinação de todo o poder estatal (e no limite, também do poder dos próprios órgãos legislativos) ao direito (o chamado "constitucionalismo"). Por separação dos poderes, entendo – em sentido lato- não apenas a separação vertical das principais funções do Estado entre os órgãos situados no vértice da administração estatal, mas também a separação horizontal entre os órgãos centrais e órgãos periféricos nas várias formas de autogoverno, que vão da descentralização políticoadministrativa até o federalismo. O segundo processo foi o que deu lugar à figura – verdadeiramente dominante em todas as teorias políticas do século passado – do Estado de direito, ou seja, do Estado no qual todo o poder é exercido no âmbito de regras jurídicas que delimitam sua competência e orientam (ainda que frequentemente com certa margem de discricionariedade) suas decisões. (BOBBIO, 1992, p. 148).

Com essas leituras tem-se a visão sobre o relacionamento entre Estado e cidadãos e o conjunto de itens que se espera em uma realidade cidadã. Pode-se inferir que na democracia, o cidadão é possuidor de direitos conquistados por sua própria iniciativa, perante o Estado, exercidos singularmente para o coletivo e que coloca também este mesmo Estado no patamar de agente e vigilante do que é público. São direitos logrados em longos processos conforme a necessidade sentida pelos próprios cidadãos, de acordo com a realidade de cada período. Mas é importante ressaltar que essas realidades e processos foram vistos a partir da história europeia e no Brasil houve outro cenário.

2.2 E A CIDADANIA BRASILEIRA?

Estudar a cidadania sob a ótica de pensadores que não pesquisaram o Brasil parece, a princípio, ser uma visão distanciada da cidadania brasileira que é a realidade onde o objeto desta pesquisa está inserido. Mas o intuito de iniciar o estudo sobre cidadania a partir dos autores europeus mencionados acima foi estabelecer uma referência da literatura

clássica do assunto que também foi utilizada pelos autores brasileiros citados a seguir para refletir sobre a formação da cidadania no Brasil.

Carvalho (2002), por exemplo, resgata a sequência do aparecimento dos elementos dos direitos de cidadania em países como a Inglaterra de Marshall (1977), onde os direitos civis referentes à liberdade individual antecederam os direitos políticos e depois os sociais. O autor destaca que não se trata de uma sequência apenas cronológica, mas também lógica.

> Foi com base no exercício dos direitos civis, nas liberdades civis, que os ingleses reivindicaram o direito de votar, de participar do governo de seu país. A participação permitiu a eleição de operários e a criação do Partido Trabalhista, que foram os responsáveis pela introdução dos direitos sociais. Há, no entanto, uma exceção na seqüência de direitos, anotada pelo próprio Marshall. Trata-se da educação popular. Ela é definida como direito social, mas tem sido historicamente um pré-requisito para a expansão dos outros direitos. Nos países em que a cidadania se desenvolveu com mais rapidez, inclusive na Inglaterra, por uma razão ou outra a educação popular foi introduzi-la. Foi ela que permitiu às pessoas tomarem conhecimento de seus direitos e se organizarem para lutar por eles. (CARVALHO, 2002, p. 11).

No Brasil, Carvalho (2002) ressalta duas diferenças: a ênfase dos direitos sociais em relação aos outros e a sequência em que os direitos foram adquiridos, com a precedência do elemento social. Segundo este autor, na história da formação dos cidadãos brasileiros, em vários momentos houve um processo de doação e não de conquista desse status ou de parte dele.

A independência brasileira concedida de forma pacífica e sem a participação popular deu origem aos direitos políticos concedidos na primeira constituição. Em contraposição à Inglaterra, em que houve um processo de educação para a cidadania, no Brasil o voto foi concedido até mesmo para os analfabetos que eram a maioria da população e escravos libertos sem qualquer tipo de preparação para o recebimento desse direito. “O que estava em jogo não era o exercício de um direito de cidadão, mas o domínio político local” (CARVALHO, 2002, p. 33). Os direitos civis no Brasil, por exemplo, foram marcados pela libertação dos escravos e promoveu uma igualdade afirmada apenas nas leis, mas negada na prática já que o coronelismo e a falta de estrutura para os novos “cidadãos” impediam tanto o pleno exercício dos direitos políticos como os direitos civis. Apesar deste cenário, o autor não considera uma total apatia predominante nos brasileiros.

> Em todas essas revoltas populares que se deram a partir do início do Segundo Reinado verifica-se que, apesar de não participar da política oficial, de não votar,

> ou de não ter consciência clara do sentido do voto, a população tinha alguma noção sobre direitos dos cidadãos e deveres do Estado. O Estado era aceito por esses cidadãos, desde que não violasse um pacto implícito de não interferir em sua vida privada, de não desrespeitar seus valores, sobretudo religiosos. Tais pessoas não podiam ser consideradas politicamente apáticas. (CARVALHO, 2002, p.75).

A partir de 1930, houve avanços nos direitos políticos e sociais, mas de forma limitada devido aos governos ditatoriais. Segundo o autor, era uma cidadania passiva e receptora antes que ativa e reivindicadora e que a inversão da sequência dos direitos reforçou entre os brasileiros a supremacia do Estado. Na visão de Carvalho (2002), se há algo importante a fazer em termos de consolidação democrática, é reforçar a organização da sociedade para dar embasamento social ao político, isto é, para democratizar o poder. O autor afirma que a organização da sociedade não precisa e não deve ser feita contra o Estado em si, mas sim contra o Estado clientelista, corporativo, colonizado.

No contexto inglês abordado por Marshall (1977), apesar de esses direitos terem o Estado como promotor e guardião, as conquistas da cidadania aconteceram ao longo de sua história por meio de reivindicações e lutas populares, políticas e sindicais. O Estado brasileiro, ao longo da história de seus governantes, propunha direitos em troca do estabelecimento de interesses políticos e econômicos. Não houve uma educação para o exercício da cidadania brasileira. O cidadão brasileiro dificilmente tinha condições de sair de seu lugar de súdito para se colocar na posição de soberano em relação ao Estado para propor e exigir seus direitos, conforme Bobbio (1992) afirma que deve ser feito para que haja uma afirmação desses direitos. A história da cidadania do Brasil foi marcada por governos paternalistas e ditatoriais que controlavam a educação, os direitos, deveres e, inclusive a comunicação.

> Ele é o pai do povo, não como mito carismático, nem como herói, nem como governo constitucional e legal, mas o bom príncipe, - D. João I, D. Pedro II ou Getúlio Vargas – empreendendo, em certas circunstâncias, política social de bem-estar, para assegurar a adesão das massas. Para evitar a participação popular, recorre, não raro, à mobilização das ruas, em manifestações que, atrás de si, só deixam o pó de palavras inconsequentes. Filho do providencialismo estatal, ele o fortifica, usando dos poderes que a tradição lhe confere. Em casos extremos, será o ditador social, de aparência socialista, de um suposto socialismo que sacia aspirações, desviando-as e acalmando-as com um circo e algum pão. O bom príncipe, o pai do povo guarda, na sua prudência de generalizar a aparência de poder, sem abrir nenhum canal de participação, a conduta do conselho [...]. Na base da pirâmide, no outro extremo dos manipuladores olímpicos do poder, o povo espera, pede e venera, formulando a sua política, expressão primária de anseios e clamores, a política de salvação. (FAORO, 1977, p. 739).

Faoro (1977) complementa que a minoria governa sempre, em todos os tempos, em todos os sistemas políticos. Afirma ainda que na estrutura normativa constitucional, democrática na essência, os detentores do poder participam na formação das decisões estatais, mediante mecanismos de controle que atuam na participação popular. Não importa que o encadeamento que vai da cúpula à base esteja enrijecido por minorias diretoras, contanto que o circuito percorra a escala vertical.

Por outro lado, Souza (2003) vê a singularidade da periferia brasileira marcada ou caracterizada pela naturalização da desigualdade e explica que em países como o Brasil, esse fato pode ser mais adequadamente percebido não como uma herança, mas como consequência, um resultado de um efetivo processo de modernização de grandes proporções que toma o país paulatinamente a partir do sec. XIX. O autor afirma que essa desigualdade e sua naturalização estão vinculadas a valores e instituições modernas num processo "de fora para dentro" e é eficaz devido à impessoalidade que é típica desses valores.

Souza (2003) explica que o Brasil não fez parte de sociedades como os EUA, Inglaterra, França ou Alemanha que formaram o núcleo do racionalismo ocidental nas suas múltiplas facetas, tendo recebido, ao contrário, o influxo dessas sociedades sendo tomada de assalto por uma cultura material e simbólica. Ou seja, para os países periféricos como o Brasil, as "práticas" modernas são anteriores às "ideias" modernas.

> Assim, quando mercado e Estado, ainda que de modo paulatino, fragmentário e larvar, são importados de fora para dentro com a europeização da primeira metade do séc. XIX, inexiste o consenso valorativo que acompanha o mesmo processo na Europa e na América do Norte. Inexistia, por exemplo, o consenso acerca da necessidade de homogeneização social e generalização do tipo de personalidade e de economia emocional burguesa a todos os estratos sociais, como aconteceu em todas as sociedades mais importantes da Europa e da América do Norte. (SOUZA, 2003, p. 99).

Em outras sociedades, segundo este autor, (sociedades centrais do ocidente, a inglesa, por exemplo) existia a prévia de um contexto cognitivo moral explícito, articulado e autônomo que possa se contrapor, limitando ou estimulando, a lógica própria dos imperativos funcionais que emanam das práticas institucionais consolidadas. Não existia nas sociedades da "nova periferia" um estímulo de uma esfera moral autônoma generalizada e consensual de qualquer tipo; inexistiu o potencial generalizador, abrangente e inclusivo.

Em outras palavras, o fio condutor da obra de Souza (2003) parte da premissa que a especificidade do processo de modernização de sociedade da "nova periferia" como a brasileira, tem a ver antes com a "ausência" do que com a "presença" de uma tradição moral ou religiosa que pudesse, efetivamente, "esquematizar" o impacto modernizante das práticas institucionais transplantadas como "artefatos prontos".

> Este foi certamente o caso da passagem das sociedades tradicionais para as sociedades modernas no Ocidente. A burguesia, como a primeira classe dirigente na história que trabalha, logrou romper com a dupla moral tópica das sociedades tradicionais baseadas no código de honra e construir, pelo menos em uma medida apreciável e significativa, uma homogeneização de tipo humano a partir da generalização de sua própria economia emocional – domínio da razão sobre as emoções, cálculo prospectivo, auto-responsabilidade etc.- às classes dominadas. Esse processo se deu em todas as sociedades que lograram homogeneizar um tipo transclassista, este foi desiderato, como vimos, perseguido de forma consciente e decidida e não deixado a uma suposta ação automática do progresso econômico. Assim sendo, esse gigantesco processo histórico homogeneizador, que posteriormente foi ainda mais aprofundado pelas conquistas sociais e políticas de iniciativa da própria classe trabalhadora, o qual certamente não equalizou todas as classes em todas as esferas da vida, mas, sem dúvida, generalizou e expandiu dimensões fundamentais da igualdade nas dimensões civis, políticas e sociais como examinadas por Marshall no seu texto célebre, pode ser percebido como um gigantesco processo de aprendizado moral e político de profundezas consequências. (SOUZA, 2003, p.165).

Souza (2003) ressalta que os aspectos morais e políticos são imprescindíveis a uma real estratégia inclusiva sendo "ideias-força" nas sociedades modernas, que conseguiram homogeneizar e generalizar, em medida significativa, um tipo humano para todas as classes e essa foi precondição para uma efetiva e atuante ideia de cidadania.

A versão moderna desta "ralé", de acordo com Souza (2003), são seres humanos dispensáveis, na medida em que não exercem papéis fundamentais para as funções produtivas essenciais, e também não são mais oprimidos por uma relação de dominação pessoal pela figura e pelas necessidades do senhor. Souza (2003) vê como consequência desse processo "feridas profundas", tais como a aceitação da situação da precariedade como legítima e até merecida e justa fechando o círculo do que denomina de "naturalização da desigualdade" mesmo sendo uma desigualdade tão profunda como a da sociedade brasileira.

Segundo o autor, "gente" e "cidadão pleno" vão ser apenas aqueles indivíduos e grupos que se identificam com a concepção de ser humano contingente e culturalmente determinada que "habita", de forma implícita e invisível, a consciência cotidiana, a hierarquia valorativa subjacente à eficácia institucional de instituições fundamentais como

Estado e mercado e que constitui o cerne da dominação simbólica subpolítica que perpassa todas as nossas ações e comportamentos cotidianos. Souza (2003) explica que o referente empírico de uma hierarquia valorativa peculiar pode ser um lugar ou fonte histórica da concepção culturalmente determinada de ser humano que vai ser cristalizada na ação empírica de instituições como mercado competitivo e Estado racional centralizado, as quais, a partir da Europa, literalmente "dominam o mundo".

> No contexto impessoal moderno, também no periférico, são redes invisíveis de crenças compartilhadas pré-reflexivamente acerca do valor relativo de indivíduos e grupos, ancorados institucionalmente e reproduzidos cotidianamente pela ideologia simbólica subpolítica incrustada nas práticas do dia a dia que determina, agora, seu lugar social. Essas redes, sem dúvida, não eliminam as relações de dependência, mas lhe dão um novo conteúdo e dinâmica, envolvendo tanto doadores de favores quanto receptores de proteção em um quadro de referência que ultrapassa ambos. (SOUZA, 2003, p.181).

Para explicar esse fenômeno da impessoalidade da desigualdade e de sua naturalização, Souza (2003) retoma o conceito de "habitus" sendo um esquema de conduta e comportamento que passa a gerar práticas individuais e coletivas. O autor afirma que esse habitus faz com que as pessoas se tornem instituições feitas de carne e a instituições precisam estar objetificadas não apenas em coisas e lógicas de funcionamento que transcendam os agentes, mas também tem que estar representadas pelas pessoas e em comportamentos.

Souza (2003) denomina habitus primário como sendo os esquemas avaliativos e disposições de comportamento objetivamente internalizadas. Para o autor, a noção de dignidade foi efetivamente compartilhada por classes que conseguiram homogeneizar a economia emocional de todos os seus membros numa medida significativa, que parece ser o fundamento profundo do reconhecimento social infra e ultrajurídico. Este processo, segundo o autor, permite a eficácia social da regra jurídica da igualdade e, portanto, da noção moderna de cidadania.

É essa dimensão de "dignidade" compartilhada, no sentido não jurídico de "levar o outro em consideração", segundo Souza (2003), que tem que estar disseminada de forma efetiva em uma sociedade, para se poder dizer que tem-se a dimensão jurídica da cidadania e da igualdade garantida pela lei. O autor reforça a ideia de que para haver eficácia legal da regra de igualdade, é necessário que a percepção da igualdade na dimensão da vida cotidiana esteja efetivamente internalizada. O autor ainda explica que esta dimensão exige um efetivo consenso como sua condição de existência e a ausência

permite pensar as relações entre as classes dominantes e dominadas como relações especulares, reativas, e de soma zero.

Souza (2003, p. 167) denomina a generalização das precondições sociais, econômicas e políticas do sujeito útil, "digno" e cidadão de habitus primário. Ele analisa este habitus primário diferenciando-o em outras duas realidades: habitus precário e habitus secundário, sendo o habitus precário o limite para baixo do habitus primário. Ou seja, uma pessoa ou disposições de comportamento que não atendem às demandas objetivas para que, seja um indivíduo, seja um grupo social possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade de tipo moderno e competitivo, podendo gozar de reconhecimento social com todas as suas dramáticas consequências existenciais e políticas. E o habitus secundário tem a ver com o limite do habitus primário para cima.

> Assim, se o "habitus primário" implica um conjunto de predisposições psicossociais refletindo, na esfera da personalidade, a presença da economia emocional e das predisposições cognitivas para um desempenho adequado ao atendimento das demandas (variáveis no tempo e no espaço) do papel de produtor, com reflexos diretos no papel do cidadão, sob condições capitalistas modernas, a ausência dessas precondições, em alguma medida significativa, implica na constituição de um habitus marcado pela precariedade. No caso brasileiro, o abismo se cria (entre habitus primário e habitus precário), já no limiar do século XIX, com a reeuropeização do país e se intensifica a partir de 1930 como o início do processo de modernização em grande escala. Neste caso, a linha divisória passa a ser traçada entre os setores europeizados – ou seja, os setores que lograram se adaptar às novas demandas produtivas e sociais – e os setores "não europeizados" que tenderam, por seu abandono, a uma crescente e permanente marginalização. (SOUZA, 2003, p. 170-171).

Souza (2003) retoma a ideia de que o princípio básico do "consenso transclassista" é o princípio do desempenho e da disciplina. Além disso, o autor afirma que a aceitação e internalização generalizada deste princípio que faz com que a inadaptação e a marginalização destes setores possam ser percebidas, tanto pela sociedade incluída como também pelas próprias vítimas, como um "fracasso pessoal".

> No caso do "habitus primário" o que está em jogo é a efetiva disseminação da noção de dignidade do agente racional que o torna agente produtivo e cidadão pleno. Em sociedades avançadas, essa disseminação é efetiva, e os casos de "habitus precário" são fenômenos marginais. Em sociedades periféricas como a brasileira, o "habitus precário", que implica a existência de redes invisíveis e objetivas que desqualificam os indivíduos e grupos sociais precarizados como subprodutores e subcidadãos, e isso sob a forma de uma evidência social insofismável, tanto para os privilegiados como para as próprias vítimas de precariedade, é um fenômeno de massa e justifica minha tese de que o que diferencia substancialmente esses dois tipos de sociedades é a produção social de uma "ralé estrutural" nas sociedades periféricas. Essa circunstância não elimina

> que, nos dois tipos de sociedade, existia a luta pela distinção baseada no que chamo de "habitus secundário", que tem a ver com a apropriação seletiva de bens e recursos escassos e constitui contextos cristalizados e tendencialmente permanentes de desigualdade. Mas a condição efetiva, em grau significativo das precondições que permitem a generalização de um "habitus primário" nas sociedades centrais torna a subcidadania, enquanto fenômeno de massa, restrito apenas às sociedades periféricas, marcando sua especificidade como sociedade moderna e chamando a atenção para o conflito de classes específico da periferia. (SOUZA, 2003, p. 176).

Esta formação e legitimação da subcidadania estudada possui um grande peso enquanto característica da sociedade brasileira. Isso porque, segundo o autor, enquanto a generalização de um "habitus precário" nas sociedades avançadas é um fenômeno circunscrito e limitado, a sua generalização como fenômeno de massas em sociedades periféricas, como a brasileira é suficiente para condenar cerca de 1/3 da população de 170 milhões de pessoas a uma vida marginal nas dimensões existencial, econômica e política.

A partir dessas leituras tem-se a retomada da trajetória da conquista dos elementos e gerações de cidadania em uma visão europeia, mas contraposta com a realidade histórica brasileira. Os autores brasileiros estudados vêem uma inversão do surgimento de direitos e práticas institucionais que geram consequências peculiares para os cidadãos no Brasil. Essas peculiaridades formam o panorama de uma cidadania brasileira dependente de recebimento de direitos, excludente e em que a desigualdade é assimilada à normalidade do cotidiano.

E se, ao longo da história do país, o Estado e os governantes tiveram uma postura protagonista e influenciadora na cidadania brasileira, pode-se refletir até que ponto esse posicionamento na atualidade ainda reverbera e reforça essas características da cidadania brasileira por meio, inclusive, de um dos direitos dos cidadãos: a comunicação.

2.3 RELAÇÃO ENTRE CIDADANIA E COMUNICAÇÃO

Mesmo considerando as mais diversas sociedades com suas determinadas características e histórias, pode-se refletir sobre a evolução da cidadania e a sua relação com a comunicação. Essa reflexão pode ser iniciada ao observar os processos que resultaram nas conquistas de direitos e no desenvolvimento da democracia que tiveram a participação efetiva dos cidadãos como foi visto a partir de Bobbio (1986).

> Nos dois últimos séculos, nos discursos apologéticos sobre a democracia, jamais esteve ausente o argumento segundo o qual o único modo de fazer com que um súdito transforme-se em cidadão é o de lhe atribuir aqueles direitos que os escritores de direito público do século passado tinham chamado de activae civitatis; com isso, a educação para a democracia surgiria no próprio exercício da prática democrática. (BOBBIO, 1986, p.31).

Para reafirmar esta ideia, o autor retoma o estudo de Stuart Mill, quando divide os cidadãos em ativos e passivos e esclarece que, em geral, os governantes preferem os segundos, (pois é mais fácil dominar súditos dóceis ou indiferentes), mas a democracia necessita dos primeiros. Considerando este pensamento e trazendo para a realidade contemporânea sob o olhar de autores brasileiros deste assunto, Brandão (2009) afirma:

> A restauração da democracia e o consequente crescimento de novas formas de vivências democráticas despertaram a necessidade de informação voltada para a construção da cidadania. A própria noção de cidadania sofre mudança e começa a ser entendida de forma menos passiva e mais participativa, apreendida como livre exercício de direitos e deveres, situação para a qual só se está preparado quando existem condições de informação e comunicação. A comunicação é hoje um ator político proeminente e é parte constituinte da formação do novo espaço público. (BRANDÃO, 2009, p. 10).

A partir daí, vê-se formar o tripé comunicação, cidadania e democracia que geram um ciclo de interdependência para a eficácia de seu funcionamento e o fluxo de relações comunicativas entre Estado e sociedade deve ser direcionado para a construção de uma cidadania democrática colaborativa e participativa. Para exercer a cidadania o indivíduo deve ao menos conhecer seus direitos, discutir com seus pares sobre quem deve fornecê-los e como deve exercê-los.

Nobre e Nobre (2013) afirmam que para fins didáticos, tem-se feito a diferenciação entre cidadania, sendo esfera de debate, e democracia, sendo esfera de ação. Os autores insistem que a cidadania implicaria restringir-se a interações simbólicas, enquanto que a democracia implicaria restringir-se a interações materiais, o mundo do símbolo versus o mundo da ação. Neste cenário os pesquisadores levantam a questão: existe ação na esfera de debate, e existe debate na esfera da ação? Eles afirmam que sim, pois acreditam que existe ação para: mobilizar e engajar os cidadãos na discussão de temas relevantes, alimentar e conduzir o debate, deliberar após todos terem expressado seus pontos de vista e posições, e no decidir acerca deste ou daquele partido e a ação última (o mútuo entendimento) será sempre comunicacional – sendo, portanto, simbólica.

Kunsch (2013) lembra que cidadania se refere aos direitos e às obrigações nas relações entre o Estado e o cidadão. E para que o Estado cumpra sua missão e promova de fato a construção da verdadeira cidadania é necessária uma mudança de mentalidade do serviço público e da sociedade, para resgatar a legitimidade e a responsabilidade do poder público por meio de um controle social contínuo, e a comunicação exerce um papel preponderante em todo esse contexto. Segundo a autora, o poder público tem obrigação de prestar contas à sociedade e ao cidadão, razão de sua existência pelo compromisso público com a comunicação por eles gerada, diante dos altos investimentos feitos com o dinheiro público. Por isso, tem-se a comunicação como um direito e uma forma para o conhecimento e discussão do interesse público com a proposta de buscar a cidadania e promover a coletividade social.

Além da ação de fornecer informações de direito, Duarte (2009) também destaca a importância do direito à comunicação enquanto expressão e formação crítica.

> A comunicação deve ser plena a tal ponto que possa oferecer ao cidadão condições de se expressar enquanto personalidade crítica e autônoma, emancipar-se e compreender-se, de modo a fomentar uma capacidade de organização e mobilização dos sujeitos que consistirá, em última instância, na concretização de uma cidadania ativa, fruto do aprendizado, da produção coletiva dos saberes, capaz de romper formas de exclusão e opressão e encontrar caminho e modelos próprios de organização da vida coletiva. (DUARTE, 2009, p.113).

Peruzzo (2004), afirma que tradicionalmente o direito à comunicação possui o enfoque teórico e jurídico no ângulo do direito ao acesso à informação ou como direito à liberdade de informação e de expressão. Apesar disso, a autora vê que essa concepção vem sendo renovada ao incluir a dimensão do direito da comunicação enquanto acesso ao poder de se comunicar. Nesse sentido, a autora destaca as organizações coletivas que incorporam a comunicação como noção de dever de cidadania para contribuir com a melhoria das condições de existência de segmentos populacionais excluídos e suprir carências que o poder público não consegue ou não quer atender.

Moraes e Signates (2015) e Peruzzo (2004) possuem textos que retomam a visão de Bobbio (1992) sobre as gerações dos direitos para ressaltar a importância da comunicação no processo da conquista de direitos, mas não como instrumento e sim como um direito que abre portas para outros. Peruzzo (2004), por exemplo, explica que a liberdade de expressão de ideias, convicções, crenças é um direito de primeira geração, ou seja, da dimensão civil. E também é um direito de terceira geração ao se posicionar para a

noção de direito coletivo, direitos de grupos humanos em suas individualidades. Ela exemplifica a apropriação de canais de comunicação com a finalidade de colocá-los a serviço dos interesses dos oprimidos e de fazer avançar a luta pela democracia.

> As pessoas passam a reivindicar o acesso a um bem, usando como justificativa o fato de ser um direito que lhes assiste e não como sendo apenas uma necessidade em razão da situação de carência [...] Acrescenta-se que os benefícios são reivindicados não para uma pessoa isoladamente, mas para todos aqueles que são privados dele, o que quer dizer que se luta pelo acesso coletivo (não individual) a direitos da cidadania. (PERUZZO, 2004, p. 65).

Moraes e Signates (2015) também destacam a quarta geração como a que mais interessa para essa discussão, pois aborda os direitos a reivindicação de direitos.

> O interesse especificamente comunicacional se desenvolve em todo o percurso, mas especialmente a partir deste último, o qual, de fato, ultrapassa a abordagem específica do direito à comunicação e atinge o patamar pragmático do direito como comunicação, que se revela, portanto, central à concepção de cidadania. (MORAES E SIGNATES, 2015, p.3).

Os autores refletem sobre o que há de comunicacional na cidadania e, neste contexto, posicionam a comunicação como "todo e qualquer processo de troca simbólica capaz de gerar algum tipo de vínculo social". Como o conceito de cidadania pertence às ciências sociais, nomeadamente à ciência política, de acordo com os autores, há duas possibilidades: ou a noção de comunicação o engloba e extrapola, ou lhe passa ao largo, sem que se lhe produza qualquer efeito teórico. Os autores acreditam na primeira possibilidade, pois a vida de relação, aquela especificada politicamente por condições de legitimação, reconhecimento, polêmica e reivindicação de direitos passíveis de universalização é a condição da cidadania.

> Ora, estas condições teóricas forçosamente vinculam a definição de cidadania ao campo comunicacional, sendo possível afirmar que, nos termos da definição adotada, não é possível a cidadania sem o ambiente democratizado das trocas simbólicas criadoras, afirmadoras e processuais (no sentido sociológico do termo) dos direitos. O corolário é imediato. Sem comunicação, não há cidadania. Conforme as concepções de direito abstraídas da noção de cidadania e aplicadas à noção de comunicação especificada, é possível trabalhar com a hipótese de que não existe cidadania, sequer como possibilidade, fora de um processo comunicacional que a viabilize, estabeleça e desenvolva. (MORAES; SIGNATES, 2015, p.8-9).

Este trabalho concorda com esta relação indissolúvel entre comunicação e cidadania por acreditar que ambas precisam de uma e de outra para que cada qual se cumpra de forma efetiva. Por outro lado, é possível pensar que se não houver esta interdependência e complementariedade dos objetivos cidadãos, a comunicação se torne realmente instrumento daquilo que é proposto como cidadania, mas que mascara a dependência do cidadão ao Estado e reafirma as desigualdades naturalizadas estudadas em Carvalho (2002) e Souza (2003). Essa instrumentalização acontece exatamente quando a comunicação não é considerada e utilizada como um direito, mas como ferramenta para conquista de interesses privados.

É preciso entender o tipo de comunicação que envolve Estado e cidadãos para o interesse público, democrático, proposta para buscar o bem comum, pertencer ao cidadão brasileiro e estar à disposição de seus interesses. E diante do entendimento da formação da cidadania brasileira relacionada à comunicação de interesse público, pode-se avaliar também o entendimento histórico e atual da prática desta comunicação.

3. FUNDAMENTOS DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Este capítulo busca entender as teorias da comunicação pública e os desafios históricos de sua prática no Brasil. Não se tem a pretensão do esgotamento do assunto neste trabalho, o intuito é pesquisar características que possam ser encontradas ou não (e o porquê) no objeto desta pesquisa, que é o conteúdo de cidadania do Portal da EBC, já que este se posiciona como referência de comunicação pública brasileira, nos momentos do recorte das publicações analisadas.

Esgotar o assunto sobre a definição de comunicação pública inclusive seria um grande equívoco, pois segundo Brandão (2015, p.113), é um conceito consolidado ainda que aberto a contribuições e mudanças. A pesquisa da autora mostrou 12 livros publicados, 23 teses e dissertações listadas na base do IBITC que possuem comunicação pública no título, e ela afirma que este é apenas o começo. Brandão (2015) relembra que em 1998 a discussão sobre o tema iniciou no âmbito acadêmico com a apresentação de dois textos, sendo um dela e outro de Heloiza Matos, no encontro da Intercom daquele ano. Em 2007, o livro Comunicação Pública, organizado por Jorge Duarte, reuniu pela primeira vez, de acordo com Brandão, o pensamento do grupo de Brasília com questionamentos práticos e a iniciativa de delimitar o conceito de forma a torná-lo acessível e aplicável na realidade de um país que estava reconstruindo sua democracia. Apesar disso, a autora reconhece que o aprofundamento teórico só agora começa a ser contemplado.

Para este trabalho, o estudo dos fundamentos da comunicação pública será iniciado a partir do adjetivo ou complemento que a diferencia de outros tipos de comunicação. Além disso, essa característica foi muito utilizada quando o assunto se trata também de preocupações e espaço dos cidadãos, referenciando respectivamente o interesse público e a esfera pública. Ou seja, quando se determina algo como sendo público do que se trata teoricamente? A análise destes termos é o objetivo do tópico a seguir.

3.1 CONCEITOS SOBRE O QUE É PÚBLICO

No histórico acadêmico da definição de público, Arendt (2000) afirma que este termo denota dois fenômenos intimamente correlatos, mas diferentes. Público, segundo a

autora, “significa, em primeiro lugar, que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. Para nós, a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade”. (ARENDT, 2000, p. 59). Para este fenômeno, de acordo com a autora, existe uma condição essencial que é a partilha dos outros sobre a realidade do mundo e de nós mesmos, ainda que existam sentimentos que não podem ser inteiramente divulgados aos outros no espaço público. Em segundo lugar, Arendt (2000) direciona o termo público à ideia do comum, o bem comum ou interesse comum daquilo que na medida em que é partilhado por indivíduos que se relacionam entre si.

A autora também afirma que a esfera pública do comum não é resultado da igualdade humana, mas do objeto comum, a política, que é de interesse de todos mesmo que tenham visões distintas. De acordo com Arendt (2000), ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos vêem e ouvem de ângulos diferentes e quando já não se pode discernir a mesma identidade do objeto, pode-se evitar a destruição do mundo comum, que é geralmente precedida pela destruição de muitos aspectos nos quais ele se apresenta à pluralidade humana.

> Isto pode ocorrer nas condições do isolamento radical, no qual ninguém mais pode concordar com ninguém, como geralmente ocorre nas tiranias; mas pode também ocorrer nas condições da sociedade de massas ou de histeria em massa, onde vemos todos passarem subitamente a se comportar como se fossem membros de uma única família, cada um a manipular e a prolongar a perspectiva do vizinho. Em ambos os casos os homens tornam-se seres inteiramente privados, isto é, privados de ver e ouvir os outros e privados de ser vistos e ouvidos por eles. São todos prisioneiros da subjetividade de sua própria existência singular, que continua a singular que a mesma experiência seja multiplicada inúmeras vezes. O mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só lhe permite uma perspectiva. (ARENDT, 2000, p. 66).

A autora relaciona o termo público ao que é comum, mas que para existir é preciso que haja também visões diferentes daqueles que também fazem parte daquilo que é comum. No campo das organizações sociais e em uma versão contemporânea, algumas ideias de público em Arendt (2000) podem ser encontradas nas asserções de Thompson (2014).

O autor expõe sobre a composição de o domínio público ser uma série de instituições estatais e paraestatais, desde corporações legislativas a uma variedade de organizações de bem-estar, organizações de propriedade do estado e empresas de utilidade pública. Outro sentido de público segundo Thompson (2014) é aquilo que é observável, o

que é realizado na frente dos espectadores, o que está aberto para que todos ou muitos vejam ou ouçam.

A partir disso, percebe-se a relação do termo público correspondente a todos e da relação da visibilidade daquilo que é público para a legitimação de uma realidade. Essa premissa está intimamente ligada com a política, pois é algo do interesse comum, porque atinge a todos e que para ser um bem comum é necessária a diversidade de perspectivas, em outras palavras, a pluralidade de opiniões.

Habermas (2003, p.14) afirma que o Estado é o "poder público". Ele deve o atributo de ser público à sua tarefa de promover o bem público, o bem comum a todos os cidadãos. (2003, p.42). Nesse sentido, o autor entendeu a esfera pública burguesa inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público. Essas pessoas, segundo Habermas, reivindicaram a esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, para discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social. Habermas (2003) afirma também que nos direitos da cidadania encontram-se claramente articuladas as funções da esfera pública.

> Um grupo de direitos fundamentais refere-se à esfera do público pensante (liberdade de opinião e de expressão, liberdade de imprensa, liberdade de reunião e de associação) e à função política das pessoas privadas nessa esfera pública (direito de petição, direito eleitoral e de voto igualitário, etc). Um outro grupo de direitos fundamentais refere-se ao status de liberdade do indivíduo fundado na esfera íntima da pequena-família patriarcal (liberdade pessoal, inviolabilidade da residência, etc). O terceiro grupo de direitos fundamentais refere-se ao intercâmbio dos proprietários privados na esfera da sociedade burguesa (igualdade perante a lei, garantia da propriedade privada, etc). Os direitos fundamentais garantem: as esferas do público e do privado (com a esfera íntima como seu cerne); as instituições e os instrumentos do público por um lado (imprensa, partidos) e a base da autonomia privada (família e propriedade) por outro lado; por fim, as funções das pessoas privadas: as suas funções políticas enquanto cidadãos, bem como as suas funções econômicas enquanto donos de mercadorias (e enquanto "seres humanos" a função da comunicação individual, por exemplo, a inviolabilidade da correspondência). (HABERMAS, 2003, p. 103).

Habermas (2003) viu a esfera pública partindo de um ideal no qual há o debate entre pessoas a mesma oportunidade de acesso, liberdade de argumentação e mesmo nível de capacidade argumentativa racional para alcançar o entendimento dos problemas. De acordo com o autor, este é o poder comunicativo que pode levar as necessidades de uma parcela da sociedade para o poder administrativo. Nota-se que também em Habermas tem-

se os atributos de participação, igualdade e liberdade para o alcance do interesse público e para uma representatividade diante do Estado.

> o fato de o cidadão ser também responsável pela cogestão do Estado tem implicações que ultrapassam a esfera das relações políticas na medida em que fortalecem o tecido de articulações entre os próprios cidadãos e colocam na pauta de discussões questões que, mesmo sendo originárias da esfera privada, interferem no modo de vida da coletividade. (HABERMAS, 1997, p.30)

Por outro lado, segundo este autor (2003, p. 103), como decorrência da esfera pública e de suas funções descrita constitucionalmente, resultou para o procedimento dos órgãos do Estado, a própria esfera pública como princípio organizatório; neste sentido que é a fala de "publicidade". Assim, a publicidade invade a esfera pública fazendo com que "a representação jornalístico-publicitária de privilegiados interesses privados esteve desde o começo plenamente amalgamada com interesses políticos" (HABERMAS, 2003, p. 225).

Thompson (2014) reforça que não há nada de novo na preocupação de governantes e líderes políticos em cultivar a própria imagem pessoal e controlar sua exposição ao público: a administração da visibilidade é uma arte política antiga. Mas ressalta a atualização dessa tendência ao desenvolvimento dos meios de comunicação e a consequente transformação na natureza da visibilidade, na mudança das regras práticas desta arte. Segundo este autor (2014), a administração da visibilidade através da mídia é uma atividade perseguida não somente nos períodos intensivos de campanhas eleitorais; ela faz parte também da própria arte de governar. E complementa que a condução de um governo exige um contínuo processo de tomada de decisões sobre o que, a quem e como se pode tornar público.

Sobre isso, mas do ponto de vista de um autor brasileiro da contemporaneidade, Sodré (2013) considera à ideia do comum, ou seja, partilhada por todos os integrantes de um agrupamento humano organizado, associar a palavra público para designar uma pertinência global, embora sejam noções diferentes. Ele explica que esta globalidade pode ser entendida como totalidade social ou então como Estado, a esfera controladora das decisões que dizem respeito a todos os cidadãos, logo, das relações políticas. O autor ensina que o público associa-se ao que toma o lugar da vinculação comunitária, ou seja, o Estado, que leva ao entendimento de comunidade como sujeito e substância (território, aldeia, parentesco etc.), ao mesmo tempo em que procura neutralizar a troca simbólica.

> Assim é que o público e o político estão, desde suas origens, estreitamente ligados. E progressivamente associado está o fenômeno da *visibilidade* dos assuntos comuns, uma vez que estes, na falta de uma participação direta dos cidadãos na esfera do poder, têm de chegar ao conhecimento global. Toda ética supõe a partilha de uma regra comum (pública) a todos os membros de um determinado grupo. Mas em vez do Estado, depende da força de uma comunidade, quer dizer, da ordem vinculativa, responsável pelo reconhecimento do comum, necessário à constituição de indivíduos e instituições. (SODRÉ, 2013, p. 194).

O autor pontua que a vinculação comunitária, aquela que se visibiliza como ordem simbólica, em laços de território, parentesco, compadrio, afinidades eletivas, injunções patrimonialista, continua a incidir na realidade. E isso, segundo Sodré (2013), parece reivindicar a permanência de resíduos da velha moralidade, assim como resíduos das antigas simbolizações. Neste contexto, ele cita como exemplos a conservação patrimonial de bairros, prédios e monumentos históricos, afirmando que patrimônio antigo e modernidade contemporânea podem coexistir e interpenetrar-se sob a égide da comunidade. Já a esfera pública liberal-burguesa, historicamente constituída sob o signo da universalidade (abstrata) de suas instituições, segundo Sodré (2013), exibe sempre as marcas de uma comunidade (concreta) de iguais, identificáveis como os mais ricos ou os que têm mais poder de decisão.

> O público constitui-se nos modos de organização da cidadania e de autorrepresentação da sociedade, nos modos como ela deseja perceber-se e se tornar invisível. Nesse "comum", moldam-se as identidades sociais dos indivíduos e as imagens da coletividade, mas também se reflete, em especial no momento da segunda revolução industrial, o conflito entre capital e trabalho. Um grande ponto problemático da questão éticopolítica na contemporaneidade está justamente na indagação sobre a possibilidade de um comum (um bem comum) para além dos restritos interesses liberais de pequenos grupos decisórios. Considere-se, por exemplo, a ideia de uma sociedade global baseada em informação e comunicação. O exame econômico-político-cultural do fenômeno deixa claro que a globalização em curso não tem nenhuma universalidade (no sentido de que não se realiza para todos do mesmo modo), não é nenhuma *mundialização simbólica*, já que se assenta nas estratégias de uma minoria privilegiada e controladora do discurso modernizante sobre a unificação mercadológica e tecnológica do planeta. Por trás da retórica desse discurso, constitui-se um poder tecnoburocrático generalizador das relações sistêmicas ou funcionais e averso ao que, uma vez, Habermas poderia chamar de formas estruturantes do mundo da vida: comunidade, autorrepresentação coletiva, autonomia social, consenso grupal quanto ao uso do espaço e do tempo. (SODRÉ, 2013, p.195-196)

Deste modo, pode-se interpretar que governo e imagem, mesmo em um ambiente estatal/público, se impõem em uma nova ordem de poder da imagem, como propõe Sodré (2013),

> O eticismo midiático (a midiatização, na verdade) gerador de uma realidade vicária, substitutiva, potencializa por sua iluminação agendadora o fascínio contemporâneo pelo que é bem realizado tecnologicamente, pelo que se faz boa imagem. A regra utilitarista "o que aparece é bom, e o que é bom aparece" – na verdade uma interpretação distorcida do princípio de visibilidade das coisas públicas, que norteia a imprensa desde o século XIX – institui-se como relação social entre pessoas concretas. O ser imagístico do homem erige-se como calor moral: a conduta apropriada na normalização social operada pelo mercado consiste em visibilizar-se ou tornar-se a imagem pública (SODRÉ, 2013, p.70).

Por isso, entende-se também a utilização e domínio dos governos políticos sob as potencialidades daquilo que é público para o alcance de interesses privados tais como legitimação de seu poder, visibilidade de seus valores e ações e mecanismos de controle decisórios. Se por um lado têm-se os atributos ideais que fazem parte de visões daquilo que é público associado ao cidadão, como a esfera pública para a realização das ações democráticas aliadas a ações comunicativas, pode-se identificar a pluralidade, a visibilidade, a transparência, a inclusão, a participação, o debate e o bem comum. Esses são atributos que direcionam o pensamento daquilo que se espera de algo que é público, especialmente no âmbito político. Por outro lado, há uma realidade política e social colocada ao público e como público referente a grupos dominantes que representa um cenário simbólico sobre aquilo que se quer tornar comum pelos meios de comunicação. Esta realidade, dentre outras consequências, pode reafirmar a passividade e a desigualdade naturalizada da cidadania como foi visto nos estudos de Carvalho (2002) e Souza (2003).

Ao entender esses olhares da conceituação sobre público, pode-se chegar à associação da comunicação, sendo esta considerada interligada também à cidadania para o estudo do que se classifica como comunicação pública e suas diferentes possibilidades práticas e teóricas. Diante desses olhares, o trabalho segue com o objetivo de permitir o conhecimento teórico e prático dos elementos que envolvem o objeto de estudo para que se possa fazer ponderações relevantes e fundamentadas sobre o que será analisado na pesquisa empírica.

3.2 PRINCÍPIOS DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Neste tópico estão reunidos os principais aspectos da comunicação pública que serão as principais diretrizes para o estudo empírico desta pesquisa. Dentre as diretrizes conceituais estudadas separadamente nos tópicos anteriores sobre cidadania, comunicação

e público, podem-se identificar alguns pontos de convergência tais como: visibilidade, participação, pluralidade, bem comum. Pressupõe-se então que comunicação adjetivada como pública pertence aos cidadãos e seus interesses, e é realizada para a concretização destes. Por outro lado, tem-se também o olhar da realidade da cidadania brasileira que contrapõe essas convergências para uma instrumentalização da comunicação. E isso acontece a partir do momento que a comunicação não é posicionada como um direito para a construção de cidadãos ativos, e, sim, como um reforço das desigualdades simbólicas consensuais, naturalizadas e das ações políticas partidárias e comerciais, como podemos inferir com o estudo bibliográfico até o momento.

Para Paulino, Guazina & Oliveira (2016), em seus estudos sobre comunicação pública, o termo público remete a algo pertencente a todos e para todos. Eles explicam este pertencimento pela admissão da participação e envolvimento de todos, e o seu destino de ser para todos por ter impacto geral. Os autores também designam público ao que é relativo ou pertencente ao governo de um país. E, segundo os autores, a promoção de meios de comunicação de natureza pública é genericamente apresentada como uma proposta alternativa à segmentação comercial das audiências.

> O caráter público decorre, portanto, do fato de serem garantidos pelo Estado, ou seja, de serem de todos em termos de propriedade, mas também do fato de se pretenderem plurais em termos de oferta, de serem para todos. Aparentemente generosos no propósito, os meios de comunicação pública são, no entanto, como se assinala adiante, uma realidade complexa e ambígua em matéria de políticas de comunicação. (PAULINO, GUAZINA & OLIVEIRA, 2016, p. 56).

Essa ambiguidade que permeia a comunicação pública, apontada pelos autores, refere-se à relação entre o caráter público da comunicação, que deve ser garantida pelo Estado, em contraponto às possíveis interferências de interesses privados e/ou governamentais. Nesse sentido, Zémor (2009), autor francês pioneiro por abordar o termo comunicação pública, afirma que esta comunicação assume as diferentes formas ligadas às missões das instituições públicas e que ela é responsável por disponibilizar informação ao público, estabelecer relacionamento e diálogo, apresentar serviços oferecidos e conduzir campanhas e ações de comunicação de interesse geral. Mas o autor também alerta em sua definição para os limites da instrumentalização desta comunicação para a visibilidade governamental e partidária, colocando o interesse coletivo como missão a ser cumprida pelo Estado.

> Primeiramente, compreendamos o que é comunicação pública. É a troca e o compartilhamento de informações de utilidade pública ou de compromissos de interesses gerais. Ela contribui para a conservação de laços sociais. A responsabilidade disso compete às instituições públicas; ou seja, às administrações do Estado, aos serviços de coletividades territoriais, aos estabelecimentos, empresas, organismos encarregados de cumprir uma missão de interesse coletivo. (ZÈMOR, 2009, p. 189).

Ou seja, as instituições públicas administradas pelo Estado devem compartilhar informações conforme o interesse público excluindo a promoção de ações e ideias de governos específicos que possam utilizar a comunicação pública como ferramenta de publicidade. Estas premissas são muito importantes para este trabalho visto que o objeto comunicacional da pesquisa, a ser descrito posteriormente, é produzido por uma instituição pública e está diretamente ligado ao Poder Executivo.

Neste contexto, em uma visão latino americana, López (2012) define,

> Comunicação Pública é, no meu conceito, a que se dá na esfera pública, seja ela para construir bens públicos (política), para incidir na agenda pública (midiática), para fazer a comunicação das entidades do Estado com a sociedade (estatal), para construir sentido compartilhado ao interior da organização (organizacional), ou como resultado das interações próprias dos movimentos sociais (da vida social). (LÓPEZ, 2012, p.255).

No Brasil, Matos (2009) conceitua comunicação pública como um processo de comunicação também em uma esfera pública entre Estado, governo e sociedade, um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública do país relacionando este conceito com cidadania e democracia.

> Todavia, o reconhecimento da esfera pública como locus de expressão exige, por antecipação, a interiorização dos direitos do cidadão – entendidos segundo prismas diferentes. Por exemplo: a capacidade do agente de reconhecer-se como participante social, de elaborar uma posição própria e expressar-se de forma a valorizar a sua posição (e a de seu grupo de referência). Um cidadão que não acredite ter o direito de participar de conversações e discussões públicas, que não valorize o que tem a dizer e que se sinta incapaz de comunicar isso aos outros de forma adequada dificilmente terá condições de integrar a rede social da comunicação pública (MATOS, 2009, p. 124-125).

Em 2011, a autora afirmou que o conceito de comunicação pública tem sido utilizado como sinônimo de comunicação governamental, referindo-se a normas, princípios e rotinas de comunicação social do governo que regulamentam as comunicações internas externas do serviço público. Em 2013, Matos sintetizou esses pensamentos afirmando que “A comunicação pública é cidadã porque visa a uma interação para um acordo de saber

entre cidadãos: um entendimento comum acerca de assuntos relevantes na esfera deliberativa pública" (NOBRE e NOBRE, 2013, p. 22).

A partir disso, é possível destacar dois itens que ampliam esses conceitos de comunicação pública e determinam propriedades que também podem garantir o caráter público e cidadão da comunicação, a saber: a determinação da abordagem dos termos comunicação pública/estatal/governamental/política e a participação dos cidadãos.

Com relação ao primeiro item, Duarte (2009) diferenciou os conceitos da comunicação sendo a comunicação governamental aquela que trata dos fluxos de informação e padrões de relacionamento envolvendo o executivo e a sociedade. A comunicação política, sendo o discurso e à ação na conquista da opinião pública em relação a ideias ou atividades que tenham relação com o poder. E a comunicação pública referindo-se à interação e ao fluxo de informação vinculados a temas de interesse coletivo. Este autor, junto a Monteiro e Brandão (2007, 2011 e 2016), defenderam o conceito de comunicação pública e o abandono da expressão da comunicação governamental com os seguintes argumentos:

> a) O conceito ficou insuficiente para dar conta do ingresso na arena pública de outros atores, como as organizações não governamentais, as emissoras públicas e o aumento da participação popular na discussão pública, por meio de mecanismos diversos como conselhos, ouvidorias, fóruns de discussão e outros;
> b) A identificação da expressão com as políticas de controle de informação de regimes autoritários. (BRANDÃO, 2016, p.120).

Duarte (2009) ainda estabeleceu a classificação dos instrumentos da comunicação pública, sendo estes de informação (em que colocou como um dos exemplos de lócus a internet) e de diálogo que estimulam o exercício da cidadania ativa e a viabilização da mudança em benefício do interesse comum.

Sobre o segundo item, a participação do cidadão, Duarte (2009) também evidencia que a comunicação pública deve ser compreendida com um sentido mais amplo do que dar informação. Isso quer dizer, segundo o autor, que a comunicação pública deve possibilitar ao cidadão ter pleno conhecimento da informação que lhe diz respeito e daquela que não busca por não saber que existe. Além disso, ainda conforme Duarte (2009), esta comunicação deve incluir a possibilidade de o cidadão expressar suas posições

com a certeza de que será ouvido com interesse e a perspectiva de participar ativamente, de obter orientação, educação e diálogo.

> Na prática, isso inclui o estímulo a ser protagonista naquilo que lhe diz respeito, ter conhecimento de seus direitos, a orientação e o atendimento adequado, passando pelo direito a saber como são gastos os recursos públicos, o motivo e o voto de um parlamentar, até a possibilidade de ter a participação efetiva nas decisões sobre aquilo que é de interesse público. A viabilização da comunicação exige informação, mas também credibilidade dos interlocutores, meios e instrumentos adequados, valorização do conhecimento dos sujeitos, facilidade de acesso e uma pedagogia voltada para quem possui mais dificuldades. (DUARTE, 2009, p.64).

Ainda sobre a participação, este autor coloca os instrumentos de diálogo caracterizados como instâncias de cooperação, compreensão mútua, tornando os envolvidos sujeitos do processo, co-participantes nas decisões e nas mudanças.

Sobre a participação do cidadão na esfera pública, Brandão (2016) traz à luz uma importante reflexão:

> (...) a clássica discussão sobre esfera pública e privada recolocada frente à influência cada dia mais forte das tecnologias de informação e comunicação que tem o poder de amalgamar os espaços da vida privada e pública. Em que sentido pode-se entender, hoje, esta dicotomia frente a existência de um *Facebook*? A rede social é uma esfera pública ou privada? (BRANDÃO, 2016, p. 121)

A autora responde afirmando que atualmente a participação cidadã nos assuntos políticos não está restrita às representações tradicionais da democracia, e se manifesta por meio de outras formas que a tecnologia permite.

> No Brasil, percebe-se o crescimento da participação na vida pública e a troca de "informações de interesse público" por meio de canais alternativos, como redes sociais articuladas a partir de diversas associações da sociedade civil. De que outra forma se pode analisar a indignação expressa pelos brasileiros nos episódios do Mensalão, Lava-jato e Petrobrás. Como analisar as manifestações que levaram milhares de brasileiros às ruas em junho de 2013 e em 2015? Os episódios comprovam que a participação política existe, mas a mobilização e a formação de opinião acontece mais através de canais "alternativos" do que pela mídia formal, tradicionalmente a formadora de opinião por excelência. A repercussão dos escândalos e a mobilização da população não podem ser atribuídas apenas à cobertura da mídia, pois foram manifestações que se agigantaram através das redes sociais, eclodiram com força na sociedade e acabaram por pautar a mídia, exemplificando um fenômeno que as teorias do jornalismo estão estudando como as teorias do contra-agendamento. (BRANDÃO, 2016, p. 121 e 122).

Ou seja, é preciso considerar o potencial das tecnologias da comunicação para uma ressignificação e disponibilidade de canais para a comunicação pública. Mas sem deixar de questionar, conforme propõe a autora, os princípios, interesses valores e prioridades da comunicação pública nesta nova realidade. Brandão (2016) afirma que a reflexão sobre as novas tecnologias mostra o potencial que tem uma política de comunicação pública para atrair a participação cidadã, mas sua simples existência não resulta nesta participação. Assim, pode-se inferir que não basta ampliar o pensamento sobre a esfera pública e a comunicação pública, é preciso que suas diretrizes cidadãs sejam efetivadas.

Eugênio Bucci (2015) supera os questionamentos sobre os termos comunicação estatal e governamental e a discussão sobre a comunicação pública acontecer ou não na esfera pública. Segundo ele, a comunicação chamada de pública é um "palanque aramado para turbinar a pretensão eleitoral de parlamentares, governantes" (BUCCI, 2015, p. 16). Visto que, segundo este autor, a comunicação pública brasileira segue a racionalidade da publicidade comercial, só que regida por cálculos não econômicos, mas partidários. E conceitua:

> A comunicação pública se compõe de ações formativas, consultas de opinião e práticas de interlocução, em qualquer âmbito, postas em marcha por meio do emprego de recursos públicos, mediante processos decisórios transparentes, inclusivos e abertos ao acompanhamento, críticas e apelações da sociedade civil e à fiscalização regular dos órgãos de controle do Estado. Quanto às suas finalidades, a comunicação pública existe para promover o bem comum e o interesse público, sem incorrer, ainda que indiretamente, na promoção pessoal, partidária (do partido do governo), religiosa ou econômica de qualquer pessoa, grupo, família, empresa, igreja ou outra associação privada. (BUCCI, 2015, p. 69).

Bucci (2015) classifica a EBC quanto à forma de propriedade pertencente ao Estado, pois tem a natureza jurídica de empresa pública (estatal), sendo uma figura jurídica de chamada "administração indireta". "Bem sabemos que, declaradamente, a EBC pretende fazer 'televisão pública' e, com esse espírito, põe no ar a TV Brasil, o seu canal mais conhecido, mas, em sua natureza jurídica, a EBC é uma estatal" (BUCCI, 2015, p. 76), afirma.

Apesar disso, o autor ressalta que ao contrário da crença bastante arraigada na cultura política brasileira, uma emissora pertencente ao Estado não pode se eximir de estar a serviço do interesse público. Afinal, segundo ele, da mesma forma como o Estado tem

que ser público, a comunicação financiada com recursos públicos deve ter processos decisórios públicos para uma finalidade pública. Por isso, este autor destaca que as emissoras estatais devem ser tão públicas quanto aquelas que se denominam simplesmente públicas e "não podem ser usadas como instrumentos de propaganda governista" (BUCCI, 2015, p. 76). Neste sentido, Koçouski (2013) afirma que o ponto crítico da definição de comunicação pública no Brasil hoje é a distinção entre o "público" e o "estatal" e que obviamente, o público não se resume ao estatal, porém, o estatal é público.

Junto a Marco Chiaretti e Ana Maria Fiorini, Bucci estabeleceu para a UNESCO em 2012 os indicadores de qualidade nas emissoras públicas em que ressalta sobre o dever dessas emissoras serem públicas e cumprir uma finalidade pública, pautadas pela impessoalidade e não sendo partidárias. E apresentam algumas características que são ou deveriam ser comuns à radiodifusão pública tais como: independência editorial e financeira; autonomia dos órgãos de governança; pluralidade, diversidade e imparcialidade da programação; claro mandato de serviço público, estabelecido em documentos legais pertinentes; prestação de contas (*accountability*) junto ao público e junto aos órgãos reguladores independentes.

Segundo os autores, do ponto de vista da democracia, uma emissora pública existe para garantir um direito que tem a sociedade à informação, à cultura, à expressão de suas diferenças, à tematização de suas carências e potencialidades e à livre comunicação das ideias. A emissora pública tem o dever de garantir o direito que o público tem de criticar o poder, de imaginar o mundo como ele não é, de partilhar os desdobramentos de sua crítica e de sua imaginação e de utilizá-los em benefício de sua liberdade. O direito universal do cidadão à informação e à livre comunicação aplica-se com força especial à mídia, aí incluídas as emissoras e as organizações públicas de difusão.

> Emissora estatal, enfim, não é sinônimo – nem deve ser – de uma emissora de propaganda partidária empenhada na defesa dos interesses eleitorais ocasionalmente instalados no governo. No Estado de Direito, se uma emissora se pauta segundo tais parâmetros, ela age ao arrepio dos princípios democráticos em vigor nas sociedades livres. Em resumo: emissoras estatais devem ser públicas, devem cumprir uma finalidade pública, não são partidárias e são pautadas pela impessoalidade. Isto posto, podemos iniciar este breve esforço para delimitar os contornos da definição de uma emissora estatal. (BUCCI, CHIARETTI E FIORINI, 2012. p. 19)

Nesta mesma publicação, os autores afirmam que os indicadores de qualidade das emissoras públicas apresentados por eles fornecem critérios objetivos e mecanismos

impessoais para a participação da sociedade na avaliação da conduta de suas emissoras públicas das TVs e rádios. Neste material, não há indicadores específicos para o conteúdo da internet. É fato que o Portal da EBC possui informações das emissoras, mas também possui adaptações e textos para o próprio site.

Independentemente do lócus, mas ainda se preocupando com o posicionamento, Matos (2013) afirma que a comunicação pública ocorre naquele campo que entremeia a sociedade e o Estado e no qual uma pluralidade de vozes toma seu lugar. Apesar disso, a autora alerta que os sistemas de radiodifusão pública estão inseridos nesse contexto se imbuídos do espírito comunitário, mas não são a expressão máxima da comunicação pública, como se considerou no Brasil, em virtude de sua tradição política de fomento e controle midiático. Ela considera que mesmo imbuídos do espírito público, agentes que atuam em instância de governo e segundo seus fluxos e procedimentos estão agindo segundo os preceitos da comunicação governamental.

> Uma política para o fortalecimento da comunicação pública deve estar relacionada, portanto, à redução das defasagens sociais e culturais, habilitando os cidadãos concernidos a definir juntos as questões de interesse comum que devem ser encaminhadas coletivamente. Numa sociedade moldada em torno das dinâmicas midiáticas, parece inevitável, por exemplo, que essa política tenha ainda uma articulação com ações de educomunicação, com a valorização do associativismo, com iniciativas que fortaleçam a prática tanto da conversação midiatizada como da interação face a face já nas comunidades de origem, onde as demandas são identificadas. Mas é ainda fundamental que programas estruturados nas esferas de governo favoreçam sua porosidade ao movimento social de base que deve emergir e ter ampla visibilidade. É preciso, portanto, empoderar a sociedade para a participação, por meio da construção de vínculos entre projetos de redução de desigualdade e experiências de exercício político. (MATOS E GIL, 2013, p. 24).

Neste empoderamento da sociedade para a participação apontado pelas autoras, também está relacionado o pensamento sobre o empoderamento do cidadão para que ele possa participar sendo uma figura ativa na sociedade e saindo da postura de súdito para soberano em relação ao Estado, conforme visto em Bobbio (1992). Assim, o atributo da participação além de estar ligado ao conceito de cidadania, está presente no conceito de algo que seja público, ou para que seja de todos os cidadãos. Isto é, a participação é uma característica que reforça o relacionamento e a promoção da cidadania e a comunicação pública. Sem a participação, os outros atributos mencionados, tais como, a informação para o empoderamento da democracia e educação do cidadão, pluralidade, atendimento ao interesse público, inclusão, transparência e autonomia da comunicação pública tornam-se

questionáveis e comprometidos, pois não representam o cidadão, mas o órgão que a produz. Devido a esses fatores, essa comunicação de instituições ligadas ao Estado é alvo de críticas por sua possibilidade de atuação diretamente ligada a questões de interesse governamentais e políticas enraizadas historicamente.

E, conforme o capítulo 1 deste trabalho, a formação da cidadania brasileira é caracterizada por uma forte dependência do Estado, mais precisamente das ações governamentais/políticas (Carvalho, 2002), e pela naturalização da desigualdade da cidadania (Souza, 2003). Desta forma, os governos brasileiros, ao longo da história da cidadania no Brasil sempre tiveram uma significativa influência em políticas contrárias às características que fazem parte do ideal da democracia participativa e inclusiva, incentivo moral ao empoderamento e à autonomia dos cidadãos, e especialmente o atingimento para o bem comum de suas ações. Segundo Matos e Gil (2013), por exemplo, há um conjunto de estudiosos como Weber, 2011; Duarte, 2011; Kunsch, 2012, que encampam a bandeira da defesa de um serviço estatal realmente comprometido com os princípios democráticos justamente em função dos traumas da tradição política brasileira.

Sobre isso, é preciso compreender a história da comunicação pública brasileira sua trajetória, sua influência na atualidade e os motivos de tantas críticas pelo distanciamento das diretrizes estabelecidas pelos teóricos. Portanto, no próximo tópico, serão analisados os acontecimentos históricos que ligam ações políticas do Estado e comunicação pública (ou o que deveria ser) e que refletem as contrariedades dessas ações ao caráter da cidadania comunicacional.

3.3 A PRÁTICA DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Tal como a análise da cidadania no capítulo anterior, neste momento é proposta primeiramente a análise da prática da comunicação pública internacional em países chamados por Souza (2003) como sociedades avançadas. E, da mesma forma como na questão da cidadania, o objetivo não é comparar a comunicação pública brasileira com outras, mas, sim, fazer um paralelo com referências de práticas reconhecidas pelos pesquisadores da área. Neste trabalho também não há a pretensão de se aprofundar nos estudos internacionais sobre comunicação, mas sim estabelecer um panorama geral para o paralelismo mencionado.

3.3.1 A PRÁTICA DE OUTROS PAÍSES

Bucci (2015) conta que as emissoras públicas ganharam corpo ao longo do século XX com o propósito de assegurar a saúde democrática da esfera pública. Ele afirma que as democracias acreditavam aprimorar o nível geral de informação da sociedade e aperfeiçoar os métodos de debate público pelos quais se forma a opinião pública e a vontade dos cidadãos por meio de serviços de estações de rádio e televisão comprometidas unicamente com o interesse público (e não com o comércio da diversão).

> Essa mentalidade prosperou especialmente na Europa – e de modo mais acentuado no pós-guerra. A partir de meados do século XX, a cultura política influenciada pelo pensamento da social-democracia encontrou um consenso em torno do projeto de confiar o serviço de radiodifusão (definido como serviço público em quase todos os países democráticos às redes públicas). A meta era assegurar que os debates públicos não estivessem (tão) expostos às pressões de mercado e às interferências governamentais ou estatais daí não ser desejável que a mediação do fluxo das ideias e das informações ficasse a cargo das redes comerciais ou das redes estatais controladas pelo governo. Com isso, esperava-se reafirmar na prática o pressuposto da igualdade de condições tanto a liberdade de expressão como para o acesso à informação. (BUCCI, 2015, p. 84).

Este autor posiciona a British Broadcasting Corporation, a BBC, como a mais luminosa referência mundial da comunicação pública e como uma das mais reverenciadas centrais de produção de conteúdo de qualidade do planeta. Em 1922, a BBC fez sua primeira transmissão radiofônica, sendo uma instituição pública que soube, ao longo do tempo, e desde que nasceu assegurar o distanciamento com relação a interesses imediatos de governo. Bucci (2015) relata que a BBC é financiada por uma taxa anual paga pelos lares equipados com TV e a autoridade do Estado se encarrega da cobrança e arrecadação dessa taxa. “Sem o Estado, portanto, a emissora não existiria. Apesar disso, não há como um ministro ou um parlamentar se intrometer na linha editorial. O arranjo institucional em que está assentada a BBC impede que isso ocorra” (BUCCI, 2015, p. 86).

Detoni (2016) afirma que o mentor da BBC, John Reith, via no novo veículo eletrônico um poderoso canal de comunicação capaz de educar, informar e entreter com objetivo de ter uma programação sem fins lucrativos de alta qualidade, no conteúdo e na forma, devotada a elevar o nível de informação e conhecimento cultural do público, sem a pretensão de grande audiência. De uma maneira geral, Paulino, Guazina e Oliveira (2016) ressaltam que tradicionalmente, os organismos de radiodifusão de serviço público em

países pioneiros (como Inglaterra, Alemanha e Itália) foram operados como monopólios protegidos pela lei.

Já nos Estados Unidos, segundo Bucci (2015), as emissoras públicas se desenvolveram de um modo totalmente distinto, ainda que subsistam pontos em comum com a história europeia. O autor explica que na tradição americana, a democracia também soube separar muito bem a radiodifusão pública e a comercial.

> (...) o Estado cuidou de implantar, principalmente por meio da agência reguladora para as comunicações, a Federal Comuunications Commission (FCC), criada em 1934, um regramento que procura impedir na prática a ocorrência de monopólio, oligopólios e da propriedade cruzada dos meios de comunicação (o controle, por um mesmo grupo privado, de um conjunto de veículos como estações de rádio, televisão e também órgãos impressos e sites na internet que permitam a esse grupo dominar sozinho, sem concorrentes, o mercado daquela região). Pode-se mesmo dizer que, nos Estados Unidos, o mercado realizou um projeto público de comunicação social. Às emissoras públicas foi reservado um lugar de honra, no qual não prosperou o costume de arrecadar recursos por meio da publicidade comercial. A Publish Broadcasting System (PBS), criada em 1969, tem estações em várias cidades, com programação e gestão independentes – tipicamente não comerciais e não governamentais. Quanto à forma de financiamento, conta com verbas destinadas pelo Congresso. Muitas das estações locais da emissora, reforçam seu orçamento com doações voluntárias, não compulsórias, vindas diretamente dos cidadãos, que fazem contribuições individuais. (BUCCI, 2015, p. 91).

Pereira Filho (2015), em sua pesquisa, afirma que a natureza da PBS difere do modelo europeu, pois a empresa nasce como uma entidade privada e filantrópica de propriedade de diversas emissoras públicas americanas regionais que a financiam. Estas últimas, segundo o pesquisador, recebem verba do governo federal, mas possuem outras fontes de receitas, como doações de pessoas físicas e patrocínios de empresas a programas específicos. Essa forma de financiamento, de acordo com Silveira (2002), impacta a programação que pode ser controlada, mesmo de uma forma sutil, na abordagem de temas polêmicos, por exemplo.

Nesses cenários de práticas internacionais, apreende-se a importância da independência política e financeira da comunicação pública para sua atuação cidadã autônoma, aliada a uma regulamentação que descreva o papel dos atores envolvidos e suas respectivas contribuições. O Estado não é o proprietário da comunicação pública nesses países, mas também não se exime da figura de regulador e fiscalizador. Sendo o financiamento uma forma de controle, os cidadãos ingleses assumem essa responsabilidade, em contraposição à politica de comunicação americana que se abre ao

mercado fazendo com que as interferências comerciais tornem a missão pública mais híbrida.

Nesta tendência da hibridização entre comunicação pública e comercial, Bucci (2015) destaca um exemplo na América Latina.

> A demonstração mais eloquente das distorções que o financiamento publicitário pode acarretar numa emissora pública pode ser vista na Televisón Nacional de Chile (TVN). Numa surpreendente decisão oficial, ela se subordinou inteiramente ao mercado – um passo que vem sendo bastante questionado e que deve ser reexaminado e talvez alterado no futuro próximo. A TVN é uma emissora pública, ou seja, um patrimônio público, propriedade do Estado. Não obstante, opera como se fosse uma emissora comercial qualquer. Criada pela lei nº 19.132 de 30 de março de 1992, está impedida de receber qualquer aporte de dinheiro de impostos. Para se financiar, então, é obrigada – por lei- a buscar faturamento publicitário. No campo da programação, o modelo de financiamento adotado gerou uma descaracterização completa. A TVN oferece em seu cardápio de programas apenas mais do mesmo. Atrações de auditório, jornadas esportivas, programas de humor e notícias comuns como se fosse uma estação comercial. E compete por maiores nacos de audiência com suas concorrentes (privadas) para conquistar os anunciantes. (BUCCI, 2015, p. 91).

Não obstante, o autor ressalta um ponto positivo neste exemplo chileno, a transparência estabelecida por lei que disponibiliza resultados financeiros e remuneração de seus executivos.

Na análise de Bianco, Esch e Moreira (2014, p.107) sobre a comunicação pública da América Latina, o Equador, Argentina e Uruguai alteraram marcos regulatórios na última década trazendo avanços interessantes para segmento da radiodifusão pública. Segundo os autores esses avanços,

> a) estabelecem novas formas de gestão com participação social em emissoras públicas até então sob comando exclusivamente governamental/estatal; b) abrem oportunidade para alterar o modelo de financiamento centrado em recursos do governo; c) permitem a redistribuição do espectro radioelétrico estabelecendo o equilíbrio na ocupação de canais entre públicas, estatais, comunitárias e privadas; d) transformam antigas emissoras estatais em empresas públicas; e) favorecem a criação de novos canais de televisão nacionais e transnacionais; e f) criam mecanismos de fomento à produção cultural e retomada da produção independente audiovisual (BIANCO; ESCH; MOREIRA, 2014, p.107).

Diante das teorias estudadas, observa-se que uma comunicação que coloque o cidadão no patamar de decisor e participante em uma democracia é possível por meio de uma missão pública pautada em valores e mecanismos regulatórios regidos pelo afastamento de interesses comerciais e políticos. Neste estabelecimento, a independência

financeira e a limitação da atuação política mostram-se primordiais para uma comunicação plenamente pública.

3.3.2 A PRÁTICA BRASILEIRA

Este tópico busca entender o processo histórico da prática da comunicação estabelecida pelo Estado brasileiro para os cidadãos em diferentes momentos políticos. O olhar analítico para este processo leva em consideração não só as práticas internacionais, mas os pressupostos teóricos que afirmam que o Estado é o poder público de direitos e deveres dos cidadãos e a comunicação é também um direito e um dever, e mesmo sendo estatal também deve ser pública. A pertinência desta discussão será o ponto de partida para entender até que ponto, diferentes momentos políticos reverberam nas ações comunicacionais voltadas para o cidadão e a relação disso na prática do objeto deste estudo na atualidade.

Segundo análise de Matos (2009), o uso da expressão comunicação pública é do início do século XX relacionado com o conceito de comunicação estatal e a implementação da radiodifusão pública, e, mais tarde da televisão pública. “No Brasil, a implantação da radiodifusão (anos 20) consagrou a expressão comunicação pública, entendida como comunicação estatal. Isto é, o termo era utilizado em contraste com a comunicação do setor privado.” (MATOS, 2009, p.49).

Entende-se que a autora relacionou essas expressões devido à época da inauguração, em 1923, da primeira emissora do país, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, criada pelo médico, escritor e antropólogo Edgar Roquette-Pinto, composta por uma programação cultural e educativa. “Eram espaços públicos articulados por parcelas da sociedade de forma independente tanto do Estado como do mundo dos negócios” (LEAL FILHO, 2007, p.3). Porém, de acordo com este último autor, em 1932, há uma quebra deste equilíbrio quando o então presidente Getúlio Vargas autoriza a ocupação de 10% da programação das emissoras com publicidade. Em 1936, o fundador da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro resolve doá-la para o Ministério da Educação e Cultura, para que ela não se tornasse comercial, de acordo com Tavares (1999).

A década de 30 foi marcada pela influência direta de Vargas na comunicação de uma maneira geral. Segundo Capelato (1999), na Era Vargas foi criado o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), para o controle e uso da censura na imprensa, além da produção de programas apoiadores do Estado Novo, atuando no jornalismo, no rádio e no cinema. Nobre e Gil (2013) contam que o (DIP) era diretamente ligado ao gabinete presidencial, especializou-se na produção de peças persuasivas em rádio, cinema (com o cinejornal e grande concentração de produção de filmetes) e em mídia impressa (com destaque para o boletim O Brasil de Hoje e Amanhã, com os discursos do presidente). Nesta época, destaca-se a criação do programa "Hora do Brasil", em que eram divulgadas notícias dos principais acontecimentos nacionais, principalmente governamentais. Nos anos 40 e 50, Klöckner (2004), destaca o rádio jornal "Repórter Esso" com a função principal de veicular notícias positivas sobre o Brasil e sem críticas ao governo.

Nobre e Gil (2013) analisam que o processo de instrumentalização da comunicação do período do governo de Vargas como modelos de comunicação moldados para justificar e fortalecer sua base de sustentação política. Isso porque, segundo as autoras, a relação de Vargas com os militares e com o integralismo se evidenciava tanto nos discursos (com seu apelo aos referenciais de força e disciplina), quanto nos instrumentos de imposição e proibição.

> O uso massivo da radiocomunicação amplificou os propósitos do governo imposto, em especial diante do surgimento das massas urbanas e do deslocamento de contingentes de populações do interior do País para as grandes cidades. Esse movimento migratório minava as estruturas regionais oligárquicas de poder, contra as quais Vargas se opunha. Reunido nas grandes cidades, no entanto, esse público também precisava ser controlado diante do movimento operário crescente, notadamente de inspiração italiana, contra o qual o governo Vargas reagiu por meio de atos de censura e repressão. (NOBRE E GIL, 2013, p. 18)

Brandão (2009) destaca a atuação das assessorias de comunicação social da época que possuíam um modelo organizacional governamental subdivididas em três áreas: publicidade, relações públicas e imprensa, com a função de proporcionar visibilidade aos órgãos governamentais e às suas ideologias. E, segundo Mattos (2002) durante o regime militar (1964-1985) os veículos de comunicação de massa foram usados pelos militares para promover a nova ordem social e o desenvolvimento.

Nobre e Gil (2013) explicam que, com os militares, o DIP de Vargas foi substituído pela Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP), instituição de planejamento e gestão da propaganda governamental, que respondia pela articulação da estratégia maior de comunicação para a legitimação do regime. As autoras contam que a AERP era instalada no gabinete militar e zelava pela retórica de um desenvolvimento econômico proporcionado pela segurança nacional, em nome da qual a repressão se justificava. Mattos (2002) afirma que o regime militar passou também a se preocupar com o conteúdo transmitido pelas emissoras de televisão devido ao fato de os meios de comunicação já serem considerados na época como agentes da modernização e como ferramentas para a manutenção da integridade nacional, da segurança e da paz social.

> As empresas de radiodifusão sempre estiveram sob controle oficial. Além de conceder licenças e alocação de frequências, o controle do governo também pode ser constatado, no período de 1964 a 1985, através da legislação vigente, das considerações e sugestões emitidas com relação ao conteúdo dos programas e do uso da censura policial. (MATTOS, 2002, p. 43).

Ainda na época do militarismo, em 1975 foi criada a Empresa Brasileira de Radiodifusão – Radiobrás por meio da Lei nº 6.301, sendo uma empresa estatal destinada a implantar e operar de forma centralizada as emissoras e serviços de radiodifusão do governo federal. Segundo Jambeiro (2002), a Radiobrás passaria a fazer parte da estratégia de propaganda estatal do governo militar, que já agonizava. A Radiobrás tinha sede em Brasília e era composta por uma agência de notícias, duas emissoras de TV (dentre elas a TVE do Rio de Janeiro) e cinco emissoras de rádio que operavam em OC (ondas curtas), AM e FM, além de atuar na distribuição da publicidade legal das entidades governamentais. Inicialmente, a Radiobrás era vinculada ao Ministério das Comunicações, depois passou a vincular-se ao Ministério da Justiça e depois voltou ao âmbito da Presidência da República, desta vez vinculada à Casa Civil, com a criação da Secom, em 1979.

Bucci (2015) explica que a vinculação da Radiobrás à Secom[3] era despropositada, pois nos termos da constituição federal, a radiodifusão é um serviço público que consiste em difundir cultura e informação.

[3] Bucci (2015), diretor-presidente da Radiobrás de 2003 a 2007, descreveu a Secom como uma secretaria com status de ministério diretamente ligada à presidência da República.

> As atribuições legais da Secom incluíam, entre outras obrigações, a gestão da publicidade do governo nos meios de comunicação comerciais. A Secom era, portanto, uma grande anunciante. Era de responsabilidade dela, também, a coordenação da assessoria de imprensa da presidência da República, quer dizer, a Secom era um poderoso agente de relações públicas governamentais. Essas duas obrigações convergiam para a missão nuclear da Secretaria que era de zelar pela boa imagem da presidência da presidência da República. Estando incumbida dessas duas obrigações tão estruturantes de sua própria natureza, a propaganda e a assessoria de imprensa da presidência, a Secom não poderia exercer, ao mesmo tempo, o controle de uma empresa pública de radiodifusão, como era o caso da Radiobrás. Sendo simultaneamente radiodifusora (responsável pela Radiobrás) e propagandista da presidência, a Secom incorria em notório conflito de interesses. (BUCCI, 2015, p. 208).

Sendo uma grande propagandista da presidência, o autor conclui que a Secom não poderia exercer o controle de uma empresa pública como a Radiobrás. Ele ainda explica que há redes de TV e rádio estatais, controladas por ditaduras que só se intitulam como públicas por que assim são mais eficientes em sustentar sua tirania.

Em um balanço geral dos períodos estudados, Paulino, Guazina e Oliveira (2016) afirmam que a radiodifusão pública brasileira nasceu por interesse privado e estabeleceu-se por iniciativa de diferentes governos nacionais, nomeadamente aqueles de cunho autoritário – seja no período Vargas, seja na ditadura civil militar a partir dos anos 1960.

> Emissoras de rádio e televisão vinculadas a diferentes órgãos estatais de divulgação de informação cumpriram o objetivo de informar sobre as atividades do Estado e dos seus governantes ao público. Historicamente, o serviço público de radiodifusão brasileiro padeceu de limitações de caráter político e estrutural, uma vez que a sua consolidação dependeu mais de alinhamentos de interesses casuísticos de políticos profissionais com ou sem mandato do que propriamente de um projeto de comunicação pública. Além disso, as relações de proximidade entre grupos empresariais detentores de meios de comunicação e políticos profissionais é, ainda hoje, um dos fatores que limitam a consolidação da radiodifusão pública brasileira como um sistema com autonomia política e independência financeira. (PAULINO, GUAZINA E OLIVEIRA, 2016, p. 59).

A partir disso, entende-se as preocupações dos pesquisadores brasileiros sobre a comunicação pública brasileira relacionada a características e imbricações com os termos estatais e governamentais. Pois, desde o início de sua prática, esta comunicação estava intrinsecamente objetivada ao empoderamento de grupos dominantes do poder público. Seria mesmo inconcebível que governos populistas e ditatoriais proporcionassem ou permitissem uma comunicação que tivesse a participação ativa de ideias diferentes, que formasse cidadãos críticos e que fosse questionadora e transparente.

> A imbricação do público com o político institucionalizado, que ainda hoje confunde os conceitos na área da comunicação, já se mostrava presente no uso massivo do rádio durante a chamada era Vargas, mantendo-se uma marca predominante no controle da imprensa após o golpe militar de 1964 e persistindo nas relações chamadas "de mercado" estabelecidas pelos governos da transição democrática. Nosso ponto de partida, portanto, é a intenção de desentranhar o caráter eminentemente público da ação governamental, denunciando, em contrário, o uso político de uma comunicação que deveria voltar-se ao fortalecimento de uma esfera pública ampla, diversa e reconhecida pelo poder administrativo diante de sua força expressiva dos anseios da sociedade. (NOBRE E GIL, 2013, p. 18)

É interessante lembrar da especificidade da modernidade periférica estudada em Souza (2003) no primeiro capítulo deste trabalho, caracterizada pela antecedência das práticas modernas com relação às ideias modernas. Uma dinâmica semelhante se for considerado que as instituições públicas brasileiras de comunicação surgiram antes de uma consolidação dos valores da comunicação pública. E na verdade, essa prática comunicacional foi antecessora até mesmo da solidificação da democracia brasileira. Consequentemente, a visibilidade e técnicas de comunicação pelos meios públicos foram instrumentalizados e potencializados conforme a evolução tecnológica da época fundamentalmente baseado em interesses privados, políticos e comerciais.

Em 1988, a Constituição Federal (art. 223) instituiu três sistemas complementares de serviços de radiodifusão, a saber: o privado, o público e o estatal. Sobre isso, Matos (2009) afirma que embora esse artigo tenha definido o sentido da comunicação pública do ponto de vista legal e normativo, não levou em consideração as transformações das tecnologias da informação que já estavam em vigor nos meios de comunicação. Além disso, segundo a autora, o artigo desconsiderou também a influência do mercado na reconfiguração dos grupos de mídia e na definição dos conteúdos dirigidos para a audiência. De acordo com Bucci (2015), ninguém consegue explicar direito sobre esta complementaridade e diferenças entre os sistemas público e estatal previstos na CF, por isso é preciso complementar a norma com uma legislação que estabeleça um marco regulatório do setor.

Ortiz (2010) também questiona a CF, mais especificamente com relação às concessões de radiodifusão que antes eram decididas pelo Ministério das Comunicações, e nesse novo contexto, deveria atuar como órgão disciplinador do processo, recebendo os pedidos e encaminhando-os para exame técnico da agência reguladora do setor, a ANATEL.

> Ao Congresso caberia o exame das solicitações, com os projetos e pareceres técnicos para a condução do processo licitatório. Na prática, infelizmente não é o que acontece, e muitas vezes o ministério é uma espécie de *balcão de negócios* e o parlamento, um cartório que apenas carimba os documentos. Não faltam exemplos de concessões em benefício próprio, para uso econômico e ou político. A renovação de concessões, por sua vez, quase sempre acontece de forma automática, sem que os concessionários apresentem toda a documentação exigida pela legislação e demonstrem que fizeram bom uso dessa concessão do Estado pelo período de sua vigência (...) Se há distorções no campo das concessões a empresas radiodifusoras privadas, também há irregularidades na concessão de canais educativos, que seriam um dos pilares do sistema de radiodifusão pública. As TVs educativas, por exemplo, seriam prioritariamente concedidas a universidades ou outras instituições de ensino superior em cada município onde existam canais disponíveis. Em seguida, pela ordem de precedência, a outras instituições de ensino em outros níveis ou a fundações comprovadamente vinculadas à educação. Há muitos casos em que esses pré-requisitos são observados, mas não é o que ocorre integralmente na prática. Muitos canais educativos estão em mãos de instituições, grupos e pessoas que não tem a menor ligação com atividades educacionais e, contrariamente à legislação, acabam fazendo uso político e/ou comercial desses canais. (ORTIZ, 2010, p.117-118).

Sobre isso, Matos (2009) afirma que mesmo com as diferenças das origens dos recursos financeiros (privados ou públicos), a origem da concessão e regulamentação dos meios eletrônicos eram estatais e as finalidades deveriam ser guiadas pela satisfação do interesse público. Além disso, o conceito da complementaridade da CF não considera o estatal como público a partir do momento que os separa. Uma consideração diferente da ligação que vimos na literatura sobre comunicação pública.

Ramos (2008) concorda com essa ideia a partir do momento que considera a separação do público e do estatal na CF, como se um pudesse existir sem o outro, considerando também o isolamento do privado, como se este pudesse existir sem a licença e o controle regulatórios daqueles. Além disso, segundo este autor, esta separação induz a uma confusão conceitual entre Estado e governo, como se aquele pudesse se reduzir a este.

Paulino, Guazina e Oliveira (2016), explicam que no Brasil, em princípio, as licenças de radiodifusão são de titularidade pública e a CF assegura a complementaridade dos sistemas público, estatal e privado, mas na prática, o modelo é demasiadamente híbrido. Eles explanam que as emissoras de rádio e televisão necessitam de concessões, outorgadas e renovadas pelo Congresso Nacional segundo, supostamente, o interesse público. Porém, a busca pela audiência e a existência de interesses privados de alguns grupos afastam as emissoras de rádio e TV de práticas de pluralidade e de diversidade características da radiodifusão pública, segundo os autores. Além disso, de acordo com Paulino, Guazina e Oliveira (2016), as emissoras não comerciais surgiram em sua maioria

por iniciativa do governo, vinculadas ao Poder Executivo, convivendo com uma administração centralizada, sem independência editorial e financeira e não submetidas a mecanismos de transparência e *accountability*[4].

Percebe-se que os estudiosos da área têm uma visão semelhante sobre a deficiência do processo de regulamentação da radiodifusão pública que propiciou um entrave em seu desenvolvimento enquanto direito dos cidadãos ao mesmo tempo em que houve um fortalecimento das emissoras comerciais em relação às públicas. Além disso, a diferença tênue entre a comunicação estatal/governamental e pública, na prática parece nunca ter existido. Isso porque sem uma regulamentação precisa e eficaz, a comunicação comercial e dos governantes efetivam a liberdade de executar seus interesses privados, diminuindo a importância ou mesmo utilizando o que deveria ser uma comunicação pública.

Em 1999, Matos avaliou a comunicação dos vintes anos antecedentes afirmando que a mesma não foi entendida como um processo e nem como política. Segundo a autora, com a redemocratização brasileira, os governos pareceram pensar a tarefa comunicacional principalmente como uma tarefa exclusiva da comunicação política, como produto da publicidade ou das estratégias de marketing, com o objetivo de convencer, impactar a opinião pública e com resultados imediatos. Como consequência a autora considera que a comunicação não se definiu como processo de reconstrução da cidadania.

Diante deste histórico, tem-se até aqui uma comunicação pública que nasceu sem um aparato regulador efetivo e prático, abrindo espaço para ser a base de propagação de ideologias partidárias e para o crescimento da comunicação comercial com seus interesses mercadológicos.

A partir dos anos 90, segundo Nobre e Gil (2013), o ambiente político indicava uma consolidação democrática (com partidos disputando visibilidade e instituições sociais desfraldando suas bandeiras) a inovação aprofundou-se com as mídias eletrônicas para a prestação de informação pública (sites como balcões de serviços). Apesar disso, as autoras lembram que as ferramentas de debate (fóruns e sistemas de comunicação instantânea) permaneceram subutilizadas, sem estimular a participação do cidadão. Essa nova realidade tecnológica foi abarcada pelas estratégias de marketing e o uso intensivo da mídia que instrumentalizaram a comunicação para os interesses do governo. Ou seja, tanto a evolução

[4] Prestação de contas.

democrática brasileira como a evolução dos canais midiáticos não contribuíram para a evolução do caráter público e cidadão da comunicação.

Na visão de Paulino, Guazina e Oliveira (2016) o fato de o sistema público de radiodifusão se constituir em sistema público de comunicação, obedecendo a princípios que remetem a uma ideia de promoção da cidadania, não ocorreu de forma extemporânea nem a-histórica. Segundo esses autores, esta noção está ligada à própria construção coletiva acerca da necessidade de uma comunicação pública gerada no seio de mobilizações da comunidade acadêmica da área, de sindicatos e movimentos sociais ao longo dos últimos 30 anos de democracia e começou a tomar forma prática, ainda que de maneira incipiente e precária, já nos últimos anos da Radiobrás, durante o primeiro mandato do governo Lula. Isso porque, para esses autores, a principal ameaça à comunicação pública no Brasil é composta por investidas de autoridades governamentais que desejam exercer domínio sobre as emissoras e aumentar o seu capital político utilizando-as como seus porta-vozes. Dessa forma, os autores veem como consequência a ruína da independência das emissoras públicas e da qualidade das notícias e da programação devido ao controle de práticas governamentais.

Este trabalho considera que os princípios e valores estudados aliados à construção da necessidade de uma comunicação pública plena, observados pelos autores acima, são premissas fundamentais e que devem estar fortemente enraizados para abrir caminhos de práticas institucionais de canais públicos. Essa consideração é baseada na ideia, anteriormente estudada em Souza (2003), da importância dos valores morais antecederem a prática. A conscientização dos valores cidadãos na comunicação pública deve ser a causa para o impacto de boas práticas nos veículos, ferramentas e formas de comunicação. Mas a história brasileira foi traçada ao contrário, em se tratando de ações do Estado há uma tendência das práticas antecederem ao estabelecimento de seus valores públicos. Sem valores que visam o interesse da coletividade, os interesses particulares tornam-se a base das políticas de comunicação. Por isso, os questionamentos dos pesquisadores da área com relação às ações comunicativas promovidas pelo Estado estão ligados também aos processos históricos.

Além disso, é preciso considerar a marginalidade legislativa apontada por Bucci (2015), por exemplo, como a causa da dependência das emissoras públicas. Por esse e outros motivos, a regulamentação deve descrever o estabelecimento da independência

financeira, editorial, a transparência e as políticas comunicacionais de forma bem definida e objetiva.

> Nos mercados em que não existem marcos regulatórios democráticos para a radiodifusão, a liberdade se fragiliza e as chances de interferência do poder na programação aumentam consideravelmente. Prova disso é o que se passa no Brasil. Entre nós, praticamente todas as emissoras públicas, durante todo o tempo, ficam expostas aos caprichos de autoridades. (BUCCI, 2015, p. 94).

A atuação partidária de autoridades políticas, observada por Bucci, pode ser tanto a consequência da falta de uma regulamentação eficaz como a sua causa. Segundo Pinheiro (2016, p.257), essa ausência de vontade política é fruto das práticas proselitistas enraizadas no poder público brasileiro e que desafiam mais ainda o estabelecimento de um marco legal. Bucci (2015) explica essa omissão pelo fato de que os únicos beneficiários do vazio legal ser as autoridades e, principalmente, os parlamentares associados às emissoras como políticos, interferindo à vontade nas emissoras públicas e estatais; assim como sócios ocultos, mandam nas privadas. Um processo que parece não depender de governos específicos, mas que se adapta a novas realidades com a base de reafirmação da dominação das minorias, velada por uma comunicação unilateral e instrumentalizada para a exaltação das benevolências estatais.

Após três décadas de Radiobrás, instituído no governo militar, passando por eleições indiretas e diretas, processo de redemocratização política, este trabalho aborda no capítulo seguinte a tentativa legislativa para o regimento dos serviços de comunicação pública proposta pelo Poder Executivo que deu origem à EBC.

PARTE II – ESTUDO BIBLIOGRÁFICO E EMPÍRICO SOBRE A EBC

4. A EBC

O presente capítulo estuda a instituição produtora do conteúdo que é o objeto de pesquisa desta dissertação: a Empresa Brasil de Comunicação. Como se pode notar ao longo deste trabalho, a EBC já foi brevemente abordada em algumas das análises sobre a comunicação pública brasileira. Essa abordagem teve o intuito de introduzir o contexto do objeto empírico na análise teórica, até porque, desde sua criação, a EBC é amplamente resgatada pelos pesquisadores da área em suas bibliografias. Esta prévia foi importante para situar a EBC no estudo da comunicação pública no Brasil. Sobre isso, viu-se que as iniciativas e a legislação da comunicação voltadas para o cidadão eram subservientes às práticas políticas que instrumentalizaram as instituições comunicacionais públicas ao longo da história, independente de determinada ideologia, sempre em favor aos interesses dominantes.

Após essa contextualização, é preciso focar no entendimento institucional da EBC a partir dos eventos que ocasionaram sua concepção até a principal mudança estrutural que alterou sua lei original. Faz parte deste capítulo também a análise exploratória do Portal, que é o lócus da pesquisa, para o conhecimento do ambiente em que se encontra o conteúdo e sua contextualização histórica. Em seguida, são analisadas algumas pesquisas para conhecer também um pouco do estado da questão sobre a EBC. Deste modo, além da visão acadêmica, pode-se ter também o conhecimento da atuação e dos acontecimentos acerca da empresa e, posteriormente, realizar inferências sobre o conteúdo do site.

4.1 CONTEXTO INICIAL

Durante a análise das práticas brasileiras de comunicação pública, viu-se que os autores Paulino, Guazina e Oliveira (2016) atribuem a construção coletiva acerca da comunicação pública a diversas mobilizações ao longo dos últimos 30 anos de democracia e que começou a ser praticada, ainda que incipiente e precária, nos últimos anos da Radiobrás durante o primeiro mandato do governo Lula.

Em 2009, Brandão já afirmava que é a partir do governo Lula que o conceito de comunicação pública com sentido de informação para a cidadania começa a ser citado com frequência e ganha status.

> A preocupação com a preparação dos técnicos do executivo para fazer comunicação pública levou à realização de vários cursos de atualização para técnicos e á proposição de criação da função de Gestor da Comunicação Pública. Já no segundo ano do Governo Lula, em setembro de 2003, o Ministro Luiz Gushiken apresentou as propostas para uma Política Nacional de Comunicação. As posições expressas no documento demonstram que seu objetivo é esclarecer os rumos de uma política de divulgação. A comunicação é considerada vital para que o povo não perca as esperanças com relação ao futuro e para buscar despertar as potencialidades latentes desse povo. (BRANDÃO, 2009, p. 11).

Ortiz (2010) esclarece que nesta época houve um momento de definições cruciais no campo da comunicação pública no país com uma articulação inédita de importantes segmentos da sociedade e do governo que resultou no I Fórum Nacional de TVs Públicas.

No livro organizado pelos professores Paulino e Silva (2013), Tereza Cruvinel[5] possui um artigo relatando que em 2006 surgiu o movimento pela criação de um sistema de TV Pública liderado pelo Ministério da Cultura, então ocupado na época por Gilberto Gil. Esse movimento resultou no I Fórum Nacional de TVs Públicas em 2007, e na promessa do presidente Lula de implantar esta emissora se fosse reeleito.

Ortiz (2010) chamou o evento de construção de refinada engenharia política e convergência inédita que reuniu, em grupos de estudos e discussões coletivas, segmentos representativos da produção audiovisual, do governo e da sociedade em geral.

> Foram elaborados importantes diagnósticos e propostas para a discussão e propostas para a criação e implantação de um sistema público de televisão, passando pela necessária regulamentação do artigo 223 da Constituição de 1988. Representantes da sociedade civil e do governo, mais os atores sociais aglutinados no chamado campo público da televisão apontaram caminhos possíveis e também colocaram na ordem do dia questões fundamentais para o grande desafio proposto. (ORTIZ, 2010, p. 115).

No segundo mandato de Lula, o ministro da Comunicação Social Franklin Martins recebeu a missão de implantar o sistema, de acordo com Cruvinel. Então, o ministro criou um grupo técnico que elaborou as bases da Medida Provisória MP 398/2007, e posteriormente foi convertida pelo Congresso na Lei 11.652/2008, a Lei da

[5] Tereza Cruvinel foi a primeira diretora-presidente da EBC.

EBC. Esta MP autorizou o Governo a criar uma nova empresa de comunicação, a EBC, que passaria a ser responsável pela gestão de todos os canais consignados para a própria União.

4.2 A LEI 11.652/2008

Segundo a sua lei original, a EBC é uma empresa pública com a finalidade de prestação de serviços de radiodifusão pública e serviços conexos, e na época de sua criação estava vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Dentre suas diversas competências, estão as ações de produzir e difundir programação informativa, educativa, artística, cultural, científica, de cidadania e de recreação, além de estabelecer cooperação e colaboração com entidades públicas ou privadas que explorem serviços de comunicação ou radiodifusão pública, mediante convênios ou outros ajustes, com vistas na formação da Rede Nacional de Comunicação Pública.

Segundo as informações institucionais do site, acessadas em 8 de fevereiro de 2017, os veículos públicos distinguem-se dos canais estatais ou governamentais por sua independência editorial e os veículos da EBC têm autonomia para definir produção, programação e distribuição de conteúdos. O Portal informava nesta época sobre a missão da EBC que é criar e difundir conteúdos que contribuam para a formação crítica das pessoas, assim, sua visão é ser referência em comunicação pública. Seus valores são o compromisso com a comunicação pública, a independência nos conteúdos, na transparência e na gestão participativa, a defesa dos direitos humanos, a liberdade de expressão e o exercício da cidadania, além da valorização das pessoas e da diversidade cultural brasileira, do cultivo da criatividade, da inovação e da sustentabilidade. No site pode ser encontrada também a versão em PDF do Manual de Jornalismo[6] da EBC publicado em junho de 2012 e que traz os princípios e valores da empresa, além de orientações gerais para o trabalho diário dos profissionais de todos os seus veículos.

Paulino, Guazina e Oliveira (2016) garantem que estes princípios da lei da EBC remetem, direta ou indiretamente, para a ideia de promoção da cidadania e igualdade de acesso à informação presentes no contexto de reivindicação dos direitos à comunicação e à informação e de conquistas dos direitos humanos e sociais da carta magna brasileira. E,

[6] Disponível em: http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/manual_de_jornalismo_ebc.pdf, conforme descritos nas referências deste trabalho. Acesso em 8 de fevereiro de 2017.

por isso, devem ser entendidos dentro do âmbito da conquista de direitos sociais decorrente da mobilização da sociedade civil nos períodos da redemocratização e da pós-redemocratização.

A lei também estabeleceu os veículos de comunicação sob a responsabilidade da EBC: TV Brasil, TV Brasil Internacional, Agência Brasil, Rádios (Rádio Nacional AM do Rio de Janeiro, Brasília e do Alto Solimões; Rádio Nacional FM de Brasília, Rádio Nacional OC da Amazônia, Rádio MEC AM, FM e AM de Brasília), Radioagência Nacional e canais operados por parceiros (Universidades, Marinha e Força Aérea Brasileira). Paulino, Guazina e Oliveira (2016) contam que boa parte da estrutura dos canais da EBC adveio de empresas públicas como a Empresa Brasileira de Notícias – EBN e a Radiobrás, criadas ainda na década de 1970, sob os auspícios de governos autoritários e fundidas em 1988 sob o nome da Radiobrás. Segundo estes autores, ambas as empresas adotavam uma comunicação de caráter mais estatal do que público, além de formas de gestão mais próximas do patrimonialismo historicamente característico do estado brasileiro.

A lei original estabelecia que a administração da EBC seria feita por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, e na sua composição contaria ainda com um Conselho Fiscal e um Conselho Curador. O Conselho Curador era um órgão de natureza consultiva e deliberativa da EBC, integrado por vinte e dois membros, designados pelo Presidente da República. Dentre suas principais atribuições estavam a deliberação da linha editorial de produção e programação proposta pela Diretoria Executiva da EBC e manifestar-se sobre sua aplicação prática; a coordenação do processo de consulta pública e a representação da sociedade dentro da instituição de uma maneira geral. Segundo Cruvinel, após a criação da EBC em 31 de outubro de 2007, a prioridade inicial era implantar duas instituições autônomas, indicadoras para a sociedade de que estava criando uma empresa de comunicação pública e canais públicos de comunicação e não apenas reformando a Radiobrás. Essas duas instituições autônomas eram o Conselho Curador e a Ouvidoria. As prioridades eram implantar esses dois organismos, além, de colocar a TV Brasil no ar. As emissoras de rádio, bem como a Agência Brasil, já existiam.

> Tínhamos, nesse caso, que aprofundar o caráter público da gestão. O Conselho Curador foi empossado em 14 de dezembro de 2007, duas semanas depois da estreia da TV Pública. Os conselheiros foram nomeados pelo Presidente da República, ainda antes da aprovação da Lei com base na MP 398. Depois, no Congresso, houve a alteração que introduziu a escolha com base em consultas

> públicas à sociedade. A ouvidoria foi implantada em junho de 2008, logo depois da Lei de criação e pelo congresso e da incorporação da Radiobrás pela EBC. Enquanto esses obstáculos não foram vencidos, a direção da EBC não teve, formalmente, autoridade decisória sobre bens, recursos e funcionários da Radiobrás, por exemplo. Por outro lado, a Radiobrás já havia implantado uma Ouvidoria que continuou funcionando na fase inicial da EBC e, dentro do possível, supriu a deficiência inicial. Entendemos que o ouvidor de uma empresa como a EBC, gestora de uma TV, agência e oito rádios públicas precisaria de uma equipe e de auxiliares, o que levou à criação das ouvidorias adjuntas para cada mídia: rádio, TV e internet. A lei de criação da EBC previu que cada que cada veículo deveria exibir um programa semanal de 15 minutos da ouvidoria, expressando a interface com a sociedade. E o primeiro programa produzido e veiculado para cumprir essa determinação legal foi o rádio. Esta exigência, inclusive, fortaleceu nossa convicção de que seriam necessárias Ouvidorias Adjuntas, pois a Ouvidoria teria que produzir um programa de rádio, um de TV e uma coluna para a internet. (CRUVINEL, 2013, p. 28).

Bucci (2015) afirma que, comparada às instituições que lhe deram origem, a EBC trouxe mais racionalidade à gestão das emissoras federais. Na visão do autor, o simples passo de agrupar essas emissoras num só organismo gerou mais eficiência, com a administração centralizada, economia e ganhos mais viáveis. Um dos exemplos disso é que a EBC é bem mais rica que suas antecessoras, segundo o autor. Em 2004, a Radiobrás tinha um orçamento anual de pouco menos de 102,4 milhões de reais, já a EBC teve um orçamento de autorizado de 516,7 milhões em 2013 relatou Bucci (2015).

Por outro lado, o autor também aponta preocupações com relação ao início da EBC. Segundo ele, apesar da EBC ter sido considerada mais pública que suas antecessoras, a empresa não tinha se emancipado do jugo do Planalto. O maior problema apontado por Bucci (2015) era o poder de fato residir no conselho de administração que elegia ou destituía os seis diretores da empresa, ou seja, o vínculo com o Poder Executivo era total. Além disso, os cinco membros do conselho de administração eram indicados pelo Executivo, assim como em todas as empresas estatais federais, sem as possibilidades, desde o início, de decisões que contrariassem as diretrizes expressas dos ministros e do presidente da República.

Bucci (2015) também destaca que o conselho curador era diferente, pois não existia nada semelhante na Radiobrás e representou um grande avanço. O conselho aprovava anualmente o plano de trabalho e a linha editorial da EBC, acompanhava e fiscalizava a exibição de programas, tinha poder de emitir voto de desconfiança à diretoria ou a um de seus diretores. O autor ainda ressalta que embora os integrantes do conselho curador também fossem designados pelo presidente da República e suas atribuições eram mais consultivas do que efetivas, este órgão trouxe um arejamento que não existia numa

estatal incumbida de prestar serviços de comunicação social. Apesar disso, um erro grave na criação da EBC, apontado por Bucci, foi manter o vínculo funcional da estatal com a Secom, que tinha status de ministério e não com Ministério da Cultura (MinC).

> Nesse aspecto, a EBC é igualzinha à Radiobrás – e bem mais atrasada que que a velha TVE do Rio de Janeiro, que se relacionava no governo com o MinC, não com a Secom. Isso significa que, em relação às estruturas da antiga TVE, a criação da EBC representou um atraso funcional e não um progresso. De fato se a disposição do governo era construir um grupo de emissoras verdadeiramente públicas e não mais um aparato de propaganda oficial, a EBC deveria estar vinculada ao MinC (um vínculo que não implica dever de obediência ao ministro, bem entendido). Essa seria a lógica natural. É assim em vários países europeus e deveria ter sido assim no Brasil. (BUCCI, 2015, p. 116).

O autor aponta como uma das razões para esta lógica o fato de as atividades das emissoras públicas terem afinidade com o escopo do Ministério da Cultura, como por exemplo, o conteúdo artístico comunitário e regional, além do debate jornalístico estar mais próximo do Ministério da Cultura do que de um órgão encarregado da propaganda governamental. Neste sentido, Bucci (2015) lembra que o ministro titular da Secom indicava o presidente do conselho de administração da EBC e também era a autoridade de primeiro escalão encarregada a zelar pela boa imagem do presidente da República. O autor ressalta que era a Secom responsável pela veiculação da publicidade oficial do governo, sendo ao mesmo tempo anunciante e radiodifusora. Por isso, ele conclui que a proposta inicial da EBC ainda não havia se desvencilhado da estratégia de propaganda do governo e a permanência da necessidade de um marco regulatório para a independência das emissoras públicas seguia sendo um desafio para o Brasil.

Neste sentido, Brandão (2016) também questiona a liberdade que veículos como os da EBC têm para fazer matérias críticas sobre os poderes que representam. Por causa desta relação, a autora também levanta reflexões sobre o caráter da comunicação pública, do interesse público e dessas coberturas jornalísticas, mesmo sendo pagas com o dinheiro público.

Ortiz (2010) lembra que em 2009 houve a segunda edição do Fórum Nacional de TVs Públicas em Brasília com novas discussões e a demonstração que ainda havia um longo caminho a ser percorrido para a consolidação do campo público. Segundo o autor, desde 2007, a partir da criação da EBC, caminhou-se para a implantação de um modelo de sistema público de comunicação que leva a uma série de novas questões.

> Temos legislação específica para regular o segmento da radiodifusão no país, seja com relação às concessões à iniciativa privada ou às do chamado campo público. Há órgãos reguladores e fiscalizadores. Mas na prática, infelizmente, as coisas não funcionam bem assim. É certo que grande parte da legislação está defasada com leis e códigos da década de 1960, quando não havia televisão a cabo, internet, telefonia móvel, TV digital. Faz –se urgente a atualização de todo o marco regulatório das comunicações, sem dúvida, para que possamos, entre outras coisas, estabelecer os parâmetros precisos de um serviço público de televisão e as consequentes políticas públicas de comunicação nessa área. Mas a nova legislação precisará transitar do papel para a prática. Se não continuaremos na mesma situação, ou até pior. (ORTIZ, 2010, p.118).

Ou seja, apesar de ser uma iniciativa diferente e ter pontos positivos para a promoção da cidadania e da evolução da comunicação pública brasileira que os outros órgãos antecessores, a EBC iniciou suas atividades com características herdadas pelas amarras do processo histórico da radiodifusão pública, dos vínculos e interesses governamentais. A EBC também nasceu sem uma regulamentação e uma fiscalização base específica que permitisse e exigisse a execução de suas diretrizes previstas em lei, uma participação totalmente independente dos cidadãos e a diferenciação de sua atuação diante de seu processo histórico.

Detoni (2016), ao examinar a lei que criou a EBC, afirma que esta instituiu os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Executivo, e que a proposta estava bastante alinhada ao pensamento contemporâneo sobre comunicação pública.

> Os veículos da EBC deveriam oferecer mecanismos para debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional; desenvolver a consciência crítica do cidadão; fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade; garantir espaços para exibição de produções regionais e independentes; direcionar sua produção e programação pelas finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, científicas e promotoras da cidadania; estimular a produção e garantir a veiculação, inclusive na rede mundial de computadores, de conteúdos interativos, especialmente aqueles voltados para a universalização da prestação de serviços públicos. (DETONI, 2016, p. 32)

Por outro lado, a autora destaca dois pontos limitadores da EBC desde seu início: a falta de debate político em sua programação e o fato de o cargo de presidente da empresa ser indicado pelo Palácio do Planalto. São fatores que, segundo Detoni (2016), geram dúvidas não só quanto à independência editorial da empresa, mas também quanto à própria estabilidade no cargo de funcionários que ousarem criticar o governo. Essa falta de incentivo à criticidade política e a própria ausência desta parecem ser características

constantes iniciadas com as instituições de comunicação da Era Vargas e da ditadura militar e que perseveraram com a redemocratização e a legislação da comunicação pública.

Da mesma forma, a criação da EBC, para Paulino, Guazina e Oliveira (2016), representou uma recente tentativa de implantar mudanças – algumas tímidas e outras mais abrangentes – nos marcos normativos para o serviço público de comunicação independente e democrático. Os autores ressaltam que a EBC tentou afirmar-se como uma opção ao modelo de radiodifusão vigente, pois pretende ser efetivamente pública, mas por causa das associações referentes ao que é público no Brasil, a empresa desde o seu início correu um risco de legitimação.

> Afinal, público é visto, muitas vezes, como ineficiente, burocrático, corrompido e inoperante; ou público é visto como o que pode ser dilapidado, já que "não seria de ninguém". Além do mais, o modelo brasileiro tenta definir e separar o que é público do governamental e do estatal. O esforço da EBC tem sido distanciar-se da mera divulgação dos atos do governo, ou dos governos, e ter como parâmetro, na informação e no entretenimento, o interesse público. (PAULINO, GUAZINA E OLIVEIRA, 2016, p. 66).

O financiamento da EBC também é outro ponto importante. Segundo a lei original, seus recursos são constituídos da receita proveniente de dotações orçamentárias, exploração dos serviços de radiodifusão pública, o mínimo, de 75% (setenta e cinco por cento) da arrecadação da contribuição de serviços de telecomunicações administrada pela ANATEL, dentre outros rendimentos.

Segundo Paulino, Guazina e Oliveira (2016), mesmo procurando garantir a independência, o fato de a sua sustentabilidade depender de fundos públicos enfrenta resistências.

> A lei de criação da EBC previu que o seu financiamento seja constituído, em parte, pela Contribuição para o Fomento da Radiocomunicação Pública com recursos oriundos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel). Embora não houvesse com a medida uma nova taxação, as empresas de telefonia brasileiras moveram uma Ação Direta de Inconstitucionalidade em 2009 para questionar o Fundo, com depósito do valor em juízo, e até agora apenas uma parte desse recurso foi realmente disponibilizado. Mesmo assim, é necessário que haja uma regulamentação para definir como e onde esse recurso será empregado, já que a EBC ganha capilaridade no país por meio de contratos de parcerias com emissoras educativas, sobre as quais incide mais fortemente a interferência dos governos estaduais e a ausência de investimentos em conteúdos e infraestrutura. E essas emissoras também teriam direito a uma parte dessa contribuição, com o intuito de fortalecer o papel de cada uma em âmbito local e nacional. Dessa forma, sem poder contar efetivamente com essa contribuição, a EBC continua a ser dependente dos recursos do Tesouro Nacional, impedida de anunciar bens e serviços de empresas privadas, apesar de fazer propaganda de

> órgãos públicos e receber apoio cultural para algumas produções. (PAULINO, GUAZINA E OLIVEIRA, 2016, p. 66).

A vinculação da comunicação pública aos poderes governamentais seja ela política, administrativa e financeira é uma característica delicada que também faz parte da lei da EBC e, por isso, não representou um marco legal da atividade, assim como afirmaram os teóricos. Isto porque esta característica tornou a legislação deficiente por permitir que a EBC se iniciasse dependente e vulnerável a práticas contrárias às ideologias e valores cidadãos que a própria lei aborda. E mesmo com as discussões promovidas pelos acontecimentos que antecederam a EBC e a instituição da lei, a tendência de um exercício político que não permite uma cidadania crítica, formadora de cidadãos soberanos, instituiu uma prestação de serviços de comunicação pública originalmente frágil.

4.3 CENÁRIO INSTITUCIONAL ANTECESSOR À MUDANÇA

Em agosto de 2015, foi realizado o 'Seminário Modelo Institucional da EBC: balanço e perspectivas' que resultou em um documento que tentou sistematizar as propostas deste evento. O Seminário surgiu da necessidade de o Conselho Curador da EBC discutir mais amplamente e com diferentes atores a estrutura e o funcionamento da Empresa. Para tanto, o Conselho convidou representantes da Diretoria e funcionários da EBC, da sociedade civil, do Governo Federal e da academia para compor a Comissão Organizadora responsável pela construção do evento, e que também foi responsável pela elaboração do documento final[7].

Segundo este documento, a intenção do Seminário foi fazer um balanço dos oito anos da EBC e discutir com a sociedade o modelo institucional da Empresa sobre as formas de garantia do princípio da autonomia em relação ao Governo Federal e da participação da sociedade civil. O evento também debateu gestão de conteúdo e as formas de financiamento e sustentabilidade da empresa.

A gestão pública participativa e transparente foi apontada como crucial para uma gestão de conteúdos coerente com a missão da Empresa, inclusive a missão de fortalecer outros atores do campo público, que facilite e permita o compartilhamento de conteúdos. É colocado também igualmente importante que esta gestão de conteúdo saiba

[7] Documento disponível em: <http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/documentofinal-seminarioebc.pdf>. Acesso em 20 dez. de 2017.

dosar a missão de produtora de conteúdo de qualidade (que contribua para a formação crítica do cidadão), sem negligenciar a diretriz de fortalecimento das produções independentes e regionais, previstas em lei.

Segundo o documento, avaliou-se que a vinculação institucional da EBC à Secom, apesar de ter proporcionado uma ampliação em relação aos recursos iniciais da Radiobrás, é um problema para a garantia da autonomia da empresa pública, pois confunde-se o papel de assessoria do governo com a missão da empresa. Além disso, havia uma falta de autonomia na indicação de cargos e na produção editorial.

> Chegou-se a falar em influência e promiscuidade política partidária, que tornou comum a prática do que se convencionou chamar de "dança das cadeiras", de pessoas que saem da SECOM e vêm para a EBC e vice-versa. Os cargos de chefia acabam por ser ocupados exatamente por essas pessoas, com ligações estreitas com a SECOM. (Documento Final Sistematização das Propostas e Discussões, 2015, p. 10).

Apesar disso, segundo o documento a desvinculação da Secom, não pode ser considerada um fim em si mesma, porque garantir a autonomia para a produção de conteúdo seria mais importante do que discutir apenas a vinculação. Foi destacado que, independentemente da unidade do governo à qual a EBC esteja vinculada, se a estratégia de empresa de comunicação pública não estiver bem formulada, os problemas continuarão.

Neste sentido, foi ressaltado que a participação da sociedade, com mecanismos de controle público é que torna a instituição mais pública ou não. Essa afirmação mostra que apesar do conselho curador ser a ferramenta principal de consulta pública e a consideração da ideia da desvinculação da Secom para garantir autonomia, a integração dos cidadãos brasileiros à EBC é primordial para a legitimação da instituição enquanto prestadora de serviços da comunicação pública. Mas na contramão dessas asserções, a percepção registrada foi a de que o papel da EBC ainda não estaria claro para a sociedade e para os próprios funcionários da EBC. Segundo o documento, mesmo para os colaboradores da Empresa, existia confusão sobre sua real missão e isso mostra que a EBC ainda não cumpre o papel para o qual foi criada, que é ser uma empresa de comunicação pública.

> Foi lembrado que essa moldura institucional é resultado da construção histórica da comunicação pública no Brasil, diferente de outros países, especialmente da Europa. Neste sentido, a EBC precisa se ver como complementar à mídia comercial, para fazer um contraponto de modelo e ocupar o seu espaço junto à sociedade. Por isso, o debate sobre autonomia e papel da EBC tem que ser

> disputado diretamente junto à sociedade, e não apenas junto ao governo e academia. É preciso que a sociedade reconheça o lugar da comunicação pública e isso passa por uma política de gestão de relacionamento com o cidadão. (Documento Final Sistematização das Propostas e Discussões, 2015, p.10).

O fato de as nomeações para os altos cargos dirigentes e dos conselhos serem feitas pela Presidência da República foi também apontado como algo que descaracteriza a independência institucional e reforça vinculações. Sobre isso, avaliou-se que o maior problema dessa determinação é a ausência de transparência e de qualquer participação social nessas escolhas, além de afetar a própria credibilidade da empresa. Este trabalho identifica essa realidade como mais um processo da EBC que não conta com o conhecimento e a atuação dos cidadãos, nem mesmo dos que trabalham na instituição. Segundo os debates, até as seleções internas não foram regulamentadas/padronizadas, além do quadro de colaboradores ter uma elevada ocupação por não concursados, baixa garantia da diversidade por meio da equidade de gênero e raça e baixo nível de formação em comunicação pública, dentre outros aspectos.

Outro ponto importante observado como ameaça ao caráter público foi a falta de regulamentação para utilização dos recursos provenientes da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, advinda de recursos do FISTEL – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Considerando a grande bancada de parlamentares ligados à comunicação comercial, no Congresso Nacional, segundo o documento, a EBC não pode ficar isolada na tentativa de liberar judicialmente o recurso da contribuição.

Com relação ao conteúdo, alguns participantes consideraram uma fraqueza a EBC se firmar como “empacotadora de conteúdos independentes”, em vez de produtora de conteúdos. Para eles, a EBC não está cumprindo a lei (os mínimos de 10% de conteúdo regional e de 5% de conteúdo independente em sua programação semanal) em relação ao conteúdo regional, uma vez que amarras da administração pública dificultam a produção interna de conteúdos, segundo registrado pelo documento. Além disso, acredita-se que a empresa deveria não apenas produzir mais conteúdo, mas inovar na forma de produzir, contribuindo também para a compreensão e a formação do conceito de comunicação pública.

É notório que a lei da EBC refletiu os avanços da redemocratização brasileira em comparação às antigas instituições de comunicação ligadas ao poder Executivo. Por outro lado, esta lei possui falhas e não definiu com precisão pontos importantes relativos à independência editorial, administrativa e financeira que pudessem garantir os valores do

texto legislativo na prática. Essas fraquezas do início da EBC, apontadas pelos estudiosos da área de comunicação pública, parecem ter perdurado ao longo de oito anos de instituição. E isso é percebido nas avaliações do balanço de 2015 da Empresa, a partir da análise de que as observações registradas vão ao encontro do que foi apontado pelos pesquisadores. As fragilidades descritas em diferentes bibliografias são semelhantes e ligadas ao distanciamento da instituição do cidadão e à forte influência de interesses políticos. A iniciativa estava posta com pontos a serem melhorados, mas não foi amadurecida, complementada e não se fez reconhecida para os atores internos e externos a ela.

4.4 A MUDANÇA DA LEI

Neste cenário em que a EBC possuía muito mais vínculos de propriedade institucional com o governo do que com os cidadãos, ocorreu uma mudança oposta ao que se esperava para se combater as fraquezas identificadas na empresa, e que também foi reflexo da fragilidade política do país. No dia 12 de maio de 2016, Dilma Rousseff foi afastada da presidência da República devido à abertura do processo de *impeachment*, segundo o site do jornal Folha de São Paulo. Cinco dias depois, o presidente interino Michel Temer assinou decreto publicado no Diário Oficial da União que exonerou o então diretor-presidente da EBC, Ricardo Pereira de Melo. Melo obteve, em junho, uma liminar do Supremo Tribunal Federal, que o reconduziu ao comando da EBC até que o caso fosse julgado pelo plenário do tribunal, de acordo com site do jornal Correio Braziliense.

Ainda segundo este jornal, em 31 de agosto de 2016, Temer tomou posse como presidente da República após o *impeachment* de Rousseff. E em 1º de setembro de 2016, entrou em vigor a Medida Provisória MP 744 que alterou a Lei 11.652 da EBC. As principais alterações foram a extinção do Conselho Curador, a vinculação da EBC diretamente à Casa Civil da Presidência da República e a possibilidade da nomeação e da exoneração do Diretor-Presidente da EBC a qualquer momento pelo Presidente da República.

Em consequência dessas mudanças, houve reações de jornalistas e de pesquisadores da área de comunicação pública que criaram perfis apartidários no Facebook criticando a MP 744/2016 como, por exemplo, o perfil “Frente em defesa da EBC e da

Comunicação Pública”[8], com mais de 16.700 seguidores e o “Observatório do Direito à Comunicação”, com mais de 4.500 seguidores. A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), entidade máxima de representação da categoria, e os Sindicatos de Jornalistas publicaram em seu site uma nota oficial onde repudiaram a MP 744/2016[9]. Dentre as principais críticas desses movimentos estão as demissões de alguns profissionais da EBC, a retirada da autonomia, da participação popular e a descaracterização do caráter público devido à extinção do conselho curador. No próprio site da EBC, foi publicado um texto[10] de repúdio contra a MP 744/2016, publicada no dia 02/09/2016.

O documento anexo à MP 744/2016 com a exposição de motivos[11] das mudanças explica que a retirada do conselho deve-se à necessidade de agilizar as decisões no âmbito da EBC, em observância ao princípio da eficiência. E a vinculação direta à Casa Civil da Presidência da República deve-se à “extinção da Secretaria de Comunicação da Presidência da República”. Porém, até 2017, a Secom ainda realizava atividades em seu site, tendo inclusive publicado a Pesquisa Brasileira de Mídia 2016[12] em 07/06/2017.

De acordo com o site do jornal Correio Braziliense, no dia 2 de setembro, o presidente da Câmara e presidente da República em exercício, Rodrigo Maia, que ocupava o cargo durante viagem oficial de Temer, decidiu anular a exoneração de Melo, e a nomeação de Laerte de Lima Rimoli para o seu lugar. Apesar disso, no dia 8, o ministro do STF, Dias Toffoli, revogou a própria liminar que manteve Melo no cargo de presidente da EBC. Toffoli considerou que não havia mais razão para o processo depois que a MP 744/2016 alterou a estrutura da empresa. No dia 14, o parecer nº 00286/2016, emitido pela Advocacia Geral da União (AGU), ratificou a retomada de Rimoli ao exercício das atribuições de diretor-presidente da EBC.

Segundo o site de notícias G1[13], o plenário do Senado aprovou a MP 744/2016 no dia 7 de fevereiro de 2017 com o texto que prevê a substituição do conselho curador por um comitê de editorial e de programação com 11 integrantes. O site da EBC também

---

[8] Disponível em: < https://www.facebook.com/emdefesadaEBC/>. Acesso em 8 de fevereiro de 2017.
[9] Disponível em: < http://fenaj.org.br/fenaj-e-sindicatos-de-jornalistas-repudiam-desmonte-da-ebc/>. Acesso em 10 de setembro de 2016.
[10] Disponível em: < http://www.ebc.com.br/institucional/conselho-curador/noticias/2016/09/mocao-de-repudio-contra-medida-provisoria-que-desmonta-a-ebc>. Acesso em 8 de fevereiro de 2017.
[11] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2016/Exm/Exm-MP-744-16.pdf>. Acesso em 8 de fevereiro de 2017.
[12] Disponível em: < http://www.Secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016-1.pdf/view>. Acesso em 20/12/2017.
[13] Disponível em:< http://g1.globo.com/politica/noticia/senado-aprova-mp-que-acaba-com-mandato-de-presidente-da-ebc.ghtml> . Acesso em 8 de fevereiro de 2017.

noticiou essa informação[14] e que dentre outras atividades, este comitê será responsável por deliberar sobre os planos editoriais propostos pela diretoria para os veículos da empresa, na perspectiva da observância dos princípios da radiodifusão pública, e também por deliberar sobre alterações na linha editorial da programação. Apesar disso, até dezembro de 2017, não houve nenhuma informação no Portal da EBC sobre a estruturação ou atividade deste comitê.

Segundo o site do Senado Federal[15], foi publicada no Diário Oficial da União no dia 2 de março de 2017 a sanção da Lei 13.417/2017, resultante da MP 744/2016, aprovada pelo Senado em fevereiro de 2017. O site informa que o texto desta lei acaba com o Conselho Curador, põe fim ao mandato do presidente da "estatal", que poderá ser substituído a qualquer momento, e determina que a empresa será administrada por um Conselho de Administração e por uma diretoria executiva, contando ainda com o Conselho Fiscal e o Comitê Editorial e de Programação.

Assim como estava previsto pelo Senado, este Comitê Editorial e de Programação deverá ser integrado por onze profissionais da área de comunicação representando segmentos da sociedade, cujo mandato será de dois anos, sem recondução. Uma das condições exigidas para a vaga no colegiado é a inexistência de filiação partidária. Ao todo foram oito vetos do presidente Temer, sendo que um deles foram os trechos da lei que permitiam ao Comitê Editorial e de Programação decidir sobre planos editoriais propostos pela diretoria executiva para os veículos da EBC, tratar sobre alterações na linha editorial da programação veiculada pela EBC e convocar audiências e consultas públicas sobre conteúdos produzidos.

Na justificativa dos vetos, a Presidência da República diz que os dispositivos contrariam a motivação central da medida provisória que ora se converte em lei, registrada em sua exposição de motivos, de buscar conferir maior flexibilidade e eficiência de gestão à EBC, recomendando-se assim o veto ao caráter deliberativo e cogente do recém-instituído Comitê Editorial e de Programação e aos dispositivos conexos. Outro item vetado é o que previa mandato de quatro anos para os membros da diretoria executiva, e dispositivo que determinava a nomeação do diretor-presidente da "estatal" pelo presidente da República somente após aprovação de sua indicação pelo Senado Federal. "Os

---

[14] Disponível em < http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-02/senado-aprova-mp-que-reestrutura-empresa-brasil-de-comunicacao>. Acesso em 8 de fevereiro de 2017.
[15] Disponível em <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/02/sancionada-lei-que-altera-a-estrutura-da-ebc>. Acesso em 2 de março de 2017.

dispositivos não se conformam com o atual regime jurídico das empresas estatais, que estabelece eleição de seu corpo diretivo pelo respectivo Conselho de Administração, bem como regula o prazo de gestão dos diretores", diz a justificativa publicada no Diário Oficial[16].

No Portal da EBC ainda havia, no momento da pesquisa exploratória, uma página com memorial[17] do conselho e as informações sobre a época do seu funcionamento. O site ainda disponibilizava os relatórios com processos de contas anuais, o balanço patrimonial e as informações sobre a Ouvidoria, seus serviços e os relatórios mensais atualizados.

Freire (2016) analisa o momento de transição como uma tentativa frustrada do governo de ignorar a lei da EBC, com a troca fracassada de comando da EBC, por isso decidiu-se mudar a lei que o impedia de controlar a empresa. Assim, segundo a autora, buscou livrar-se tanto do STF, que revertera a substituição do diretor-presidente por desrespeitar a lei, quanto do conselho curador, que poderia destituir o substituto se este também a atropelasse.

> A MP 744 retirou da Lei da EBC todas as menções ao Conselho Curador e às suas atribuições, ignorando a Constituição, que determina a complementariedade da comunicação, e contrariando a própria Lei da EBC que, nos incisos VIII e IX do Art. 2, estabelece autonomia em relação ao governo e garante participação social. Com a medida, a sociedade civil ficou automaticamente fora da governança da empresa de comunicação pública. A MP 744 também acabou com a inviolabilidade do mandato do diretor-presidente da EBC, condição necessária para a autonomia editorial em relação ao governo. A edição da medida foi seguida da exoneração e substituição, pela segunda vez, do presidente da empresa, Ricardo Melo, revertida mais uma vez pelo ministro Dias Toffoli, do STF, por questões de procedimentos formais, mas posteriormente confirmada com o arquivamento de mandado de segurança pelo mesmo magistrado. O presidente mandatário foi, portanto, afastado do exercício de seu mandato. (FREIRE, 2016, p.52)

Para Freire (2016), a EBC passou de empresa de comunicação pública a empresa sob gestão governamental a partir do momento que o Conselho de Administração foi alçado à condição de órgão superior da EBC, controlado integralmente pelo Poder Executivo, tendo ampliado de cinco para sete o número de representantes, sendo seis do

---

[16] Disponível em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/03/2017&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=40> . Acesso em 2 de março de 2017.

[17] Disponível em <http://www.ebc.com.br/institucional/conselho-curador>. Acesso em 8 de fevereiro de 2017.

governo federal, incluindo os presidentes da empresa e do órgão e uma representação dos trabalhadores, indicada pelo quadro de funcionários.

Bucci (2016) avalia que a EBC jamais logrou construir uma base de apoio verdadeiramente ampla, social, cultural, além do apoio mais ou menos partidário que obtinha de organizações e agrupamentos diversos que orbitavam o governo federal. Por isso, segundo o autor, quando foi "golpeada pelo governo Temer" não encontrava quem a defendesse, para a opinião pública no Brasil, a EBC era um aparelho do Partido dos Trabalhadores, pouco mais do que isso. Na verdade, como viu-se ao longo deste capítulo, além do conselho curador e da ouvidoria, o cidadão não tinha outra porta de entrada para participar da EBC. Os próprios funcionários da EBC pareciam não fazer parte ou tinham conhecimento sobre a importância de sua atuação para a comunicação pública, ou seja, não seria mesmo muito difícil realizar tantas mudanças legislativas e institucionais em uma empresa que já pertencia muito mais ao governo e não tem apoio ou mesmo reconhecimento da população. Foram mudanças que só distanciaram ainda mais a EBC daquilo que era já era distante.

Outro ponto destacado por Bucci (2016, p. 41) foi a proliferação de concursos de admissão e o inchaço funcional, que redundaram em uma EBC pesada, cara e ineficiente. Segundo o autor, nela trabalham cerca de 2.500 funcionários e só em 2016 deveria custar aos cofres públicos algo em torno de 550 milhões de reais (estimativa feita em julho de 2016).

> Para efeitos de comparação, a Fundação Padre Anchieta, responsável pela TV Cultura de São Paulo, que, em 2015, gastou 140 milhões de reais (desses, apenas 93,4 milhões vieram dos cofres públicos; o restante veio de publicidade e de outras operações comerciais). Com esse orçamento e essa montanha de servidores, a EBC, para muitos, se reduzira a um "cabide de empregos" – e nem sempre esses muitos estavam errados. O fato é que ela era um apêndice do Palácio do Planalto para assuntos de comunicação, não uma entidade independente para o florescimento de programas culturais e para o noticiário e o debate político plural e não-partidário. Em suma, a EBC era estatal, foi tratada como um ente estatal pelo governo Temer e ninguém podia falar nada contra, ou quase nada, porque nada tinha sido dito antes, quando Dilma Rousseff ocupava o gabinete hoje usado por Michel Temer. O erro de Temer, aqui como em outros campos, foi um prolongamento dos erros cometidos nos governos Lula e Dilma. (BUCCI, 2016, p.42)

Se for considerada esta visão da ampliação do distanciamento da EBC com relação aos cidadãos, é preciso refletir como todo esse processo impactou no conteúdo proposto como cidadania. Paulino, Guazina e Oliveira (2016), por exemplo, consideram

uma série de mudanças internas realizadas após a incorporação da antiga Radiobrás pela EBC, inclusive com a renovação de profissionais via concurso público e redefinição de parâmetros de atuação profissional. No entanto, segundo os autores, ainda pode ser observada na programação jornalística a necessidade de uma concepção sobre o papel do jornalismo no conjunto das atividades da EBC e qual a sua contribuição efetiva no cumprimento das promessas relacionadas à cidadania objetivadas nos princípios da empresa. Para eles, se o atual estágio já não era animador, agora ainda mais se pode temer pelo futuro.

> Em termos de políticas públicas, não há sinalização do Governo Federal brasileiro no sentido de promover mudanças que diminuam as assimetrias de poder (em termos de orçamento, equipamentos, audiência, etc.) entre as emissoras públicas e emissoras privadas; pelo contrário, não há sequer o reconhecimento de que a comunicação pública é importante para a sociedade brasileira e representa uma conquista da cidadania. (PAULINO, GUAZINA E OLIVEIRA, 2016, p. 68)

Neste contexto, Detoni (2016) explica que se o temor de contrariar o Palácio do Planalto ou de ser acusada de “chapa-branca” inibiu a EBC de aprofundar o debate de temas de interesse público no primeiro mandato de Dilma (2011-2014), a instabilidade política e econômica, no segundo mandato (2015-2016), criou crises internas que culminaram com mudanças na presidência da empresa e em outros cargos de chefia. Isso porque, segundo a autora, com a deflagração do processo de *impeachment*, a EBC foi convocada a defender o governo e a mudança na linha editorial alarmou membros do Conselho Curador, além de defensores da mídia pública, que não pouparam críticas à nova postura.

> Menos de 48 horas após ser confirmado no Planalto, o sucessor de Dilma, Michel Temer, publicou medida provisória (MP) alterando a lei de criação da EBC. A MP exonerou o presidente da empresa apontado por Dilma para mandato de quatro anos e extinguiu o Conselho Curador, instância consultiva e deliberativa (composta por 22 membros, sendo 15 da sociedade civil) responsável por zelar pelo cumprimento da missão pública da EBC. A medida foi publicada sob a alegação de que seria preciso mudar a lei para resolver os problemas gerados pelo “partidarismo” das gestões anteriores. A extinção do Conselho Curador retirou da EBC, no entanto, o principal mecanismo de supervisão dos princípios e objetivos da comunicação pública, em um forte retrocesso no modelo já imperfeito implantado em 2008. A ausência de representantes da sociedade civil nos conselhos administrativos reforça ainda mais o caráter estatal da empresa. Por maiores que sejam os constrangimentos políticos, não se pode, porém, atribuir apenas a eles as dificuldades no desenvolvimento, no Brasil, de uma mídia pública democrática e emancipadora.

> Percebe-se também no país a falta de uma compreensão mais profunda do papel da mídia pública. (DETONI, 2016, p. 33).

Em décadas de práticas comunicacionais de instituições ligadas a órgãos governamentais, esta falta de compreensão do papel da mídia pública apontado pela autora parece não ter sido apreendida devido a um processo histórico e político que é contínuo. Pode-se remeter esse fato também ao estudo de Souza (2003), em que se afirma que as práticas institucionais modernas no Brasil foram antecessoras aos seus valores e, portanto, estes não foram incorporados às práticas.

No âmbito da EBC, a prática herdada da Radiobrás e da prática da comunicação pública brasileira em geral não correspondiam aos valores de uma comunicação verdadeiramente pública. Valores que também não foram plenamente representados na legislação e na regulamentação institucional da EBC que iniciou suas práticas sem uma sólida base de princípios que permitam o desenvolvimento profundo da comunicação pública.

4.5 ESTADO DA QUESTÃO DAS PESQUISAS SOBRE A EBC

Após conhecer as principais informações institucionais da EBC e seu contexto histórico e atual, este estudo propõe agora conhecer algumas pesquisas de mestrado realizadas sobre a EBC, além das bibliografias já analisadas. Esse conhecimento é importante para posicionar esta pesquisa na contribuição acadêmica relacionada às analises desta instituição e dos assuntos que a envolvem.

Jonas Valente (2009), em sua dissertação na Universidade de Brasília (UNB), pesquisou sobre a TV Pública no Brasil estabelecendo como objeto a EBC e, dentro dela, a TV Brasil classificada no trabalho como o principal veículo da Empresa. Ele analisou o veículo desde sua criação ao final de seu primeiro ano, a partir da pergunta: como se estruturou a TV Brasil e de que maneiras suas ações iniciais a posicionam no modo de regulação setorial da televisão brasileira? O foco da discussão do estudo, segundo o pesquisador, não estava sob a ótica do projeto ético, estético e político, ou de seus princípios, mas, sim, identificar traços distintivos que caracterizam e diferenciam a TV Brasil das outras emissoras de televisão em ação na Indústria Cultural. Percebe-se que

houve a preocupação em estudar o início da instituição e sua formação, mas com o intuito de comparar com a TV comercial e as teorias que cercam o assunto, ou seja, não fazia parte do objetivo do estudo constatar se a prática estava condizente com a proposição do veículo.

Neste sentido, Bruno Moraes (2011), também da UNB, realizou uma pesquisa para sua dissertação de mestrado sobre jornalismo público e sua aplicação no telejornal Repórter Brasil, edição noite (RBN), da TV Brasil. Sua pergunta principal foi: A TV Brasil pratica jornalismo público em seu principal noticiário, o telejornal Repórter Brasil, edição noite? E, se for o caso, de que forma? Para isso, o autor sistematizou o conceito de jornalismo público a partir de bibliografias, estabelecendo uma tipologia para contemplar os elementos de jornalismo público em um quadro de análise e verificando de que maneira o telejornal agregava novas rotinas ao telejornalismo tradicional para estimular a cidadania. Neste trabalho, há uma contribuição de parâmetros de análises da TV pública relacionando também a TV comercial.

Jorge Pereira (2015) da Universidade de São Paulo (USP) refletiu em sua dissertação de mestrado sobre a natureza da participação cidadã formal na gestão da EBC, a partir do conselho curador entre 2007 e 2011, ou seja, houve uma análise do processo interno da instituição que impactava no que era disponibilizado aos receptores. O pesquisador analisou as consequências das demandas encaminhadas pelos usuários à ouvidoria indiretamente e diretamente por meio das audiências e consultas públicas que reverberavam no conselho curador. A essência desta pesquisa foi a análise da relação entre participação, cidadania e democracia no âmbito da comunicação pública. O trabalho aprofunda sobre o desafio das empresas públicas de comunicação na questão do relacionamento com o cidadão para permitir e torná-lo participante.

A contribuição deste trabalho foi importante, portanto, para refletir sobre a questão da participação e a prática do relacionamento entre conselho curador, cidadãos e EBC. Apesar disso, em 2016, o conselho curador foi extinto e as características da democracia e cidadania participativa na EBC abordadas por este autor tornaram-se ainda mais discutíveis, já que ele coloca as ações do conselho como necessárias para a prática dessas características. Além disso, as análises do conteúdo da web da EBC não foram consideradas neste e nos outros estudos pesquisados por este trabalho.

Foi visto neste capítulo e no anterior do presente trabalho que a participação dos cidadãos é uma das características principais para diferenciar a comunicação e a tornar

verdadeiramente pública. Ademais, o conselho curador e a ouvidoria eram os órgãos que também diferenciavam a EBC das antigas empresas de comunicação do governo.

Portanto, a contribuição da pesquisa aqui proposta é buscar caminhos para analisar as publicações referentes à cidadania propostas pela comunicação pública do Portal da EBC e assim realizar inferências sobre o conteúdo publicado em diferentes momentos institucionais e legislativos da empresa. Desta forma, pode-se refletir sobre as possíveis semelhanças e diferenças nas práticas do serviço público de comunicação e no cumprimento das diretrizes previstas para este conteúdo. Além desta reflexão, o trabalho deixará o legado de questionamentos e a sistematização de elementos avaliativos para outros conteúdos públicos voltados para a internet.

4.6 O PORTAL DA EBC

O conteúdo do Portal foi escolhido como objeto de estudo deste trabalho porque possui uma seção específica para a cidadania, e este estudo considera que a comunicação pública e a cidadania são conceitos que se complementam e são interdependentes. Então, pode-se refletir sobre o que compõe esse conteúdo que é abordado e classificado como cidadania em um meio que se posicionou como referência de comunicação pública? Além disso, o Portal foi escolhido, pois é a plataforma base de divulgação das redes sociais e sites das empresas que fazem parte da EBC.

4.6.1 HISTÓRICO

Este tópico estuda o lócus do objeto desta pesquisa, que é o site da EBC. Para o conhecimento deste lócus foi feita uma pré-análise do Portal, da página da seção cidadania e uma leitura flutuante das publicações que foram analisadas posteriormente pelo estudo empírico desta dissertação. Esta pré-análise, segundo Bardin (2011), é a primeira fase da metodologia da Análise de Conteúdo, composta por uma leitura geral do material para as operações sucessivas. A leitura flutuante faz parte desta primeira fase e é o primeiro contato com os dados da coleta para se conhecer os textos e as fontes a serem analisadas,

conforme Bardin (2011). Além disso, foi feito um estudo bibliográfico de artigos recentes que pesquisaram a atuação digital da EBC ao longo do tempo.

Para complementar o conhecimento da trajetória do Portal neste momento da dissertação, foram antecipados alguns depoimentos das entrevistas realizadas com os responsáveis pelo conteúdo publicado em diferentes períodos, desde a criação até o ano de 2017. No entanto, essas entrevistas[18] só foram realizadas após a coleta e análise do conteúdo, conforme será explicado no capítulo seis relativo à metodologia, e complementaram também as análises posteriores.

No final de 2011, o projeto do Portal da EBC foi lançado, segundo suas informações institucionais, para produzir conteúdo público com foco nos usuários de internet e apresenta, de forma integrada, as questões de comunicação pública. O site, até então, é composto de sete seções, a saber: Notícias, Cidadania, Educação, Esportes, Tecnologia, Cultura e Infantil. Ainda de acordo com as informações do Portal, seus conteúdos apresentam uma visão crítica de assuntos de interesse do público na web e nas redes sociais. Além dos conteúdos próprios (notícias, conteúdos explicativos, especiais multimídia, transmissões ao vivo, narrações minuto a minuto etc.), é possível encontrar na plataforma conteúdos da TV Brasil, Rádio Nacional, Rádio MEC, Agência Brasil e Radioagência Nacional e também, segundo o site, os conteúdos colaborativos, produzidos pela sociedade (ebc.com.br/colaborativo). Em notícia publicada em 16/07/2013[19], o superintendente de Comunicação Multimídia da época, Ricardo Negrão, os doze meses anteriores à data, o Portal havia alcançado a marca de cerca de 10 milhões de visitantes únicos.

Em 2013, o Portal ganhou o prêmio ‘A Rede’ na modalidade Setor Público, categoria conteúdo de interesse público. Segundo o site, esta iniciativa busca divulgar os melhores projetos envolvendo Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) para a inclusão social através da internet, rádio, vídeo e meios multimídia. A presença da EBC no ciberespaço abrange também as redes sociais: Google +, Youtube, Twitter (com mais de 50 mil seguidores) e Facebook (com mais de 140 mil “curtidas” na página).

---

[18] Todas as entrevistas realizadas para este trabalho foram realizadas pessoalmente no dia 24 de novembro de 2017.

[19] Publicado em: <http://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/sala-de-imprensa/2013/07/portal-ebc-completa-1-ano-com-recordes-de-acesso-e-novidades>. Acesso em 02/10/2016. Mas atualmente não está mais disponível.

Uma das responsáveis[20] pelo Portal, entrevistada pelo presente estudo, conta que no início da EBC, em meio às transmissões e produções de conteúdo da TV Brasil e das rádios, havia um contexto em que os conteúdos digitais iam ganhando espaço, a empresa não tinha uma presença marcante na web e sofria algumas resistências quanto ao início deste trabalho. Por outro lado, ainda na época da Radiobrás, segundo a entrevistada, a Agência Brasil teve líderes que trouxeram em espírito digital multimídia bastante inovador. Além disso, a única coisa que existia até então era uma iniciativa pontual da TV Brasil de fazer alguma presença multimídia nas mídias sociais, feitas pela Acerp[21] ainda, de forma terceirizada, de acordo com a entrevistada.

Segundo ela, a presidência da EBC da época analisou que era preciso melhorar a área digital, identificar o que já era feito pelos canais da empresa e incorporar ao contexto geral da instituição. Então, decidiu-se "criar um produto novo que pudesse ao mesmo tempo produzir algo dentro de uma linguagem digital de forma inovadora, na forma e no conteúdo, e pudesse agregar todos os conteúdos da casa e ser uma vitrine única da EBC na internet", relembra a entrevistada. Assim, em julho de 2012, o Portal EBC "foi ao ar" com a missão de tentar ser "a cara" da EBC na internet.

> No final de 2011, esse site foi encomendado porque não existia dentro da EBC uma estrutura de desenvolvimento de site encorpado o suficiente pra fazer um portal e havia dúvida se havia conhecimento na casa pra isso e por isso foi construído um projeto terceirizado. Teoricamente, em seguida, passaria para incorporar todos os outros sites da empresa dentro dele, esse processo ainda não terminou. A gente fez um levantamento de todos os conteúdos que já eram produzidos na casa, rádios, agência e TV Brasil e radioagência, e como eles eram indexados. A gente percebeu editorias que existiam, classificações de tudo quanto era tipo dentro da casa. Existia programação por faixa classificação na TV Brasil: a faixa de jornalismo, a faixa de arte, música, direitos humanos, era por cores. Existia na Agência Brasil as editorias, que eram muitas, além das editorias que tinham hoje ainda tinham editorias de saúde, meio ambiente, justiça. Tinha outra classificação na radioagência, nenhuma classificação batia com nenhuma. Então nós tentamos criar um modelo que já fosse mais parecido com o que é tendência hoje de ter menos editorias, mas que de alguma forma pudesse agrupar essa diversidade que existia de conteúdos, essa diversidade do que fosse produzido na EBC. Então, com isso a gente foi na Lei da EBC e viu quais eram as obrigações de conteúdo que a gente tinha que produzir e lá tem nominalmente: cidadania, cultura, educação, notícias ou jornalismo, infantil, tecnologia. Mais pra frente, a gente criou a de esportes porque efetivamente correspondia a um conteúdo que não estava na lei mais fazia parte de um conteúdo que a EBC produzia, mas no começo nem tinha por isso porque nós

[20] Esta entrevistada fez parte do projeto que criou o Portal e permaneceu no cargo até agosto de 2016.

[21] Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto foi a primeira instituição de comunicação pública do Brasil, instituída por Edgard Roquette-Pinto no Rio de Janeiro, iniciada com a rádio educativa. Atualmente, segundo seu site, a Acerp transmite conteúdo educativo para TV via satélite e por todas as operadoras a cabo do país e em múltiplas plataformas.

> fomos bem fiéis à lei. Quando fomos ao projeto nós decidimos produzir para o Portal conteúdos que fossem complementares ao que a casa já fazia. Desde o começo existia uma preocupação, até um apontar de dedo, até uma acusação, portanto, em relação ao que o Portal vinha pra tomar espaço da Agência Brasil, mas agente sempre nasceu com a nossa preocupação de ser complementar. Então, nós tínhamos o papel de integrar todos os conteúdos da casa numa plataforma única e ao mesmo tempo produzir conteúdo de acordo com a linguagem de internet, conteúdos notadamente multimídia, conteúdos explicativos, que é uma tendência ainda na internet. Isso foi incorporado depois pela Agência Brasil, era conteúdo multimídia, mas era conteúdo explicativo em novos formatos, a gente fez muitos hangouts[22] no começo, o Portal da EBC foi o primeiro veículo da EBC em fazer hangouts naquela plataforma do Google que fazia vários vídeos, nós procurávamos ser bem inovadores na forma. A gente usou todas as tecnologias o quanto antes e teve resultados muito bons com isso, a gente tinha uma produção com o rankeamento[23] do conteúdo. Então a gente tomou a decisão de replicar todo o conteúdo da Agência Brasil dentro do Portal pra gente conseguir mexer no SEO[24] dessas matérias, mudava o título, mudava o tagueamento[25], colocava palavras-chave mais fortes subia algumas coisas justamente pra rankear e dar mais visibilidade ao conteúdo da EBC, fazíamos isso tanto em site como em redes sociais. A gente criou o perfil EBC na rede até antes do Portal ir ao ar em que a gente procurava dialogar com o formato de cada plataforma e dentro do conteúdo que existe entregar um conteúdo de uma forma mais ativa mais proativa, dentro dessa nossa lógica de produção de conteúdo a gente sempre se preocupou com conteúdos que não eram produzidos pelo restante da casa. Então a gente produziu muito conteúdo de cidadania porque era um assunto que a casa não abordava desde o começo. Nós olhávamos muito para conferências, para essa multiplicidade de visões, conferências de temáticas de direitos humanos, ouvir de uma forma mais detalhada em outros formatos o que essas pessoas então lutando por direitos falam. Então a gente acabou tendo uma produção neste sentido e também de conteúdo explicativo que é um dos conteúdos que a gente teve uma grande visibilidade como, por exemplo, os protestos de julho de 2013. Nós procuramos olhar sobre o que já existia, mas de uma forma diferente. (ENTREVISTADA 1).

A ex-gestora lembra que outro diferencial do conteúdo produzido pelo próprio Portal era o cruzamento e a integração das informações dos outros canais da EBC. Mesmo assim, segundo a entrevistada, o conteúdo da Agência Brasil entrava automaticamente no Portal, e para as publicações das rádios, foi criado o site próprio em que a equipe do Portal passou a ajudar a editar o conteúdo para uma linguagem web. Seguindo essa tendência, em novembro de 2016, o Portal interrompeu a produção de conteúdo.

> O Portal EBC enquanto produtor de conteúdos próprios morreu. E hoje também eles não integram. Porque antes nós cruzávamos os assuntos publicados pelos

[22] Bate-papo via textos, áudios ou vídeos.

[23] Produzir e formatar um conteúdo para a web de maneira que este conteúdo esteja em uma posição de destaque nas plataformas de busca.

[24] Segundo o site Marketing de Conteúdo, SEO e refere a “Search Engine Optimization” ou otimização para motores de busca. É uma série de técnicas que ajudam no posicionamento das páginas de um site em portais de pesquisa, como o Google, por exemplo. Quanto melhor o SEO, mais pessoas visitarão as páginas por meio desse tipo de site. Disponível em < https://marketingdeconteudo.com/termos-de-marketing/>. Acesso em 20 de dezembro de 2017.

[25] É uma técnica para relacionar textos na internet de forma que possam ser encontrados mais facilmente.

> canais da EBC em uma página só, sendo um conteúdo explicativo voltado especificamente pra quem está na internet que quer entender aquilo ali e usando diversos elementos. A gente produzia conteúdos complementares aos conteúdos da Agência. A Agência não se via fazendo um conteúdo explicativo "entenda o que diz a Lei etc etc", usando infográficos. Hoje, não se faz tanta produção de conteúdo com uma visão estratégica com uma visão de SEO, acompanhando quais são as tendências de busca como a gente fazia. A gente acompanhava mesmo o que as pessoas estavam falando, fazendo e querendo saber na internet pra produzir conteúdo. Isso não embasou todos os conteúdos feitos, mas embasou boa parte. No final, já estava bem difícil de produzir como a gente tinha uma equipe aquém da necessidade existia um esgotamento mesmo, as pessoas eram muito cansadas, pra gente produzir conteúdo a gente tinha que se esforçar, a gente tinha repórter que editava também. Foi aumentando a quantidade de trabalho operacional por mais que eu tenha tentado não aumentar, o caminho já era uma unificação. (ENTREVISTADA 1)

A atual gestora do Portal conta que ele foi criado em meados de 2012, em uma outra época, que possuía outra diretoria, e vivia um momento de produção de conteúdo independente. Ela explica que havia repórteres que faziam reportagens e publicavam diretamente no Portal, que era um veículo de comunicação e utilizava as informações de outros veículos, mas ele tinha essa autonomia de criar e produzir conteúdos também. Mas desde novembro de 2016, segundo a gestora, o entendimento da atual direção da casa é que o Portal deixaria de produzir conteúdo próprio para ser divulgado no Portal e apenas a Agência Brasil, como veículo na web, produziria esses conteúdos.

> Isso foi para o fortalecimento da Agência Brasil que já era um veículo tradicional da casa que cria conteúdos próprios pra internet. Então nós deixamos de produzir conteúdos próprios para ser um agregador, uma vitrine pra reunir os três veículos da casa no Portal, como funciona em outros Portais, no G1 também é assim, você não vê matéria produzida pelo próprio G1 no site do G1, você vê notícia dos outros veículos da globo.com no site. (ENTREVISTADA 2).

É importante lembrar que a Globo é uma emissora de comunicação privada, comercial e não possui, assim como a EBC, um compromisso legislativo público de realizar uma comunicação pública voltada para os interesses do cidadão. Quando a atual gestora do Portal referencia no sentido de igualar o funcionamento de um site público a um site comercial, pode-se questionar até que ponto as práticas comunicativas deste portal remetem aos fundamentos de uma comunicação pública cidadã no sentido de se diferenciar, complementar e inovar. Nota-se na fala da primeira gestora uma preocupação em diferenciar o conteúdo produzido pelo Portal. Por outro lado, na fala da segunda gestora, especialmente com esta referência ao G1, percebe-se uma estratégia oposta de seguir uma prática de comunicação já existente, e que não se posiciona como pública.

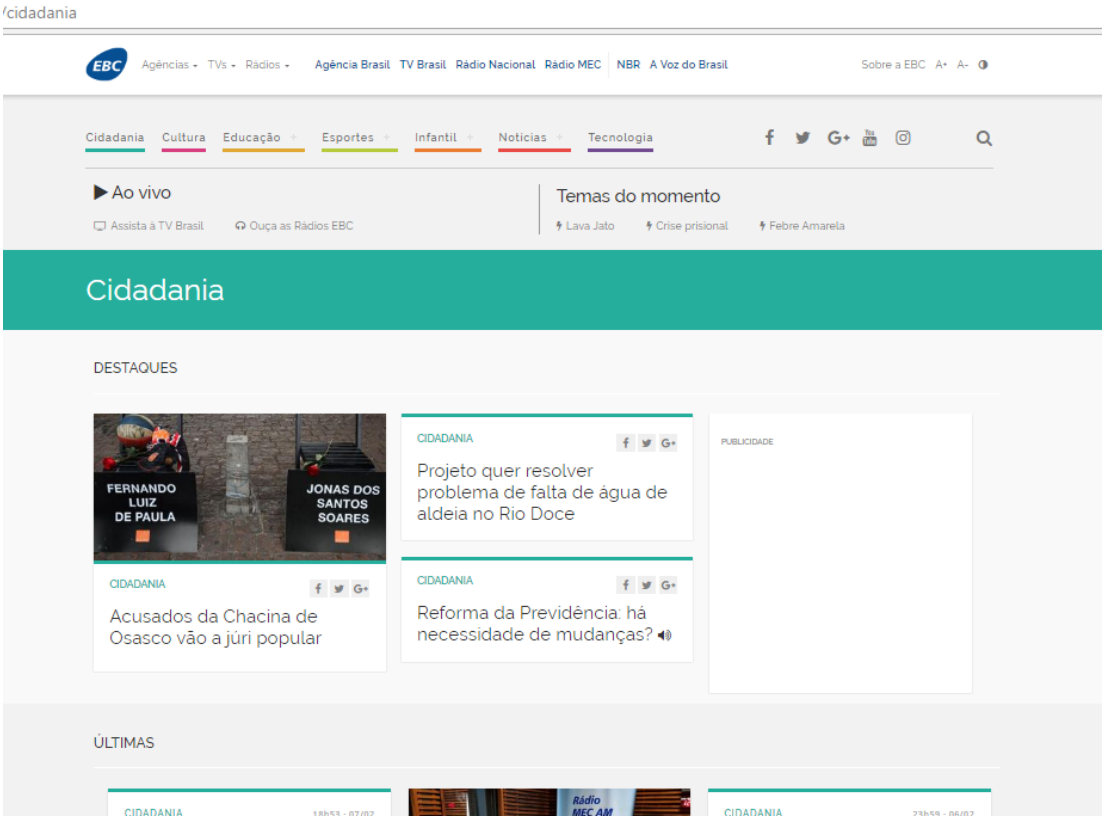
Sobre o atual processo de trabalho, a gestora explica que as áreas funcionam de maneira independente, mas seguindo os mesmos parâmetros jornalísticos que estão no Manual de Jornalismo da EBC. O material dos veículos é encaminhado ao sistema para o tratamento da equipe do Portal que aplica técnicas de SEO e disponibilizando o conteúdo adequado para ser consumido pelo público que está na web, segundo a gestora.

4.6.2 FORMATO ATUAL

Na pesquisa exploratória no Portal[26], verificou-se que a seção sobre Cidadania contou com a média de 40 publicações semanais reunindo o conteúdo multimídia das agências, das rádios e TVs que compõem o grupo. Na página desta editoria são publicadas apenas as manchetes ou títulos das notícias, acompanhados ou não de imagens. Cada "caixa" onde está escrito o título possui o nome Cidadania e os ícones das redes digitais Facebook, Twitter e Google+. Quando se clica nas caixas dos títulos, o internauta é direcionado à página da notícia que é hospedada em seu respectivo site, seja ele pertencente a uma das rádios, TV ou da Agência. Na página da notícia há o texto na íntegra, o endereço da página logo abaixo do título (URL)[27] ao lado o ícone para impressão e pode haver imagem, áudio, vídeo ou apenas texto. Havia ainda a data, horário e localização de onde foi escrita a matéria, os nomes dos autores, editores e tags[28]. Existia também a possibilidade de recomendar, comentar e compartilhar a notícia, porém, alguns desses comandos estão em inglês. Nesta página, há a identificação da editoria correspondente ao site do determinado veículo que é diferente da editoria cidadania em que o título da notícia está publicado no site da EBC, além disso, há caixas com títulos de outras notícias em destaque.

[26] Pesquisa exploratória realizada entre 1º de outubro de 2016 e 8 de fevereiro de 2017.
[27] Entende-se que esta informação está disponível em um local de destaque para ser copiada e compartilhada.
[28] Palavras ou expressões com links sobre o assunto da notícia e que podem ser direcionados a outras notícias sobre o mesmo tema.

Figura 1- Página inicial da seção Cidadania do Portal da EBC



Fonte: Site EBC: <www.ebc.com.br/cidadania>, em junho de 2016.

Figura 2 - Conteúdo de uma das publicações disponibilizadas no Portal da EBC na seção Cidadania

Direitos Humanos

Força-tarefa flagra 11 trabalhadores em situação degradante em garimpo no Amapá

Compartilhar: URL: https://web.archive.org/web/201

01/12/2017 18h14 Brasília

Júlia Buonafina Rocha*

O Ministério do Trabalho fez, nesta quinta-feira (30), uma operação de combate ao trabalho escravo no garimpo do Lourenço, no Amapá, a 400 quilômetros da capital Macapá. No local da operação, foram encontrados 11 trabalhadores submetidos à situação degradante de trabalho nas frentes de extração de ouro.

Os trabalhadores prestavam serviço de exploração de lavras por intermédio de autorização de uma cooperativa que ficava com uma percentagem do ouro que eles conseguissem extrair das lavras.

Durante a operação, foram encontrados seis trabalhadores que exploravam o garimpo sem as mínimas condições de saúde e segurança, dormindo em barracos de lona ou ao relento, fazendo suas necessidades no mato e preparando a comida em fogões improvisados, sujeitos a intempéries e ataques de animais predadores que circulam no local. Em outra área, mais cinco trabalhadores foram identificados na mesma situação. A fiscalização termina na próxima quinta-feira (7).

De acordo com o Ministério do Trabalho, a cooperativa já foi notificada. A cooperativa e todas as frentes de trabalho serão interditadas pela fiscalização, que vai fazer o resgate de todos os trabalhadores na área do garimpo. Além disso, a Polícia Federal, apreendeu documentos e cumpriu mandados de busca na cooperativa no garimpo do Lourenço.

Em outubro de 2015, a mesma operação foi feita e a fiscalização descobriu que pessoas alheias à cooperativa exploravam a área do garimpo com a colaboração da cooperativa, que permitia apenas que trabalhadores cadastrados explorassem a área determinada e assim repassassem determinado valor para a empresa.

Estagiário sob a supervisão do editor Davi Oliveira

Edição: Davi Oliveira

Compartilhar:

TAGS trabalho escravo, trabalho degradante, Amapá, garimpo, extração de ouro

Publicidade

Últimas notícias

01/12 - 19h42 | Geral
Diretor da PF defende a criação de centros integrados de combate à criminalidade

01/12 - 19h36 | Geral
Saiba como ficaram os grupos para a Copa 2018 na Rússia

01/12 - 19h35 | Internacional
Opep e parceiros ampliam o corte na produção de petróleo até o final de 2018

01/12 - 19h22 | Política
Em vídeo nas redes sociais, Temer diz que Brasil vai fechar 2017 "no positivo"

01/12 - 19h14 | Economia
Petrobras eleva preço da gasolina e reduz o do diesel

01/12 - 19h06 | Economia
Trabalho intermitente, parcial e teletrabalho já devem ser informados ao Caged

Ver mais

Pauta do dia

Fonte: Site EBC, via Internet Archive.

Sobre isso, Esch e Carvalho (2016) publicaram um artigo com análises sobre a convergência do Portal da EBC, considerando a adaptação de usos, formatos, linguagens e distribuição de conteúdos midiáticos. Os autores constataram que o Portal foi pensado inicialmente como um hub para o qual convergiriam conteúdos elaborados tanto pelos profissionais da empresa quanto por colaboradores externos com os quais a entidade manteria relações. Segundo os autores, o que se estabeleceu foi um portal composto por

áreas isoladas dedicadas a entrega de conteúdos desenhados a partir de meios específicos da empresa.

Ainda considerando a análise exploratória deste tópico, identificou-se que o site se autocaracteriza composto por um conteúdo multimídia diversificado. Esch e Carvalho (2016) caracterizaram a natureza do site em geral como informativa. Os autores explicam que a notícia sempre foi pensada como um conteúdo privilegiado a ser ofertado pelo site da EBC. No artigo, há uma entrevista com a Superintendente Executiva de Agências e Conteúdos Digitais de 2015, Denise Bacoccina, em que afirma que a notícia é a coisa mais nobre da EBC e é parte fundamental da sua missão como ente público.

> A partir dessa concepção e considerando que a Agência Brasil sempre foi uma marca forte da própria EBC e, por isso, vista dentro da entidade como um "veículo em si mesmo" e diferenciado dos demais, o site adquiriu a perspectiva informativa/noticiosa que apresenta atualmente. A gestora acredita que outro fator que influi para que o noticioso tenha preponderância no portal, é o fato de que os meios da entidade têm que oferecer o chamado hard news em suas programações cotidianas. Portanto, o desafio que se apresenta é pensar, a partir da situação que definiu como "privilégio da notícia", a maneira como a instituição transformará essa predominância de conteúdos informativos de modo a incorporar ao portal outros tipos de conteúdos que são produzidos pela EBC e demandados por segmentos específicos do público. Para isso, é fundamental que haja uma reflexão sobre esse tema, de modo a que se repense as bases conceituais que regem e estabelecem os parâmetros que definem a importância dos conteúdos noticiosos e de entretenimento que a EBC produz e que orientam suas ações para o cumprimento de sua missão. (ESCH; CARVALHO, 2016, p. 127).

Analisando a entrevista com Bacoccina, destaca-se o desafio por ela apontado de se elaborar um portal que ultrapasse o estágio atual o qual ainda expressava um modo de ver a produção de conteúdos virtuais fragmentada e sem a especialização de formatação e de linguagem. Para ela, era preciso escolher os conteúdos que iriam para a web e tirá-los das "caixinhas", ou seja, entregar conteúdos trabalhados de modo específico e ao gosto dos distintos perfis de "clientes" que transitam pela rede. Apesar disso, conforme entrevista com a atual gestora do Portal, percebe-se que a estratégia da equipe hoje é apenas fazer uma adaptação do conteúdo dos outros canais sem nenhum tipo de inovação.

4.6.3 POLÍTICA EDITORIAL

A ex-gestora do Portal que esteve na equipe desde o início de seu lançamento até agosto de 2016 e hoje faz parte de outro setor, conta que as editorias do site tiveram o objetivo de ser uma vitrine da lei da EBC e suas obrigações com a sociedade. Neste

sentido, segundo ela, a seção cidadania serve para empoderar as pessoas para defenderem seus direitos, e dialoga com os canais da Agência, por exemplo, de justiça e de direitos humanos e com uma série de conteúdos que era produzido pela TV também sobre direitos humanos.

> Desde o governo Lula havia muita vontade de fazer diferente do que estava sendo feito de tentar ampliar as fontes, de tentar ampliar a cobertura, propuseram ampliar muito mais, cobrir movimentos sociais, protestos, inclusive contra o governo, propuseram incluir debates, palestras, até uma coisa que jornalisticamente tem uma dificuldade de profissionais que tem a EBC como seu primeiro emprego por concurso que não sabe fazer um lide ou que tem um texto muito ruim, inexperiente. Nós temos muitas limitações, o projeto vem de um jeito e a execução vem de outro jeito. Existia uma grande vontade dar voz a maior número de atores possíveis, procurar refletir uma pluralidade e um grande foco no cidadão. Desde quando eu cheguei, o termo foco no cidadão é um termo ainda da Radiobrás que era uma comunicação estatal, mas com o foco no cidadão, ou seja, houve muita preocupação em prestar um serviço para a sociedade mesmo na época da NBR, da Voz do Brasil. Quando havia uma matéria sobre o presidente, inseríamos outras opiniões quais as forças e o que leva ele a tomar a decisão. A gente cobria muito mais debates do que cobre hoje. Diversidade indígena, étnico cultural, diversidade sobre a mulher, essa ampla visão da sociedade e de mostrar essa pluralidade de visões. Nós abrimos mão de parte de uma cobertura econômica dando menos ao que já era falado pelos veículos comerciais. A grande diferença que eu vejo pra agora é que se procura fazer é manter uma cobertura do factual da tomada de decisão inclusive com a visão de todos os lados envolvidos, porém dando menos vasão aos discursos, as coberturas de protestos antes até o impeachment da Dilma elas procuravam mostrar os vários lados vendo os argumentos do que as pessoas estavam dizendo ou pensando. Hoje, a gente vai fazer uma cobertura de protesto, a gente coloca uma aspas, um exemplo apenas, não existe interesse ou energia de se mostrar o que se está pensando nessa diversidade ou essa amplitude de visões, as pessoas também estão com o pensamento muito simplificado tem os a favor e os contra. Mas existe uma diferença de uma diversidade que antes a gente mostrava e hoje mostra menos. Hoje não se cobre mais tantos eventos de ONGs, a gente passa a cobrir as decisões. Eu acho que tem uma restrição da cobertura dos debates dos assuntos que existem na sociedade, de formação de opinião ou a pluralidade de visões ou como uma visão ou outra se compõe a chegar a uma terceira, mas ainda uma intenção de manter a cobertura factual de todas as coisas que são importantes. Então eu acho que teve uma redução de escopo. (ENTREVISTADA 1)

Sobre a questão da independência editorial, a entrevistada conta que a EBC sempre sofreu uma pressão muito grande da Secom e até hoje sofre.

> Existem duas coisas diferentes, a Secom passar a mão no telefone e ligar para o presidente da EBC ou para algum diretor e falar: “olha é muito importante que vocês cubram determinado assunto”. Isso dentro de uma empresa pública a gente sabe que tem isso, ainda mais depois dessa nova lei. E existe a reação de que “isso que você publicou é inaceitável”, rolam as duas coisas. A ligação vem, existem respostas diferentes possíveis. Existe uma resposta que pode ser “peraí a gente faz jornalismo eu sei que isso desagrada o governo, mas isso é jornalismo”.

> Enquanto isso tudo bem, quando vira uma coisa "desculpe tudo bem isso não vai se repetir". Ou trocar setoristas do setor, porque nós temos esses exemplos, que incomodaram o governo em algum momento, e isso tudo impacta a cobertura quando você começa a trocar as pessoas de lugar quando elas incomodam, você vai empobrecendo a cobertura. (ENTREVISTADA 1)

A atual gestora do Portal, que trabalhou durante oito anos como repórter e editora em uma das rádios da EBC e está há um ano trabalhando com o ambiente web, afirma que quando vai escolher uma informação para destacar no site pensa-se muito no foco do cidadão, se essa notícia interessa para o cidadão e como ela vai fazer a diferença desta na vida do cidadão.

Segundo a atual coordenadora de edição da Agência Brasil, cujos conteúdos são publicados diretamente no Portal, na última formulação do site da Agência houve um entendimento da instituição que ela tem um papel de ser uma agência de notícias e, portanto, trabalhar com o factual, notícias diárias.

> É um trabalho diferente do Portal, o Portal trabalha com o intuito de trazer todo o material, então o destaque dele não precisa ser uma notícia factual. Já Agência Brasil não, o papel dela é fornecer notícias diárias, o que está acontecendo hoje durante todo o dia. Então o entendimento foi que nós não tivéssemos uma editoria de cidadania, mas uma editoria de direitos humanos. Esse material que a gente entende como cidadania ele está distribuído entre várias editorias dentro da Agência Brasil, desde política que é uma cobertura muito mais de congresso, mas também as vezes entra um material que tenha esse viés de cidadania desde política, direitos humanos, geral, educação, economia. Então ele está distribuído nessas outras editorias porque de fato a gente trabalha com o fornecimento de notícias diárias de factual. A gente trabalha também com notícias que não são factuais, uma apuração exclusiva, um material que não tenha essa necessidade de não ser um fato daquele dia que a gente conseguiu uma apuração diferenciada. Mas como nosso papel é o fornecimento de notícias diárias então o entendimento é distribuir esse material em diferentes editorias. (ENTREVISTADA 3).

Ainda de acordo com a atual coordenadora da Agência Brasil, o conteúdo de direitos humanos, que automaticamente é publicado na seção cidadania do Portal, está relacionado a questão de gênero e manifestações da sociedade.

Um dos responsáveis pelo conteúdo das rádios da EBC, que também é publicado no Portal, garante que o Manual de Jornalismo é e sempre foi o documento que norteia o trabalho de sua equipe e que nunca sofreu interferências. Segundo ele, a orientação editorial sempre foi o foco no cidadão independente da mudança da lei ou não.

A coordenadora da TV Brasil afirma que "a questão é dar voz a todo o segmento da sociedade independentemente, principalmente nessa gestão atual é o princípio

básico do jornalismo você tem que dar um lado você tem que dar o outro com equilíbrio". Para ela, o cenário de hoje na EBC só fortaleceu ainda mais a possibilidade de dar todas as vozes da sociedade. A coordenadora cita como exemplos as pautas sobre grupos indígenas e quilombolas que são mostrados não só quando há um problema, mas como forma de inclusão.

Sobre a questão da política editorial do Portal é comum nas mais diferentes menções dos entrevistados a característica de dar voz ao cidadão, do foco no cidadão. A lei da EBC e o Manual de Jornalismo são os documentos referenciados pelos colaboradores como a base da política editorial. Mas essa ideia parece esbarrar na dependência editorial que a EBC pode estar sujeita aos órgãos governamentais aos quais está diretamente ligada, conforme sua legislação antiga e atual. É interessante notar que a primeira gestora fala sobre a preocupação de coberturas de debates e discussões até chegar no fato da decisão de um determinado assunto. O destaque da atual equipe é somente para "dar voz ao cidadão" e à informação de uma decisão fechada, não houve menções sobre informações ou explicações sobre entendimentos de direitos, sobre pluralidade política ou questionamentos sobre as ações de órgãos governamentais. Também não foi mencionado sobre os conteúdos colaborativos previstos no site e sobre a possível atuação do Comitê Editorial. Diante dessas realidades, é preciso conhecer os conteúdos das publicações e analisar se realmente as diretrizes e os fundamentos dos documentos mencionados fazem parte da prática.

4.6.4. ASPECTOS TECNOLÓGICOS E MULTIMÍDIA

Do ponto de vista tecnológico, para a ex-gerente do Portal, quando ele "nasceu acabou virando uma esquizofrenia porque a agência que foi contratada para nos atender, ela não foi falando: nessa tecnologia não tem como atender é melhor fazer de um outro jeito". Ela explica que, com a exceção do período inicial da Agência Brasil, a web nunca foi prioridade e, desde quando a EBC surgiu até o hoje, a prioridade é a TV Brasil.

No artigo de Esch e Carvalho (2016), com análises sobre a convergência do Portal da EBC, considerando a adaptação de usos, formatos, linguagens e distribuição de conteúdos midiáticos, tem-se asserções da Superintendente Executiva de Agências e Conteúdos Digitais em 2015, Denise Bacoccina.

> De modo geral, o portal da EBC expressa uma concepção de convergência em estágio bastante inicial diante das possibilidades técnicas disponíveis e utilizadas em outras entidades congêneres. A primeira consideração é sobre a arquitetura. As páginas do portal estavam estruturadas a partir de entradas para os sítios específicos de agências de noticias, rádios, televisão e ouvidoria da empresa e para encaminhar o usuário para áreas temáticas/informativas consideradas importantes pela EBC. O portal foi concebido a partir de um conceito tradicional: a separação dos canais embora eles coexistam no mesmo espaço. A ideia de separação dos serviços de rádio, TV e agências sinaliza um baixo índice de convergência. A estratégia da empresa foi dar visibilidade a marca EBC, praticamente desconhecida do grande público. Dois projetos de portal foram desenvolvidos em menos 4 anos. (ESCH; CARVALHO, 2016, p. 124).

Ao analisar a pesquisa destes autores, percebe-se um importante aspecto observado que é a baixa oferta de conteúdos *on demand*[29]. Duas causas foram apontadas pelos autores: a ausência de direito de imagem e a entrega de poucos conteúdos jornalísticos próprios em áudio e vídeo integrado à narrativa baseada em texto e fotos devido a limitações técnicas. Segundo os pesquisadores, algumas poucas iniciativas multimídia já haviam sido desenvolvidas e estavam disponíveis na seção "Conteúdos Especiais", seção esta caracterizada pelos autores como uma iniciativa louvável, porém longe de configurar uma narrativa transmídia entendida como aquela que se desenrola por meio de múltiplos canais de mídia, cada um deles contribuindo de forma distinta para a compreensão de um tema ou assunto. Para eles, a iniciativa alcança algum grau de crossmídia em parte da produção, mas falta efetividade, no geral, porque implica em reproduzir o conteúdo de várias mídias no mesmo lugar, porém sem a devida adaptação.

Esch e Carvalho (2016) também identificaram que a EBC dispõem de páginas institucionais nas redes sociais e somente alguns programas de rádio e TV tinham páginas específicas nas redes sociais que permitiam a participação da audiência através de comentários. Além disso, a oferta e a atuação dos aplicativos para aparelhos móveis como tablets ou smartphones seguem essa tendência retraída conforme constata-se na pesquisa desses autores. Eles avaliam que o Portal como um todo (estrutura, texto, grafismo e visual) tem uma marca de natureza informativa, salvo alguns programas que apresentam páginas que se aproximam de uma linguagem multimídia.

> Dentro de nossa perspectiva, identifica-se mais como uma agência de notícias pautada pela cobertura de tipo do hard news, com destaque para fatos já divulgados em outros portais de notícias. A diferenciação que procura oferecer está na cobertura de alguns temas como cidadania, cultura, educação e meio ambiente. Porém, isso não significa, de fato, uma cobertura diferenciada. São

[29] Trata-se de um serviço ou produto visando suprir de imediato a demanda do consumidor.

> raras as matérias que apresentam uma abordagem aprofundada e que são complementadas por recursos multimídia. O baixo índice de atratividade impede que se transforme em espaço de entretenimento e informação de qualidade, cumprindo, assim, alguns dos seus objetivos como prestador de serviço público. (ESCH; CARVALHO, 2016, p. 124).

Diante do que já foi apresentado neste trabalho até este momento, considera-se na verdade que a proposta para o alcance dos objetivos de prestação de serviço público no Portal está muito aquém ao que poderia ser oferecido em se tratando de recursos multimídia, considerando a própria análise dos autores acima. Isso porque a estrutura descrita além de ser incipiente como foi avaliada pelos pesquisadores também não disponibilizam uma diversificação ampla de meios para o acesso e participação dos cidadãos internautas nas mídias digitais. As limitações técnicas parecem ser um entrave para a atuação de ações comunicativas inovadoras e os canais digitais e os dispositivos não ganham um trabalho customizado conforme suas devidas particularidades.

Na entrevista que Esch e Carvalho (2016) realizaram com a gestora Bacoccina, é confirmado que a entidade ainda estava "engatinhando" no processo de modernização tecnológica e de preparação para ocupar o espaço virtual. A entrevistada afirma que o desafio maior é administrar essa situação a partir da ideia de que não há recursos disponíveis para a realização de todo o leque de ações exigidas para que a empresa possa se fazer presente na internet de modo satisfatório. Os autores explicam que essa perspectiva é resultante do próprio momento histórico da instituição, criada há pouco mais de oito anos e que ainda luta para se estabelecer e se consolidar como ente público de radiodifusão. Neste sentido é importante observar que esta falta de recursos afeta diretamente ferramentas que poderiam proporcionar uma maior e mais qualificada visualização e atuação dos cidadãos, além de estabelecer canais que já nascem obsoletos.

Apesar da visão objetiva sobre aquilo que deve ser feito, o "como deve ser feito" pode ser algo distante, afastado pela falta de recursos humanos, materiais e financeiros. E isso é confirmado pela entrevista com a ex-gerente do Portal que informou que a equipe de desenvolvimento é composta por cerca de cinco pessoas e, para ela isso reflete uma falta de visão com relação à importância da web. Ela afirma que houve um pensamento de este trabalho tecnológico ser terceirizado, mas a EBC hoje só pensa em cortes de orçamento. De acordo com a ex-gestora "a EBC vive hoje uma grande redução, na pior das hipóteses uma paralisia, antes havia uma vontade. Hoje eu vejo que nem a vontade". Na entrevista com a atual equipe do Portal, do ponto de vista de inovações tecnológicas, multimídia, ações e interações na web, não foi mencionada nenhuma ação

digital além das aplicações de técnicas de SEO, durante a adaptação dos conteúdos publicados pelos canais da EBC (TV e rádios), e monitoramentos por meio da ferramenta gratuita Google Analitcs.

4.6.5. PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO INTERNAUTA

Em uma primeira observação das páginas que fazem seção cidadania do Portal da EBC não foram encontrados comentários, quantidades de "curtidas" ou compartilhamentos, bem como não foi mencionado que determinada pauta tenha sido sugerida ou informada por algum cidadão. Uma das gestoras do Portal explicou que dentre as diversas migrações tecnológicas sofridas pelo Portal os comentários dos internautas se perderam. Além disso, os conteúdos que possuíam a colaboração do cidadão estão restritos ao Canal Colaborativo do Portal e aqueles conteúdos que eram replicados na editoria cidadania também foram perdidos durante as migrações tecnológicas. O último conteúdo colaborativo encontrado por esta pesquisa no Portal Canal Colaborativo tem a data de junho de 2016.

A ex-gestora afirma que antes havia um trabalho com conteúdos colaborativos no canal de cidadania, apesar de que eram inseridos na seção de notícias porque relacionava-se o canal de cidadania com o conteúdo de cidadania, conteúdos do cidadão entravam no canal colaborativo e poderiam ser sobre qualquer tema. Então, segundo a ex-gestora, buscava-se de forma proativa conteúdos colaborativos produzidos seja por pessoas ou por organizações da sociedade que estavam debatendo temas que eram de interesse das pessoas. "Nós tanto recebíamos pauta de pessoas que enviavam e-mail para o colaborativo quanto quando havia um assunto que achávamos importante ter múltiplas visões da sociedade nós procurávamos para ter no Portal".

A atual equipe produtora de conteúdo que vai para o Portal (Agência Brasil, Rádios e TV Brasil) explicou que cada veículo realiza interações de acordo com as propriedades de seu canal. A gestora da TV informou que recebe muita solicitação via ouvidoria e via rede social, além de solicitações de matéria pelo Programa Repórter Brasil. "A gente procura atender e inclusive citar que foi um pedido do cidadão. Em geral os pedidos são muito relacionados a direitos humanos, cidadania e então a gente dá prioridade".

O responsável pelas rádios também informou que recebe sugestões de matérias durante os programas e via ouvidoria.

> Quando vem alguma sugestão de pauta ou denúncia a gente apura, faz matéria, a gente tem a central do ouvinte que funciona mais para o rádio e a gente também corre atrás. Ou até mesmo dúvidas sobre direitos, previdência, e transforma isso em entrevista. E estamos introduzindo os canais digitais como o WhatsApp que tem aumentado muito. Dentro da nossa capacidade a gente vai atrás porque nós cobrimos o factual porque se não as pessoas não vão nos sintonizar, nós tentamos fazer um pouco a mais, pautas mais contextualizadas, pautas que as outras empresas fazem, mas dando um olhar diferenciado e ainda tem essa demanda social, problemas territoriais, a gente vai atrás e tenta apurar isso. Então o cidadão ele participa sim, mas poderia ser melhor, provocar nós provocamos. A gente torna público o tempo inteiro os canais para que eles possam se manifestar participar, no caso da programação, a gente tem muita participação ao vivo que hoje é muito utilizado pelo WhatsApp. O cidadão precisa se tornar protagonista nisso aí. (ENTREVISTADO 4).

A responsável pela Agência Brasil, cujo lócus é a internet, também afirma que o contato com o cidadão é feito principalmente via ouvidoria.

> Na Agência a principal demanda é pela ouvidoria o procedimento é o mesmo, toda demanda é enviada pela ouvidoria necessita de uma resposta, se é uma sugestão de pauta a gente faz uma apuração, vai atrás. A gente recebe as vezes algumas ligações de sugestões de pauta ou alguma coisa, sugestão de alguma pessoa que poderia ser ouvida sobre determinado assunto. No caso das redes sociais a equipe do Portal é que cuida da nossa rede social, não é nossa equipe que cuida das nossas redes sociais é uma equipe específica e quando eles identificam uma demanda eles encaminham pra gente e, por meio de monitoramento das redes sociais, algum assunto que a equipe do Portal identifica que as pessoas estão comentando muito nas redes sociais a gente traz esse assunto sobre como a Agência pode abordar e o que a gente pode sanar aquela dúvida ou esclarecer se existe uma polêmica ou uma confusão de informações. (ENTREVISTADA 3).

De acordo com a atual gestora do Portal, a única ferramenta de monitoramento utilizada pela equipe é o Google Analitics, que é gratuita, e o trabalho relacionado às redes sociais não foi mencionado. Diante disso, nota-se que não há uma preocupação ou um trabalho com interações diretas ou online com o internauta, a participação e interação com o cidadão no ambiente digital é sempre mediado pela ouvidoria, pelos repórteres ou por mensagens que não são disponibilizadas de forma pública.

A ex-gestora explica este cenário,

> Não dá pra dizer que tem uma inovação de formato hoje em dia, a gente passou a produzir conteúdo em redes sociais quando as redes sociais começaram a

> crescer, e hoje a orientação da casa é pra que haja uma diminuição de interações nas redes sociais até porque a EBC sofreu uma avalanche de críticas depois dessa virada de gestão e de direcionamento editorial. (ENTREVISTADA 1).

De uma maneira geral, este não aproveitamento integral das novas mídias pela comunicação pública diminui a atuação digital e a aproximação que os veículos públicos poderiam ter com os internautas. Del Bianco, Esch e Pinheiro (2017), por exemplo, afirmam que as estratégias digitais, no contexto brasileiro, podem ser uma forma para superar, em alguma medida, a enorme invisibilidade social que a radiodifusão pública ainda apresenta e fidelizar públicos mais jovens que fazem do espaço virtual uma ferramenta para fomentar a participação ativa. Del Bianco, Esch e Moreira (2017) contam que a permanência e sustentabilidade do serviço público de radiodifusão diante da emergência da convergência proporcionada pelas TICs tem sido uma preocupação frequente em várias partes do mundo. Segundo esses autores, o Parlamento Europeu aprovou em 2010 a resolução (2010/2028(INI)) que orienta os estados-membros sobre ações com vistas ao desenvolvimento dos meios públicos em plenas condições de atuação e de concorrência justa com a mídia privada-comercial.

> Com base em cinco documentos, que demonstram a abrangência e grau de amadurecimento do serviço público na Europa, a resolução reafirma a necessidade de emissoras públicas manterem-se independentes, fortes e vibrantes, capazes de adotarem mecanismos para se adaptar às exigências da era digital. Num momento de concorrência editorial em termos de qualidade e diversidade dos conteúdos, o parlamento defende ser necessário aos organismos públicos diversificarem as suas operações e encararem novas plataformas de distribuição. (DEL BIANCO; ESCH; MOREIRA, 2017, p. 160).

Neste sentido, Detoni (2016) afirma que as novas tecnologias de comunicação e informação, com suas amplas possibilidades de interação e participação, têm forçado a mídia em geral a repensar seus modelos de produção e transmissão de conteúdo. E, segundo a autora, a democracia da internet e o anseio público por participação abalam a comunicação vertical e o paradigma difusionista, ao mesmo tempo em que abrem uma excelente oportunidade também para o reposicionamento da mídia pública na sociedade. Uma oportunidade que não está sendo totalmente aproveitada nas plataformas digitais da EBC conforme a realidade da empresa mostrada neste tópico.

Isso porque Detoni (2016) complementa que abraçar a interatividade e a comunicação participativa não se resume a criar espaços para perguntas, comentários, enquetes ou postagens de fotos e vídeos, práticas comuns em todos os veículos.

> A democracia requer meios mais robustos para o debate de questões sociais e políticas com objetivo de construir compreensão, entendimentos, acordos, tolerância. As emissoras públicas de rádio e TV, mesmo na era da internet, ainda têm um papel a cumprir como esfera pública generalista, capaz de ir além dos nichos das redes sociais e sites, embora devam se valer deles para a construção da pauta, o compartilhamento de conteúdos e a conexão com novos públicos. (DETONI, 2016, p. 35).

Um entendimento que condiz com as bibliografias estudadas neste trabalho, mas diferente do posicionamento da atual equipe responsável pelo conteúdo da EBC. Sendo este mais um ponto divergente entre teoria e prática da comunicação pública brasileira.

De uma maneira geral, ao longo do histórico da EBC, nota-se que há uma consciência das evoluções que devem ser feitas para as adequações das inovações midiáticas, mas além das barreiras estruturais também há lacunas que não definem estratégias que aproximem as possibilidades multimídias das diretrizes definidas como comunicação pública pela própria instituição.

5. INTERNET E WEBJORNALISMO

O objetivo deste capítulo é estudar o ambiente comunicacional em que se encontra o objeto de pesquisa, a internet, e as possibilidades do formato deste objeto, sob um ponto de vista do webjornalismo. Este estudo será importante para refletir sobre a comunicação pública na ótica da sociedade em rede e identificar um parâmetro de avaliação para a forma do objeto que permita ver suas possibilidades de contribuição com a informação e formação dos internautas com relação à cidadania. Essa identificação faz parte dos indicadores que irão parametrizar a análise do conteúdo e assim permitir inferências sobre o objeto considerando seu lócus de atuação.

5.1. CIDADÃOS EM REDE

Segundo a pesquisa sobre mídias de 2016 da Secom, 68% dos jovens com até 34 anos acessam internet todos os dias. A edição desta pesquisa no ano de 2015 possuiu um recorte por escolaridade que mostrou também que 87% dos respondentes com ensino superior acessam a internet pelo menos uma vez por semana e 67% estão em busca principalmente de informações. As maiores e principais empresas de comunicação comercial de todo o mundo, possuem sites e perfis em redes digitais. Nesta tendência, os canais públicos/estatais/governamentais também se fazem presentes na rede, ou seja, existe o interesse dos internautas por informações, existe uma forte presença das mídias privadas na web e existe a responsabilidade dos canais públicos de realizar sua missão comunicativa e cidadã também neste ambiente virtual.

É importante pensar nessa realidade como um conjunto de ações cotidianas que envolvem os canais de comunicação e pessoas em um ambiente virtual e que pode ser ampliada e expandida para outros meios, discussões em outros ambientes e reverberar em outras ações. Castells (2003), por exemplo, considera as possibilidades da internet em uma abordagem de conexões das pessoas e entre pessoas, com a rede dentro e fora do ciberespaço. Mesmo em 2003, Castells já afirmava que a internet é o tecido de nossas vidas naquele momento e um meio para tudo que interage com o conjunto da sociedade sendo mais que tecnologia, um meio de comunicação, interação e de organização social. E

com a visão que a sociedade está em rede, o autor chama a atenção para a reflexão de realidades que antecedem a internet e que se refletem no ambiente virtual.

> Uma vez que toda a informação está na rede – ou seja, o conhecimento codificado, mas não aquele de que se necessita -, trata-se antes de saber onde está a informação, como buscá-la, como transformá-la em conhecimento específico para fazer aquilo que se quer fazer. Essa capacidade de aprender a aprender; essa capacidade de saber o que fazer com o que se aprende; essa capacidade totalmente desigual e está ligada à origem social, à origem familiar, ao nível cultural, ao nível de educação. É aí que está, empiricamente falando, a divisória digital neste momento. (CASTELLS, 2003, p. 266-267).

Sob esta ótica, na realidade da comunicação pública brasileira, pode-se refletir sobre a forma como as informações sobre cidadania estão disponíveis nos portais. Diante de tudo o que foi pesquisado sobre a EBC até o momento, é possível questionar se a presença digital está cumprindo apenas uma tendência comunicativa, está refletindo sua realidade institucional e/ou está em conformidade com sua missão legislativa e as diretrizes da comunicação pública, conforme será analisado adiante.

Castells (2003) também considera que a internet poderia ser um instrumento de participação cidadã extraordinário, mas em geral o que se observa, segundo ele, é que os governos, as administrações, os partidos políticos confundiram a internet com um quadro de anúncios. Em geral, limitam-se a expor dados. “Em geral, temos escassíssimos exemplos de prática interativa cotidiana do sistema político com os cidadãos”. (CASTELLS, 2003, p. 280).

Apesar disso, o autor ainda diferencia a internet das outras grandes mídias por ser uma comunicação horizontal, de cidadão a cidadão, significa ter um espaço cidadão onde qualquer um pode iniciar a promoção da cidadania. Para ele, o que a internet faz é processar a virtualidade e transformá-la em realidade, constituindo a sociedade em rede, que é a sociedade em que se vive. Além disso, o autor afirma que a internet está transformando radicalmente os meios de comunicação, porém não pela convergência e sim convertendo-se no coração articulador dos distintos meios, da multimídia.

> Em outras palavras, transforma-se no sistema operativo que permite interconectar e canalizar a informação sobre o que acontece, o que podemos ver, o que não podemos ver, e torna-se o sistema conector interativo do conjunto do sistema multimídia. Isso é o que a internet está configurando. (CASTELLS, 2003, p. 284).

Em um conceito mais recente, Castells (2013) defende que há uma íntima conexão entre as redes virtuais e as redes da vida no mundo real. Mas que o mundo real na atualidade é um mundo híbrido, não um mundo virtual nem um mundo segregado que separaria a conexão on-line da interação off-line. Por isso, o olhar da pesquisa irá considerar o conteúdo como o reflexo de todo o conteúdo dos canais da EBC e seu posicionamento enquanto instituição de comunicação pública e sua postura comunicacional relacionada à cidadania no contexto atual. Entende-se que a partir do momento que um portal de comunicação pública disponibiliza notícias com a classificação de cidadania, este conteúdo, mostra não só o que se quer ser apresentado como cidadania, mas também o que se quer ser propagado como cidadania em redes reais e virtuais.

Desde 2005, Castells e Cardoso apontaram a importância do setor público nesta sociedade em rede e os desafios a serem superados para o alcance de objetivos cidadãos. E nesta realidade das mídias digitais, além dos desafios da inclusão digital, da popularização da banda larga, a sociedade em rede possui outros percalços observados pelos autores.

> O setor público é atualmente o ator decisivo para desenvolver e moldar a sociedade em rede. Indivíduos inovadores, comunidades contraculturais e empresas de negócios, já fizeram o seu trabalho ao inventar uma nova sociedade e ao difundi-la por todo o mundo. A moldagem e a condução desta sociedade está, como esteve sempre no caso das outras, nas mãos do setor público, apesar do discurso ideológico que pretende esconder esta realidade. Contudo, o setor público é a esfera da sociedade em que as novas tecnologias de comunicação estão menos difundidas e os obstáculos à inovação e ao funcionamento em rede são mais pronunciados. Assim, a reforma do setor público comanda todo o resto, no processo de moldagem produtiva da sociedade em rede. Isto inclui a difusão da e-governação (um conceito mais vasto do que o governo eletrônico — porque inclui a participação dos cidadãos e a tomada de decisões políticas); e-saúde, e-formação, e-segurança, etc.; e um sistema de regulação dinâmica da indústria de comunicação, adaptando-se aos valores e necessidades da sociedade. Todas estas transformações requerem a difusão da interatividade, multiplicando as redes em função da forma organizacional do setor público. Isto é equivalente a uma reforma do Estado. De fato, o modelo burocrático racional do Estado da Era Industrial está em completa contradição com as exigências e os processos da sociedade em rede. (CASTELLS; CARDOSO, 2005, p. 27).

Essa necessidade de uma reforma do setor público/estatal com relação às propriedades tecnológicas voltada para a dinâmica da sociedade em rede e das mídias digitais pode estar ligada a uma realidade contraditória mostrada pela Pesquisa de Mídias da Secom. Pois, se por um lado há quase metade dos brasileiros na internet, sendo em sua maioria jovens com ensino superior que acessam a rede todos os dias, por outro lado, apenas 19% acessam o site de governo ou de instituições públicas.

Do ponto de vista da comunicação pública, Brandão (2016) avalia esse cenário de apatia relacionando-o à impunidade, impotência e falta de representatividade sentida pelos cidadãos.

> É inegável que há um distanciamento do cidadão das formas clássicas de representação na democracia, mas elas estão sendo substituídas por outros canais e as conquistas dos grupos minoritários da sociedade são provas de que não há apenas apatia. O ceticismo existe, e vai além, quando se transforma em sentimento de impotência ao perceber a impunidade e a dificuldade que o sistema representativo tem para punir os crimes contra a cidadania ou, apenas implementar políticas públicas eficientes em área historicamente carentes como saúde, educação, segurança e transporte. Como querer que o cidadão responda com participação, se o seu voto não consegue alterar a situação que o aflige, independente de partido ou ideologia? As políticas assistencialistas que resistentemente subsistem na história recente do Brasil, maquiadas como políticas sociais, permitem oferecer a parcela mínima da dignidade devida à população, mas ao mesmo tempo alimentam a dependência e gratidão pelo pouco recebido, sentimentos que não induzem o cidadão a desenvolver a consciência dos seus direitos e deveres, nem colaboram para enraizar a noção de justiça social e o desejo de participação. A passividade pode ter a expressão da desilusão e impotência por não se ver representado como gostaria, mas não implica em ausência da vida política. (BRANDÃO, 2016, p. 122).

Percebe-se que pode haver um distanciamento dos cidadãos internautas das mídias digitais promovidas pelo Estado não somente pela falta de incentivo ou pela incipiência multimídia e tecnológica, mas especialmente pelos problemas políticos não resolvidos que geram insatisfação e o sentimento de impotência. Esses fatores, aliados às análises anteriores de que algo público é ao mesmo tempo de todos e também de ninguém, reforçam a ideia de que o sentimento de pertencimento e a consciência dos valores institucionais são fundamentais para o envolvimento dos cidadãos na comunicação *on* e *off line*. Até aqui este trabalho entende que há um histórico deficiente da cidadania brasileira marcada pela passividade, assistencialismo, desigualdades entre os cidadãos, e a marginalidade da comunicação pública desregulamentada, sem foco no interesse e na formação do cidadão, engessada por interesses privados. Essa é uma realidade que também pode estar refletida no conteúdo dos meios virtuais.

E, para essa análise, além das características e possibilidades estudadas é necessário entender a estrutura do webjornalismo que pode ser utilizada para ampliar o conhecimento do cidadão por meio da informação. Isso porque, como foi verificado na pesquisa bibliográfica e exploratória, a natureza do site da EBC é informativa. Portanto é preciso relacionar a informação, o webjornalismo e a comunicação pública para se entender as propriedades da prática do objeto empírico.

5.2 WEBJORNALISMO

Este tópico é composto pela visão teórica que pretende analisar o formato digital dos componentes do objeto de pesquisa: as publicações da seção Cidadania do Portal da EBC. A empresa define a informação como a natureza de seu site. Melo (2010) afirma que o gênero informativo é o gênero referencial do jornalismo composto pelos formatos de notícia, nota, reportagem e entrevista. Esses formatos vão ao encontro e fazem parte do conteúdo do objeto desta pesquisa, tendo como acréscimo algumas poucas crônicas dos programetes das rádios que também foram publicados na seção cidadania do Portal, identificados durante a leitura flutuante.

Ao relacionar a face conceitual do jornalismo que converge com a comunicação pública tem-se em Correia (2011) a afirmação de que o enunciado jornalístico é público num triplo sentido. O primeiro sentido público que o autor observa no jornalismo é que ele circula em espaços de acessibilidade geral e a abertos a todos, em relação aos quais não existe habilitação prévia para a sua frequência, além das condições construídas pela modernidade para que o discurso jornalístico seja acessível a todos.

O segundo sentido público do jornalismo, segundo Correia (2011), é quando considera-se como possuidor do interesse coletivo. O autor assume que há uma dificuldade de discernimento sobre o sentido de público e interesse coletivo, que também é uma dificuldade comum aos pesquisadores da comunicação pública, como já apontou Brandão (2016).

> O conceito de “interesse público” sofre do mesmo mal que acomete o de comunicação pública e o de comunicação social: a utopia, que aceita como premissa o fato de que a verdadeira função da comunicação é o “esclarecimento” de uma pretensa verdade, e a consequente negação do seu papel de mediadora e, frequentemente, defensora de conflitos e interesses divergentes. (BRANDÃO, 2016, p. 125).

Neste sentido, Gomes (2009) entende interesse público relacionado ao jornalismo como um serviço à opinião pública, ao cidadão comum, à coisa pública, à sociedade, ao bem comum etc., mantendo-se inalterada a ideia de que aquilo que for do interesse e da concernência da cidadania será objeto eminente do serviço que o jornalismo presta à sociedade. Para este autor, o importante é que o interesse público – entendido

como o direito que o público tem de saber determinadas coisas do seu próprio interesse – seja preservado.

> O que está em jogo na ideia de interesse público é a contra posição entre a esfera política, de um lado, e a cidadania ou esfera civil, de outro. A esfera política da sociedade é aquela que lida com o controle do Estado: poder político (começar pela fazenda pública), administração dos recursos comuns, elaboração e administração da lei e produção de decisão política referente a coisas do interesse geral. A esfera civil, por outro lado, reúne a cidadania ou o conjunto dos que têm direitos e que, portanto, possuem a soberania política, são concernidos pela decisão política e pelo modo como se gerenciam os recursos comuns, mas que, fora dos momentos especificamente eleitorais, não têm participação direta no controle do Estado. A questão do interesse público na teoria e na prática democrática consiste no problema de fazer garantir que o que interessa à esfera civil, ao público, possa ter influência na produção da decisão política. Nesse sentido, servir ao interesse público significa oferecer à esfera civil a possibilidade de se ver representada e satisfeita nos procedimentos regulares da esfera política. Como o serviço que o jornalismo pode prestar é a produção e circulação de informações, servir ao interesse público significaria colocar à disposição do público os repertórios informativos necessários para que ele possa influenciar a decisão política e a gestão do Estado, para que possa fazer-se valer na esfera política. Servir ao interesse público é servir à cidadania, no sentido de possibilitar que a coisa pública, o bem comum, seja decidido e administrado segundo o interesse geral da sociedade. (GOMES, 2009, p.79).

Ou seja, para este autor, o jornalismo serve ao interesse público quando ele fornece subsídios informativos para empoderar o cidadão no sentido de que ele atue no cenário político e perante o Estado. Neste sentido, recorda-se da ideia de Bobbio (1992) quando ele afirma que os cidadãos devem sair da posição de súdito para ser soberano perante o Estado para garantir seus interesses. Correia (2011) também recorre a Bobbio (2000) para afirmar que democracia é o que se refere ao poder em público, ou seja, as decisões de governantes devem ser tornadas públicas aos governados.

> Essa é uma das principais diferenças entre um governo democrático e um governo autocrático, elegendo-se a comunicação pública como atividade essencial às sociedades democráticas. A relação entre democracia e jornalismo torna-se mais visível quando lembramos que a sociedade democrática é formada por cidadãos, e não súbditos, e que o direito à informação é inerente à cidadania. A noção moderna de legitimidade e a aplicação do princípio da publicidade implicam que as decisões do poder sejam escrutinadas e legitimadas. O próprio afã dos poderes em apresentar motivos aceitáveis para as suas decisões significa que existe um ambiente coletivo que exige que as decisões implicam o consentimento e a legitimidade dos públicos. A legitimidade é uma categoria que tem a ver com a aceitabilidade e o consentimento de práticas ou decisões públicas mesmo que tomadas por instâncias privadas. (....). A premissa é a de que o jornalismo é uma atividade de forte vínculo social e que jamais se pode desligar do interesse e da vocação pública. (CORREIA, 2011, p. 37).

O terceiro sentido público do jornalismo, explicado por Correia (2011) é a acessibilidade do conteúdo à pessoa comum, ou seja, exterior ao círculo dos especialistas e das elites intelectuais, renegando a ideia de segredo ou de sabedoria privada ou especializada, no sentido em que baseia a sua atividade na divulgação do saber e na simplicidade dos enunciados.

Segundo seu Manual de Jornalismo, a EBC considera que jornalismo é espaço público por onde são transferidas informações relevantes, com potencial para alterar a realidade, que se sucedem no tempo e no espaço, objeto de interesse da coletividade e abrangidos pelos seus critérios de cobertura. Essas informações têm de ser transmitidas com honestidade, fidelidade, precisão e responsabilidade. Devem ser mediadas por um processo ético, rigoroso, criterioso, isento, imparcial, sem preconceito e independente – na sua apuração, organização, hierarquização, aferição e difusão dos acontecimentos. De acordo com o Manual, o foco essencial de seu jornalismo é o interesse da sociedade brasileira que deve se colocar a serviço do direito dos cidadãos à informação correta e qualificada, à comunicação plural e diversificada e à liberdade de pensamento, opinião e consciência. Conforme o Manual, o conteúdo jornalístico da EBC não visa a tutelar ou direcionar a formação da opinião pública, cumpre o dever de dar as informações necessárias para que os cidadãos formem livremente as próprias opiniões, pois considera-se como um direito dos cidadãos. O Manual destaca que também é necessário que as notícias estejam acompanhadas de contextualizações e análises confiáveis e sejam apresentadas com linguagem clara, precisa e objetiva, que permita elucidação e esclarecimento de seus significados, de suas causas e de seus efeitos na sociedade. E, dessa forma, ofereçam aos indivíduos e sujeitos sociais melhores condições de agir e tomar decisões para transformar a realidade em benefício dos interesses coletivos.

Assim, tem-se no jornalismo também a essência da comunicação pública que é o interesse público. E um lócus onde pode ser praticado o jornalismo é a internet. Canavilhas (2014) designa o jornalismo que se faz na World Wide Web[30], ou simplesmente web, como webjornalismo, ciberjornalismo, jornalismo online, como jornalismo que se faz na web e para a web, ou seja na internet. Segundo este autor, o texto é o conteúdo mais usado no webjornalismo, e por isso, os jornais foram o primeiro meio a

[30] A World Wide Web, a Rede de alcance mundial em português ("WWW" ou simplesmente "Web") é um meio de comunicação global em que se pode ler e escrever através de computadores conectados à internet. Neste sistema os documentos em hipermídia são interligados e podem estar na forma de vídeos, sons, hipertextos e figuras.

avançar para as edições na web, tornando o texto, seu conteúdo mais característico nas plataformas online.

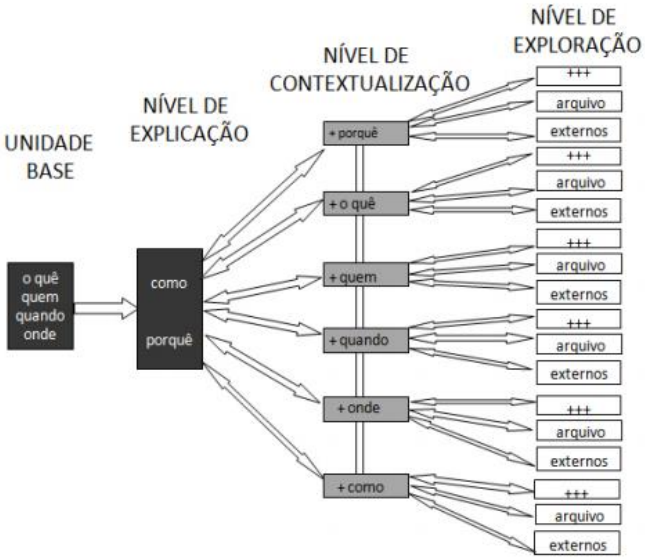
Canavilhas (2014) explica que na web o texto é mais do que um mero conjunto de palavras ou frases organizadas segundo um conjunto de regras preestabelecidas, o texto transforma-se numa tessitura informativa formada por um conjunto de blocos informativos ligados através de hiperligações (links), ou seja, num hipertexto. Canavilhas (2014) ressalta que o conceito de bloco informativo aplica-se a todo o tipo de conteúdo, sejam textos, imagens fixas, imagens em movimento, sons ou infografias e do ponto de vista textual, a dimensão é um elemento fundamental na arquitetura noticiosa. Isso porque se o bloco for muito curto, o leitor não ficará satisfeito com poucas informações e se for muito longo, torna-se cansativo para a leitura. O autor destaca que as técnicas de redação devem ser adaptadas a cada meio, procurando-se que o leitor se sinta confortável na leitura e defende a necessidade de técnicas de redação e linguagens próprias para o meio. Neste sentido, Canavilhas (2014) apresenta dois tipos de leitores: os que procuram uma informação específica e, por isso personalizam a leitura; e os que navegam em uma notícia e precisam de um direcionamento por meio do formato.

Dentre as diversas propostas de jornalismo para a web, este trabalho considera a arquitetura de Canavilhas (2006) como próxima de um dos principais objetivos da comunicação pública como o interesse público, por exemplo. Isso porque este autor propõe um modelo em que há vários níveis de contextualização e de exploração do assunto o que resulta em uma abordagem mais completa e em mais liberdade para o internauta/leitor buscar a especificidade da informação de seu interesse. Neste modelo, conhecido como pirâmide deitada,

> a notícia é organizada por níveis de informação ligados por hiperligações internas (embutidas) que permitem ao leitor seguir diferentes percursos de leitura que respondam ao seu interesse particular. O modelo mantém uma hierarquização de importância, oferecendo simultaneamente um relativo grau de liberdade ao leitor. A investigação que conduziu a este modelo observo o comportamento dos leitores que, ao serem confrontados com múltiplas opções de leitura (hiperligações embutidas), optaram por saltar de bloco em bloco até ao limite da informação disponível sobre esse assunto. Este comportamento mostrou que os interesses dos leitores divergem entre si e em relação aos interesses do próprio autor da notícia. A organização característica dos meios tradicionais (oferta de informação hierarquizada pela ordem de importância, na perspectiva do jornalista) não funciona no online: neste meio, os leitores procuram mais informação sobre os aspetos da notícia que lhe interessam. Assim, o mais importante passa a ser a oferta de uma notícia com todos os contextos necessários, sem perder a homogeneidade global do trabalho. O autor propõe que a notícia web tenha quatro níveis de leitura: a) Unidade Base: resumo

> do acontecimento; b) Explicação: liga-se ao primeiro nível por uma só hiperligação e completa a informação essencial sobre o acontecimento; c) Contextualização: oferece mais informação sobre cada um dos aspetos fundamentais da notícia, desenvolvendo a informação apresentada nos níveis anteriores; d) Exploração: procura estabelecer ligações com outras informações existentes no arquivo da publicação ou em sites externos. (CANAVILHAS, 2014, p.13-14).

Figura 3 - Modelo proposto por João Canavilhas (2006)



Fonte: CANAVILHAS, 2006.

Ou seja, além das características desse modelo de webjornalismo que proporciona mais informações contextualizadas a serem exploradas pelo cidadão/internauta, conforme seu objetivo, há ainda a utilização das propriedades digitais com as hiperligações e interações com informações internas (além de textos, áudios e vídeos). Essas possibilidades à disposição do leitor da web permitem uma comunicação mais profunda e direcionada, o que favorece a busca por mais conhecimentos e a formação de debates e discussões cidadãs.

Correia (2011, p.73) analisou essa arquitetura de Canavilhas afirmando que por meio dela, o leitor decide como ler a informação e ao jornalista compete redigi-la deixando abertas possíveis rotas de leitura para leitores com diferentes necessidades de informação (um dos paradigmas presentes no livro é, naturalmente, os usos e gratificações).

Sobre suas plataformas na internet, o Manual da EBC afirma que há a atuação integrada dos veículos na dinâmica de apuração, produção e veiculação de conteúdos. E que o jornalismo da EBC leva em conta os potenciais de convergência, multiprogramação,

interatividade, acessibilidade, portabilidade, interoperabilidade e mobilidade, não linearidade e transdisciplinaridade das plataformas digitais, para melhor articular suas aplicações e especificidades.

> Sendo assim: como uma das estratégias de qualidade, o jornalismo da EBC deve promover a cultura multimídia, a integração operacional e o engenho de usos para as tecnologias adota das ou entrantes, especialmente no que se refere à interatividade; os jornalistas da EBC devem vislumbrar o potencial de uso dos conteúdos em diversas plataformas, prescrevendo na produção elementos para tal finalidade e para a chamada mídia cruzada (um veículo referenciando o outro). Zelando pela qualidade das informações que veicula e, consequentemente, pela sua credibilidade, o jornalismo da EBC busca articular as diferentes especificidades dos seus veículos. Sem se dispensar da inovação, tem como explorar os seguintes mecanismos: A internet é o centro de gravidade dos processos de convergência, irradiação e roteamento. Nas transmissões pela web, os jornais e outros programas jornalísticos da EBC, de televisão ou rádio, devem agregar mecanismos de interatividade. No espaço virtual, todas as áreas produtoras de conteúdo da EBC podem multiplicar sua significação. Ao possibilitar a articulação entre os veículos, o uso da internet propicia a ampliação de conteúdos, por intermédio de produção própria ou de links qualificados. Também pode complementar essas publicações disponibilizando áudios, vídeos, mapas, infografias, entre outros. A relevância de eventos e de entrevistas, inclusive os que ocorrem fora dos estúdios, pode justificar transmissões ao vivo pela web, de preferência com ferramentas de interatividade online. O jornalismo da TV e do rádio potencializa seu alcance disponibilizando seus conteúdos na web, seja em transmissões ao vivo ou sob demanda dos internautas. Na articulação com os demais veículos, a TV se articula com o rádio e com a web. Essa linha de produção não se prende à linearidade e pode ter sua hierarquia alterada conforme os acontecimentos. Significa que o veículo líder de uma cobertura varia conforme as circunstâncias e ao longo do tempo e que os cruzamentos entre as mídias ocorrem pelas possibilidades tecnológicas e pelas circunstâncias. O uso das redes sociais deve ser uma das prioridades do jornalismo da EBC, uma vez que esses ambientes são fonte de informação e interação com a sociedade. Por meio das redes, o cidadão pode, inclusive, interferir e colaborar com a produção. (MANUAL DE JORNALISMO DA EBC, 2012, p.78).

Assim como Canavilhas (2006, 2014) e Correia (2011), o Manual também considera que a redação para ambientes digitais tem características próprias, que demandam uma equipe dedicada à atividade e devidamente capacitada, de modo a tornar seus profissionais capazes de operar em ambiente digital e explorar o potencial dessas tecnologias. Além disso, essa arquitetura da pirâmide deitada condiz com quatro importantes diretrizes da EBC e da comunicação pública. A imparcialidade, segundo o Manual da empresa, é uma característica que mostra a informação com os mais diversos pontos de vista; a liberdade que é considerada o fundamento da democracia, conforme interpretação do Manual; o discernimento, no sentido de contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica do cidadão, por meio da oferta de informação qualificada e

contextualizada; e a educação, por meio da informação, o jornalismo deve cooperar com os processos educacionais e de formação do cidadão.

Portanto, devido à coerência dos elementos e suas características pertencentes aos conceitos estudados de cidadania, comunicação pública e webjornalismo, as definições pesquisadas serão a base para a análise empírica do objeto.

6. A CIDADANIA COMO CONTEÚDO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA INTERNET

6.1. A APRESENTAÇÃO DO OBJETO, SEU RECORTE E OS DESAFIOS DA COLETA

A partir da problemática do estudo sobre a investigação e análise das características da comunicação pública e da cidadania do conteúdo do Portal da EBC antes e após a MP 744/2016, foram selecionadas as publicações da seção Cidadania do site referente aos anos de 2015, 2016 e 2017. Esses períodos foram escolhidos devido ao fato de corresponderem a um ano sem mudanças políticas e estruturais que afetassem a EBC e regido ainda por sua lei de criação, o ano das mudanças e o ano após os processos que alteraram a lei da empresa, respectivamente.

As publicações de cada período foram separadas para que houvesse três análises isoladas no sentido de revelar o que faz parte do conteúdo e as características da cidadania e da comunicação pública, e verificar os pontos convergentes e/ou divergentes com as diretrizes estudadas, considerando os diferentes momentos da instituição e comparando-os. As publicações reúnem conteúdos do próprio Portal, da Agência Brasil, das rádios e da TV Brasil. São notícias, reportagens, entrevistas, trechos ou a íntegra de programas e/ou programetes de rádio e TV.

No Portal da EBC há um limite para o carregamento da visualização das publicações antigas, geralmente estão disponíveis apenas textos da semana corrente. Há um link chamado “ver mais” que mostra apenas o conteúdo publicado nos quinze dias, aproximadamente, que antecedem a data do acesso. Em janeiro de 2017, a pesquisadora deste estudo entrou em contato com a Ouvidoria da EBC, diretamente com a ouvidora geral Joseti Marques, informando sobre o trabalho e solicitando o material ou alguma forma para se ter acesso às publicações mais antigas. A ouvidora repassou a solicitação à equipe do site que, por sua vez, informou não ter tempo hábil para organizar e disponibilizar essas informações e indicou que a pesquisadora entrasse em contato com a equipe responsável pela área de “Acesso à Informação”. A pesquisadora realizou a solicitação formal à área de “Acesso à Informação”, conforme as instruções da equipe do Portal e da Ouvidoria. A reposta à solicitação foi que “não é possível atender a solicitação em pauta, pois para isso seria necessário alocar pessoas especializadas da equipe, e não

disponibilizamos de corpo técnico suficiente para atendimento da demanda solicitada". Ou seja, pode-se interpretar que não existe um trabalho para o acervo de publicações do site de forma automática e que, para tanto seria necessário predispor parte da equipe para minerar esses dados e isso não era prioridade para a empresa naquele momento.

Apesar da solicitação e de sua negativa, a pesquisadora realizou a coleta das publicações por meio de duas formas de mineração de dados digitais: com a ferramenta Netvizz, a partir da fanpage da EBC na plataforma da rede social Facebook e com o site Internet Archive. O Internet Archive[31] é uma biblioteca digital que possui livros, filmes e diversas páginas antigas e atuais da web, com objetivo de garantir o acesso permanente para pesquisadores e estudantes ao conteúdo histórico que existe na internet.

Com essas duas formas de coletas foram mineradas no total 1.670 publicações específicas da seção Cidadania do Portal da EBC (473 de 2015, 596 de 2016 e 601 de 2017), contemplando todos os meses dos anos estabelecidos. É importante ressaltar que não é possível determinar o número exato do universo dessas publicações, assim como não é possível afirmar com precisão que todo o conteúdo publicado durante esses períodos tenha sido coletado ou que ainda esteja disponível na web. Apesar disso, foram analisadas nesta pesquisa todas as publicações disponibilizadas pelas duas formas de coleta utilizadas na mineração de dados e que são públicas e disponíveis para qualquer cidadão acessar e pesquisar, até o momento da pesquisa.

Além disso, foram feitas entrevistas semiestruturadas com colaboradores da EBC responsáveis pelo Portal e por outros conteúdos publicados na seção cidadania que ocupam ou ocupavam cargos de gestão durante o período das publicações analisadas. Essas entrevistas foram realizadas com o intuito de complementar este estudo com opiniões internas sobre o conteúdo analisado e sobre a produção da EBC de uma maneira geral. Para Fraser e Gondim (2004), a entrevista na pesquisa qualitativa, ao privilegiar a fala dos atores sociais, permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos e favorece o acesso direto ou indireto às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante. Assim, pretendeu-se analisar não somente o resultado final do que foi publicado, mas também o entendimento estratégico dos produtores desse conteúdo. O formato de entrevista semiestruturado foi escolhido, pois, segundo Fraser e Gondim

[31] Essas e outras informações sobre o Internet Archive podem ser acessadas em http://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2015/05/internet-archive-como-usar-o-site-que-e-o-bau-da-web.html . Acesso em 01/03/2017.

(2004), permite que o entrevistado discorra livremente sobre o tema de pesquisa para que se possa compreender uma realidade particular, por meio da autorreflexão e da ação emancipatória que pretende desencadear nos próprios participantes da pesquisa.

6.2 OLHAR METODOLÓGICO

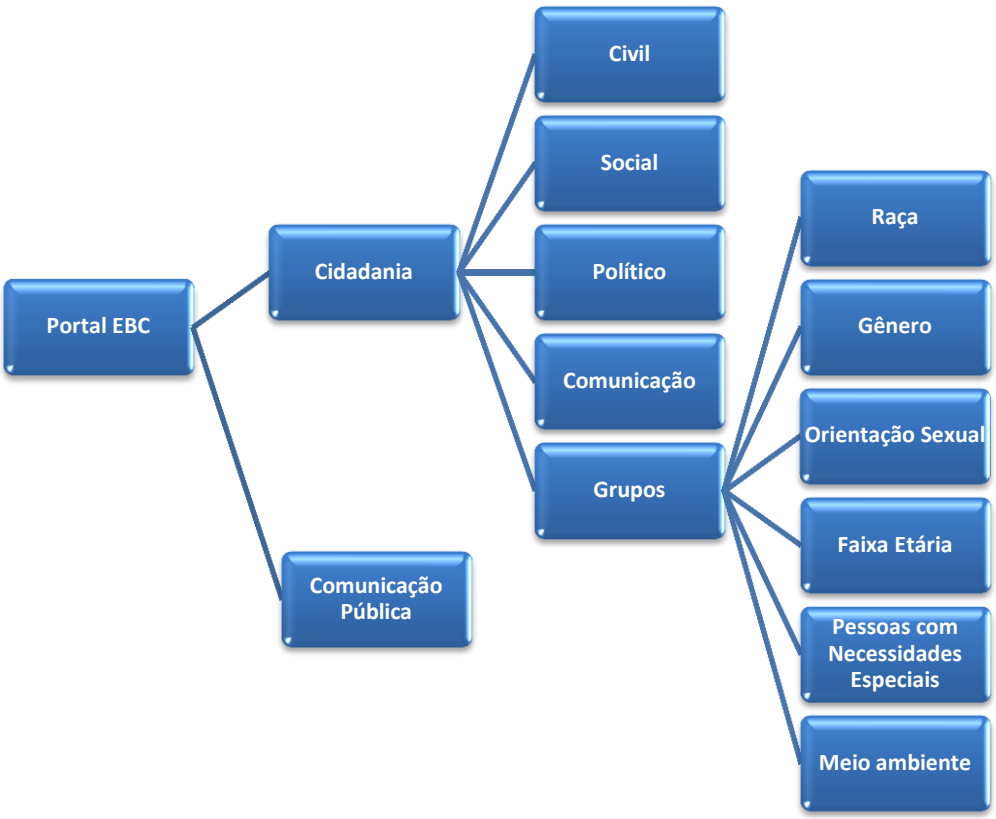
Com este objeto e seu recorte, foi identificada a pesquisa qualitativa como a metodologia do estudo, pois Chizzotti (2003, p. 223) afirma que a pesquisa qualitativa "ressalta as significações que estão contidas nos atos e práticas". Considerando que as publicações da seção Cidadania do Portal da EBC são suas práticas de comunicação pública na internet para o cidadão, a pesquisa qualitativa, segundo Chizzotti (2003), irá ressaltar os significados dessa prática. Neste sentido, Flick (2009, p. 21) assegura que “a análise dos significados subjetivos da experiência e da prática cotidianas mostra-se tão essencial quanto à contemplação das narrativas e dos discursos”.

A análise de conteúdo foi utilizada, pois esta contempla “procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens e indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 2011, p. 42). Ou seja, essa metodologia permitiu a este trabalho a criação de um sistema organizado em categorias condizentes com as diretrizes bibliográficas para analisar o conteúdo recortado e, assim, poder realizar inferências para a reflexão do problema de pesquisa e ser ponto de partida para demais reflexões e estudos sobre o tema. Segundo Bardin (2011), a função principal da análise de conteúdo é o desvendar crítico e em seu histórico já foi utilizada para material jornalístico, discursos políticos, relatórios e outras fontes de dados. Além disso, de acordo com a autora, por meio das análises, pode-se usar as inferências para esclarecer as causas da mensagem ou as consequências que ela pode provocar.

No plano metodológico, Bardin ensina (2011) que a face quantitativa da análise de conteúdo serve para informar a frequência com que surgem certas características do conteúdo. E a face qualitativa é a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração. Para o cumprimento deste plano, foi realizada a etapa da pré-análise (BARDIN, 2011) com a leitura flutuante para o conhecimento geral do objeto a

ser analisado e a elaboração das categorias e indicadores conforme o estudo teórico. A partir deste plano e dos critérios semânticos, ou seja, temas que podem ser agrupados, como propôs Bardin (2011), foram estabelecidas categorias, subcategorias e indicadores de análise, para cada período de postagens da EBC, baseados também nas bibliografias estudadas ao longo da pesquisa teórica, conforme os esquemas e detalhamento abaixo:

Figura 4 – Categoria da Cidadania



Fonte: Elaborado pela autora.

A cidadania pode ser subcategorizada conforme os elementos que abrangem os conceitos de Marshall, Carvalho, Bobbio e da Constituição Federal, sendo eles:

a) Civil

Nesta subcategoria estão os assuntos relacionados à família, autonomia de vontade e personalidade, propriedade individual e legitimidade de herança;

b) Social

Questões relacionadas à saúde, educação, segurança, transporte e previdência;

c) Político

Informações relacionadas a direitos e deveres políticos, atuação de figuras políticas e partidos nacionais e internacionais;

d) Comunicação

A partir do estudo teórico, este trabalho considera a importância da interligação da cidadania e da comunicação para o exercício de ambas. Portanto, ao mesmo tempo que pertence a uma outra categoria de análise desta pesquisa, a comunicação é também colocada como um elemento que compõe a cidadania. Além disso, segundo o Manual de Jornalismo da EBC, a comunicação social é uma atividade estratégica, para um país com dimensões e diversidade do Brasil, deve ser tratada pelo jornalismo da EBC visando a instrumentalizar o cidadão para o entendimento do setor.

e) Grupos específicos

Questões relacionadas à raça, gênero, orientação sexual, pessoas com necessidades especiais (cadeirantes, deficiências audiovisuais, mentais etc) e faixa etária (infância/adolescência/terceira idade) e meio ambiente.

É verdade que há outros tantos elementos que permeiam a cidadania, mas esse recorte foi feito considerando a abrangência das teorias estudadas e os objetivos da análise, bem como o conhecimento prévio do conteúdo do objeto de pesquisa identificado pela pesquisa exploratória inicial. Além disso, é possível que mais de um elemento de cidadania seja caraterístico e/ou predominante em determinadas publicações. Segundo Bardin (2011), a abordagem quantitativa da análise de conteúdo funda-se na frequência da aparição de determinados elementos da mensagem. A autora afirma que a frequência de aparição das unidades de significação ou de elementos formais assenta no princípio de que quanto maior for a frequência dos elementos, maior será a sua importância. Portanto, a frequência do aparecimento de determinados elementos da categoria da cidadania irá mostrar quais são os mais importantes para a EBC divulgar aos cidadãos.

De acordo com Bardin (2011), a abordagem não quantitativa da análise de conteúdo recorre a indicadores não frequenciais suscetíveis de permitir inferências, por exemplo, a presença (ou a ausência) pode constituir um índice tanto (ou mais) frutífero que a frequência da aparição. Neste sentido, o indicador desta categoria pode ser a presença da abordagem da cidadania ativa no conteúdo, ou em outras palavras, se o cidadão é mencionado de uma forma ativa diante de determinado direito/dever ou mesmo pela possibilidade de poder atuar (figura ativa). E a ausência da cidadania ativa foi considerada

quando o cidadão foi posicionado no conteúdo como um recebedor da ação/direito/dever (figura passiva).

Na categoria comunicação pública são consideradas como diretrizes as características internas da instituição que também fazem parte dos conceitos estudados na bibliografia sobre o assunto. Esses parâmetros abrangem a missão, visão e valores institucionais previstos no site (acessados no momento da pesquisa), na Lei da EBC (original e após a MP 744/2016) e em seu Manual de Jornalismo e foram escolhidas conforme a viabilidade de verificação no conteúdo a ser analisado e adaptados pela pesquisadora, como indicadores. Essas diretrizes também contemplam alguns indicadores de qualidade nas emissoras públicas da Unesco de 2012. Neste documento, os autores Bucci, Chiaretti e Fiorini, não mencionam um site ou um Portal como uma emissora, apenas rádio e TV, mas que esses indicadores permitem adaptações e que devem variar segundo as circunstâncias. Além disso, devido ao lócus da pesquisa ser o ciberespaço, foram consideradas as características do webjornalismo estudadas.

Figura 5 – Categoria da Comunicação Pública

Fonte - Elaborado pela autora.

a) Incentivo à participação do cidadão no determinado assunto publicado.

Esse indicador foi inserido baseado na proposta da EBC sobre o fomento à construção da cidadania, ao aperfeiçoamento da democracia e à participação da sociedade. Além disso, segundo Duarte (2009) e Matos (2013), a participação do cidadão é uma forma de empoderamento e autonomia ao exercício da cidadania. Considerando essas premissas, foi a verificado se a publicação informa dados (telefones, e-mails, links para outras páginas, sites, endereços) ou instruções (passo a passo, lista de ações); para que o cidadão seja atuante diante daquilo que foi informado ou busque determinado direito, dever ou participação.

b) Abrangência geográfica.

O jornalismo da EBC entende como regionalismo o acolhimento à diversidade cultural do país. Além disso, a pluralidade e diversidade apontadas nos indicadores da Unesco (BUCCI, CHIARETTI E FIORINI, 2012) também se preocupam com a visibilidade e cobertura geográfica em que o jornalismo possa mostrar reportagens de diversas cidades ou regiões. Segundo a Unesco, esse aspecto é importante para que determinada comunidade local se sinta representada na programação. Portanto, este indicador pode revelar o nível de abrangência dos acontecimentos e características dos diferentes estados brasileiros no conteúdo. O indicador é a verificado por meio da presença/ausência de acontecimentos ou abordagens referentes aos 26 estados brasileiros e o Distrito Federal nas publicações.

c) Equidade política e partidária.

Segundo o Manual, a EBC é uma empresa pública comprometida com o cidadão brasileiro e com a promoção da cidadania, não com partidos ou coalizões políticas que ocupam o poder ou fazem oposição a esses. Nas disputas eleitorais, a cobertura da EBC será equilibrada e justa, tendo em conta a importância dos fatos e a relevância dos personagens. Para a EBC o equilíbrio é o cuidado de ouvir os principais envolvidos e de apurar os aspectos mais importantes da notícia. Diante disso, este indicador verifica a visibilidade de políticos que exercem ou não algum cargo no poder atualmente, ou são referenciados em alguma ação política, social, econômica ou mesmo judicial. A imparcialidade também faz parte dos indicadores da Unesco (BUCCI, CHIARETTI E

FIORINI, 2012), em que afirmado que o serviço público de difusão não deve promover ou apoiar determinado partido político.

A verificação deste indicador é feita pela identificação da presença de nomes e ações de políticos brasileiros e estrangeiros, ministros ou juízes e se em uma mesma publicação há opiniões diferentes de outros políticos/autoridades ou partidos. Este quesito é fundamental para revelar o nível de equilíbrio ou desequilíbrio partidário do conteúdo.

d) Pluralidade e inclusão.

A EBC considera como objeto da cobertura de seu jornalismo a garantia da expressão da diversidade social, cultural, regional e étnica e da pluralidade de ideias e de percepções da realidade e dos fatos. E a inclusão é vista no sentido de apoiar processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento, garantindo espaços para exibição de produções regionais e independentes. Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012) afirmam que uma emissora pública é necessária em uma sociedade democrática porque contribui para ampliar as perspectivas e os enfoques com que o fluxo das ideias, das informações e da expressão cultural se estabelece. Para esses autores, a emissora pública deve oferecer alternativas ao cidadão e destacam também a preservação da diversidade de vozes.

Diante dessas visões internas e externas à EBC, este indicador é identificado se a notícia tem como conteúdo a ação/opinião/informação de algum determinado grupo social, cultural ou étnico para que o determinado assunto seja incluído para a visibilidade e conhecimento dos cidadãos internautas.

e) Discernimento crítico e formação do cidadão.

De acordo como o Manual de Jornalismo da EBC, o discernimento é um valor que contribui para o desenvolvimento da consciência crítica do cidadão, por meio da oferta de informação qualificada e contextualizada. Por meio da informação, segundo o Manual, o jornalismo deve cooperar com os processos educacionais e de formação do cidadão. Além disso, são parâmetros da cobertura da EBC, o empenho para informar com independência e dar ao cidadão elementos para formular, com autonomia, sua visão crítica sobre a realidade econômica de sua cidade, estado, região ou do país. Ainda de acordo com o Manual, o jornalismo da EBC não se ancora em ideias ou opiniões pré-concebidas e procura o equilíbrio, ouvindo os principais envolvidos, assegurando a expressão de ideias, opiniões e pontos de vista divergentes.

Conforme os indicadores da Unesco (2012), uma emissora pública deve garantir o direito que o público tem de criticar o poder, de imaginar o mundo como ele não é, de partilhar os desdobramentos de sua crítica e de sua imaginação e de utilizá-los em benefício de sua liberdade.

Neste sentido, esse item mostra se conteúdo contribui para o desenvolvimento da consciência crítica do cidadão, por meio de uma informação que possua visões/opiniões diferentes da mesma situação, se possui alguma crítica ou denúncia ao governo ou órgão governamental vigente; ou ainda se possa gerar reflexões sobre algum tipo de direito ou dever de cidadania.

f) Padrão público de jornalismo.

Segundo Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012), por jornalismo se entende toda informação factual que é apurada, editada ou difundida, sendo pública, segundo esses parâmetros, contempla a população que a sustenta, sendo protagonista dos fatos narrados por ela. Para a EBC, diversas políticas públicas têm mecanismos de participação, elaboração, fiscalização e controle formados nas comunidades e pelos cidadãos. São os conselhos, comitês, conferências e similares. Os fatos pertinentes a eles devem integrar a pauta do jornalismo da Empresa.

Neste sentido, foi verificada a frequência do aparecimento dos cidadãos, comunidades ou grupos representativos como protagonistas das informações e se os diversos pontos de vista dos cidadãos estão representados nos debates de ideias.

g) Adaptação da linguagem ao webjornalismo.

Segundo o Manual de Jornalismo da EBC, nas transmissões pela web, os jornais e outros programas jornalísticos da EBC, de televisão ou rádio, devem agregar mecanismos de interatividade. Para a empresa, no espaço virtual, todas as áreas produtoras de conteúdo podem multiplicar sua significação. Ao possibilitar a articulação entre os veículos, o uso da internet propicia a ampliação de conteúdos, por intermédio de produção própria ou de links qualificados, de acordo com o Manual. A empresa também considera que as publicações digitais podem ser complementadas pela disponibilização de áudios, vídeos, mapas, infografias, entre outros. Além disso, a relevância de eventos e de entrevistas, inclusive os que ocorrem fora dos estúdios, pode justificar transmissões ao vivo pela web, de preferência com ferramentas de interatividade online. A EBC ainda

afirma que a redação para ambientes digitais tem características próprias, que demandam uma equipe dedicada à atividade e devidamente capacitada. Essa capacitação deve se generalizar progressivamente e abranger todos os profissionais, de modo a torná-los capazes de operar em ambiente digital e explorar o potencial dessas tecnologias. Do ponto de vista da inovação e pelo seu caráter de veículo público, manual de jornalismo da EBC entende que se deve adotar uma política específica, de modo a desenvolver linguagens, formatos e engenhar usos das tecnologias digitais, visando melhorar seu serviço à sociedade, diferenciar-se, manter-se atualizado e gerar conhecimento.

Portanto, este item analisou se o conteúdo do texto é adaptado ao formato jornalístico da web direcionado à contextualização, liberdade e ampliação de conhecimentos, conforme a arquitetura proposta por Canavilhas (2006). Os indicadores são a existência dos quatro elementos que compõem o modelo de notícia de pirâmide deitada: o resumo do acontecimento; a explicação completando a informação essencial sobre o acontecimento; a contextualização com mais informações sobre cada um dos aspetos fundamentais da notícia; e a exploração com ligações com outras informações existentes no arquivo da publicação (sejam elas veiculadas por meio de imagens, vídeos, infográficos, áudios) ou em sites externos.

Após a definição deste plano metodológico, houve a segunda fase (BARDIN, 2011), sendo esta a exploração do material com a construção das atividades de codificação, agregação, enumeração com base nas regras precisas sobre as informações textuais, representativas das características do conteúdo. Seguindo esses preceitos, os conteúdos coletados foram transferidos para quadros e ordenados cronologicamente para a leitura, audição ou visualização. A partir desses elementos metodológicos, foram construídas planilhas de análise para o registro das categorizações e avaliações de cada conteúdo. Na terceira fase (BARDIN, 2011) onde há o tratamento dos resultados e as interpretações, foram feitas as análises, o cálculo do percentual dos indicadores das categorias e as combinações desses indicadores para um entendimento mais profundo dos dados, conforme as descrições e inferências no tópico seguinte.

6.2.1 CATEGORIA CIDADANIA

O quadro e gráfico abaixo são referentes à categoria Cidadania em que pretendeu-se revelar os elementos mais frequentes dos direitos e deveres do cidadão no conteúdo

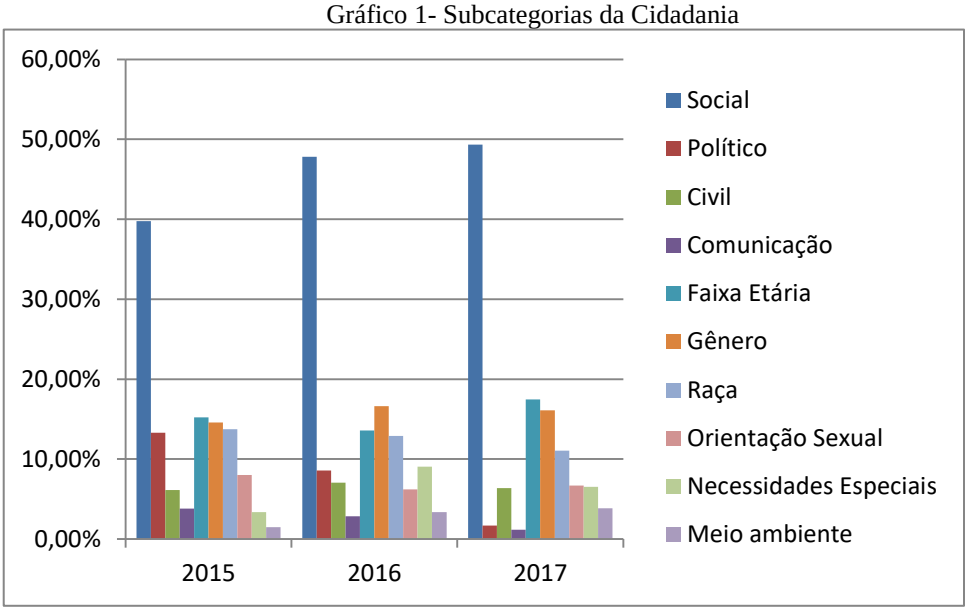
analisado. O percentual de cada elemento foi calculado a partir do total de publicações de cada ano, isoladamente. A soma das porcentagens totalizam mais que 100% (cem por cento), em cada ano, pois em algumas publicações há mais de um elemento de cidadania. Por exemplo, em uma mesma notícia envolviam-se direitos sociais e direitos específicos de um determinado grupo, como Faixa Etária (direito de crianças ou idosos).

Quadro 1 – Percentual dos elementos da Categoria Cidadania

Elemento de Cidadania		**2015**	**2016**	**2017**
Social		39,75%	47,82%	49,33%
Político		13,32 %	8,56%	1,68%
Civil		6,13%	7,05%	6,38%
Comunicação		3,81%	2,85%	1,17%
Grupos	Faixa Etária	15,22%	13,59%	17,45%
	Gênero	14,59%	16,61%	16,11%
	Raça	13,74%	12,92%	11,07%
	Orientação Sexual	8,03%	6,21%	6,71%
	Necessidades Especiais	3,38%	9,06%	6,54%
	Meio ambiente	1,48%	3,36%	3,86%

Fonte: elaborado pela autora

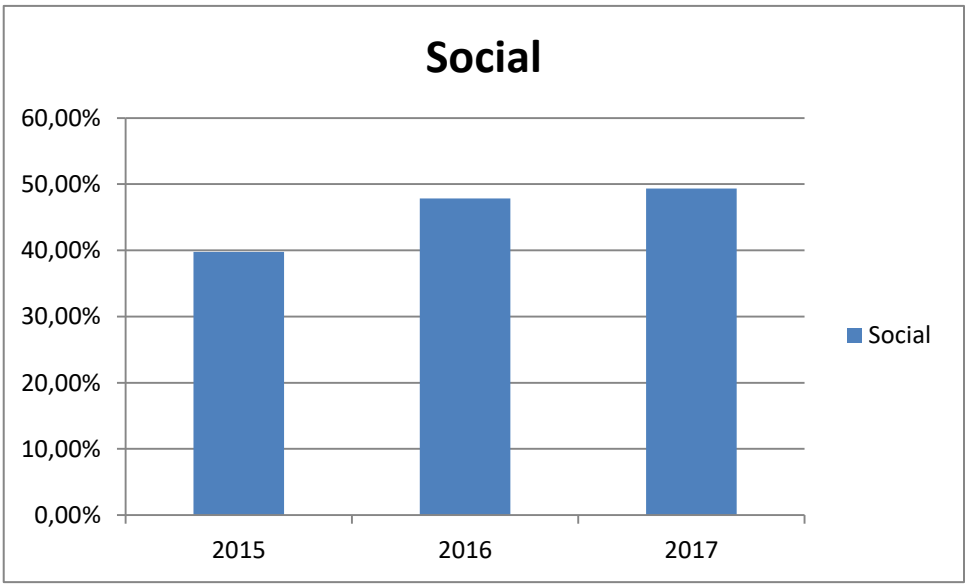
Gráfico 1- Subcategorias da Cidadania



Fonte: elaborado pela autora.

Na categoria Cidadania, o elemento mais comum no conteúdo em todos os períodos analisados é o social, em um percentual bem distante dos outros elementos. Este percentual é crescente ao longo dos anos, chegando a quase metade dos assuntos abordados em 2017. Ao estudar a literatura de Bobbio (1992) viu-se que os direitos sociais requerem a intervenção do Estado e expressam o amadurecimento de novas exigências. No âmbito brasileiro, Carvalho (2012) afirma que as questões sociais vieram na dianteira como privilégio e não como direito, ou seja, a intervenção natural do Estado na política social ganha no Brasil uma dimensão maior devido aos direitos sociais não serem uma consequência do processo de cidadania e sim antecederem aos outros e como privilégios doados pelo governo. A EBC sendo uma instituição diretamente ligada ao Poder Executivo parece priorizar as ações sociais em sua comunicação conforme uma tendência do histórico governamental brasileiro.

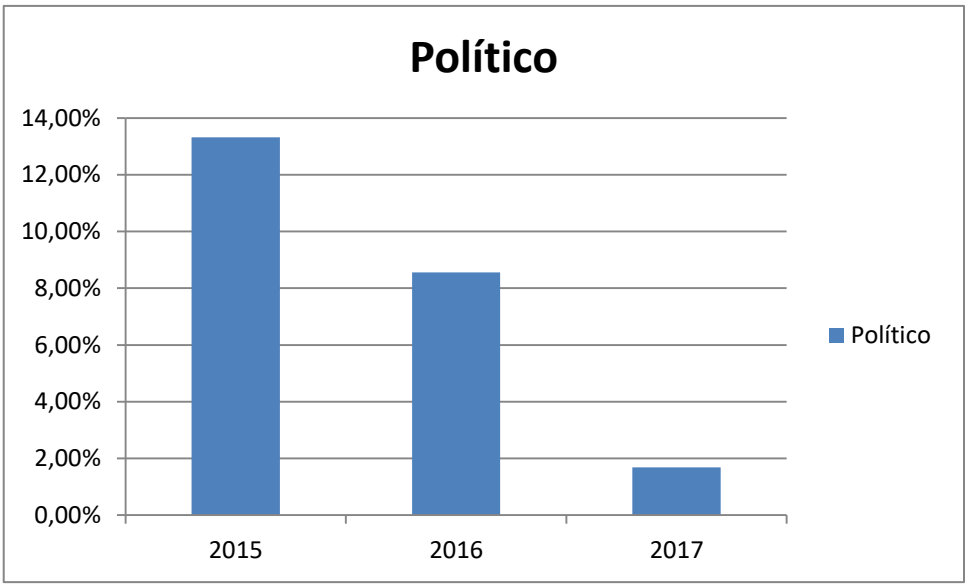
Gráfico 2 – Elemento Social da categoria Cidadania.



Fonte: elaborado pela autora.

Dentre todos os elementos de cidadania, o fator político, que já era um dos assuntos menos abordados em 2015, obteve o índice em queda mais considerável ao longo do período analisado. É importante lembrar que em 2016 foi um ano de eleições municipais, mas mesmo assim o fator político não foi ressaltado pelas publicações. Durante as entrevistas com a equipe responsável pelo conteúdo no Portal, percebeu-se que a política está mais relacionada a acontecimentos factuais, portanto, este assunto é mais direcionado à seção de Notícias, sem uma contextualização, o foco é apenas o fato. A coordenadora da Agência Brasil afirma que "a política é uma cobertura muito mais de congresso". Ou seja, não há uma valorização predominante na seção Cidadania e nem o interesse da equipe responsável para análises dos fatos, informações sobre discussões e debates políticos ou mesmo informações sobre deveres e direitos políticos, e formas de atuação do cidadão na política.

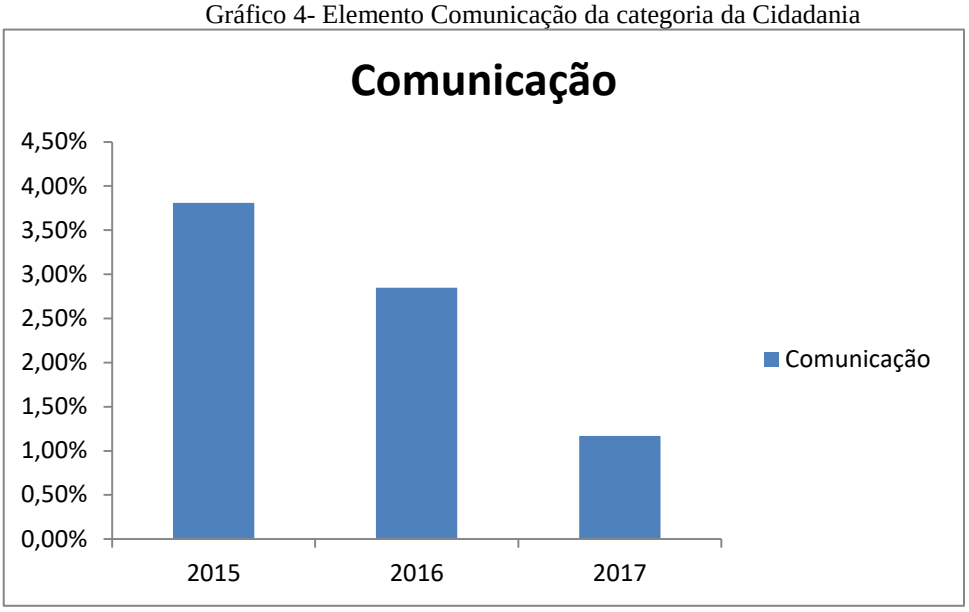
Gráfico 3- Elemento político da categoria da Cidadania



Fonte: elaborado pela autora.

A comunicação foi o elemento com o menor percentual em todos os períodos, e em declínio. O trabalho da EBC enquanto empresa de comunicação pública, a própria comunicação como um direito de cidadania, não era valorizada ou mesmo informada no conteúdo de seu Portal. Nas entrevistas, nenhum dos atuais responsáveis pelo Portal mencionou algum tipo de preocupação ou trabalho para inserir a comunicação como pauta ou mesmo a divulgação do próprio trabalho da EBC. É possível pensar que a falta do aspecto comunicacional no conteúdo pode refletir em um distanciamento da importância da comunicação pública dos cidadãos, além de desvalorizar o trabalho dos profissionais envolvidos. Essa baixa abordagem e falta de informação sobre a comunicação pública pode também ter sido uma das causas da fragilidade da EBC. Uma instituição pública que não possui seus serviços divulgados para a população, não se mostra importante não pode contar com o apoio popular, na verdade pode até não ter o conhecimento de sua existência diante dos cidadãos. Este cenário de desconhecimento e desvalorização é propício para uma desestruturação ou retrocesso sem muitos enfrentamentos. Por outro lado, o desconhecimento e a desvalorização da comunicação enquanto direito de cidadania pode ser uma estratégia para inibir possíveis críticas com relação ao próprio trabalho da EBC e com relação às deficiências ou mesmo inexistência da prática do direito/dever comunicacional.

Gráfico 4- Elemento Comunicação da categoria da Cidadania



Fonte: elaborado pela autora.

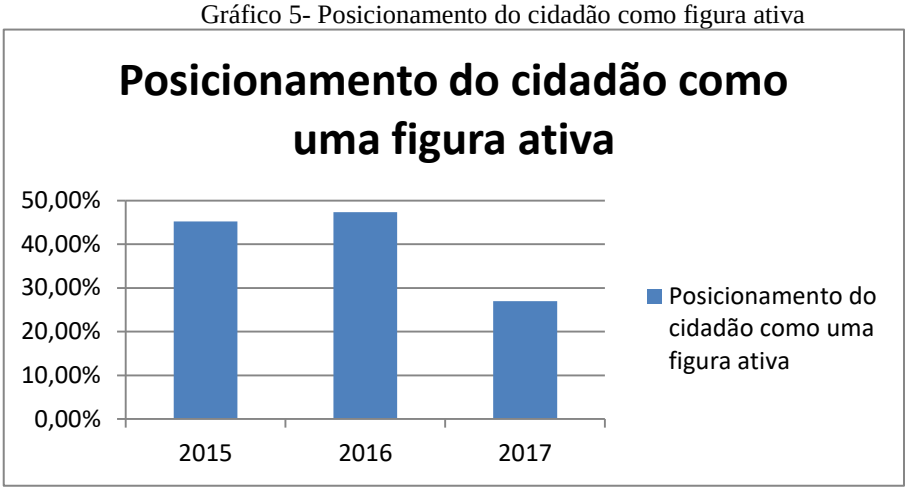
Em todos os períodos da análise, na maioria das publicações, o cidadão é posicionado como alguém que recebe direitos e não como uma pessoa que busca seus direitos e é comprometido com seus deveres. Essa realidade pode possuir duas faces: a que o Estado brasileiro, assim como o histórico mostrado por Carvalho (2002), continua sendo clientelista e doador de direitos e a face da comunicação pública ser propagandista de ações dos órgãos governamentais que fornecem direitos aos seus cidadãos, como apontaram Matos (2013) e Bucci (2016). É certo que dentro do conjunto de princípios da comunicação pública esteja a informação do que o governo faz para seus cidadãos, mas sob o ponto de vista do interesse público, conforme Zémor e Duarte (2009), também faz parte desses princípios a valorização à promoção da cidadania ativa. E diante destes dois fundamentos: a informação e o incentivo à atuação do cidadão, na maior parte do conteúdo percebe-se a abordagem da figura do cidadão como passiva.

Quadro 2 – Percentual geral do posicionamento do cidadão como uma figura ativa

Indicador de Cidadania	**2015**	**2016**	**2017**
Posicionamento do cidadão como uma figura ativa	45,24%	47,32%	27,01%

Fonte: elaborado pela autora

Gráfico 5- Posicionamento do cidadão como figura ativa



Fonte: elaborado pela autora.

Mesmo não alcançando 50%, de 2015 a 2016 há um pequeno aumento da quantidade de matérias com a figura do cidadão ativo, mas em 2017 esta porcentagem cai bruscamente, sendo uma queda após uma possível e pequena evolução. Diante deste cenário, é importante notar em quais assuntos da cidadania o cidadão é posicionado como uma figura ativa e identificar os pontos de maior queda deste percentual. A importância desta análise é desvelar os momentos, do ponto de vista da cidadania, em que esta comunicação pública se torna mais próxima de uma valorização da atividade do cidadão.

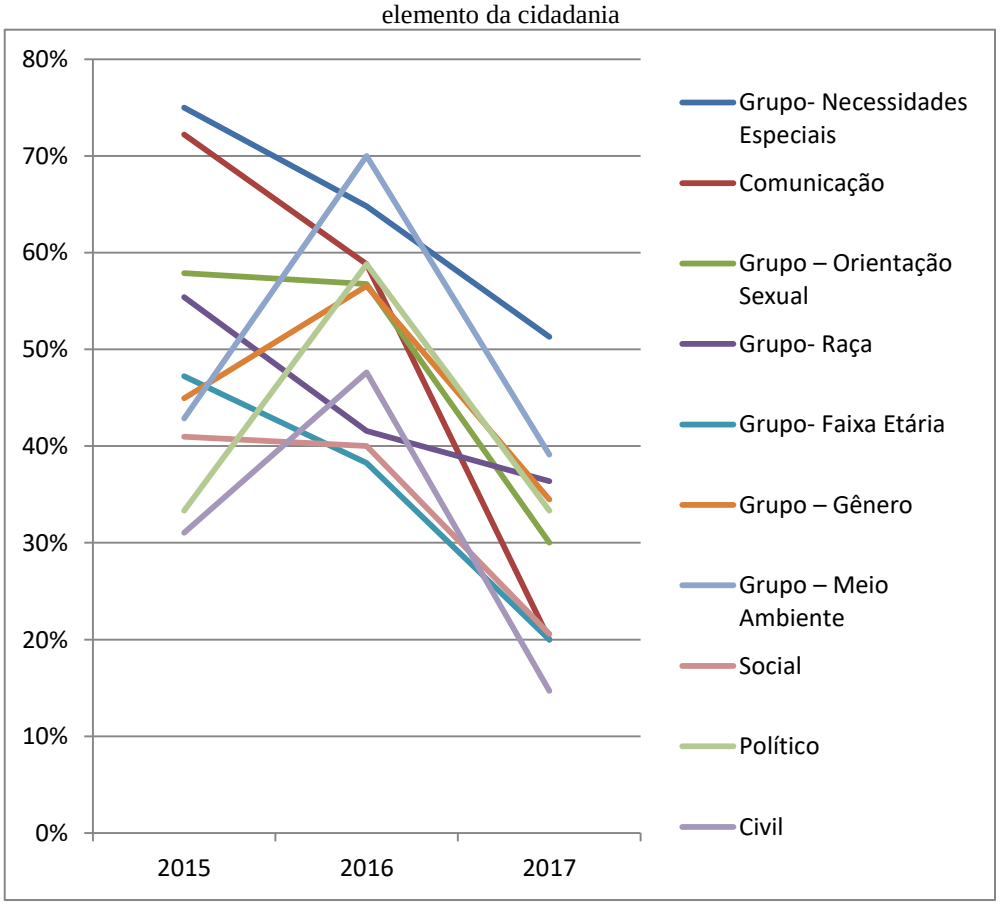
Para tanto, o quadro abaixo mostra o percentual do posicionamento do cidadão como atuante em relação a cada elemento da cidadania analisado no conteúdo. Esses percentuais foram calculados a partir dos percentuais totais de cada ano informados no quadro e gráfico acima. Ou seja, para cada elemento de cidadania abordado em determinada publicação, foi analisada a frequência da atividade ou mesmo possibilidade de ação do cidadão.

Quadro 3- Detalhamento do posicionamento do cidadão como uma figura ativa perante cada elemento da cidadania

Elemento	2015	2016	2017
Grupo- Necessidades Especiais	75%	64,81%	51,28%
Comunicação	72,22%	58,82%	20%
Grupo – Orientação Sexual	57,89%	56,76%	30%
Grupo- Raça	55,38%	41,56%	36,36%
Grupo- Faixa Etária	47,22%	38,27%	20%
Grupo – Gênero	44,93%	56,56%	34,48%
Grupo – Meio Ambiente	42,86%	70%	39,13%
Social	40,96%	40%	20,57%
Político	33,33%	58,82%	33,33%
Civil	31,03%	47,62%	14,70%

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 6 – Detalhamento do Posicionamento do cidadão como uma figura ativa perante cada elemento da cidadania

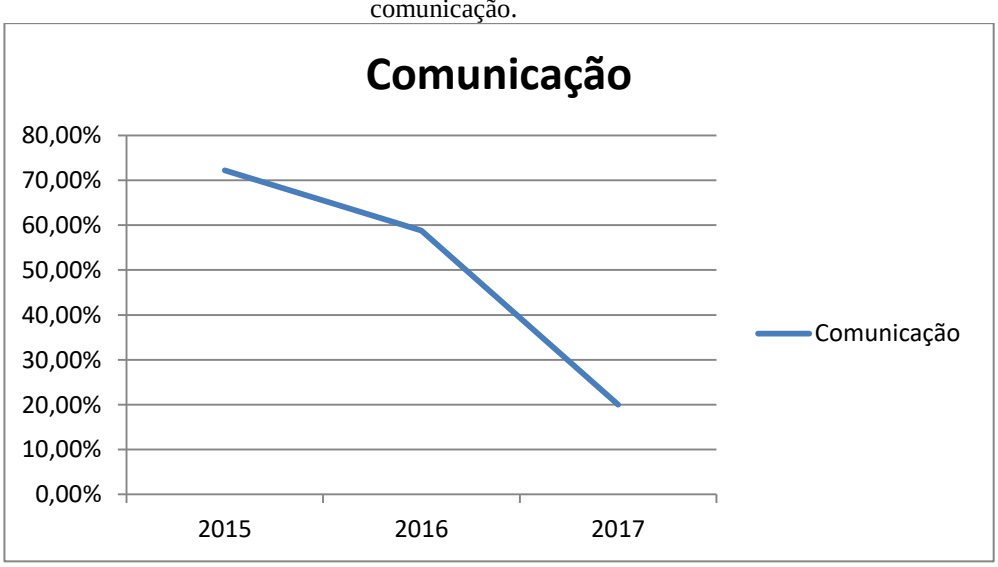


Fonte: elaborado pela autora.

Neste detalhamento, nota-se a queda brusca de todos os elementos de cidadania em que o cidadão era o dono da ação informada e não o recebedor desta. Os assuntos sobre ações de grupos são destaque no sentido de mostrar o empoderamento de conquista ou busca por direitos, dentro dos interesses de cada um, com mais publicações que os outros elementos.

Mesmo com menos de 5% das publicações, a comunicação aparece em 2015 e 2016 com um grande percentual específico de abordagem da figura ativa do cidadão. Isso porque em 2015 foram publicados sobre eventos em que se discutiam a regulação da mídia entre blogueiros, jornalistas e estudantes; a relação da mídia e a mulher; denúncias sobre determinados conteúdos exibidos pelos grandes meios de comunicação; dentre outras publicações que reforçavam o vínculo entre comunicação e cidadania no cotidiano do cidadão. Apesar de uma tímida visibilidade, a relação entre comunicação e cidadania ativa existia nas publicações da EBC, porém não houve uma evolução ou mesmo continuidade desse tipo de assunto, tendo a maior queda de percentual dentre os outros elementos. Neste cenário tem-se uma empresa de comunicação pública com uma baixa valorização e promoção de sua própria razão de ser que ao invés de avançar recuou seu trabalho de fortalecimento entre cidadania e comunicação.

Gráfico 7 – Posicionamento do cidadão enquanto figura ativa relacionado ao elemento da comunicação.

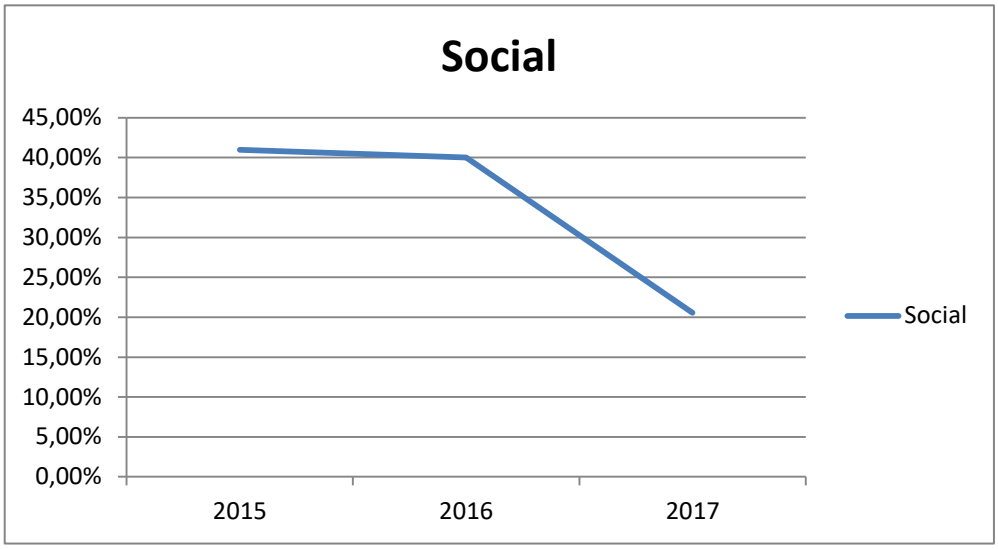


Fonte: elaborado pela autora.

As publicações das atividades dos cidadãos na área social (ou suas possibilidades de atuação) também tiveram uma diminuição considerável, o que reforça a

tendência do histórico da formação da cidadania brasileira, mostrado por Carvalho (2002), onde o Estado prioriza e atua fortemente no processo de doação dos direitos sociais.

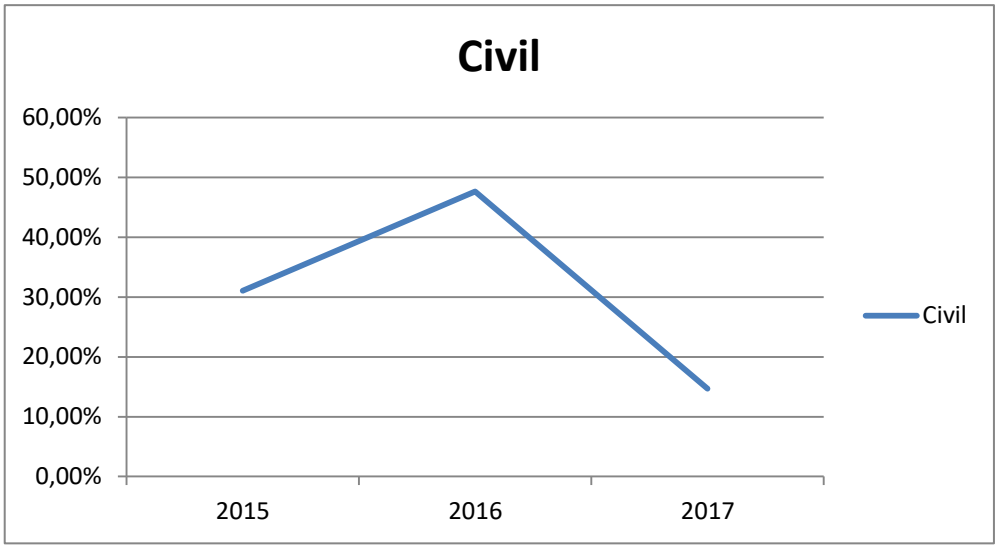
Gráfico 8 – Posicionamento do cidadão enquanto figura ativa ao elemento social relacionado ao elemento social



Fonte: elaborado pela autora.

O elemento civil, que se refere às liberdades individuais segundo Marshall (1967), foi o item com o menor percentual de abordagem do cidadão como figura ativa. Essa desvalorização da atividade do cidadão no âmbito civil mostra um afastamento da comunicação pública da EBC dos objetivos de promover a cidadania ativa. Segundo Bobbio (1992), esses direitos de liberdade individual são os remédios contra o poder soberano absoluto ou um “não-agir do Estado”. A partir dos direitos individuais, os direitos coletivos podem ser conquistados e os direitos e deveres políticos permitem e limitam as ações do Estado. Publicações que mostram o aspecto civil da cidadania como algo que o cidadão recebe do Estado reduzem a essência do que a liberdade individual pode proporcionar para o desenvolvimento da cidadania.

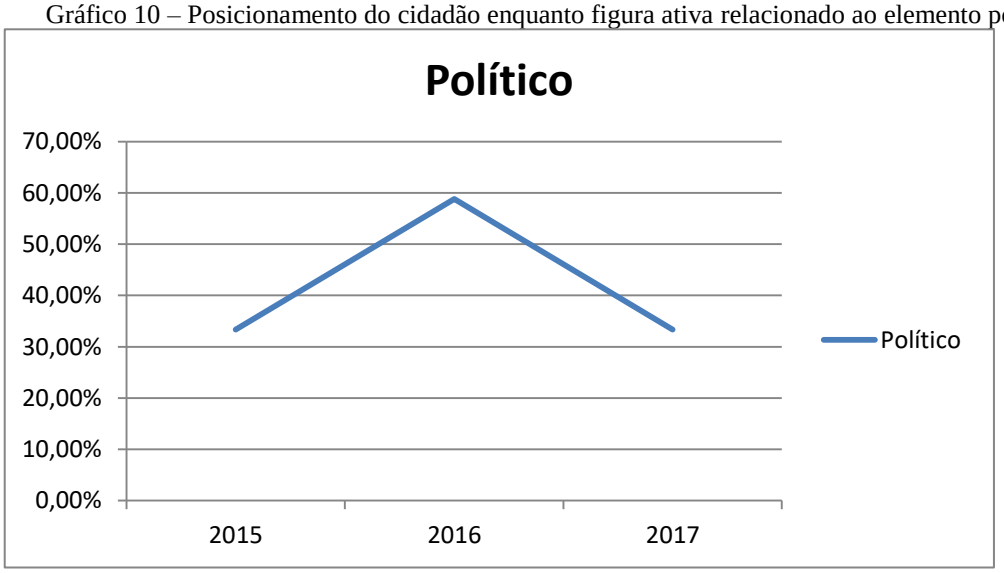
Gráfico 9 – Posicionamento do cidadão enquanto figura ativa relacionado ao elemento civil.



Fonte: elaborado pela autora.

O aspecto político também obteve um baixo índice de visibilidade e de abordagem ativa do cidadão, com um pequeno aumento no ano de 2016 devido às publicações sobre as eleições municipais. Mas que, novamente, mostram a desvalorização da ação do cidadão e atividade política, especialmente em períodos de instabilidade parlamentar, decisões constitucionais e constantes discussões envolvendo os poderes executivo, legislativo, judiciário e a relação entre eles.

Gráfico 10 – Posicionamento do cidadão enquanto figura ativa relacionado ao elemento político



Elaborado pela autora.

6.3.2 CATEGORIA COMUNICAÇÃO PÚBLICA

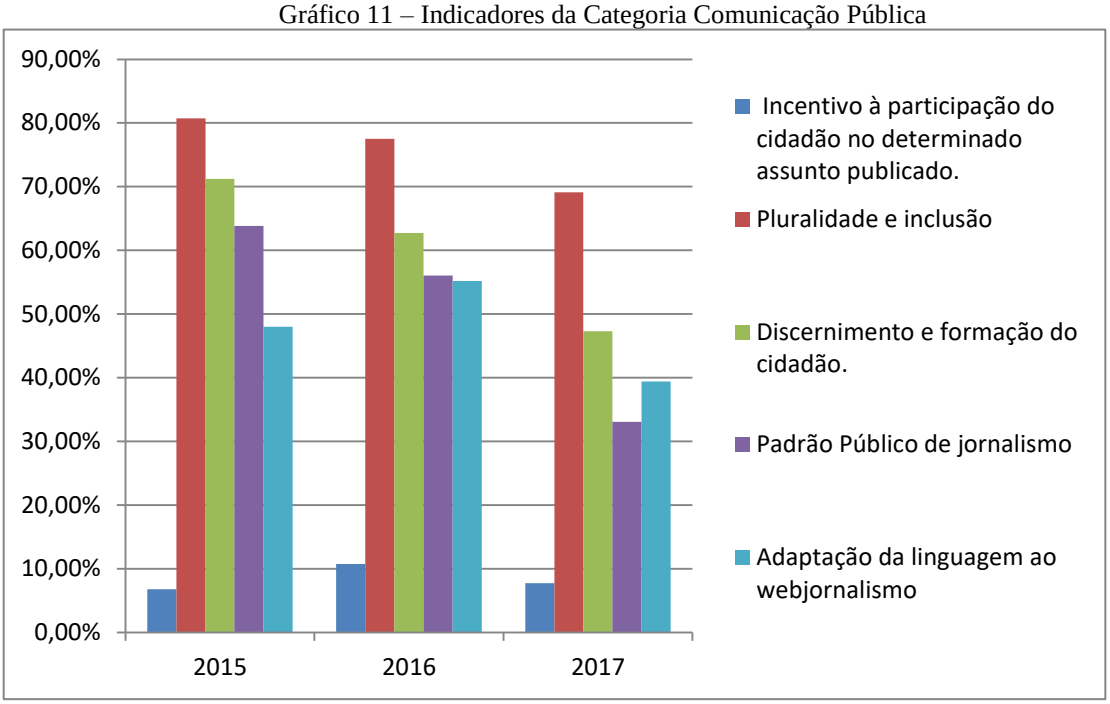
O quadro e gráfico abaixo são referentes à categoria Comunicação Pública em que pretendeu-se revelar o aparecimento e a frequência das diretrizes desta comunicação no conteúdo analisado. Todas as diretrizes estabelecidas são fundamentais para que a comunicação pública seja plena e cidadã, conforme as bibliografias dos pesquisadores do assunto estudados nesta dissertação. Por isso, o ideal seria que cada diretriz obtivesse 100% (cem por cento) como percentual em todos os anos.

Quadro 4 – Indicadores da Categoria Comunicação Pública

Indicadores da Comunicação Pública	**2015**	**2016**	**2017**
Incentivo à participação do cidadão no determinado assunto publicado.	6,77%	10,74%	7,72%
Pluralidade e inclusão	80,73%	77,52%	69,13%
Discernimento e formação do cidadão.	71,25%	62,75%	47,32%
Padrão Público de jornalismo	63,85%	56,04%	33,05%
Adaptação da linguagem ao webjornalismo	47,99%	55,21%	39,43%

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 11 – Indicadores da Categoria Comunicação Pública



Fonte: elaborado pela autora.

Na categoria Comunicação Pública pretendeu-se verificar as aproximações e distanciamentos dos fundamentos mencionados pelas teorias da área e pelas próprias diretrizes da EBC, postas pela instituição no momento da pesquisa.

O primeiro indicador, pensado para identificar o 'Incentivo à participação do cidadão no determinado assunto publicado', foi inserido no plano metodológico para tentar perceber até que ponto a EBC, dentro do recorte da seção cidadania, estimula seu leitor/internauta a interagir com aquilo que lhe é informado no sentido de empoderá-lo enquanto cidadão. Ou seja, identificar se o conteúdo fornece dados para que este cidadão possa buscar mais informações ou formas para agir com relação a seus direitos ou deveres. Essa característica da comunicação pública é importante tanto para a promoção da cidadania como para integrar o leitor/internauta ao que está sendo comunicado.

Apesar desta importância, este foi o indicador com o menor percentual dentre todos os outros indicadores da comunicação pública durante os três anos analisados. Ou seja, em pouquíssimas publicações a EBC incentiva o internauta a participar ou a interagir com as informações divulgadas. Esse indicador também mostra que o conteúdo não fornece dados com os quais o cidadão possa se informar mais ou mesmo atuar naquele assunto. O cidadão é posicionado apenas como um leitor passivo. O ano de 2015 obteve o menor percentual da análise, 2016 alcançou o maior, seguida por uma queda do incentivo

em 2017. Diante deste cenário, é possível compreender que estudiosos da área como Bucci (2015) não assimilam a comunicação da EBC como verdadeiramente pública já que este conteúdo, por exemplo, não promove uma libertação do cidadão para uma postura mais atuante, para que ele possa ligar, ir, saber mais, buscar mais os seus direitos ou conhecer mais sobre seus deveres. O conteúdo não gera um vínculo de parceria ou de relacionamento para a atividade da cidadania.

Gráfico 12 – Incentivo à participação do cidadão no determinado assunto publicado

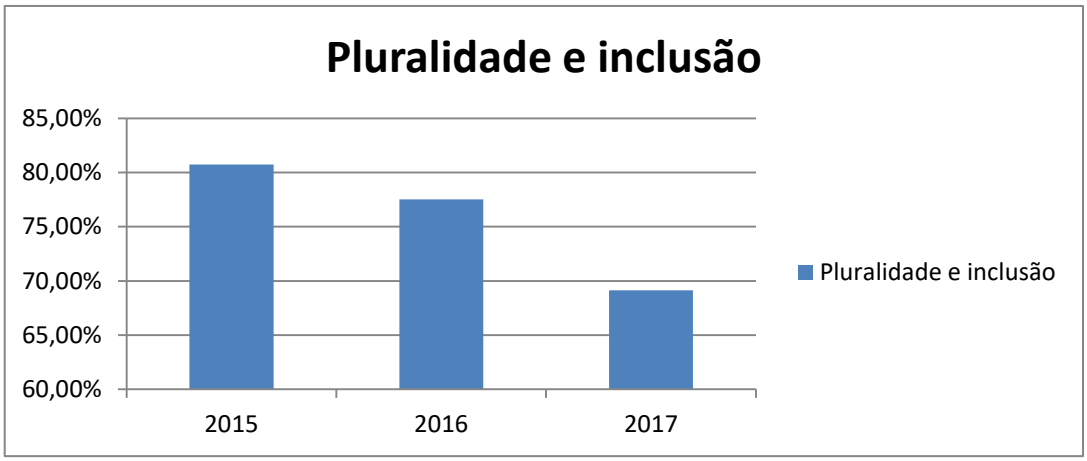
Fonte: elaborado pela autora.

A ‘Pluralidade e inclusão’ foi o indicador mais frequente no conteúdo sobre cidadania da EBC. Apesar disso, ao longo dos anos analisados este índice também foi decrescente. O objetivo deste item foi de verificar o aparecimento de ações e informações de grupos diversos da sociedade tais como associações, sindicatos, para revelar a diversidade de vozes, opiniões e atividades cidadãs. A alta frequência deste indicador pode ser reflexo do que foi dito pelos responsáveis pelo conteúdo publicado no Portal, durante as entrevistas “dar voz ao cidadão” foi uma expressão muito citada por todos.

> Nosso critério editorial é mostrar uma realidade que não é conhecida a fundo e dar voz a essas pessoas, trazer à tona os problemas que elas vivem de forma responsável, contextualizada, bem apurada num material robusto que as pessoas naquela matéria não arranhem aquele assunto, mas tenham um mínimo de conhecimento sobre aquilo que esta sendo veiculado naquele material. Então, nós tratamos de conteúdo indígena, quilombola, de populações ribeirinhas e seus problemas, casamento infantil, tudo isso de uma forma muito séria, se não diária, corriqueiramente, e tenta levar para o nosso público que não conhece num olhar muito mais profundo e mais bem apurado sobre as questões voltadas pra Amazônia. (ENTREVISTADO 4).

Apesar disso, percebe-se no conteúdo que essa pluralidade de vozes se restringe a grupos sociais, étnicos, raciais, sexuais, culturais, com necessidades especiais ou de faixas etárias. Grupos políticos, frentes sindicais, associações trabalhistas, são incomuns como representantes de vozes publicadas na seção cidadania. Até mesmo durante as entrevistas foram citados apenas grupos raciais, LGBTs, mulheres, pessoas com necessidades especiais e "manifestações da sociedade". Em outras palavras, a voz política, trabalhista e econômica do cidadão parece não ser ouvida, considerada e divulgada plenamente.

Gráfico 13 – Pluralidade e inclusão.



Fonte: elaborado pela autora.

O 'Discernimento e formação crítica do cidadão' foi o segundo indicador com os maiores percentuais, mas que também esteve em queda nos períodos analisados. Este indicador teve o objetivo de aferir a diretriz proposta pelo Manual de Jornalismo da EBC de contribuir com o discernimento e a formação crítica do cidadão. Fundamentos que também compõem os Indicadores da Unesco (2012) que garantem o direito do cidadão de ter subsídios para poder criticar o poder público. Além disso, retomando as teorias estudadas nos capítulos anteriores, Duarte (2009) afirma que a comunicação pública deve educar e informar o cidadão sobre o que lhe diz respeito e o que ele ainda não busca por não saber que existe. Gomes (2011) também ensina que o jornalismo serve ao interesse público quando coloca à disposição informações necessárias para que o cidadão possa influenciar a decisão política e a gestão do Estado.

Conforme informado durante as entrevistas com os atuais responsáveis pelos conteúdos do Portal, foi mencionada diversas vezes a característica "foco no cidadão", "dar voz ao cidadão", mas é importante ressaltar que em nenhum momento foi citado algum

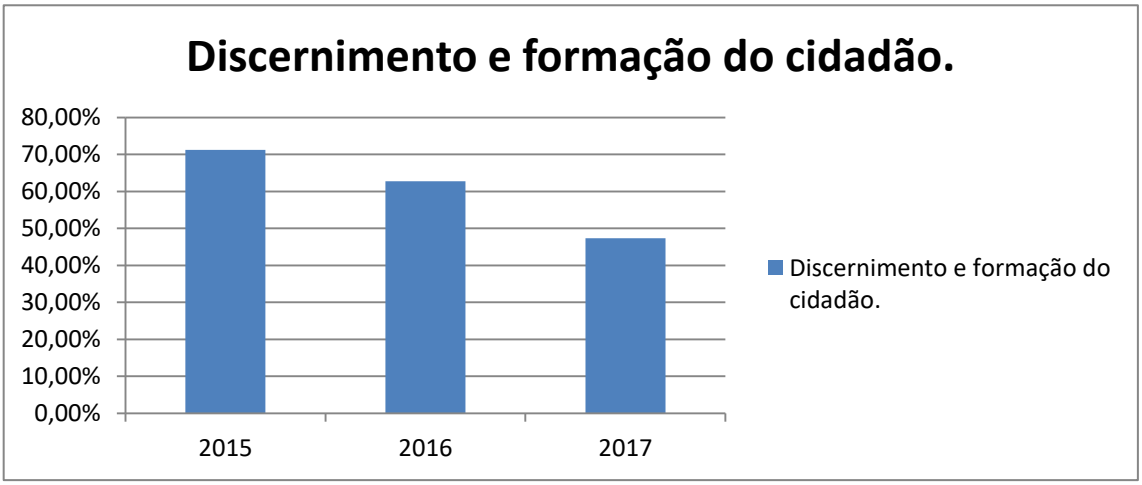
tipo de preocupação ou mesmo qualquer ação para a formação crítica do cidadão. Ou seja, o próprio cidadão somente deve se educar, se preparar e ter interesse para o conteúdo da EBC.

> Eu acho que as pessoas precisam se apropriar dos conteúdos da EBC dos conteúdos produzidos por nós porque há a cultura de ligar a TV e fazer outra coisa, as pessoas não se sentam na TV pra assistir grandes debates ou informações aprofundadas, não ligam o rádio pra isso, as pessoas querem ouvir música no rádio. As pessoas não acessam a Agência Brasil para ler uma informação, preferem os sites que possuem recursos visuais ou outros assuntos. O trabalho que a gente faz aqui é um trabalho sério, profundo e que precisaria sim ser apropriado pela sociedade. Não sei se o ouvinte, o telespectador ou o internauta está preparado para isso. É preciso haver uma educação porque a partir do momento que você tem uma certa formação, você não vai mais ligar a TV pra ver moças dançando enquanto o cara sorteia alguma coisa. Você quer se inteirar do mundo das coisas que estão acontecendo até porque você entende que aquilo ali tem sim uma consequência na sua vida no seu dia a dia. O que nós procuramos fazer aqui é isso, oferecer para o cidadão um outro olhar sobre as coisas que acontecem no país respeitando a CF que diz que a comunicação tem que ser complementar estatal, pública e privada. Nós tentamos fazer o que os outros não fazem, mas é fato que nós não somos tão consumidos como nós gostaríamos, não sei qual a estratégia que nós deveríamos adotar ou se isso é uma estratégia que nós deveríamos adotar. Eu acho que nosso trabalho é sim bem feito tem muito a melhorar, mas é sim bem feito e tem uma linha muito coerente que a gente segue, falta a sociedade descobrir a EBC o que a gente faz. (ENTREVISTADO 4).

Diante dessa fala é possível perceber uma certa passividade da gestão de conteúdo da EBC, pois o posicionamento é de que há a disponibilidade de um conteúdo de qualidade e complementar, mas está disponível pra quem tem uma preparação/educação para informações mais aprofundadas. Ou seja, não há uma estratégia atual de formação e incentivo a um pensamento crítico, de uma cidadania ativa e isso pode explicar a queda do percentual deste indicador que hoje não alcança nem a metade do conteúdo. A ex-gestora do Portal lembrou que Laerte Rimoli, presidente da EBC até o momento, disse abertamente assim que assumiu o cargo em 2016, que a empresa faria “o jornalismo arroz com feijão” entendendo que o jornalismo de antes era enviesado. “Eu não acho que fosse. Eu acho que ele (o antigo jornalismo da EBC) procurava dar voz a mais atores. E o jornalismo atual, ele procura se ater mais ao factual, ele cobre os debates de uma forma mais restrita”, opina a ex-gestora. E diante dos dados do Quadro 3, nota-se que essa restrição limitou não somente a pluralidade de vozes, como também a pluralidade de opiniões para um discernimento amplo de situações e uma restrição de visibilidade de informação sobre debates de ideias que podem contribuir também para o pensamento crítico, já que há apenas a divulgação do

fato decidido sem mostrar sua contextualização ou o processo de formação de determinada decisão.

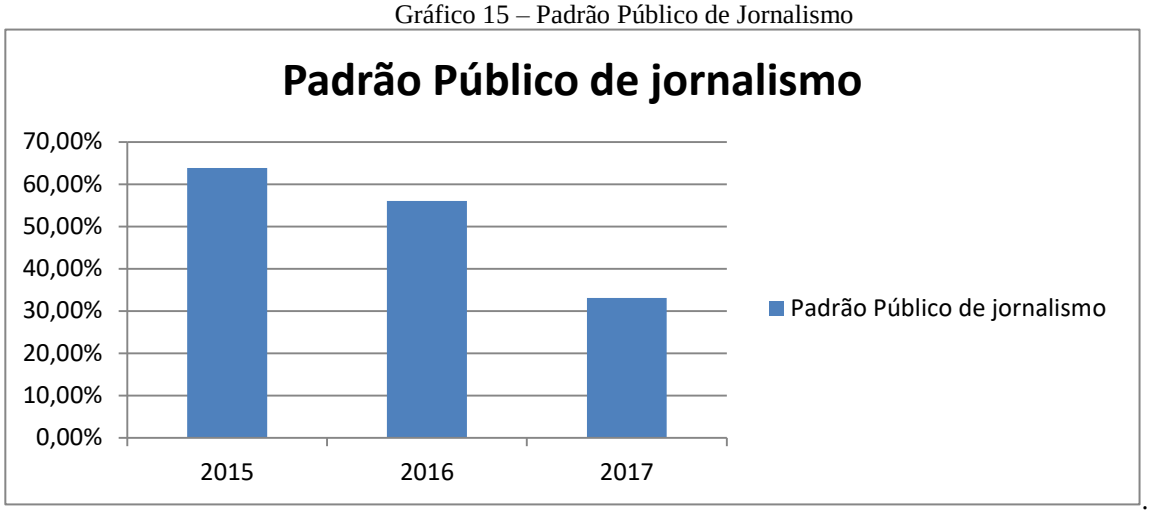
Gráfico 14 – Discernimento e formação do cidadão



Fonte: elaborado pela autora.

O ‘Padrão público de jornalismo’ é um indicador relacionado ao pertencimento e proximidade da comunicação pública para com os cidadãos e seus interesses. Para isso, foi verificado o protagonismo do cidadão nas publicações, ou seja, a informação sobre o interesse público do ponto de vista da sociedade em atividade. Este indicador obteve pouco mais de 60% no início da análise e só decresceu chegando à metade do percentual inicial. Sendo o Portal da EBC um canal “agregador”, este índice mostra que “a voz do cidadão”, tão amplamente mencionada durante as entrevistas com responsáveis pelos mais diversos conteúdos, não é abordada de forma a protagonizar as notícias em sua maioria, nos canais da empresa. Isto é ainda mais perceptível em 2017, momento em que os entrevistados disseram que há uma continuidade das diretrizes do Manual de Jornalismo, mas tem-se na verdade uma prática cada vez mais distante de ter uma narrativa pública.

Gráfico 15 – Padrão Público de Jornalismo



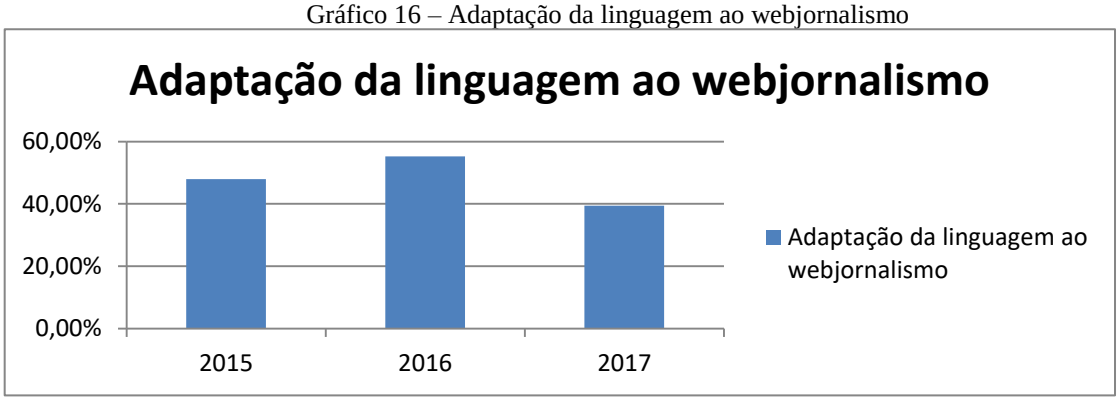
Fonte: elaborado pela autora.

A adaptação à linguagem do webjornalismo, de uma maneira geral, conforme os parâmetros deste estudo, não foi uma característica predominante na maior parte do conteúdo analisado. Em todos os períodos, os conteúdos que não pertenciam ao Portal ou à Agência e que não contemplavam os requisitos deste indicador, conforme a porcentagem mostrada pela Quadro 3 eram notas que introduziam o conteúdo principal/original correspondente a outro canal de comunicação, sendo rádio ou TV e a mídia (áudio ou vídeo). Além da nota e da mídia, do ponto de vista de adaptação de conteúdo dos outros meios de comunicação para o ambiente web, haviam apenas as tags e a URL. Em 2015, menos da metade do conteúdo foi classificado como adaptado, mas obteve um aumento em 2016, com pouco mais de 50%. Em 2017, houve uma queda considerável neste índice com o menor percentual deste indicador.

É possível explicar essa falta de adaptação do conteúdo online pela falta de recursos humanos e financeiros apontados pela pesquisa de Esch e Carvalho (2016), conforme o capítulo 3, durante a entrevista com a superintendente Denise Bacoccina, em 2015, que revelou essas dificuldades. Na entrevista para a presente pesquisa com a atual gerente do Portal, foi informado que a produção de conteúdo do próprio Portal foi interrompida em novembro de 2016. A partir desse momento, todos os conteúdos publicados no site da EBC pertencem aos outros sites de meios de comunicação da empresa, com a revisão e aplicação de técnicas de “linguagem web”, conforme afirma a gestora.

Na prática, relacionando esses relatos com a análise empírica deste trabalho, a inexistência deste conteúdo específico do Portal refletiu no declínio do conteúdo adaptado ao webjornalismo, sendo um reflexo também do despreparo de equipe, de tecnologia e de falta de investimentos na atuação web, confirmando ainda que esta atividade digital não era e não é prioridade. O fato de a equipe do Portal não produzir mais conteúdo próprio, não concedeu ao conteúdo dos outros veículos (TV e rádios) uma maior disponibilidade na adaptação elaborada e inovadora para o ambiente web cuja preocupação citada pela atual gestão é estar com um bom posicionamento nas ferramentas de busca. Infere-se, pelo que foi descrito da atual rotina de trabalho do Portal, que a busca por estar entre os conteúdos mais acessados é mais importante que a qualidade, diferenciação técnica/visual dos outros canais e inovação da elaboração do próprio conteúdo. Pode-se dizer que as atividades da equipe do Portal a partir de novembro de 2016 é replicar conteúdo de forma a estar bem posicionado nos sites de busca. Até mesmo no conteúdo da Agência Brasil, que foi mencionado como canal de destaque da EBC na internet, não aplica, em sua maioria, as possibilidades de interações, recursos multimídia ou outras técnicas de webjornalismo propostas por Canavilhas (2014) na maioria das publicações.

Gráfico 16 – Adaptação da linguagem ao webjornalismo



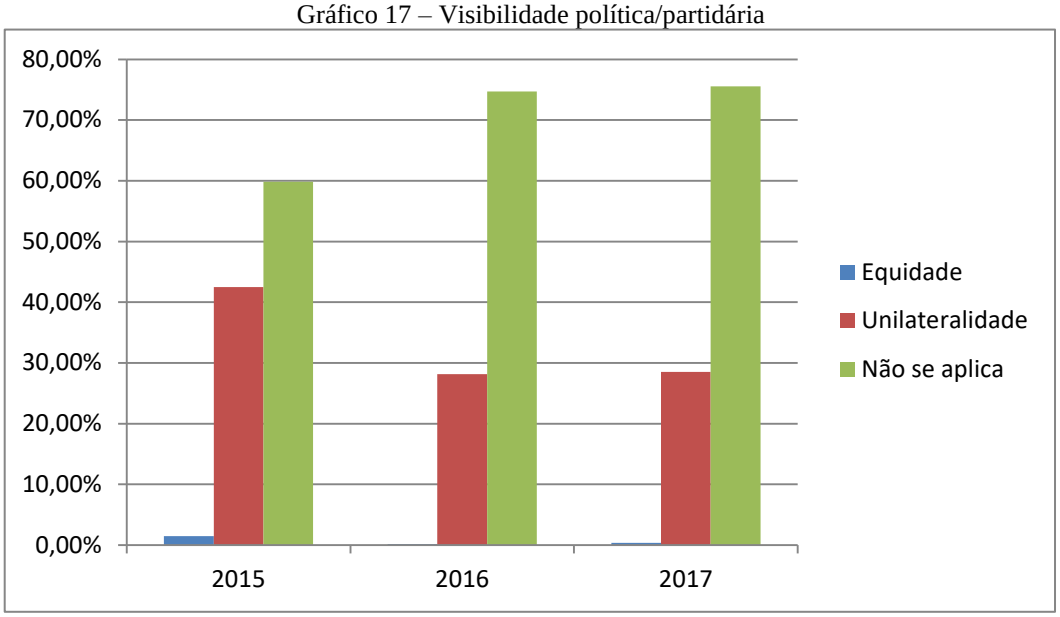
Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 4 - Visibilidade política/partidária

	2015	**2016**	**2017**
Equidade	1,48%	0,17%	0,35%
Unilateralidade	42,49%	28,14%	28,50%
Não se aplica	59,83%	74,71%	75,52%

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 17 – Visibilidade política/partidária



Fonte: elaborado pela autora.

Por meio deste indicador nota-se que o equilíbrio partidário é, e sempre foi, uma caraterística muito distante da comunicação pública da EBC, quase inexistente na verdade, ou seja, a tendência é mostrar apenas um lado de uma determinada visão política/partidária. Mas acima disso, a maioria das publicações não possui posicionamento político, opiniões das figuras políticas, o conteúdo não busca apresentar o que os governantes pensam sobre os mais diversos assuntos da cidadania. Por meio dessas publicações, os cidadãos não conhecem a postura de seus representantes governamentais diante dos mais diversos assuntos sobre cidadania. Novamente o debate, as discussões de ideias políticas não posicionadas como direito e dever de cidadania para uma formação ou avaliação do cidadão. Essa não exposição das ações e opiniões políticas pode ser explicada, dentre outros fatores, pelo fato de que o governo do presidente Michel Temer tenha o índice mais alto de reprovação desde a redemocratização do país, marca até então atingida pelo governo da antecessora, Dilma Rousseff, segundo o Instituto de Pesquisas Datafolha[32]. Sintetizando, além do fator político não ser posicionado como um elemento de cidadania, não possui equidade e não possui uma visibilidade que possa proporcionar informações que integrem o debate da sociedade.

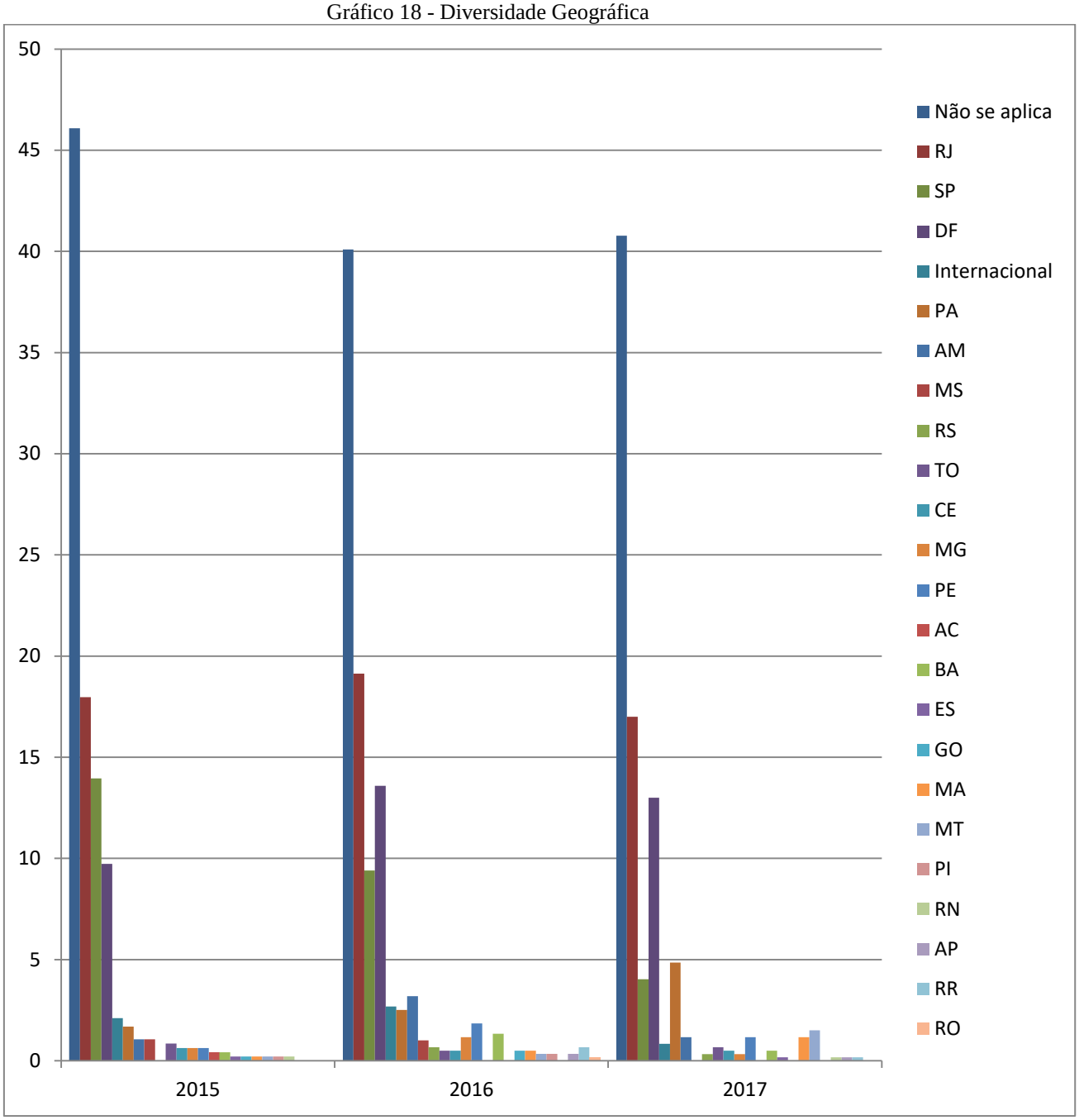
[32] Informação disponível em:< http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/10/1923635-teme-atinge-indice-mais-alto-de-reprovacao-desde-redemocratizacao.shtml>. Acesso em 03/12/2017.

Quadro 6 - Diversidade Geográfica

Estado	Presença (%) 2015	Presença (%) 2016	Presença (%) 2017
Não se aplica	46,08	40,10	40,77
RJ	17,97	19,13	17
SP	13,95	9,40	4,03
DF	9,73	13,59	13
Internacional	2,11	2,68	0,84
PA	1,69	2,52	4,86
AM	1,06	3,19	1,17
MS	1,06	1,01	0
RS	0	0,67	0,33
TO	0,85	0,50	0,67
CE	0,63	0,50	0,50
MG	0,63	1,17	0,33
PE	0,63	1,85	1,17
AC	0,42	0	0
BA	0,42	1,34	0,50
ES	0,21	0	0,17
GO	0,21	0,50	0
MA	0,21	0,50	1,17
MT	0,21	0,34	1,51
PI	0,21	0,34	0
RN	0,21	0	0,17
AP	0	0,34	0,17
RR	0	0,67	0,17
RO	0	0,17	0

Fonte: elaborado pela autora.

Gráfico 18 - Diversidade Geográfica



Fonte: elaborado pela autora.

Cerca de 40% das publicações da EBC não se refere a nenhuma localidade geográfica específica. Se por um lado isso mostra uma generalidade dos assuntos, ampliando as possibilidades de identificação de diversos cidadãos brasileiros; por outro lado diminui-se os espaços para mostrar a realidade de todos os estados do país, sendo o Brasil composto por 27 unidades federativas.

Apesar de haver pouco mais da metade das publicações direcionadas aos diversos estados brasileiros, nota-se uma grande diferença entre a presença e ausência de determinadas localidades nos conteúdos. Os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e o Distrito Federal estão, respectivamente, muito mais presentes nas publicações.

A princípio, essa presença pode ser facilmente explicada porque nestes estados estão localizadas as estruturas físicas da EBC. Porém, destas três localidades, o Distrito Federal é o que possui a menor presença e é onde está localizada a sede da Empresa, ou seja, se relacionar a presença física da EBC com a presença desta mesma localidade no conteúdo, o Distrito Federal deveria estar em primeiro lugar nas abordagens das publicações. Além disso, segundo o site da EBC, há uma estrutura da empresa no Maranhão e este estado não alcançou nem 1% de presença no conteúdo.

É importante lembrar que no Rio de Janeiro e São Paulo estão sediadas as maiores empresas de comunicação privada do país. Neste sentido, é possível pensar que essas empresas privadas podem enfatizar acontecimentos e peculiaridades dos estados em que estão sediadas e, que ao invés de diversificar geograficamente seu conteúdo, a EBC segue a mesma tendência geográfica de priorizar em seu conteúdo o Rio de Janeiro e São Paulo. Ao invés de se diferenciar, a EBC parece querer tentar se igualar ou mesmo copiar sua pauta geográfica. No Rio de Janeiro, por exemplo, em 2016 foram realizados os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, uma pauta amplamente abordada pelas mídias privadas, no Portal da EBC, além da editoria específica para os esportes, a seção Cidadania citou em seus textos cerca de 80 vezes as palavras ‘jogos olímpicos’ e ‘olimpíadas’.

É interessante notar também que publicações sobre outros países e que foram inseridas na seção cidadania estão em quarto lugar neste ranking geográfico. Além disso, das quatro notícias referentes ao estado de Roraima em 2016, duas eram sobre a imigração de venezuelanos, ou seja, as ações de cidadania internacional tiveram mais destaque do que os assuntos sobre a cidadania da maioria dos estados brasileiros.

Do ponto de vista regional, a região Sul é a que menos aparece nas publicações em todos os períodos analisados. Em 2015, nenhum estado desta região foi sequer mencionado no conteúdo. Todos os estados da região Sudeste fizeram parte das publicações de 2015 e 2017. Em 2016 e 2017, estados da região Norte que não apareceram em 2015, obtiveram mais publicações. Em menor quantidade de aparecimento, todos os estados da região Centro-oeste figuraram em 2015 e 2016.

Diante dos dados empíricos, percebe-se que a EBC não pluraliza com equilíbrio o seu conteúdo do ponto de vista geográfico. Considerando que o Brasil é um país de dimensões continentais com culturas e costumes muito diferentes, essa falta de equidade na diversificação geográfica das publicações pode gerar mais distanciamento de determinados cidadãos que não se vêem contemplados ou representados por esta comunicação pública. Ao invés de se fazer conhecida e criar identificação em diferentes estados brasileiros, a cidadania da EBC parece centralizar suas ações comunicativas no Eixo Rio-São Paulo-DF e não considerar outras localidades, podendo ser também desconhecida ou pouco valorizada pelos cidadãos desses outros estados.

É possível pensar que mesmo retratando acontecimentos de determinadas localidades, possa haver uma identificação, adaptação ou direcionamento de algum fato para outras localidades, afinal os elementos de cidadania são os mesmos. Mas grande parte do conteúdo, especialmente relacionados ao Distrito Federal são muito específicos como, por exemplo, ações e eventos de escolas, informações sobre atividades e serviços pontuais ou pesquisas sociais do entorno de Brasília. Ou seja, há muitas publicações que podem ser desinteressantes para cidadãos que tenham realidades regionais muito diferentes do que é publicado e que podem se sentir desmotivados a procurar este canal em outra oportunidade. Do ponto de vista regional, a característica pública da comunicação da EBC está restrita a três localidades e apenas perpassa superficialmente nos demais estados brasileiros, que parecem possuir menos importância inclusive que outros países.

Por outro lado, um dos responsáveis pelo conteúdo publicado no Portal afirma que há parcerias com emissoras públicas (preferencialmente) e privadas no sentido de tentar cobrir “praças” do Brasil inteiro, incluindo onde a EBC não possui estrutura. Além disso, segundo um dos entrevistados as equipes da Empresa cobrem regiões e não, necessariamente estados.

> A gente consegue realizar esse trabalho de forma satisfatória. Mas sempre que há a necessidade de que nós precisemos apurar essas situações inloco, a gente manda repórter para essas regiões e a gente cobre, não necessariamente tendo equipe nessas localidades, mas nós conseguimos cobrir sim. Quando a gente percebe que tem um assunto que vai render muitas matérias que vai precisar ter uma continuidade ali a gente envia o repórter para cobrir aquele assunto. Nós temos parceiras com rádios públicas da região norte, da região da Amazônia Legal colaboram com a gente. Apesar do Brasil ser muito grande a gente não encontra muita dificuldade em poder falar um pouquinho de cada região se comparar com as emissoras privadas eu acho que a EBC cumpre muito bem esse papel de cobrir todas as regiões do Brasil. (ENTREVISTADO 4).

Em contraposição a esta fala, a ex-gerente do Portal afirma que a EBC não conseguia e não consegue suprir sozinha a cobertura de todo o Brasil por falta de pessoas e de outros recursos, especialmente em se tratando do trabalho para a web por falta de investimentos específicos.

Nota-se que outro membro da atual equipe gestora do conteúdo, disponibilizado no site da EBC, faz uma referência comparativa ao trabalho de empresas privadas de comunicação. Essas comparações nas falas destes gestores parecem evidenciar que as emissoras privadas são referência ou parâmetros para a EBC e não as diretrizes da comunicação pública. Na prática isso reflete para que o trabalho da EBC não seja referência na prestação de serviços de comunicação pública, mas sim em uma empresa de comunicação que é apenas diferente daquelas que coloca como alvo comparativo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu ser um olhar analítico, para os aspectos teóricos e empíricos de uma parte integrante do conteúdo comunicacional que se posicionou como público e cidadão no ambiente web. O problema da investigação desta pesquisa foi identificar as características do conteúdo da seção cidadania do Portal da EBC, do ponto de vista da comunicação pública e da cidadania, em diferentes momentos institucionais.

É fato que o objeto analisado pode mudar já que a EBC está hoje em contínua mutação, devido à instabilidade política, econômica e social porque passa o Brasil, assim como diversas empresas públicas ligadas ao Estado brasileiro. Mas essa dinamicidade, inclusive potencializou a importância desta dissertação para a contribuição de um entendimento sobre determinados períodos e práticas da EBC que podem ter características propícias para novos desdobramentos da empresa e da comunicação pública brasileira. Ou seja, este estudo é uma reflexão de conceitos e um desvelamento de práticas relativas a um pequeno recorte que possui diferenças e aproximações e também fazem parte e são resultados de um contexto histórico maior.

Além da dinâmica temporal, outra limitação deste trabalho é a visão técnica da comunicação na web que pode ser amplamente discutida em outras pesquisas. As diretrizes de Canavilhas (2006 e 2014) sobre o webjornalismo foram escolhidas como indicadores de análise da comunicação na internet, pois o foco e os alicerces do presente estudo são a comunicação pública e a cidadania, e, conforme o entendimento da pesquisa bibliográfica, essas diretrizes dialogam com os objetivos do interesse público. Apesar disso, o material bruto coletado pode ter ressignificações se forem consideradas outras análises de comunicação digital. Outra oportunidade de pesquisa é o estudo de recepção da comunicação pública visto que a questão da qualidade da audiência e o próprio conhecimento da EBC perante os cidadãos é uma preocupação constantemente levantada nos estudos empíricos e teóricos sobre o assunto.

A partir da compreensão do problema de pesquisa, sua importância, sua pretensão, seu recorte, suas limitações e seu contexto dinâmico, pode-se relacionar as teorias estudadas, os resultados da análise empírica e as respostas às entrevistas com diferentes responsáveis pelo conteúdo da EBC para as devidas considerações. Em se tratando de cidadania, percebeu-se que o caráter social é o predominante. A política parece

nem se tratar de um elemento de cidadania para a instituição. A figura do cidadão é abordada, em grande parte do conteúdo, como alguém que recebe algum tipo de ação, informação ou benefício. A participação do cidadão internauta é uma característica que não é incentivada, com exceção da ouvidoria, ou mesmo disponibilizada em tempo real. O conteúdo, em sua totalidade, não forma, não busca formar e não posiciona o cidadão como uma pessoa crítica, autônoma, capaz de questionar as ações governamentais e agir em busca do interesse público.

Os princípios da comunicação pública são conhecidos pela EBC, afinal eles fazem parte do discurso institucional, gerencial e dos documentos norteadores, como o Manual de Jornalismo. Porém, conforme constatou-se na pesquisa empírica, esses princípios não são praticados predominantemente, apenas tangenciados. Esse tangenciamento acontece principalmente em conteúdos sobre grupos específicos (ligados a gênero, raça, faixa etária, opção sexual e necessidades especiais) que mostram algum tipo de conquista de direitos ou a busca destes. Apesar da presença maciça desses elementos no conteúdo, os outros objetivos da comunicação pública não são percebidos em sua totalidade ou nem mesmo em sua maioria como, por exemplo, o protagonismo do cidadão e suas opiniões, o levantamento de visões críticas distintas sobre ações governamentais, o incentivo da integração do cidadão com a informação. Além disso, a diversidade geográfica praticamente não existe, o Eixo Rio – São Paulo domina as publicações diante dos outros estados.

Com relação aos períodos nota-se, de uma maneira geral que em 2015, o conteúdo perpassava timidamente pelas diretrizes da comunicação pública cidadã, ou seja, elas existiam, mas não prevaleciam totalmente nas publicações ou não eram amplamente aprofundadas. Alguns fatores em 2016 obtiveram uma pequena evolução, mas o ano de 2017 foi marcado pelo maior distanciamento da prática com relação aos fundamentos de uma comunicação pública cidadã. Pode-se dizer que o cenário de 2015 era superficial, deficiente, mas foi permissivo a iniciativas e ideias que se esvaziaram por falta de priorização do ambiente de comunicação web. Os princípios que inicialmente nortearam a EBC, ainda que frágeis foram perdendo ainda mais força.

Nota-se que os valores da comunicação pública possuem uma definição compreendida e estabelecida por teóricos e profissionais da área de comunicação pública, mas existem impedimentos da sua prática e de seu aprofundamento. Esses impedimentos estão ligados a fatores políticos históricos que se apropriaram da comunicação pública

como uma ferramenta de propagação de ações governamentais que valorizam direitos sociais como prioridade e não formam cidadãos ativos e críticos. Em decorrência disso, há uma permissão de limitações editoriais, financeiras e ineficiência legislativa que regule com precisão a execução da comunicação pública. Esses fatores tornaram as práticas deficientes e fizeram com que os valores, apesar de conhecidos, não fossem enraizados fortemente a ponto de superar a herança do vínculo político brasileiro ao que se refere ao direcionamento dos direitos e deveres da cidadania, enquanto Estado soberano que se impõe ao cidadão súdito e o mantém passivo.

Diante disso, percebe-se que a tendência do Portal da EBC, do ponto de vista da cidadania e da comunicação pública, é distanciar suas práticas dos fundamentos. Constatou-se, a partir da relação entre as entrevistas e os resultados empíricos, que este distanciamento foi um processo natural de um canal web que nasceu sem ser prioridade e foi se afastando de suas diretrizes iniciais ao longo do tempo. Esse afastamento parece ser incentivado pela visão de que as ações da web da comunicação comercial são um modelo a ser seguido.

É nítido que o site foi criado, pois todas as outras empresas de comunicação já estavam na internet, mas havia a determinação do compromisso de ter uma inovação que servisse ao interesse do cidadão. A própria Agência Brasil "nasceu no digital", embora seja "um digital" que não possui um formato específico, em que há poucas imagens, hipelinks e possibilidades de participações cidadãs online praticamente nulas. Ao longo do tempo, não houve inovação e sim o reforço da ideia de que "o G1 faz assim então o Portal da EBC também faz assim agora". Isso mostra a busca pela aproximação ao que é feito por outros veículos e o distanciamento do incentivo e das possibilidades da participação online do cidadão ou mesmo de sua formação crítica. Sem disponibilizar espaços de discussões, debates, formação de ideias, sem contribuir efetivamente para a cidadania, reforça-se o desmembramento do cidadão crítico em relação à comunicação pública. E esta se torna livre para atuar e ter o formato conforme os interesses de quem está no poder político. Os elementos/direitos sociais fazem parte da máscara que tenta diferenciar a comunicação pública como aquela que "dá voz ao cidadão".

Assim, a EBC, assim como seu Portal, é uma iniciativa de comunicação pública cidadã que já começou deficiente e que está se afastando cada vez mais destas propostas conceituais. É possível pensar no desgaste que pode existir em se sustentar uma instituição que se posicionou e comprometeu-se com valores ideais da comunicação

pública, mas não os praticou em sua plenitude e em consequências negativas que este cenário pode resultar e que podem tornar a EBC enquanto instituição pública ainda mais frágil. E esta é uma fragilidade não somente do caráter público, mas também do ponto de vista de identidade institucional, pois na prática, além de não ser plenamente pública, ela não concorre com as gigantes estruturas das empresas comunicacionais privadas, que são seus atuais modelos, e utilizam parte da "voz do cidadão" e os direitos sociais para camuflar as ações estatais. Isto é, a comunicação da EBC apenas flutua entre os sistemas mencionados na CF, não complementa e nem consegue atuar efetivamente como pública, privada ou estatal.

É preciso fortalecer os valores da comunicação pública, torná-los realmente públicos, disponíveis para auditorias, avaliações, fiscalizações e aplicá-los como prioridades e parâmetros reais. O resultado do trabalho com esses valores deve ser um conteúdo que promova pluralidade e equilíbrio dos elementos de cidadania, mostrando a atividade e as possibilidades de ações do cidadão; com iniciativas para uma abordagem e formação crítica, apresentando os mais diversos pontos de vista. Além disso, é primordial que este conteúdo não seja um mero repositório de informações factuais de outros canais, mas que tenha também um caráter complementar e contextualizado, retratando discussões e debates da sociedade. Ele deve ter um planejamento editorial específico, integrado, autônomo e inovador com a utilização de recursos multimídias que ampliem, com dinamismo, o conhecimento sobre o conteúdo publicado e promovam a interação com o internauta.

A partir da condensação desses preceitos pode-se seguir para novas discussões que possam proteger, valorizar e ampliar a comunicação pública na internet e o fortalecimento da cidadania brasileira. Isso porque essa pesquisa é um fragmento que deve ser maximizado, segmentado ou inspirar outros olhares sobre práticas e teorias comunicacionais para o interesse público.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **A condição Humana.** 10ª Edição – Rio de Janeiro: Forense universitária, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BIANCO, N.R.D; ESCH, C. E; MOREIRA, S. V. Lei de meios como estratégia de fortalecimento da radiodifusão pública: o caso da Argentina, Equador e Uruguai. **Revista Comunicação Midiática (online).** Bauru, São Paulo, v.9, n.3, p. 104-119, set./dez, 2014.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: 4ª edição, Paz e Terra, 1986.

_____. **A Era dos Direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRANDÃO, E. Conceito de comunicação pública. In: **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público. DUARTE, J. (Org.). São Paulo: Atlas, 2009.

_____. Comunicação pública, 17 anos depois. In: **Cidadania Comunicacional:** Teoria, epistemologia e pesquisa. MORAES, A; SIGNATES, L. (Orgs.). Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituição.htm>. Acesso em 15 dez. 2016.

BRASIL. **Lei nº 6.301**, de 15 de dezembro de 1975. Institui política de exploração de serviço de radiodifusão de emissoras oficiais, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasileira de Radiodifusão - RADIOBRÁS, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm>. Acesso em 20 nov. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.652,** de 7 de abril de 2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm>. Acesso em 20 nov. 2016.

BRASIL. **Medida Provisória nº 744**, de 1º de setembro de 2016. Altera a Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007 2010/2007/Mpv/398.htm>. Acesso em 20 nov. 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.417**, de 1º de março de 2017. Altera a Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta e autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências", para dispor sobre a prestação dos serviços de radiodifusão pública e a organização da EBC. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13417.htm#art1>. Acesso em 04 mar. 2017.

BUCCI, E. **O Estado de Narciso.** A comunicação Pública a serviço da vaidade particular. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. A tragédia anunciada da EBC. In: **SOCICOM debate**: a comunicação pública em questão: crise na EBC. Ruy Sardinha Lopes (org). São Paulo: SOCICOM, 2016. 83p.

_____.; CHIARETTI, M; FIORINI. **Indicadores de Qualidade nas Emissoras Públicas** - Uma Avaliação Contemporânea Série Debates CI (Unesco), v. 10, 2012. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002166/216616por.pdf>. Acesso em 22 nov. 2016.

CANAVILHAS, J. **Webjornalismo.** 7 características que marcam a diferença. _____. (Org). Covilhã: Livros LabCom, 2014.

_____. **Webjornalismo:** Da pirâmide invertida à pirâmide deitada. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2006. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornalismo-piramide-invertida.pdf>. Acesso em 20 dez. 2016.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e Cidadãos.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil.** O longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTELLS. M. **A Sociedade em Rede.** In: Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder. MORAES, D. (Org.). Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet**.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____; CARDOSO, G. **A Sociedade em Rede** - do conhecimento à ação política. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G. (Orgs). A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. Belém: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005.

CAPELATO, M. H. **Propaganda política e controle dos meios de comunicação.** Cap 9. p.167-178. In: PANDOLFI, D. Repensando o Estado Novo. Rio do Janeiro: Ed. FGV, 1999.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais:** evolução e desafios. Revista Portuguesa de Educação. Braga-PT, v. 16, n.2, p. 221-236, 2003.

CORREIA, J. C. **O admirável mundo das notícias.** Teorias e métodos. Covilhã, UBI, LabCom, 2011.

Correio Braziliense. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770139-senado-afasta-dilma-da-presidencia-e-michel-temer-assume-nesta-quinta.shtml>. Último acesso em 8 fev. 2017.

CRUVINEL. T. In: **Comunicação Pública em debate:** Ouvidoria e rádio. PAULINO, F. SILVA, L. (Orgs.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

DEL BIANCO, N. R. ESCH, C. E. PINHEIRO, E. B. **Estratégias da Empresa Brasil de Comunicação para Enfrentar o Desafio da Convergência.** Revista Rádio-Leituras, Mariana-MG, v.08, n. 01, pp. 158-176, jan./jun. 2017.

DETONI. M. Os meios públicos de comunicação e a construção da esfera pública. In: **Comunicação e Sociedade:** Serviço Público de média e participação. CECS-UMinho. Vol. 30. 2016. Disponível em: < http://www.cecs.uminho.pt/publicacao/servico-publico-de-media-e-participacao/>. Último acesso em 2 ago. 2017.

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 de maio de 2016. Seção II, Ed. 93, p. 1.

DUARTE, J. Instrumentos de comunicação pública. In: **Comunicação pública:** estado, mercado, sociedade e interesse público. DUARTE, J. (Org.). São Paulo: Atlas, 2009.

EBC. **Manual de Jornalismo da EBC**. Brasília, 2013. Disponível em <http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/manual_de_jornalismo_ebc.pdf>. Último acesso em 8 ago. 2017.

EBC. **Documento final sistematização das propostas e discussões.** Disponível em: <http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/documentofinal-seminarioebc.pdf>. Acesso em 20 dez. de 2017

EBC. EBC na Rede. Disponível em: <https://www.facebook.com/ebcnarede/?ref=br_rs>. Último acesso em 20 dez. de 2017.

ESCH, C. E. CARVALHO. M. M. Os desafios de gestão para a incorporação de novas tecnologias digitais nos serviços públicos de radiodifusão do Brasil e de Portugal. In: **Comunicação e Sociedade:** Serviço Público de média e participação. CECS-UMinho. Vol. 30. 2016. Disponível em: < http://www.cecs.uminho.pt/publicacao/servico-publico-de-media-e-participacao/>. Último acesso em 2 ago. 2017.

FAORO, R. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. 4 ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1977.

FILHO, J. J. P. **A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e o desafio da participação cidadã:** Estudo sobre o conselho curador (2007-2011). 2015. 211 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Bookman, 2009.

Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770139-senado-afasta-dilma-da-presidencia-e-michel-temer-assume-nesta-quinta.shtml>. Último acesso em 8 ago. 2017.

FRASER, M.T.D.; GONDIM, S.M.G. **Da fala do outro ao texto negociado**: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. Paidéia, v.14, n.28, p.139-52, 2004. Disponível em < http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf/>. Acesso em 22 dez. 2016.

FREIRE, R. Medida Provisória 744: o desmonte da participação social na Empresa Brasil de Comunicação (EBC). **SOCICOM debate:** a comunicação pública em questão: crise na EBC. Ruy Sardinha Lopes (org). São Paulo: SOCICOM, 2016.

GILLMOR, D. **O Fim da Objetividade** (Versão 0.91). Postagem colocada no blog Dan Gillmor no Jornalismo de Base, etc., em Janeiro de 2005. Disponível em <http://dangillmor.typepad.com/dan_gillmor_on_grassroots/2005/01/the_end_of_obje.html >. Acesso em 15 jan. 2017.

GOMES, W. **Jornalismo, fatos e interesses.** Ensaios de teorias do jornalismo. Florianópolis: Editora Insular, 2009.

HABERMAS, J. **Direito e democracia:** entre facticidade e validade. Volume I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro,1997.

_____. **A inclusão do outro:** estudos de teoria política. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2003.

INTERNET ARCHIVE. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20170901000000*/www.ebc.com.br/cidadania>. Último acesso em 20 dez. de 2017.

JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: EDUFBA, 2002.

KLÖCKNER, L. **O Repórter Esso e Getúlio Vargas.** In: Baum, Ana (org.): Vargas, agosto de 54: a história contada pelas ondas do rádio. Garamond, 2004. p 125-126

KOÇOUSKI, M. **Comunicação pública: construindo um conceito**. In: Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas. MATOS, H. (Org.). São Paulo: ECA/USP, 2013.

KUNSCH, M. M. K. **Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas.** In: Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas. MATOS, H. (Org.). São Paulo: ECA/USP, 2013.

LÓPEZ, J. C. J. **Advocay: uma estratégia de comunicação pública.** In: KUNSCH, M. M. K. (org.) Comunicação pública, sociedade e cidadania. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2012. Série Pensamento e Prática, v.4, pp 61-80.

MATOS, H. **Comunicação Pública, esfera pública e capital social.** In: Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público. DUARTE, J. (Org.). São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Comunicação pública, democracia e cidadania**. In: LÍBERO, ano 2, nº 3/4, 1999.

MATTOS, S. **História da televisão brasileira:** uma visão econômica, social e política. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1967.

MELO, José Marques de. Gêneros jornalísticos: conhecimento brasileiro. In: MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de (Orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil.** São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

MORAES, B. S. **Jornalismo Público: um olhar sobre o Repórter Brasil**. 2011. 145 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

NOBRE, H. H. M. GIL, P. Alternativas ao conceito e à prática da comunicação pública. In: **Revista Eptic Online.** Vol.15 n.2 p.12-27.mai-ago. 2013.

_____. Comunicação pública e comunicação política: por uma interação entre cidadania e democracia**.** In: **Espaço Aberto.** Ano 10. Nº19. 2º sem Organicom. 2013.

ORTIZ, P. TV Pública: você ainda vai ter uma...?! In: **Comunicação, Jornalismo e Compreensão.** KUNSH, D. e MARTINO, L. M. S. (Orgs.). São Paulo: Plêiade, 2010.

PAULINO, F. O. GUAZINA, L. OLIVEIRA, M. Serviço público de média e comunicação pública: conceito, contextos e experiências. In: **Comunicação e Sociedade**: Serviço Público de média e participação. CECS-UMinho. Vol. 30. 2016. Disponível em: < http://www.cecs.uminho.pt/publicacao/servico-publico-de-media-e-participacao/> . Último acesso em 2 de agosto de 2017.

PERUZZO, C. M. K. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania.** In: Comunicação Pública. OLIVEIRA, Maria José da Costa (Org.). Campinas: Editora Alínea, 2004.

Pesquisa Brasileira de Mídia 2015. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM. Disponível em < http://www.Secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-

de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>. Acesso em 8 nov. 2016.

Pesquisa Brasileira de Mídia 2016. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM. Disponível em <http://www.Secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016-1.pdf/view>. Acesso em 8 ago. 2017.

PINSKY,J. PINSKY,C. (Orgs.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

Portal EBC. Disponível em < http://www.ebc.com.br>. Último acesso em 22 dez. 2017.

SILVEIRA, E. G. **PBS: Public Broadcasting Service**. Uma análise do modelo de televisão pública americana. Faculdade Comunicação da Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado. 2002.

SOUZA, J. **A Construção Social da Subcidadania**: Para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

TAVARES, R. C. **Histórias que o rádio não contou**. Do Galena ao Digital, desvendando a Radiodifusão no Brasil e no Mundo. São Paulo: Editora Harbra, 1999.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TOMAZ Jr. R. **Conferência Nacional das Comunicações**: pelo reforço da comunicação pública. Informativo Sete Pontos, ano 2, número 15, julho de 2004. Disponível em: <http://www.comunicacao.pro.br/setepontos/15/confja.htm> Acesso em: 16 fev. 2017.

VALENTE, J. C. L. **TV Pública no Brasil**. 2001. 206 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

ZÉMOR, P. As formas de comunicação pública. In: **Comunicação pública:** estado, mercado, sociedade e interesse público. DUARTE, J. (Org.). São Paulo: Atlas, 2009.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Nome – Cargo e tempo de trabalho no cargo e na EBC

1. O que diferencia a seção cidadania das outras seções do Portal? Qual o objetivo desta seção?
2. Como é feita a seleção ou como é definido o conteúdo que vai para a seção cidadania do Portal?
3. E com relação ao direcionamento do conteúdo dos outros veículos da EBC que vai para a seção cidadania?
4. Percebe-se que há uma limitação ao acesso das notícias antigas do site. Há algum tipo de arquivo ou histórico de notícias anteriores? Se não, há algum projeto para que o conteúdo seja arquivado?
5. Sabe-se que a EBC passou por uma grande mudança legislativa e institucional em 2016/2017. Em sua opinião essas mudanças impactaram no conteúdo da cidadania do Portal? Se sim, como ?
    a) qual a orientação editorial no governo Dilma e b) qual a orientação editorial no governo Temer. Pedir detalhamento **sobre pauta, fontes, orientação para a narrativa ou escrita da matéria e detalhes dessa política editorial,** especialmente para saber de onde partiu a orientação.
6. Em novembro de 2016 não houve mais produção de conteúdo do Portal para a seção cidadania, para as outras seções também? Por que houve essa interrupção?
7. Explique de que forma ou qual o processo da prática das diretrizes do manual de jornalismo na elaboração do conteúdo do site?
8. Como é o trabalho de incentivo à participação do cidadão na produção de notícias e no assunto noticiado?
9. Como é o trabalho de produção de conteúdo em locais em que a EBC não possui filiais? - Lourival
10. Há algum tipo de parceria com algum outro veículo de comunicação que não pertença à EBC para a elaboração do conteúdo?
11. Como o jornalismo da EBC planeja e pratica a abordagem da cidadania em seu conteúdo?

ANEXO A - PARECER DA EQUIPE DE ACESSO À INFORMAÇÃO DA EBC SOBRE A SOLICITAÇÃO DA PESQUISADORA COM RELAÇÃO AOS CONTEÚDOS QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE

Em atenção à solicitação formulada, o Gerente Executivo de Web informa que não é possível atender a solicitação em pauta, pois para isso seria necessário alocar pessoas especializadas da equipe, e não disponibilizamos de corpo técnico suficiente para atendimento da demanda solicitada, pois atualmente todos os membros da equipe estão empenhados em demandas, projetos e entregas importantes e imprescindíveis para a empresa. Não será possível atender a solicitação neste momento. Caso seja incluído o atendimento desta solicitação, impactará criando impedimentos ao planejamento já estabelecido e na conclusão das demais entregas do setor. Não temos previsão de prazo futuro. Atenciosamente, Gerência Executiva de Web ---------- Nos termos do Art. 21 do Decreto nº 7.724/2012, Vossa Senhoria poderá apresentar recurso, por meio do e-SIC, no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência dessa decisão, à autoridade hierarquicamente superior à que adotou a decisão, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação. Serviço de Informação ao Cidadão - SIC/EBC.

ANEXO B - TÍTULOS DAS PUBLICAÇÕES COLETADAS E ANALISADAS PARA A PRESENTE DISSERTAÇÃO REFERENTES À SEÇÃO CIDADANIA DO PORTAL DA EBC NOS ANOS 2015, 2016 E 2017, RECUPERADAS POR MEIO DO SITE INTERNET ARCHIVE E DA FERRAMENTA NETVIZZ DO FACEBOOK

Essas publicações não foram inseridas na íntegra como anexo deste trabalho, pois reunidas em um único documento somar-se-iam 1.590 páginas. Os títulos foram copiados com exatidão das páginas publicadas e, portanto, os eventuais erros não foram corrigidos para manter a originalidade das publicações.

Publicações coletadas e analisadas de 2015

1. Empregados da Volkswagen entram em greve contra demissão de 800 metalúrgicos
2. Reajuste no transporte público motiva atos em São Paulo
3. Ministra diz que Lei do Feminicídio fez o país avançar na defesa da mulher
4. Advogado pedirá habeas corpus de suspeita de matar italiana no Ceará
5. Beltrame exonera coronel da PM acusado de incitar violência contra manifestantes
6. São Paulo tem três manifestações simultâneas contra aumento nos transportes
7. Bienal da UNE debate regulação da mídia
8. Kayapos pedem a Eduardo Cunha para não instalar comissão da PEC 215
9. UNE faz primeiro encontro LGBT de sua história
10. Revisão da política de drogas é tema de debate na Bienal da UNE
11. Justiça do Rio reconhece direito de comunidade quilombola de Rio Claro
12. Relatório apresentado à ONU denuncia encarceramento e extermínio de jovens
13. Dilma Rousseff diz que é preciso avançar em leis que criminalizam violência contra mulher
14. Devotos celebraram Dia de Iemanjá no Rio de Janeiro
15. Cinto de segurança de três pontos será obrigatório para veículos em 2020
16. ONG organiza "telefonaço" contra aumento de benefícios dos deputados
17. Tire suas dúvidas sobre as novas regras do seguro-desemprego
18. Anistia Internacional condena falta de resposta a ataques de grupos armados
19. Caminhoneiros continuam protestos em cinco estados
20. Comissão da Verdade de SP começa investigar participação de empresas na ditadura
21. Entidades de direitos humanos divulgam dossiê sobre presídio de Pernambuco
22. Movimento feminista se reúne com ministro defendendo regulamentação da mídia
23. Caminhoneiros continuam com protestos em 88 pontos de 27 BRs
24. MTST protesta por falta de água na periferia de São Paulo
25. Vítimas de ação policial no Rio podem ser atendidas pela Defensoria Pública
26. Caso Dorothy: situação de réus gera sensação de impunidade
27. Disque 100 receberá denúncias de violência contra crianças no carnaval
28. OAB cria Comissão Nacional da Verdade sobre a Escravidão

29. EUA vão nomear diplomata gay para defender direitos dos homossexuais
30. Saiba como denunciar conteúdos impróprios exibidos na TV e no rádio
31. CPI das universidades sugere que trote seja classificado como crime de tortura
32. Entenda o que diz a lei sobre infratores menores de 18 anos
33. Ministro da Saúde vê com preocupação decreto sobre Mais Médicos
34. Acervo da família sobre Vladimir Herzog será aberto ao público
35. Projeto identifica cientistas perseguidos pela ditadura militar
36. Governo e OIT celebram parceria pelo trabalho decente
37. Caminhada marca dez anos da Chacina da Baixada e pede ação contra a violência
38. Ford demite 137 trabalhadores
39. Ato em SP quer mobilizar sociedade para a busca de crianças desaparecidas
40. Governo mostra preocupação com a aprovação da admissibilidade da PEC 171/93
41. Comissão para analisar PEC da maioridade penal será instalada na semana que vem
42. Ideli Salvatti lança cartilha para eleições nos conselhos tutelares
43. Nova portaria aperfeiçoa divulgação de lista suja do trabalho escravo
44. Entidades lamentam aprovação da admissibilidade de redução da maioridade penal
45. Relatório mostra dez iniciativas para lidar com a questão das drogas
46. Famílias que serão removidas por causa de Belo Monte recorrem à defensoria
47. Dia de Conscientização do Autismo é lembrado nesta quinta-feira
48. Estudantes da UnB criam tumblr para combater o preconceito racial
49. Moradores do Complexo do Alemão pedem paz e justiça em protesto pacífico
50. Policiais do Rio serão capacitados para atender população LGBT
51. Maioridade penal: conheça a posição dos deputados da comissão especial sobre o tema
52. Relatório denuncia violações de direitos humanos e ambientais pela Vale
53. Lideranças indígenas pedem arquivamento da PEC sobre demarcação de terras
54. Desigualdade de gênero no mercado de trabalho persiste, diz ONU
55. Maioridade penal: 74 cidades terão "vigílias" em praças públicas contra redução
56. Defensoria garante na Justiça fim da revista vexatória em presídios do Rio
57. Ministros de FHC, Lula e Dilma assinam carta contra redução da maioridade penal
58. MST mantém ocupação do Incra em São Paulo
59. Justiça criminal ainda resiste à aplicação da Lei Maria da Penha
60. São Paulo: CUT e movimentos sociais protestam contra a terceirização
61. Escritor que viveu 30 anos preso não consegue emprego fixo
62. Ex-presos dizem que trabalhar é fundamental para recomeçar
63. Ato da Força Sindical em São Paulo é marcado por críticas ao governo
64. Em ato unificado, sindicatos protestam contra projeto de terceirização no Rio
65. Brasileiro entra no vigésimo dia de greve de fome em presídio na Palestina
66. Brasileiras alertam para suicídio de jovens indígenas na ONU
67. Terceirização: magistrados temem insegurança e retrocesso na lei trabalhista
68. "Em matéria de calçadas, Brasil engatinha", diz Mara Gabrilli sobre acessibilidade
69. Medidas para responsabilizar jovens infratores são subutilizadas

70. Ocupe Estelita: Repórter Brasil exibe trechos de documentário sobre projeto controverso
71. Maioridade penal: quatro opiniões a favor e contra a redução
72. Religiões afro-brasileiras ganham direito de resposta na Record e Rede Mulher
73. "Prêmio Cadeado de Chumbo" escolhe piores respostas da Lei de Acesso à Informação
74. Cadastro Nacional é simplificado e processo de adoção deve ficar mais rápido
75. Farmanguinhos promove dia de ação social em comunidade na zona oeste do Rio
76. ONU lança vídeo destacando a diversidade LGBT e luta contra homofobia
77. Defensoria Pública do Rio questiona valor das indenizações na Vila Autódromo
78. UE promete continuar apoiando homossexuais pela igualdade de direitos
79. Falta de legislação federal dificulta combate à homofobia
80. Especialistas dizem que combate à exploração sexual esbarra na invisibilidade
81. Terceirização aumentará número de ações na Justiça, diz presidente do TST
82. Parte da população do Rio não sabe que exploração sexual infantil é crime
83. Jovens da Ilha do Marajó (PA) são vítimas de exploração sexual
84. Disque 100 recebeu 21 mil denúncias de violações contra crianças no 1º trimestre
85. Estudo mostra redução de recursos para combate à exploração de crianças no Ceará
86. Ação organizada de mulheres reduz violência no Brasil, diz representante da ONU
87. Brasil, Colômbia e Peru formam rede para combater tráfico de pessoas
88. Especialistas debatem formas de coibir violência de gênero na mídia
89. Brasil precisa definir políticas de acolhimento para haitianos, diz especialista
90. Irlanda anuncia neste sábado resultado de referendo sobre casamento gay
91. Governo promete “enfrentamento duro” à entrada ilegal de haitianos
92. ONGs dizem que Estatuto da Família deveria ser mais discutido
93. Pesquisa aponta que 77% das mulheres já sofreram assédio físico
94. Brasileiro preso na Palestina completa 40 dias em greve de fome
95. Brasil precisa definir políticas de acolhimento para haitianos, diz especialista
96. Acesso à Justiça: saiba como acionar a Defensoria Pública
97. Seminário LGBT no Congresso é marcado por críticas à intolerância religiosa
98. Seminário LGBT na Câmara discute ódio contra as minorias na internet
99. Centro reúne serviços para atender melhor mulheres vítimas de violência no DF
100. Movimentos Populares fazem ato em SP contra conservadorismo político
101. Ministério Público do DF lança campanha sobre direitos dos casais homoafetivos
102. Seminário na UnB reavalia relações entre as ditaduras latino-americanas
103. Evento traz empoderamento feminino e igualdade de gênero como temática
104. Mãe consegue facilitador para filho com deficiência ir à escola no Rio
105. Projeto "Dançando Também" realiza sonho de crianças da favela
106. Casa da Mulher Brasileira em Brasília começa a funcionar quarta-feira
107. Após denúncias, MPF verifica situação de comunidades próximas a Belo Monte
108. Estivadores fazem paralisação de sete horas no Porto de Santos

109. Governo vai estimular a inclusão da população negra no mercado de trabalho
110. Campanha publicitária com casais gays gera polêmica na internet
111. Direitos das Domésticas: Saiba como empregados e patrões devem agir
112. Aplicativo tira dúvidas sobre o HIV
113. Procurador aponta irregularidades em remoções de Belo Monte
114. Lei da ficha limpa faz 5 anos
115. Na 19ª edição, Parada do Orgulho LGBT de São Paulo cobra respeito e igualdade
116. Comércio de favelas do Rio tem acesso a crédito com juros menores
117. Militantes de todos os matizes elogiam Parada do Orgulho LGBT, em São Paulo
118. Casa da Mulher Brasileira é inaugurada em Brasília
119. Nações Unidas condenam mortes de jornalistas brasileiros
120. Ex-moradores da Vila Autódromo denunciam problemas em imóveis do Parque Carioca
121. Vítima de estrupo coletivo é enterrada no Piauí
122. Greve dos rodoviários complica a volta para casa no Distrito Federal
123. Combate ao abuso e exploração sexual é tema de exposição em Brasília
124. Expedição busca restos mortais de militantes da Guerrilha do Araguaia
125. Refugiados de 12 países criam música para agradecer abrigo no Brasil
126. Em carta a parlamentares, ONG pede rejeição de proposta que reduz maioridade
127. Biblioteca disponibiliza mais de 900 títulos a internos da Fundação Casa
128. OIT alerta que 168 milhões de crianças realizam trabalho infantil no mundo
129. Em um ano, fiscais resgatam mais de seis mil do trabalho infantil
130. Negligência ainda é a principal forma de violência contra o idoso
131. Entidades cobram moradia digna para idosos
132. Brasil tem pouca análise de dados sobre violência contra o idoso
133. Número de pedidos de refúgio no Brasil cresce 2000%, diz ONU
134. Conheça histórias de sucesso envolvendo pessoas surdas
135. Aids: preconceito dificulta acesso à política de prevenção, dizem especialistas
136. Cartilha com informações de direitos trabalhistas para refugiados será lançada no Rio
137. SP: projeto quer mudar nomes de ruas que homenageiam agentes da Ditadura
138. Novo guia da ONU busca prevenir trabalho infantil na agricultura
139. Avó de menina apedrejada no Rio organiza ato contra intolerância religiosa
140. Aplicativo do Ministério Público do Trabalho ajuda a flagrar irregularidades trabalhistas
141. Papa critica exclusão dos pobres e dos doentes
142. Menina atingida por pedra diz que Oxalá é quem deve perdoar agressores

143. Acre aguarda liberação de verba para enviar 1,7 mil haitianos a SP e Sul do país
144. Idosos ocupam sobrado em área nobre de São Paulo
145. Quase 90% dos brasileiros apoiam redução da maioridade, segundo Datafolha
146. STF libera estudantes para acompanhar votação da PEC da maioridade
147. Unidades de internação de menores estão superlotadas, conclui CMNP
148. Defensoria relata condições precárias dos presídios do Rio
149. Caso Amarildo: MP vai investigar participação de policiais do Bope
150. Diretora da ONU ressalta avanço do Brasil nas políticas para as mulheres
151. Ministério Público e PM do Rio investigarão policiais do Bope no caso Amarildo
152. Redução da maioridade "não está sendo debatida a fundo" adverte Cardozo
153. Fux diz que juízes não devem ignorar opinião pública em suas decisões
154. Maioridade penal: quatro experiências sobre o sistema socioeducativo
155. Organização formaliza na OEA denúncia de chacina de jovens em Salvador
156. Apesar de permitir o casamento homoafetivo, ainda há preconceito no Brasil
157. País deve ter plano nacional para enfrentar intolerância religiosa, diz babalaô
158. Jovens do DF cobram ações para combate à violência contra juventude negra
159. ONGs querem suspensão da retirada de ribeirinhos afetados por Belo Monte
160. Entidades de direitos humanos fazem ato político-cultural contra tortura
161. Ato em frente ao antigo Dops do Rio lembra Dia Internacional Contra a Tortura
162. União civil e casamento homoafetivo: entenda a diferença
163. Dia Internacional do Orgulho LGBT é celebrado neste domingo (28)
164. Ciclistas tomam conta da avenida Paulista para inaugurar ciclovia
165. Brasília abre Parada Gay com casamento coletivo e críticas ao Congresso Nacional
166. Maioridade penal: Confira como os deputados votaram sobre a PEC
167. Maioridade penal: saiba como votaram os deputados e quem mudou de voto
168. ONG ajuda haitianos que estão no Brasil a conseguir emprego
169. Documentos revelam que EUA sabiam da morte de Rubens Paiva e Stuart Angel
170. Mais de 2 mil jovens são assassinados por ano em oito capitais, mostra Unicef
171. Casal homoafetivo luta para registrar filhos com dupla maternidade
172. CPI da Violência contra Jovens Negros adia para amanhã votação do relatório
173. Juíza revoga reintegração de área ocupada por índios até julgamento de mérito
174. "Meu gênero é feminino. Sou mulher", diz coordenadora da SDH

175. Ativistas criticam prefeitura do Rio por retirar direitos da população trans
176. Diversidade racial: “o diálogo é uma arma poderosa para ajudar contra tudo”, diz o menino Gustavo
177. Alterações no ECA: especialista analisa proposta aprovada no Senado
178. Câmara aprova curadoria de deficientes físicos ou mentais por pais separados
179. Preso boliviano que mantinha 18 peruanos em regime de escravidão em São Paulo
180. Pezão sanciona lei que pune discriminação a gays no comércio do Rio
181. Índios denunciam péssimas condições dos veículos que transportam doentes
182. Herdeiros de frei torturado na ditadura vão ter pensão vitalícia
183. Violação contra criança e adolescente lidera denúncias no Disque 100
184. ONU e Brasil lançam Década Internacional de Afrodescendentes
185. Comissão Nacional da Verdade entrega relatório final ao Arquivo Nacional
186. Transfobia é entrave para mercado de trabalho inclusivo
187. Voluntários se mobilizam na preparação de transexuais para o Enem
188. Aluna da UnB é primeira mulher cigana a concluir doutorado na América Latina
189. Mulheres são as principais vítimas do tráfico humano
190. Mais de 8 mil pessoas foram mortas por policiais no Rio, aponta Anistia Internacional
191. Reintegração de Posse: série mostra luta por moradia na capital paulista
192. O sistema de cotas em concursos públicos prejudica os demais concorrentes?
193. Ministério Público do Trabalho lança campanha de combate ao assédio moral
194. Sem-terra encerram protesto e desmontam acampamento no Ministério da Fazenda
195. Jornalista diz que jovens desconhecem história da ditadura militar
196. Estatuto da Família volta à pauta do Congresso Nacional
197. Bate-papo Ponto Com discute as oportunidades de trabalho para quem tem mais de 50 anos
198. Antropólogo e indígenas criam jogo de videogame sobre cultura dos Huni Kuin
199. CPI do Sistema Carcerário aprova relatório final com 20 propostas de melhorias
200. Delegacia da Mulher deu início, há 30 anos, a políticas de combate à violência
201. Justiça do Rio dá prazo para MP se pronunciar no processo contra ativistas
202. Lei Maria da Penha completa 9 anos de vigência nesta sexta-feira
203. Nações Unidas alertam sobre desafios para a saúde dos indígenas
204. Mulheres do campo vão receber carretas odontológicas

205. Marcha das Margaridas: Dilma promete combater violência contra a mulher no campo
206. Secretário pede empenho de todos na criação de políticas públicas para jovens
207. Margaridas já se misturam aos ipês floridos de Brasília; ouça documentário
208. Seminário da EBC discute meios de financiamento e participação social
209. Prefeitura de São Paulo vai mudar nomes de ruas que lembram agentes da ditadura
210. Margaridas se despedem com luto e fortalecimento
211. Parentes acompanham traslado de corpos de participantes da Marcha das Margaridas
212. Representantes da sociedade civil tomam posse no Conselho Curador da EBC
213. Confira fotos dos momentos que marcaram o Seminário #ModeloEBC
214. Vinculação à Secom pode prejudicar autonomia da EBC, apontam participantes de seminário institucional
215. Ministra pede punição para internautas que ofenderam estudante de medicina
216. Concessão de visto humanitário a haitianos é prorrogada até 2016
217. Relator da ONU aponta Maranhão com pior situação sanitária em presídios inspecionados
218. Quase mil casos de intolerância religiosa foram registrados no Rio em dois anos
219. Número de refugiados no Brasil dobra em quatro anos e chega a 8,4 mil
220. Governo lança campanha de acesso à saúde para população de rua
221. Massacre da Sé completa 11 anos
222. Ato em São Paulo lembra 11 anos da massacre de moradores de rua na Praça da Sé
223. Câmara discute maioridade penal em 2º turno
224. Ministério da Justiça vai lançar campanha de combate ao preconceito a refugiados
225. Câmara inicia votação da PEC da redução da maioridade penal
226. Ceará: entidades denunciam tortura contra adolescentes após motim
227. Violência contra a mulher: falta de perspectiva de gênero atrapalha atendimento
228. Ato pede elucidação de chacina que matou 18 pessoas em São Paulo
229. Cerca de mil crianças já foram vítimas do conflito no Iêmen
230. MPF recebe 614 ossadas de possíveis desaparecidos políticos da ditadura
231. Estudantes vivem rotina como deputados no Congresso Nacional
232. Decisão do STJ equipara união estável a casamento em questões de herança
233. Viva Maria: Fundadora da Associação de Expostos ao Amianto comemora decisão do STF
234. Especialista analisa defesa criminal no RJ

235. MPF pede que Funai e União paguem R$ 50 milhões de indenização a índios Waimiri-Atroari
236. Justiça suspende mandado de busca e apreensão coletivo no Jacarezinho
237. Justiça condena estado de SP a indenizar família de vítima da Chacina de Osasco
238. Apenas 1% dos brasileiros com deficiência está no mercado de trabalho
239. População carcerária feminina cresce 700% em dezesseis anos no Brasil
240. Vara da Infância proíbe demolição de casas na favela Metrô-Mangueira
241. Documentário da TV Brasil quer saber o que a mobilidade urbana significa para você
242. Comunidades tradicionais participam de oficinas sobre biodiversidade
243. Greve dos servidores do INSS completa 50 dias
244. Grevistas ocupam prédio do INSS em Brasília
245. Veja quais documentos podem ser tirados de graça nos cartórios
246. Aprovado projeto que combate o infanticídio e outras práticas indígenas nocivas
247. Justiça Militar decreta prisão de soldado da PM suspeito de Chacina em Osasco
248. Taxa de feminicídios no Brasil é a quinta maior do mundo
249. Justiça paulista registra 99 processos de feminicídio no estado este ano
250. Ministério Público pede indenização e desculpas da União por extermínio de indígenas na ditadura
251. CNBB defende combate à corrupção e condena descriminalização do uso de drogas
252. Armar a população para reduzir violência é equívoco, diz Cardozo no Facebook
253. Codefat regulamenta seguro-desemprego para empregados domésticos
254. Brasília: Ponte Costa e Silva muda de nome para Honestino Guimarães
255. Rio cria cotas para negros em concurso para juiz e inclui critério de renda
256. Saiba como a terapia assistida por animais pode ajudar crianças com deficiência
257. Pesquisa recupera o arquivo do Clamor, o Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul
258. Ativista argentina diz que não há mais espaço para ditaduras no continente
259. ONG dá aula de português para refugiados no centro de São Paulo
260. Governo iniciará mesas de negociação para resolver conflitos indígenas em MS
261. Sancionada lei que torna obrigatório ensino médio nas penitenciárias
262. Correios vão aplicar plano emergencial para entrega de correspondência
263. Começa na Paulista passeata contra ajuste fiscal e em defesa de trabalhadores
264. Impunidade de agentes públicos esvazia manifestações, diz ONG Artigo 19

265. Movimento faz vigília em frente ao STF contra descriminalização do uso de drogas
266. Chefes estão entre os principais motivos de pedidos de demissão, aponta pesquisa
267. GDF diz que não negocia com manifestantes enquanto movimento não se regularizar
268. Preso sob custódia no Rio poderá ficar menos tempo na prisão
269. Rio vai comemorar Dia Mundial sem Carro com passeio ciclístico no domingo
270. Policiais e integrantes do Movimento Passe Livre entram confronto em Brasília
271. Guarani-kaiowá criticam proposta de indenizar proprietários por demarcações
272. Manifestação contra ajuste fiscal termina de forma pacífica em São Paulo
273. Número de prisões indevidas no Rio passa de 50%
274. Quatro jovens são mortos em chacina na Grande São Paulo
275. Fernanda Honorato, repórter do Programa Especial, é homenageada no Prêmio Rio sem Preconceito
276. Lei Maria da Penha completa nove anos
277. "Grupos de pedal" incentivam o uso de bicicletas em grandes cidades
278. Contrários ao Estatuto da Família aprovado em comissão defendem arquivamento
279. Emprego: saiba como o trabalho voluntário pode valorizar o seu currículo
280. Violência: 43 pessoas são assassinadas por dia nas capitais brasileiras
281. Representante da OAB-DF diz que proposta do Estatuto da Família é inconstitucional
282. Ouça: especial das Rádios EBC debate o aborto
283. Unidades de saúde de SP oferecerão hormonoterapia para transexuais
284. PMs do Rio envolvidos em morte e farsa processual serão expulsos
285. Ministério da Cultura cria comitê permanente de cultura LGBT
286. Rio aposta no esporte para unir policiais e moradores de comunidades pacificadas
287. Após ação da Polícia Federal, movimento Ocupe Estelita faz ato no Recife
288. AMB repudia agressão sofrida por juíza em prisão do Rio de Janeiro
289. Ativistas protestam contra extinção e redução de linhas de ônibus no Rio
290. Bancários de São Paulo decidem entrar em greve a partir de terça-feira
291. Aumento número de denúncias de agressões contra idosos
292. São Paulo amplia tratamento gratuito com hormônios para transexuais
293. Trabalhadores em situação análoga à escravidão são resgatados no Rock in Rio
294. Distrito Federal vai eleger 200 conselheiros tutelares no domingo (4)
295. Conselheiros da Amazônia lutam contra a exploração de crianças
296. Receita espera cadastramento de 1,5 milhão de trabalhadores domésticos

297. Especialista diz que no Brasil nunca existiu o hábito da doação
298. ONGs pelos direitos das mulheres querem maior orçamento para novo ministério
299. Presos suspeitos de agredir juíza serão transferidos para Bangu
300. Justiça rejeita denúncia contra Ustra por morte de Carlos Nicolau Danielli
301. ONU vê risco para UPP na ação de PMs que alteraram cena de crime em morro do Rio
302. Manifestação pelas ruas de São Paulo lembra os 23 anos do Massacre do Carandiru
303. Eleições para conselhos tutelares ocorrem hoje em todo o país
304. Associação de haitianos quer abrir sede para apoiar imigrantes em São Paulo
305. Etnias de 23 países vão concorrer nos jogos mundiais indígenas
306. Conheça vida e obra do poeta Edgar Allan Poe
307. Brasil pode perder 30% de suas línguas indígenas
308. Um em cada quatro brasileiros usa ônibus como principal meio de transporte
309. Chacinas em São Paulo: série especial debate o aumento das chacinas no estado
310. MP do Rio pede condenação de 18 participantes de protestos e absolvição de cinco
311. Mutirão social fará atendimento a comunidade de Arapoanga, em Planaltina (DF)
312. Operação no Complexo do Alemão deixa mais de 800 alunos sem aula
313. Brasil anistia e pede desculpas a professores perseguidos pela ditadura
314. Pesquisa revela que brasileiro está insatisfeito com o transporte público
315. “Vamos juntas?”: conheça o projeto que incentiva mulheres a andarem juntas para inibir a violência
316. Jovens, negros e pobres são principais vítimas de chacinas em SP
317. Mulheres da zona rural formam 25% da população mundial
318. Nordeste tem a maior taxa de homicídios do país, mostra estudo
319. Diálogos EBC discute importância da inclusão da Comunicação Pública em cursos superiores
320. FAO: "proteções sociais são a forma mais rápida de acabar com fome"
321. Casos de violência com indígenas aumentaram 131%, aponta relatório
322. 60% das mulheres vítimas de violência não buscam ajuda
323. Com Wagner Moura, OIT lança campanha contra escravidão moderna
324. Violência contra povos indígenas no Brasil é tema de audiência na OEA
325. Câmara aprova projeto que regulamenta direito de resposta a ofensas pela mídia
326. Votação de relatório de PEC que muda demarcação de terras indígenas é prorrogado
327. Bancários rejeitam nova proposta de reajuste salarial e greve continua

328. Instaurado inquérito para apurar denúncia de tortura praticada por PM
329. Leis brasileiras colocaram o racismo em pauta, diz professora
330. Viva Maria: professora transexual cobra na Justiça punição contra preconceito
331. Rio busca parceria para recuperar unidade prisional de gestantes
332. Cartório no Distrito Federal vai atender população do Colorado em serviços especiais
333. Governo anistia 36 ex-vereadores
334. Jogos Mundiais Indígenas terão plantão para combate à exploração sexual
335. Morte de Vladimir Herzog completa 40 anos neste domingo
336. Cartilha auxilia no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes
337. Professor alerta para o impacto de programas policialescos na TV
338. Campanha arrecada recursos para atender pessoas com deficiência visual
339. Detenta que teve bebê em solitária no Rio é paciente psiquiátrica, diz Seap
340. Jovens têm comportamento de risco depois de ingerir álcool, diz pesquisa
341. CPI da Assembleia do Rio vai investigar os autos de resistência no estado
342. Comissão especial aprova alterações no Estatuto do Desarmamento
343. Comissão aprova PEC que dá ao Congresso palavra final sobre demarcação de terras
344. Em protesto contra PEC 215, índios podem parar jogos em Palmas
345. Feminismo é "odiado" por ser revolucionário, diz filósofa
346. Dança inclusiva resgata solidariedade e arte na capital do Brasil
347. Serviços oferecidos nos postos do 'Na Hora' são ampliados no DF
348. Ligue 180 recebeu mais de 4 milhões de atendimentos desde 2005, diz secretária
349. Clubes de livros incentivam presidiários a ler
350. Brasil já indenizou 8,7 mil portadores de hanseníase por isolamento forçado
351. Aplicativo vai monitorar mensagens de ódio e racismo nas redes sociais
352. OAB cobra rigor na punição de crime de racismo nas redes sociais
353. Família de criança morta por policiais no Alemão vai pedir nova investigação
354. Senado aprova lei que regulamenta direito de resposta a ofendidos pela mídia
355. Moradores de áreas isoladas estão isentos de bandeiras nas contas de luz
356. Índios protestam contra proposta que altera demarcação de terras
357. Número de mulheres presas cresceu mais de 500% no Brasil nos últimos 15 anos
358. Pesquisadores debatem em Brasília temas sobre a população negra
359. Ex-prefeito de Unaí é condenado a quase 100 anos pela Chacina de Unaí
360. Projeto qualifica jovens em situação de vulnerabilidade no Rio
361. Números são alarmantes, diz Cardozo sobre mulheres presas no Brasil
362. Fórum debate ações para inclusão de negros no mercado de trabalho

363. Educação racial deve ser priorizada no ensino médio, diz pesquisador
364. Governo de SP anuncia mudanças em registros de violência contra população LGBT
365. Modernização do código do consumidor: projeto quer punir propaganda enganosa
366. Rio quer chegar a mil famílias acolhedoras para crianças em situação de abandono
367. Estudo constata violação de direitos humanos no caso de gestantes presas
368. Campanha contra racismo virtual quer conscientizar sobre injúria racial na web
369. Ministério Público recomenda ações a Samarco para garantir direitos de vítimas
370. Pequenos e médios municípios encabeçam lista de feminicídios, mostra estudo
371. Estudo mostra que 65% das detentas gestantes poderiam ficar em prisão domiciliar
372. Prefeitura de SP regulamenta Bilhete Único gratuito para desempregados
373. Campanha da Fraternidade Ecumênica 2016 tem como tema saneamento básico
374. Viva Maria: escolas têm desafio de debater violência contra mulheres
375. Berzoini recebe indígenas e diz que governo federal é contra a PEC 215
376. Indígenas protestam em Brasília contra PEC de demarcação de terras
377. Em SP, mulheres protestam contra Eduardo Cunha e projeto sobre aborto
378. Defensoria inspeciona Talavera Bruce no Rio para verificar situação das presas
379. Comissão de Segurança do AM anuncia que vai lutar pela Delegacia Especializada
380. Refugiados sírios recebem atendimento médico em São Paulo
381. No Rio, Parada LGBT critica Estatuto da Família e pede fim da violência
382. Quilombolas da Marambaia celebram posse de terra no Dia da Consciência Negra
383. "Pesca requer cada vez mais fé", lamenta quilombola da Ilha da Marambaia
384. Quilombolas com mais de 70 anos preservam costumes na Marambaia
385. Crianças em Brasília fazem apelo mundial pela segurança no trânsito
386. Cerca de 4 mil mulheres negras marcham contra o racismo
387. Mulheres negras se unem contra o racismo e a violência em marcha em Brasília
388. “Enquanto houver um negro sendo assassinado, estaremos lutando”, diz ativista
389. Ato pelo Dia Nacional da Consciência Negra ocupa frente do antigo Dops no Rio
390. STF: relator vota a favor de transexual usar banheiro feminino
391. Dilma assina decretos de desapropriação de terras em favor de quilombolas

392. Saiba quais cidades vão ter feriado no Dia da Consciência Negra em 2015
393. Eu, trans: escola e família são fundamentais para combater preconceito
394. Daniela Mercury usa testemunho pessoal para combater preconceito
395. É preciso acabar com a estigmatização da mulher negra no Brasil, diz consulesa
396. Estigmas e preconceitos silenciam grávidas e mães presas, diz pesquisadora
397. EBC recebe Selo de Pró-Equidade de Gênero e Raça
398. Se a mãe é presa, a família se desfaz, diz coordenadora de estudo sobre grávidas
399. Brasil ocupa 6º lugar em avaliação sobre disparidade salarial entre gêneros
400. Pesquisadores ibero-americanos desenvolvem no Rio projetos de inclusão social
401. Siga 4 passos para sobreviver à Black Friday 2015
402. ONU afirma que "mulheres têm menos espaço na mídia"
403. Ligue 180 registra 4,7 milhões de atendimentos em dez anos
404. Rio passa também a multar estabelecimentos que proibirem mães de amamentar bebês
405. Cepal alerta para elevado número de feminicídio na América Latina e Caribe
406. Juiz brasileiro é eleito presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos
407. Terreiro de candomblé é incendiado no Paranoá
408. Entidade aponta baixa execução do orçamento para a infância em Fortaleza
409. Brasília tem ato de repúdio contra ataques a templos de religiões africanas
410. Referência no candomblé, Mãe Meninazinha luta contra intolerância
411. Pesquisadora aponta os desafios da equidade de gênero nas empresas
412. Clarinha fica triste com as notícias ruins que lê no jornal
413. Conferência Distrital de Políticas para Mulheres acontece neste final de semana
414. Site da W3C escurece para simular navegação de uma pessoa cega
415. Cotidiano transmite entrega do 10º Prêmio Orgulho Autista; ouça ao vivo, às 14h
416. Bate-papo Ponto Com fala sobre os direitos das pessoas com deficiência
417. ONU vê afrodescendentes fortemente afetados pela crise econômica
418. O que te separa da extrema pobreza? Saiba mais sobre a campanha da Ong Teto
419. Audiências evitam entrada de 2 pessoas por dia em prisões do RJ
420. Anistia Internacional intensifica campanha contra violência policial no Rio
421. Programa Cotidiano recebe Prêmio Orgulho Autista
422. Manifestantes protestam contra morte de jovens negros no Rio
423. Violência da PM contra alunos paulistas é "prática de tortura", diz especialista

424. A vez delas: relembre 15 momentos em que mulheres mostraram sua força em 2015
425. #SeráQueÉRacismo: internautas denunciam a discriminação do dia-a-dia
426. Anistia Internacional recorre ao governo do Rio contra violência policial
427. Dia Internacional de Direitos Humanos: entenda a importância da data
428. Lei obriga divulgação da data de validade de produtos em promoção
429. Conservadora ou progressista: jovens defenderam suas ideologias
430. George quer fazer uma tatuagem, mas a mãe não deixa
431. Retrocesso em direitos humanos marca 2015, avalia ativista
432. Uso de drogas por motoristas salta de 13% para 33% com a nova legislação
433. Saiba mais sobre o projeto de Lei da Primeira Infância
434. OAB dá título de advogado a Luiz Gama, abolicionista que libertou 500 escravos
435. Policial porta a arma, mas quem puxa o gatilho é o estado, diz relator de CPI
436. TRE desenvolve projetos projetos voltados para as crianças do DF
437. Viva Maria: Deputada resgata importância da luta pelo direito ao voto
438. Vítimas de trabalho escravo receberão benefícios sociais
439. Troca no comando de direitos humanos no Rio provoca críticas da sociedade civil
440. Conferência Nacional da Juventude mobiliza jovens de todo o país
441. Menina de 11 anos é alvo de racismo na internet
442. Depois da tatuagem, ele agora quer fazer um piercing
443. Colaboradora Michele Coutinho traz informações direto de Goiânia
444. Lei concede gratuidade para segunda via de documentos roubados
445. Jovens estudantes se juntam para fazer o Natal do Bem, em Itapoã
446. Manifestação no Rio pede fim de genocídio de jovens negros
447. Minuto da Inclusão: Abaixo-assinado pela inclusão de pessoas com deficiência está na internet
448. Campanha de crowdfunding arrecada doações para cartinhas ao Papai Noel
449. Amazonas forma 500 Promotoras Legais Populares
450. Barreiros asseguram água para comunidades rurais da Bahia
451. História Hoje: Há 47 anos, Gil e Caetano eram presos pela ditadura
452. Central Única de Favelas já recebeu mais de 800 jovens
453. História Hoje: Há oito anos morria o cardeal Dom Aloísio Lorscheider
454. Assistente social fala sobre a vida depois do cárcere
455. São Paulo tem redução de 12,9% no número de homicídios
456. Justiça garante "saidão" de Natal a cerca de 350 detentos no MA
457. Instituto em SP expõe peças produzidas por jovens com transtornos psicológicos
458. Em homenagem à mãe, empresário de Brasília abre vagas de trabalho para idosas
459. Daniel de Souza, filho do sociólogo Betinho, fala da ONG Ação da Cidadania

460. Iniciativa da Defensoria Pública do Rio facilita uso de nome social
461. Para serem amigas, as pessoas devem ter a mesma opinião?
462. Viva Maria: Retrospectiva destaca mobilização de mulheres na luta por direitos
463. Combate ao trabalho escravo resgata mais de 930 pessoas este ano no país
464. Diretora da ONU Mulheres defende maior participação feminina na política
465. Anistia critica omissão do Estado na morte de líder rural no Maranhão
466. Estado de São Paulo tem 17 chacinas com 69 mortes em 2015
467. Fundação Palmares certifica 17 comunidades quilombolas
468. Ação em rodoviária orienta contra desaparecimento de crianças
469. George lamenta que o ano tenha chegado ao fim
470. Pesquisa mostra queda de 63% da extrema pobreza em dez anos
471. Taxa de miséria cai 63%, mas qualidade da educação é desigual
472. Cidade de Deus faz caminhada pacífica contra a violência nas favelas do Rio
473. Viva Maria: Ano de 2015 termina com a lembrança das Margaridas

Publicações coletadas e analisadas de 2016

1. Estatuto da Pessoa com Deficiência entra em vigor com garantia de mais direitos
2. Brasileiros sabem que há trabalho escravo no país, revela pesquisa
3. Entra em vigor o Estatuto da Pessoa com Deficiência
4. Anistia Internacional critica termos que irão substituir autos de resistência
5. Comissão quer incluir crime de tortura em registro de agressão a jovens por PMs
6. Alerj vai acionar Defensoria Pública sobre PMs suspeitos de tortura
7. Bolsa Família ainda não tem data para o reajuste anual
8. Fim dos autos de resistência pode reduzir violência policial; entenda
9. Saiba a importância do registro do Boletim de Ocorrência
10. Brasil será o destino de 90% dos turistas nacionais, aponta estudo
11. Secretaria da Mulher no DF vai focar no combate à violência em 2016
12. Programa tenta aproximação com usuários de crack em seis pontos de São Paulo
13. Estudantes relatam a própria história em redação do Enem
14. Perspectivas 2016: conheça as políticas públicas do GDF para população idosa
15. Código de Trânsito endurece em função do Estatuto da Pessoa com Deficiência
16. Bate-papo Ponto Com fala sobre Previdência Social e os riscos com fraudes
17. Crescimento da população de rua gera conflitos na zona oeste de São Paulo
18. Governo do Distrito Federal lança em fevereiro novo programa habitacional
19. Falta defensor público em 61% das comarcas brasileiras, aponta levantamento
20. Crise hídrica no Rio: cenário é ruim, mas tende a melhorar, diz professor
21. Em protesto, revista de Israel realiza campanha com beijo entre árabes e judeus
22. Documentário mostra depoimento de policial que assume matar homossexuais

23. Coordenador de Direitos Humanos da OAB-SP condena atitude da PM durante manifestações
24. Minuto da Inclusão: Projeto quer facilitar venda de carros para pessoas com deficiência
25. DOI-Codi sequestra e mata Manoel Fiel e diz que metalúrgico cometeu suicídio
26. Manoel Fiel Filho: brasileiro, metalúrgico, assassinado
27. Agentes da ditadura vão ao velório e ao enterro de Manoel Fiel Filho
28. "Chefe, o omelete está feito"
29. Geisel decide exonerar comandante do 2º Exército após morte de Fiel
30. Impunidade para os agentes da ditadura era total, diz Clarice Herzog
31. Moradores botam a mão na massa para limpar e florir cidade
32. Justiça rejeita ação criminal sobre caso de Manoel Fiel Filho
33. Clarinha conversa sobre insegurança com Dinda
34. Denúncias de discriminação religiosa aumentam 70% no país, revela Disque 100
35. Minuto da Inclusão: Bispo português quer incluir no catolicismo pessoas com deficiência
36. Código de Trânsito Brasileiro entra para a maioridade hoje
37. Quer publicar seus conteúdos na EBC? Saiba como participar
38. Marcha no Fórum Social pede fim da intolerância religiosa
39. Fórum Social pede auditoria da dívida pública no Brasil
40. Debate sobre violência marca os dez anos da Defensoria Pública de São Paulo
41. Viva Maria: Movimento pede manutenção em barragens brasileiras
42. Consumo de alimentos após enchentes requer cuidados; confira dicas
43. Campanha nacional promove a saúde de travestis e transexuais
44. Auditores fiscais do Trabalho pedem prisão dos mandantes da Chacina de Unaí
45. "É preciso construir política de educação em direitos humanos", diz secretário
46. Denúncias no Disque 100 aumentaram 20% em 2015
47. Condenados pela Chacina de Unaí continuam em liberdade
48. Auditores resgatam mais de mil pessoas do trabalho escravo em 2015
49. Auditores pedem prisão de mandantes da Chacina de Unaí
50. Campanha #somoslivres contra o trabalho escravo é lançada nesta quinta-feira
51. Viva Maria: Itália cobre estátuas com nudez para receber iraniano
52. Mercado de trabalho: em tempos de crise, qual é o futuro?
53. Governo do DF alerta para trabalho escravo e pede que pessoas denunciem casos
54. Atuação da fiscalização resolve casos de trabalho escravo no ato, diz auditora
55. Projeto Mobilidade Ativa em Águas Claras gera polêmica
56. Entrada de transexuais em universidades trará mudanças sociais, diz ativista
57. Negros são maiores vítimas das denúncias de violações de direitos humanos
58. Aumentam denúncias de trabalho escravo no Rio de Janeiro
59. Preconceito e violência contra transexuais ainda é realidade
60. Defensoria Pública do Rio dá entrada em 20 ações para troca de nome e gênero
61. Carnaval: campanha esclarece limites entre "paquera" e "assédio"
62. Aumento da criminalidade: polícia aconselha para não reagir aos bandidos

63. Adolescentes serão transferidos de unidade de internação no Ceará, após motim
64. MA: transexuais falam sobre preconceitos e avanços conquistados
65. Vítima de gordofobia conta como sofreu ofensas na internet
66. Fiscal Federal Agropecuário fala da importância da profissão
67. Justiça condena 13 policiais por tortura e morte de Amarildo
68. Bate-papo Ponto Com discute como reestruturar a educação no RJ
69. Detran faz parceria com a Universidade de Brasília pela paz no trânsito
70. Com o carnaval aumentam as preocupações com crianças e adolescentes
71. OEA vai julgar responsabilidade do Brasil em caso de trabalho escravo
72. Como está a acessibilidade das cidades brasileiras? Especialista avalia
73. Brasil espera decisão favorável da OEA em julgamento sobre trabalho escravo
74. Conheça Sua Cidade destaca o município de Cristalina, em Goiás
75. População demonstra insatisfação com serviço de Barcas no Rio
76. Operação Lei Seca reforça ações durante o Carnaval
77. Rio sem Homofobia suspende Disque Cidadania LGBT
78. Um ano após Chacina do Cabula, Justiça Global pede federalização do caso
79. Policiais mataram 27 pessoas na capital paulista nos primeiros 40 dias do ano
80. DF: consumidor que comprar produto vencido ganha 5 vezes a quantidade comprada
81. Viva Maria: Programa comemora ampliação da licença-paternidade
82. Seminário ensina idosos sobre como conseguir garantia dos seus direitos
83. Dia Mundial do Rádio é tema de mesa redonda nesta sexta (12)
84. Defensoria Pública critica demolição de três casas na Vila Autódromo, no Rio
85. Passageiro de táxi denuncia caso de homofobia
86. CNBB pede que Congresso inclua saneamento entre direitos fundamentais
87. Detran-DF faz reunião com representantes do grupos de ciclistas de Brasília
88. Instituição filantrópica no DF defende os direitos de pessoas com deficiência
89. Juiz brasileiro assume presidência da Corte Interamericana de Direitos Humanos
90. Viva Maria: Mara Régia é finalista no Prêmio Mulher Imprensa
91. DF: moradores de Ceilândia ganham jardim comunitário
92. Saiba mais sobre a Bolsa Canguru
93. Entrevista: Brasileiro assume Corte Interamericana de Direitos Humanos
94. Justiça mantém medidas protetivas a mulher depois do arquivamento de agressão
95. Ação pede que ex-secretário do Rio pague indenização de R$ 1 milhão
96. Travestis e transexuais podem participar da Olimpíada 2016 como voluntárias
97. Combate ao bullying será intensificado em escolas e clubes
98. Pesquisa traça perfil dos caminhoneiros no Brasil
99. Obra retrata vida de amazônidas
100. OEA conclui até o fim do ano julgamento de trabalho escravo no Pará
101. TST abre consulta para definir polêmica sobre horas extras de bancários
102. Com oito mortes em 2015, Brasil é quinto país mais perigoso para jornalistas
103. Arquiteta analisa mobilidade para pedestres e ciclistas em Brasília
104. Acordo garante pagamento de benefícios a vítimas de trabalho escravo na Bahia
105. Repórter Rio entrevista professor que dá dicas de como economizar energia

106. Relatório aponta que indígenas são desrespeitados no país
107. Distrito Federal cria centro de atendimento a população em situação de rua
108. Indulto feminino: grupo articula para entregar manifesto à presidenta Dilma
109. OAB quer análise da Justiça Federal sobre “Chacina do Cabula”
110. Viva Maria: Socióloga critica exclusão de políticas de gênero
111. Bullying: já está em vigor a lei que combate a prática
112. DF: governo lança novo portal de atendimento ao cidadão
113. PM do Rio expulsa sete policiais condenados por morte de Amarildo em 2013
114. Campanha arrecada bolsas e itens de higiene pessoal para moradoras de rua
115. Brasília recebe Festival Internacional de Filmes sobre Deficiência
116. Homossexualidade ainda é considerada crime em mais de 50 países
117. Rio reativa serviços de atendimento à população LGBT
118. Audiências de custódia completam um ano em São Paulo
119. Plano sugere urbanização de comunidade afetada por Olimpíada
120. Município do Rio elege hoje conselheiros tutelares
121. Rio elege novos conselheiros tutelares após pleito suspenso
122. Quadro Sem Diferença apresenta o trabalho das Associações de Síndrome de Down
123. Conferência Conjunta de Direitos Humanos é realizada em Brasília
124. Defensoria denuncia à ONU apreensão irregular de adolescentes no Rio
125. ONU Mulheres lança pesquisa no Brasil sobre igualdade de gênero
126. Relatório diz que presídio de Pedrinhas ainda tem tortura e superlotação
127. Queimada vira Gaymada e traz diversidade para as ruas de Belo Horizonte
128. Dia Internacional da Mulher: 8 motivos para ser feminista
129. Inaugurados centros para fortalecer direitos femininos no Rio
130. Viva Maria Epecial faz homenagem as parteiras neste Dia da Mulher
131. Líder comunitária ajuda a melhorar a vida de ribeirinhos do Amazonas
132. Camponesas se mobilizam neste 8 de março em todo o país
133. Lei que amplia licença-paternidade para 20 dias é sancionada
134. 10 projetos que lutam pelos direitos da mulher e que você pode apoiar
135. Estudantes reclamam de assédio sexual em universidades
136. OMS alerta que violência sexual atinge ou atingirá 25% das mulheres
137. Mãe de filhas adolescentes com microcefalia partilha alegrias e desafios
138. Seminário discute direitos dos trabalhadores migrantes na América Latina
139. Aplicativo recebe denúncias de violação de direitos no Rio
140. Moradores de favelas do Rio podem denunciar violações de direitos em aplicativo
141. Futuro das florestas depende das pessoas, diz especialista
142. Operação Lei Seca completa sete anos no Rio de Janeiro
143. Taxa de homicídios diminui nas grandes cidades e aumenta no interior, diz Ipea
144. Fiscalização em pastelarias do Rio combate trabalho escravo
145. Pobreza cai no Brasil e aumenta na América Latina, diz relatório
146. Universidade da Maturidade começa um novo projeto na Candagolândia
147. Rondônia é o único estado da Amazônia com queda em assassinatos
148. Projeto vai combater violações contra crianças e adolescentes durante Olimpíada

149. A mulher e o amor: é verdade que as mulheres amam mais?
150. Pensão alimentícia passa a ter novas regras a partir desta sexta (18); entenda
151. De forma simples, ONG internacional leva água a quem precisa
152. SUS gasta R$ 5,14 bilhões com vítimas de violência
153. Circo promove trabalho social com jovens e crianças
154. Cegos têm dificuldade em pagar contas por terminais eletrônicos
155. PM monitora residências em ação de combate à violência doméstica, no DF
156. Governo abre curso de português para 70 migrantes e refugiados no Rio
157. Minuto da Inclusão: Mulheres negras com deficiência são vítimas de violência no país
158. ONU Mulheres condena violência sexista praticada contra Dilma
159. Capacitação da ONU em direitos humanos inscreve indígenas
160. Mais de 20 pessoas foram libertadas de trabalho escravo no PA
161. Curso no RJ ensina português a 70 estrangeiros refugiados
162. "Tocha da Resistência" chega ao Rio contra remoções
163. Projeto que regulamenta atividade de profissionais do sexo está parado na Câmara
164. Yanomamis pedem fim de garimpo ilegal em terras de Roraima
165. História Hoje: Há 30 anos, ocorria o Massacre dos Tikunas
166. Ministra diz que só ação federativa pode conter violência contra jovens negros
167. Educafro diz que bancos não têm promovido inclusão social em seus quadros
168. Negro foi satirizado na imprensa europeia no século 19, explica professor
169. Prefeitura do Rio deve fechar acordo para reurbanização da Vila Autódromo
170. Darcy Ribeiro articulou resistência ao golpe de 1964
171. Refugiados recebem bicicletas para facilitar mobilidade
172. Usuários protestam contra limites de franquia para internet fixa; saiba o que muda
173. Brasília: o que pode e o que é proibido durante manifestações na Esplanada
174. Bolsonaro dedicou seu voto a favor do impeachment ao torturador Ustra
175. "Cuspi e cuspiria outra vez, se a situação fosse a mesma", diz Jean Wyllys
176. Amazônia Brasileira desta terça discute o risco de extinção de línguas indígenas
177. Conferências vão abordar diversas formas de direitos humanos no DF
178. Mulheres já representam metade dos refugiados no Rio de Janeiro
179. Conheça a Yandê, a primeira rádio indígena online do Brasil
180. Viva Maria: Mulheres promovem abraçaço em apoio a Dilma
181. Quais os caminhos existentes para a recuperação de jovens infratores?
182. Desaposentação aguarda julgamento no STF
183. Voluntárias confeccionam enxovais para mães carentes
184. Sustentabilidade: conceito que vai muito além do meio ambiente
185. Projeto recupera a história rural do DF
186. Rio de Janeiro realizou a primeira união poliafetiva do Estado
187. Descumprimento de normas eleva acidentes com eletricidade entre profissionais
188. Ativista diz que nome social é o primeiro passo de uma conquista
189. Promotora diz que mulheres ainda são prejulgadas quando denunciam violência
190. Nilma Gomes diz que Brasil não pode retroceder nos direitos humanos

191. Balanço de entidades comunitárias é o de que conferência promoveu a igualdade
192. ONU cobra do Brasil avanços no combate ao trabalho escravo
193. Gestores ainda têm resistência em contratar pessoas com deficiência no Brasil
194. Movimentos sociais avaliam Conferência de Direitos Humanos
195. História Hoje: Conheça a trajetória do sindicalista Arnaldo Delcídio Ferreira, assassinado em Eldorado dos Carajás
196. Ministério da Justiça cria política para reduzir número de presos no Brasil
197. Como são as etapas de um namoro em tempos das redes sociais
198. Presidenta Dilma homologa mais duas terras indígenas
199. Unicef lança campanha de apoio a crianças em áreas de conflito
200. Viva Maria: Campanha alerta sobre direitos reprodutivos da mulher
201. Movimento realiza ato em memória das mulheres torturadas na ditadura
202. Ato relembra tortura com fotos de presas políticas no antigo DOI-Codi
203. Psicanalistas realizam conferências contra o abuso infantil
204. ZoaSom debate o direito de escolha de ser ou não ser mãe
205. Estudo identifica 35 casos de violência contra comunicadores no Brasil em 2015
206. Atriz Cida Mendes participa da Conferência para as Mulheres em Brasília
207. UPA em Tabatinga oferece duas vagas de trabalho na área administrativa
208. Ecos da Terra coloca em debate as mudanças climáticas e o Acordo de Paris
209. Militante do MTST é baleada em passeata na Grande São Paulo
210. "O país gritava gol, nós chorávamos lágrimas de sangue", lembra líder do Mães de Maio sobre os 10 anos das chacinas
211. Relembre 10 casos ocorridos nos "Crimes de Maio", que completam dez anos
212. Senado abre consulta pública sobre PEC que convoca novas eleições
213. Vítima de estupro coletivo está sob proteção do governo federal
214. Núcleo vai atender adolescente em situação infracional no Rio
215. Adolescente que sofreu estupro coletivo no Rio entra para programa de proteção
216. Zika vírus: a força das mães marias
217. Viva Maria: Compositor Tião Simpatia lança projeto de combate à violência contra mulheres
218. Trabalhadores são resgatados de regime escravo na Bahia
219. Senado aprova proposta que proíbe algemar detentas em trabalho de parto
220. Família de jovem baleado reclama de condições para tratamento na Fundação Casa
221. Postes solares levam luz a comunidades que não tem acesso à energia elétrica
222. MPF determina reabertura de escolas em terra indígena do Amapá
223. Campanha arrecada livros para adolescentes que cumprem medida socioeducativa
224. MTST ocupa escritório da Presidência da República em São Paulo
225. "O movimento secundarista é 100% horizontal", defende aluno que ocupou colégio em SP
226. DF: Polícia Militar tenta remover invasores do Torre Palace Hotel
227. DF: Vara da Infância investiga maus-tratos de crianças no Torre Palace
228. Diário Oficial publica criação do Núcleo de Proteção à Mulher
229. Argentina tem hoje ao menos 100 atos pelo fim da violência contra a mulher

230. IBDP participa de grupo no Senado Federal em defesa da reforma da previdência
231. Minuto da Inclusão: Papa se aproxima de pessoas com deficiência intelectual
232. Menino de 10 anos suspeito de furtar carro morre atingido por disparo da PM
233. A exposição da mulher na publicidade foi tema do Bate-papo Ponto
234. Senado aprova aumento da pena para estupro coletivo
235. Ocupantes de hotel no DF dizem ter água e alimentos suficientes para até 3 meses
236. Morador de rua é agredido e tem 50% do corpo queimado em Salvador
237. Manifestantes protestam contra violência sofrida por crianças nas ruas de SP
238. O adulto tem que manter viva a criança dentro de si
239. Guia ajuda famílias a tratar da burocracia após a morte de um ente querido
240. Vídeo mostra que jovem tentou reagir ao estupro
241. Marcha Contra Aborto reivindica aprovação do estatuto do nascituro
242. Ministério Público acompanhará inquérito sobre menino morto por policiais
243. 12 de junho: Dia Mundial e Nacional de Combate ao Trabalho Infantil
244. TO: corrida do fogo arrecada doações para criança com paralisia cerebral
245. Dia mundial de combate ao trabalho infantil mobiliza Salvador
246. Unesco defende educação em sexualidade e gênero
247. CPI mostra que negro da periferia é a maior vítima de homicídios
248. Cantora Áurea Martins celebra os 80 anos da Rádio Nacional
249. Tabatinga antecipa mobilização do Dia Mundial contra o Trabalho Infantil
250. Homossexuais têm restrições para doar sangue no Brasil, EUA e outros países
251. Índio morre em ataque no Mato Grosso do Sul
252. Hoje é o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa
253. Atentado em boate gay nos EUA é destaque no Ecos do Mundo
254. 15 de junho: Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa
255. Mãe de Recife denuncia dificuldade no atendimento a bebê com microcefalia
256. PMs que mataram menino de 10 anos descumpriram recomendação de manter distância
257. Violência financeira é crime mais praticado contra idosos no DF
258. Hoje é o Dia de Conscientização da Violência contra o Idoso
259. População tem rejeição à velhice, diz presidente de Sociedade de Geriatria
260. Programa discute os direitos das pessoas idosas
261. Transporte: CNI defende setor privado no investimento e na gestão
262. Deputados vão ao Piauí investigar casos de estupro coletivo
263. Ato em São Paulo lembra vítimas de homofobia em todo o mundo
264. Estado do Rio de Janeiro é condenado a pagar indenização à família de Amarildo
265. Agressões na UnB: polícia insere novas provas; MP analisa 5 ações
266. Minuto da Inclusão: Educação Inclusiva enfrenta problemas em escolas
267. Viva Maria: Delegada fala sobre combate ao crime de racismo no DF
268. Poesia é destaque no Bate-papo Ponto Com na Flip
269. Rio de Janeiro teve 368 pessoas assassinadas em maio
270. Aposentadoria: conheça as novas regras
271. Policiais envolvidos na morte de universitário são presos em São Paulo

272. Jovens leitores e escritores são tema do Bate-papo Ponto Com na Flip
273. Especial Flip 2016: entrevistas, reportagens especiais e música
274. Luiza Brunet não é a única; saiba como denunciar violência contra a mulher
275. Moradoras denunciam na ONU e no COI violação de direito referente aos Jogos 2016
276. Direitos dos caiçaras são tema de manifestações e de mesas alternativas na Flip
277. “Diplomata” racista agride feminista negra em Brasília
278. OAB reconhece nome social de advogados travestis e transexuais
279. Grupo protesta contra Temer em frente ao Palácio do Planalto
280. Viva Maria: Ativista explica como alterações podem fragilizar Lei Maria da Penha
281. Violência e insegurança pública preocupam brasileiros
282. Mães de bebês com microcefalia passa a ter direito à licença de 180 dias
283. Dados revelam redução de morte de ciclistas no trânsito do DF
284. Taxistas ganham aplicativo próprio que será usado nos Jogos Olímpicos
285. Missionário questiona reintegração de terras que desalojou índios no MS
286. TO: incêndio florestal aumenta 300% em maio
287. Projeto leva leitura para crianças de comunidades afastadas
288. Alternativas de hospedagem crescem para os Jogos 2016
289. Haddad sanciona lei que institui política municipal para população migrante
290. Descubra quem tem direito a aposentadoria por invalidez
291. Brasília entra na campanha mundial contra o tráfico de pessoas
292. Detentas paraenses fazem exames para prevenir câncer de colo de útero
293. Campanha no Galeão alerta sobre os perigos do tráfico humano
294. Ato em São Paulo lembra Dia Internacional da Mulher Negra
295. Lei de Cotas para pessoas com deficiência completa 25 anos
296. Relatório aponta menos chances de libertação de presos negros
297. Casos de estupro, roubo e furto aumentam em São Paulo no primeiro semestre
298. MPF pede que bancos não financiem empregadores que usam trabalho escravo
299. Leis alteram nomes de vias que homenageiam símbolos do regime militar
300. Marcha em SP reivindica direitos das mulheres negras
301. Festival Latinidades discute democratização da comunicação
302. Você sabe o que é o Direito ao Esquecimento?
303. Viva Maria: Jornalista da EBC critica ausência da diversidade racial brasileira na TV
304. Aplicativos auxiliam na acessibilidade de pessoas com deficiência
305. Qual será o destino da Suipa?
306. ONG alerta sobre os riscos do tráfico humano
307. Cidades de PE se recusam a ajustar normas de combate ao trabalho infantil
308. MPT aciona 13 municípios do agreste de Pernambuco por trabalho infantil
309. ONG denuncia violência contra população para realização da Olimpíada
310. Campanha contra o racismo será lançada hoje na Casa Brasil
311. Maria vai a Escola combate violência doméstica
312. Maria da Penha: falta de delegacias 24 horas prejudica aplicação da lei

313. Refugiados concluem curso de empreendedorismo no Brasil
314. Seminário sobre eleições municipais aborda epidemia de zika
315. Relembre o caso da chacina de Osasco e Barueri
316. DF: projeto Horticultura e Socioeducação será expandido
317. Centro já realizou mais de 2 mil internações involuntárias de dependentes em SP
318. Jornalistas debatem os pontos positivos dos Jogos Rio 2016
319. Prazo para partidos registrarem candidatos termina nesta segunda
320. Insegurança alimentar em comunidades Guarani Kaiowá chega a 100%
321. “Festival Cena Cumplicidades” ocupa o Teatro Cacilda Becker
322. Governo da Bahia vai avaliar recomendações da Comissão da Verdade do estado
323. Comunidades Guarani-Kaiowá passam fome no Mato Grosso do Sul
324. Navio da Marinha atenderá 56 comunidades do Amapá
325. Mural com grafite homenageia atletas refugiados da Olimpíada
326. Fim das Olimpíadas: associação estima que 140 mil ficarão desempregados
327. DF: 50 imóveis de programas habitacionais serão retomados pelo Codhab
328. Jogos do Rio servem para elevar a autoestima do carioca
329. GO: santos caracterizados como super-heróis causam polêmica
330. Mostra "Peróla Negra" homenageia a atriz Ruth de Souza
331. Minuto da Inclusão: Saiba como se comunicar com uma pessoa que tem paralisia cerebral
332. Polícia prende fazendeiros envolvidos em ataques a indígenas no MS
333. Garimpo ilegal é fechado e atuava próximo a Terra Indígena Zo'é, no Pará
334. George e Dinda conversam sobre gastos no Perguntar e Pensar
335. Quatro entre dez pessoas com deficiência são discriminadas no trabalho
336. Viva maria: camponesa se inspira em dificuldades para compor músicas
337. Defensoria Pública do AM explica direitos das pessoas com deficiência
338. Eleições 2016: o que acontece se eu não votar?
339. “Vidas Partidas” retrata duro relato da violência doméstica
340. Digitação de registros no Dops paulista vai facilitar pesquisas sobre ditadura
341. Ouça o balanço dos Jogos Olímpicos na visão de um atleta e dos jornalistas
342. INSS deve pagar salário-maternidade a mães indígenas menores de 16 anos
343. Especialista destaca exemplo de mulheres no combate a injustiças
344. Economia no pós-Jogos Rio 2016 é pauta no Bate-Papo Ponto Com
345. DF: Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa encerra nesta quinta (25)
346. Jornalista destaca importância da luta pelo do direito à comunicação
347. Semana da Pessoa com Deficiência quer combater o preconceito
348. Saiba como funciona a desaposentação
349. Racismo na arte é tema de último encontro sobre gênero no CCBB do Rio
350. Juventude reivindica mais voz no sistema político
351. Serviços de atendimento precisam ouvir moradores de rua, dizem especialistas
352. Homens e negros são maioria dos casos de mortes por arma de fogo no país
353. Instituições repudiam atitude de Eduardo Paes durante entrega de moradia
354. Câmara do Rio, Defensoria e OAB condenam ofensas de Paes à mulher negra

355. Três em cada 10 brasileiros fazem trabalho voluntário, diz pesquisa
356. Cruz Vermelha pede aos governos mais atenção ao problema dos desaparecidos
357. Cabeleireira cobra rapidez da Justiça para garantir direitos LGBT
358. Belém usa aplicativo de celular para combater violência contra mulheres
359. Venezuelanos entram pela fronteira com Brasil atrás de comida e remédio
360. Índice de mães adolescentes varia até 166 vezes entre bairros paulistanos
361. DF: projeto na Estrutural atua na formação de crianças e adolescentes
362. Homeopatia pode ajudar nas crises de ansiedade e outros males
363. Ativista destaca baixo índice de representação feminina na política
364. Entrevista: Justiça quer eliminar a cultura do encarceramento
365. Curso pré-vestibular oferece aulas para pessoas carentes
366. Projeto do Instituto Carlos Chagas vai atender meninas e adolescentes grávidas
367. MPF interrompe obras de estrada de ferro que impacta terra indígena
368. Rio de Janeiro se prepara para os Jogos Paralímpicos
369. Projeto Viva Brasília revitaliza escola em Arapoanga
370. Viva Maria: “Guerreira” vence discriminação com orgulho pela raça negra
371. Ouvidoria do governo do DF lança sistema integrado de atendimento
372. Uso do celular: engenheiro alerta para os perigos de caçar Pokemón
373. DF:Ginástica nas Quadras atende comunidade em 14 regionais de ensino
374. Educação na MEC; ouça segundo debate da série especial
375. Programa de alfabetização de adultos capacita alfabetizadores
376. Minuto da Inclusão: Propaganda eleitoral deve ser acessível a pessoas com deficiência
377. Minuto da Inclusão:TV Brasil transmite Jogos Paralímpicos
378. Minuto da Inclusão: Um pouco da história das Paralimpíadas - Parte 1
379. Saiba como trabalhador rural pode contribuir para Previdência Social
380. Minuto da Inclusão: Campanha pede Jogos unificados
381. Minuto da Inclusão: Refugiados disputarão Paralimpíadas
382. Ouvinte reivindica punição mais rigorosa contra queimadas no DF
383. Gravidez Precoce: projeto transforma jovens em “pais” de pintinhos
384. Acompanhe o Perguntar e Pensar que fala sobre as Paralimpíadas
385. Detenção de crianças na Grécia fere direitos humanos, diz a Human Rights Watch
386. Justiça decide que casais homossexuais têm direito a indenização do DPVAT
387. Omissão dos cidadãos contribui com a violência homofóbica, diz coordenador
388. Grileiros invadem aldeia de índios Kanela, no Mato Grosso
389. Relatório aponta avanços e desafios do Estatuto da Criança e do Adolescente
390. Secretário classifica de bárbaro e covarde ataque a transexual no Rio
391. Comissão da verdade de SP quer pedir retificação de 100 atestados de óbito
392. Consea recomenda que guaranis-kaiowás tenham direito a água, comida e educação
393. Cobertura da mídia na Olimpíada evidencia machismo
394. Cimi: em treze anos, 891 indígenas foram assassinados no país
395. Hiperatividade é o assunto do Perguntar Pensar neste sábado (17)
396. Assembleia Guarani pede demarcação, educação e saúde para indígenas

397. Defensoria do Rio apela à ONU contra manicômios judiciais
398. Anistia Internacional cobra investigação das violações durante Olimpíada
399. Mesada: qual melhor momento para dar dinheiro aos filhos?
400. Decreto limita uso de algemas e busca preservar dignidade humana
401. Entorno já tem todos os registros de candidaturas julgados
402. Decreto regulamenta uso de algemas
403. Referência em transplantes, Brasil fez 12 mil cirurgias no primeiro trimestre
404. Supremo julga se o estado deve ou não pagar por medicamentos de alto custo
405. Portaria regulamenta trabalho voluntário nos hospital do DF
406. Saiba por que a licença paternidade de 20 dias não vale para todos
407. Viva Maria: Virada Feminista debate descriminalização do aborto
408. Eleições: qual é o papel do prefeito e do vereador?
409. Estatuto do Idoso completa 13 anos: há o que comemorar?
410. MP de São Paulo ouve relatos de jornalistas agredidos pela PM em manifestações
411. Viva Maria: Cineasta Tânia Quaresma fala sobre "Catadores de História"
412. Entenda as regras para propaganda eleitoral na internet
413. Saiba como fazer a justificativa eleitoral
414. Setembro amarelo: prevenção ao suicídio é destaque no Nacional Jovem
415. Aplicativos do TSE fornecem prestação de serviços para auxiliar eleitores
416. Conheça o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral
417. MP do Rio denuncia pedagoga por injúria racial e racismo na praia
418. Cirurgia de troca de sexo não é obrigatória para mudar nome no registro civil
419. “Rede do Riacho em Ação” reúne informações de interesse público
420. Estudo mostra baixa qualidade de vida entre moradores da Amazônia Legal
421. FAO promove campanha por garantia de direitos das mulheres rurais
422. Projeto Irmão Mais Velho promove apadrinhamento afetivo
423. Um terço culpa mulher pelo estupro, aponta pesquisa
424. Instituto Trata Brasil faz balanço de obras de infraestrutura do PAC
425. Minuto da Inclusão: Conheça a Associação dos Ex-Alunos do Instituto
426. MPF recorre para que Samarco pague por fiscalizações extras na Bacia do Rio Doce
427. Adoção sempre foi difícil no Brasil, diz advogada
428. Cerca de 6 mil pessoas foram resgatadas de trabalho escravo em três anos
429. Crime de tráfico de pessoas será punido com mais rigor
430. Brasil está entre os 50 piores lugares do mundo para as meninas, diz relatório
431. Adolescente transexual e psicólogo explicam como superar preconceitos
432. Emprego apoiado oferece novas oportunidades a pessoas com deficiência
433. Campanha no Rio pede respeito a nome social no setor público
434. Campanha contra transfobia no serviço público é lançada no Rio
435. Corte da OEA conclui fase de depoimentos sobre chacinas na favela Nova Brasília
436. Ministério Público do Rio cria grupo para combater feminicídio
437. Funai denuncia retenção de cartões de benefício de índios em comércio no Amazonas-Parte 2

438. Saiba quais são os direitos dos pacientes com câncer
439. Maternidade de Palmas precisa de doação de leite materno
440. Conheça os direitos da pessoa com deficiência
441. Famílias de vítimas de chacina no RJ depõem a Corte Interamericana
442. Médicos Sem Fronteiras: quem são e como trabalham?
443. Situação de indígenas em São Gabriel da Cachoeira é grave
444. Brasil recebe recomendação para intensificar acolhida a refugiados
445. Taxa de suicídio aumenta entre indígenas acampados em São Gabriel da Cachoeira- Parte 3
446. Violência urbana na América Central provoca onda de migração em massa
447. Recomendações do MPF não foram cumpridas em São Gabriel da Cachoeira - Parte 4
448. Rio: pacientes com doenças graves exigem direito a remédios não incluídos no SUS
449. Sancionado PL que regulamenta serviços em salões de beleza
450. Pacientes denunciam falta de insumos para hanseníase em antigo hospital-colônia
451. Assaltos e violência preocupam moradores de antiga colônia para hansenianos
452. Brasil precisa aumentar representação feminina na política, reforça ONU
453. ONG critica abandono de ex-colônias para pessoas com hanseníase no Rio
454. Projeto Sons do Silêncio ensina surdos a tocar instrumentos musicais no Recife
455. ONU Mulheres: igualdade de gênero precisa começar com participação política
456. Unidades socioeducativas do Ceará são piores do que presídios, diz pesquisador
457. Rebelião deixa sete adolescentes mortos em centro socioeducativo de PE
458. Após morte de internos, conselho diz que sistema socioeducativo de PE é caótico
459. Movimento de moradia ocupa prédios em SP em protesto contra perda de direitos
460. Índios bloqueiam rodovia federal no Pará para cobrar acordo com Eletronorte
461. Mulheres estão em desvantagem na disputa por cargos nas empresas, diz pesquisa
462. Minuto da Inclusão: Aplicativos facilitam comunicação de pessoas com deficiência
463. Pedala Pró-Vítima promove ação no Jardim Botânico neste sábado (5)
464. Polícia vai usar helicópteros em busca por jovens desaparecidos há 14 dias em SP
465. Encontro debate políticas públicas voltadas para imigrantes no Brasil
466. Número de estupros pode ser 10 vezes maior que o registrado pela Polícia Civil
467. Conselho do MP investiga omissão de promotores em casos de tortura em presídios
468. Presidente do STF faz visita surpresa à Papuda e registra superlotação
469. Dia do Radioamador é destaque no Bate-papo Ponto Com
470. Software ensina conteúdos do cotidiano a pessoas com deficiência intelectual
471. Conferência aborda Lei Empresa Limpa: o que é, qual a finalidade?
472. Diário Oficial publica nomes de anistiados políticos que receberão indenizações
473. Mais de 40% dos presos provisórios em SP sofreram violência no momento da prisão
474. Pesquisa indica riscos ao desenvolvimento de crianças em países de baixa renda
475. Entidade pede direito de resposta por frase sexista de Faustão
476. Cai o número de roubos a comércio e residências no Distrito Federal (DF)
477. Especialista fala sobre os direitos do trabalhador temporário

478. ONU critica decisão que voltou a permitir uso de balas de borracha em protestos
479. Rio terá de adequar rede de atendimento a vítimas de violência doméstica
480. Socióloga analisa a surpresa que foi Hillary não vencer as eleições
481. Programa Pai Legal atende crianças sem paternidade
482. Conselho de Direitos Humanos elege novos representantes da sociedade civil
483. Seminário avalia política de combate ao tráfico humano
484. Cármen Lúcia diz que preso custa mais que um estudante para o governo
485. População de baixa renda teme impacto de medidas fiscais no Rio
486. FLUPP 2016: conheça as novidades da Festa Literária das Periferias
487. Viva Maria: Mulheres negras apontam desafios do combate à intolerância religiosa
488. Assessor indica apoio de Trump a colônias israelenses
489. Ministério da Justiça prorroga prazo para registro de haitianos
490. Jovens assassinados em chacina em SP terão enterro coletivo neste sábado
491. Após prisão de guarda-civil, outros agentes são ouvidos sobre chacina em SP
492. PM admite que agressão a fotógrafo em protesto no Rio "fugiu dos padrões"
493. Movimento feminista surdo realiza encontro no Rio para debater questões de gênero
494. Em Fortaleza, Parada pela Diversidade Sexual reivindica cidadania plena
495. Estudos mostram importância da primeira infância para qualidade de vida
496. Ministério do Turismo lança guia para atender turistas com deficiência
497. Alfabetização de adultos: não existe idade mínima nem máxima para começar
498. Cresce desemprego de negros na Região Metropolitana de SP
499. Viva Maria: Ataque a Michelle Obama expõe violência contra mulheres negras
500. CNM apresenta mapa dos entorpecentes na região fronteiriça do país
501. Os desafios dos jovens adultos na escolha da profissão
502. Mulheres são 72,6 % das vítimas de agressão no DF em 2015
503. Viva Maria: Programa celebra um ano da Marcha das Mulheres Negras
504. Governo de Roraima adia resgate de corpos de garimpeiros
505. Plataforma online trabalha na busca de empresas que queiram contratar travestis e transexuais
506. Quatro PMs são detidos em São Paulo por envolvimento em morte durante abordagem
507. Presidente do STF critica situação do Presídio Central de Porto Alegre
508. George e Dinda conversam sobre medos
509. Cresce número de negros à frente de empresas
510. Chance de ser assassinado no Rio varia de Bélgica a Honduras no mesmo bairro
511. O que é ser criança negra no Brasil?
512. Com o fim do racismo e melhor educação, assassinatos no Rio cairiam 30%
513. Tese de mestrado mostra luta pela liberdade de mulheres escravizadas
514. Dia da Consciência Negra tem atos durante todo o dia em São Paulo
515. Estudo mostra que negros têm mais chances de serem assassinados do que brancos no Rio

516. Viva Maria: Programa relembra Marcha das Mulheres Negras e luta das idealizadoras do movimento
517. PL propõe licença maternidade para mães de filhos com deficiência
518. Refugiados do Congo fazem ato em Copacabana para pedir paz em seu país
519. Desembargador lança livro sobre assédio moral e danos morais
520. Crianças com deficiência têm direito a benefício do INSS
521. Campanha propõe combate ao machismo para reduzir violência contra mulheres
522. Combate à violência contra mulher exige mudança cultural
523. Quase 90% das brasileiras que moram nas cidades foram assediadas, diz estudo
524. Centro de internação em PE foi preparado para receber comissão, diz conselheiro
525. Pesquisa mostra que 87% das mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de assédio
526. Lei da Aprendizagem vai ajudar a inserir jovem infrator no mercado de trabalho
527. PE: mortes no sistema socioeducativo são Massacre do Carandiru, diz conselheiro
528. Entidades vão denunciar sistema socieducativo de PE à Corte Interamericana
529. Especialista repercute a morte do líder socialista Fidel Castro
530. Tabatinga (AM) sofre com caos no trânsito
531. Parlamento europeu apela por direitos humanos de indígenas no Brasil
532. Policiais acusados de matar jovens de Costa Barros seguem sem condenação
533. Jornalistas debatem a cobertura da mídia em tragédias
534. Ibama garante que empreendimentos em Terra Munduruku foram arquivados
535. Ministério Público pede retirada de crianças venezuelanas das ruas de Boa Vista
536. Fórum discute protagonismo da sociedade no DF
537. Termina meia-noite prazo para participar de censo da assistência social
538. DPU vai à Corte Interamericana para simplificar registro civil de pessoas trans
539. Dia Internacional da Pessoa com Deficiência é comemorado neste sábado (3)
540. Atividades esportivas e culturais marcam sétima edição da Virada Inclusiva em SP
541. Mulheres trabalham cinco horas a mais e ganham 76% do salário dos homens
542. Minuto da Inclusão: Próteses ortopédicas de nióbio serão feitas em SP
543. Organizações de direitos humanos entregam documento à OEA contra a PEC do Teto
544. Rio fecha mais dois restaurantes populares por falta de pagamento
545. Começa a Semana Distrital de Direitos Humanos em Brasília
546. Redução de trabalho motiva saída de imigrantes e refugiados do Brasil
547. Viva Maria fala da decisão do STF sobre aborto
548. Nova Lei de Migrações é aprovada pela Câmara
549. Dia do Laço Branco: homens pelo fim da violência contra as mulheres
550. Especialista avalia novas regras da Reforma da Previdência
551. Detran-DF promove ação educativa sobre segurança no trânsito para idosos
552. Entidades comemoram aprovação da nova Lei de Migração
553. Começa em Brasília a Semana de Combate à Corrupção
554. Documentário retrata a mudança na vida de mulheres provocada por Belo Monte
555. Programa Minha Casa Minha Vida apresenta novas regras de transição

556. Evento gratuito no Rio reúne especialistas na defesa dos animais
557. Violência contra a mulher é um dos motivos de pedido de refúgio
558. Brasil deve enviar nesta quinta medicamentos e vacinas ao Haiti
559. Viva Maria: Amanhã, Dia Mundial dos Direitos Humanos, é preciso reforçar luta de mulheres negras
560. Pescadores do Amazonas questionam sobre espécies no período de defeso
561. Minuto da Inclusão: Pessoas com deficiência aumentam acesso ao Ensino Superior
562. Rede Solidária Anjos do Amanhã atende crianças e adolescentes vulneráveis
563. Viva Maria fala da luta das mulheres contra o racismo
564. A cidade do Núcleo Bandeirante comemora 60 anos nesta sexta
565. Anistia Internacional promove ação global em defesa dos direitos humanos
566. Anistia Internacional promove campanha por comunidades com direitos violados
567. Relator da ONU alerta sobre impacto da PEC do teto de gastos para mais pobres
568. Memorial da Resistência expõe cartas de presos da ditadura
569. São Paulo inaugura casa de acolhimento provisório
570. Maior acervo online sobre ditadura brasileira é relançado em São Paulo
571. Parada LGBT do Rio defende aprovação de lei de identidade de gênero
572. Parada LGBT no Rio leva milhares às ruas em defesa dos direitos de transexuais
573. Secretaria do Rio apresenta projeto para transformar prédio do Dops em museu
574. Assassinato de filho de funkeira mobiliza defensores de direitos humanos
575. Nova classe média brasileira já movimenta R$ 1 trilhão por ano
576. Feminicídio: menos da metade dos casos investigados virou processo na Justiça
577. Militantes e trabalhadores se mobilizam para manter ações na Cracolândia
578. Violência doméstica atinge mais mulheres entre 31 e 40 anos, com filhos
579. Tabatinga: Comando de Fronteira Solimões comemora 61 anos
580. Bate-papo Ponto Com fala sobre casos de superação
581. Tema Livre reapresenta debates
582. CNJ vai apurar conduta de dembargador após julgamento do massacre do Carandiru
583. MPRJ busca garantir condições essenciais para adolescentes infratores no estado
584. Especialista alerta para os cuidados com idosos nas festas de fim de ano
585. Pacto Federativo prevê articulação para erradicar trabalho escravo
586. Viuva da Mega-Sena irá cumprir prisão domiciliar com tornozeleira eletrônica
587. Evite acidentes na noite de Natal
588. Minuto da Inclusão: Saiba mais sobre acessibilidade das pessoas com deficiência a cinemas
589. Casos de estupro cresceram quase 18% em novembro na capital paulista
590. Tema Livre fala sobre empatia
591. Brasil tem cerca de 200 mil pessoas desaparecidas todos os anos
592. Novos costumes mudam Direito do Trabalho
593. Diretrizes visam igualdade de direitos entre meninas e meninos
594. Fofoca no trabalho pode ser considerada crime contra a honra
595. Acusados por morte de ambulante em metrô de São Paulo estão foragidos

596. Viva Maria: Política dividiu opiniões em 2016 e mostrou dificuldade de diálogo social

Publicações coletadas e analisadas de 2017

1. Cármen Lúcia avalia crise penitenciária com juízes da Região Norte
2. MP do Amazonas pede rescisão de contratos com administradoras de presídios
3. CNDH critica Estado e defende penas alternativas como opção ao encarceramento
4. DER-DF dá orientações para motorista viajar com segurança
5. Minuto da Inclusão: Pessoas com deficiência pedem acessibilidade
6. Mais de 30 detentos morrem em penitenciária de Roraima
7. Falta de comida adia retorno de adolescentes aos centros do Degase no Rio
8. Familiares aguardam informações sobre detentos mortos em penitenciária de Roraima
9. Governo de Roraima foi avisado sobre possibilidade de rebelião em presídio
10. Relatório de janeiro de 2016 identificou possibilidade de massacre em Manaus
11. Delegada dá dicas de como evitar ser vítima de assalto
12. Jovens em situação de vulnerabilidade do DF recebem bolsa de R$190
13. Familiares tentam entregar alimentos e roupas a detentos em Manaus
14. Minuto da Inclusão: Vídeos mostram vida de casal de cadeirantes
15. Relatório de direitos humanos destaca Marco Civil da Internet
16. Problemas crônicos de direitos humanos prejudicam justiça brasileira, afirma ONG
17. Viva Maria: Mulheres da Maré preparam agenda de lutas para 2017
18. Preço diferente ao pagar com cartão viola Código de Defesa do Consumidor
19. Funap-DF quer aumentar o número de reeducandos no mercado de trabalho
20. ONU declara 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável
21. Fundação Palmares reconhece comunidades remanescentes de quilombos no Maranhão
22. Brasileira do comissariado da ONU analisa crise penitenciária
23. Ministério Público do Rio propõe grupo para enfrentar superlotação de prisões
24. Psicóloga dá dicas de consumo consciente e solidariedade
25. DF: vítimas de violência recebem assistência psicológica e jurídica
26. Como a poesia se reinventa e busca novos caminhos
27. Marcha de movimentos sociais inicia Fórum das Resistências, em Porto Alegre
28. Rede Solidária faz campanha de material escolar
29. Prefeitura dispensa RG para matrícula de alunos em Tabatinga
30. Parceria com PCDF assegura cidadania para adolescentes infratores
31. Número de denúncias de casos de racismo vem aumentando no DF
32. Rede de Proteção à Mulher atendeu mais de 18 mil pessoas em 2016
33. Crise hídrica exige mudança nos padrões de consumo de água
34. Tarde Nacional fala sobre intolerância religiosa
35. GDF faz audiência pública sobre saneamanto básico de 24 e 26 de janeiro
36. DF: Projeto de lei quer ampliar áreas de moradia para população de baixa renda

37. Magistrados pedem a volta da divulgação da lista suja de empregadores
38. Aplicativo registra 2,5 mil tiroteios e 539 mortos em seis meses no Rio
39. Secretaria pode pedir revisão de perdão da pena de ex-prefeito de Coari
40. Recursos judiciais e falta de auditores dificultam combate ao trabalho escravo
41. Viva Maria: Mulheres com hanseníase lutam por saúde e contra preconceito
42. 28 de janeiro é o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo
43. Tarde Nacional fala sobre trabalho escravo
44. Associação adverte para falta de divulgação da "lista suja" do trabalho escravo
45. “Sem um nome, não existimos”, diz transexual pioneiro no Brasil
46. Projeto no Rio vai atender mulheres em vulnerabilidade social
47. ONG de direitos humanos defende investigação de assassinatos no Pará
48. Tabatinga (AM) precisa de infraestrutura para pessoas com deficiência
49. DF: concessão do Passe Livre Estudantil tem nova forma de cadastramento
50. Ativista comenta luta das mulheres contra machismo e intolerância
51. Abordagem repressiva não resolve problemas de usuários de crack, diz ONG
52. Pessoas em situação de rua podem obter certidão de nascimento em posto no RJ
53. SLU implanta pontos de descarte de resíduos e entulhos no DF
54. Crianças têm direito de brincar nos pilotis residenciais, explica especialista
55. Bate-papo Ponto Com fala de exposição do corpo da mulher no carnaval
56. Medidas para tratar a crise nos presídios são paliativas, diz especialista
57. Liminar obriga Amazonas Energia a pagar indenização por falhas no serviço
58. Prefeitura de Tabatinga vai divulgar data de vencimento de seus servidores
59. Diversão e cultura no Rio de Janeiro
60. DF: Programa oferece assistência a vítimas de violência
61. Defensores públicos começam atuar nos presídios de Manaus nesta segunda
62. Código de Defesa do Consumidor é destaque no Bate-papo Ponto Com
63. Reforma da Previdência: há necessidade de mudanças?
64. Projeto quer resolver problema de falta de água de aldeia no Rio Doce
65. Tatuagem e roupas impróprias prejudicam a imagem corporativa?
66. Acusados da Chacina de Osasco vão a júri popular
67. Jovens do sistema socioeducativo do DF participam de oficina de cinema
68. Escotismo é assunto do Bate-papo Ponto Com
69. Campanha de financiamento coletivo arrecada fundos para obter cães guias
70. Pessoas com Parkinson tem direito à isenção de imposto na aquisição de veículos
71. Saiba com quem deixar os filhos ao final da licença maternidade
72. "Crime e Castigo" é uma das obras preferidas de detentos de presídios federais
73. Polícia Federal desarticula quadrilha de tráfico internacional de pessoas
74. Campanha chama atenção para os riscos a crianças e adolescentes no carnaval
75. Crimes com mortes cresceram 43% no Rio Grande do Norte durante o mês de janeiro
76. Servidores com dependentes deficientes tem direito a jornada reduzida
77. Vem aí a Semana Nacional de Combate ao Alcoolismo
78. PE registra maior número de assassinatos em janeiro dos últimos dez anos

79. Prefeitura do Rio oferece abrigo para filhos de pessoas que vão trabalhar no sambódromo
80. Entrevista: Conheça o bloco inclusivo do carnaval de Brasília
81. Anistia: discurso xenófobo desencadeia retrocesso global nos direitos humanos
82. Anistia Internacional alerta sobre as violações de direitos humanos no Brasil
83. Tribunal de Justiça do Rio terá plantão para atender mulheres no carnaval
84. Secretaria de Educação faz seleção para Educadores Sociais Voluntários
85. Como ficará o Ensino Médio nos próximos anos?
86. ONU Mulheres lança campanha contra violência no carnaval
87. Opções para fugir dos agitos do carnaval no Bate-Papo Ponto Com
88. Secretaria da Justiça de SP mantém multa a Levy Fidelix por homofobia
89. No dia da conquista do voto feminino, Viva Maria homenageia Chiquinha Gonzaga
90. Mulheres são agredidas no Rio em campanha contra assédio no carnaval
91. Lei do Silêncio: como conciliar a folia e o direito ao descanso?
92. Ceasa-DF distribui 16,9 ton de alimentos da Corrida de Reis
93. Respeite as Mina sai pelas ruas de Salvador cantando contra o assédio às mulheres
94. União estável ou casamento?
95. Brasil tem até 31 de março para responder à OEA sobre sistema prisional
96. Casa de Cultura do Varjão oferece tratamentos de medicina alternativa
97. Viva Maria: Mulheres negras organizam greve e debates para o dia 8 de março
98. Carnaval: Rio tem mais de 2 mil chamadas sobre violência contra a mulher
99. Saiba como o INSS atua em casos de violência contra as mulheres
100. Viva Maria: Cobertura da mídia sobre 8 de março foi superficial, aponta jornalista
101. Justiça condena Maranhão a indenizar famílias de presos assassinados entre 2013 e 2014
102. Brincadeiras ajudam crianças refugiadas a se adaptarem ao novo país
103. Ato no Rio de Janeiro mobiliza população para o desaparecimento de crianças
104. Crise financeira prejudica atendimento à mulher no Rio de Janeiro
105. Instituto Socioambiental promove painel sobre direito à informação
106. Sema alerta para ampliação do corte de água no DF
107. Projeto leva tecnologia social de saúde e saneamento a crianças do Amazonas
108. Brasil é quarto país no ranking global de casamento infantil
109. Desigualdade de gênero é tema do Diálogo Brasil desta segunda-feira
110. Ilustradora utiliza desenhos para espalhar ideias de empoderamento as mulheres
111. Sofrimento de crianças na Síria atingiu o "fundo do poço", alerta Unicef
112. Benefício de Prestação Continuada atende pessoas de baixa renda com deficiência
113. Especialistas querem criar rede internacional para fortalecer papel social das periferias

114. Estudantes denunciam racismo e assédio na faculdade da FGV em São Paulo
115. Febre Amarela: fique atento para buscar informações corretas
116. Março também é marcado pela Semana Mundial da Água
117. Força-tarefa de defensores analisa situação de detentos do Rio Grande do Norte
118. No Pará, 20% dos detentos buscam qualificação profissional e redução de pena
119. Adolescente é assassinado em centro socioeducativo do Recife
120. Conheça alguns fatores que podem impedir o sonho de ser mãe
121. População fica assustada com notícia do uso de substâncias químicas na carne
122. Eventos marcam a Semana da Água
123. Mês das águas: alerta para a crise hídrica
124. 21 de março é o dia Internacional da Síndrome de Down
125. CNJ pede aos tribunais informações sobre processos de feminicídio
126. Justiça do Ceará acata denúncia e cinco acusados são presos no caso Dandara
127. Reforma de Previdência: Tire suas dúvidas sobre os segurados especiais
128. Mecanismo de Combate à Tortura aponta superlotação de unidades prisionais no Rio
129. Você sabia que o transtorno bipolar pode levar ao suicídio?
130. Comissão Pastoral da Terra denuncia violência contra trabalhadores rurais no Pará
131. Governo volta a divulgar lista suja do trabalho escravo após decisão judicial
132. Centro de Referência LGBT de Salvador fez mais de 600 atendimentos em um ano
133. I Encontro de Experiências e Aprendizados do PPP-ECOS na Amazônia
134. Indígenas venezuelanos em Manaus voltarão a seu país de origem em abril
135. Atriz Cida Mendes já sonhou em fazer parte do mundo do circo, celebrado nesta segunda-feira (27)
136. Evento internacional 'Dia das Boas Ações' terá atividades em Brasília
137. Ato em SP pede transformação de antigo centro de tortura da ditadura em memorial
138. Região Norte supera média nacional com 54% das crianças vivendo na pobreza
139. Onde obter informações seguras sobre autismo? Veja algumas indicações
140. ONG denuncia à ONU mortes causadas pela polícia do Rio
141. Em São Paulo, Dia das Boas Ações leva público e voluntariado ao Ibirapuera
142. ONG denuncia à ONU violação de direitos humanos contra jovens e negros no Rio
143. Como reconhecer e tratar problemas renais em gatos?

144. Três adolescentes são mortos em unidade socioeducativa de Pernambuco
145. As donas de casa na reforma da Previdência
146. Família de menina morta em escola precisa de assistência imediata, diz advogado
147. É possível vencer cultura da violência, diz arcebispo do Rio no Domingo de Ramos
148. Canil municipal em Piracicaba doa animais em página de time de futebol
149. Giovani Mota fala da sua amizade com os animais
150. Operação resgata 8 trabalhadores em situação análoga à escravidão no Tocantins
151. Ações de combate ao Abuso Sexual de Crianças e adolescentes é discutido em Tabatinga- AM
152. Municípios do Alto Solimões podem solicitar alimentos da Sepror-AM
153. Aprenda como a escuta de si e a conversa ajudam a tratar depressão
154. Indústria mantinha 31 pessoas em situação análoga à escravidão em Mato Grosso
155. Fila de espera para mudança de sexo em ambulatório no Nordeste chega a 13 anos
156. Sobe para sete número de detentos mortos em presídio de Manaus
157. Ministério deve habilitar processo de transexualização em três estados
158. Dificuldade para montar ambulatório vai do financiamento à falta de profissional
159. Sebrae prepara a volta ao trabalho de pessoas com mais de 60 anos
160. Saiba como obter descontos na conta de energia com o programa "Tarifa Social"
161. Falta estrutura no Conselho Tutelar de São Paulo de Olivença, no Amazonas
162. Bate-Papo Ponto Com debate sexo não tem idade
163. Centro de referência fornece oficinas e abrigo para pessoas em situação de rua
164. Delegacia especializada cria seção para denúncias de maus tratos contra animais
165. Governo libera recursos para atender imigrantes venezuelanos em Roraima
166. Nova lei proíbe que gestantes presas sejam algemadas no parto
167. Preconceito é um dos principais desafios para ressocialização de detentos
168. Redes sociais são ponto de apoio para vítimas de relacionamentos abusivos
169. Disque 100 registrou 1,8 mil denúncias de violação de direitos humanos da população LGBT em 2016
170. Em Salvador, mais de 14 mil pessoas vivem nas ruas sem garantia de direitos
171. Amazonas vai cassar inscrição no ICMS de empresas que utilizem trabalho escravo
172. Há décadas indígenas lutam contra o preconceito ao mudarem para centros urbanos

173. Aldeias indigenas do Alto Solimões vão ganhar equipamentos do Distrito Sanitário
174. AM: Escolas de Benjamin Constant comemoram Dia do Índio
175. Violência no campo bate recorde em 2016; Amazônia concentra maioria dos casos
176. Viva Maria: Novo boletim de notícias conecta indígenas e povos da floresta
177. Atendimento médico precário e desemprego são comuns entre indígenas que vivem em Manaus
178. Por que o país do sincretismo conserva tanta intolerância religiosa?
179. Pelo menos 5 pessoas morreram em chacina no Mato Grosso; CPT diz que pessoas estão aterrorizadas
180. Exposição fotográfica em SP chama atenção para acidentes de trabalho
181. Decisão sobre alteração do registro civil de transexuais é adiada no STF
182. Corpos de nove trabalhadores rurais assassinados em Mato Grosso vão para perícia
183. O impacto do desastre ambiental no Rio Doce e a relação com povo Krenak
184. Polícia identifica oito das nove vítimas de chacina no Mato Grosso
185. Evento reúne 3 mil pessoas em Brasília e discute ameaça aos direitos indígenas
186. OAB quer apuração rigorosa da chacina no Mato Grosso e pede participação da PF
187. Corpos das 9 vítimas de chacina no Mato Grosso são liberados para enterro
188. Indígenas cumprem no DF uma intensa agenda do Acampamento Terra Livre 2017
189. É possível trabalhar e ser feliz?
190. Pessoas com deficiência tem atendimento especial em posto do metrô
191. Indígenas do Alto Solimões participam do Acampamento Terra Livre em Brasília
192. Tema Livre fala sobre desperdício de alimentos
193. Comissão da OAB promove curso de combate ao racismo
194. Bate-papo Ponto Com recebe mulheres empreendedoras
195. CEASA promove programa para evitar desperdício no DF
196. Saiba como ser saudável após os 60 anos
197. Indígenas participam de nova marcha em Brasília, nesta manhã
198. Apresentadora Luiza Inez apresenta seus amigos animais
199. Detran promove iniciativas de conscientização pela paz no trânsito
200. Advogado esclarece dúvidas sobre os direitos das empregadas domésticas
201. Trabalhadoras domésticas ainda lutam por reconhecimento e manutenção de direitos
202. Bate-papo Ponto Com debate o suicídio
203. 26 de abril é o Dia Internacional do Cão-Guia
204. Projeto Pai Legal nas Escolas ajuda crianças e adolescentes a conseguir o nome dos pais na certidão de nascimento

205. Vaidade masculina deixa de ser tabu e aquece economia brasileira
206. Ministro reconhece demora em demarcações de terras indígenas e cogita mutirão
207. Pesquisadora fala sobre ações do crime organizado no RJ
208. Desafio Baleia Azul: Terapeuta faz análise para esclarecer o que está acontecendo com os jovens
209. Nacional Jovem fala sobre doenças da beleza
210. CCJ do Senado amplia para oito anos tempo de internação de menor infrator
211. Índios Gamela, proprietários de terra e moradores de Viana vivem sob tensão e medo
212. Viva Maria: Feministas discutem as leis a partir da perspectiva de gênero
213. PF prende três pessoas em Roraima por tráfico e exploração sexual de venezuelanas
214. Incra pede informações à polícia do Pará sobre mortes em zona rural
215. Empregados domésticos recebem atendimento jurídico gratuito
216. Sancionada lei que estabelece infiltração policial no combate à pedofilia
217. Cerca de 12 mil mulheres são vítimas de violência por dia no Brasil
218. Proposta para recriação do Parque do Gama será discutida em consulta pública
219. Voluntários dão aulas de violão e artesanato para pacientes de Unidade Básica no Itapoã
220. Pastoral do Migrante relata saúde precária de indígenas venezuelanos que estão em Manaus
221. DF: Cruzeiro recebe o programa Feira Livre Nacional neste domingo (14)
222. STF: união estável e casamento são iguais para herança, incluindo homoafetivos
223. Polícia Ambiental lança novas medidas para evitar desperdício de água no DF
224. Pesquisador escreve tese de doutorado sobre a formação de jovens violentos
225. Viva Maria: Pesquisa alerta sobre silenciamento diante da violência contra a mulher
226. Mulheres e crianças são maiores vítimas de pornografia de vingança
227. 10 de maio: dia mundial da luta contra o lúpus
228. STJ decide que transexual pode alterar gênero na carteira de identidade
229. Campanha incentiva uso da bicicleta como meio de transporte
230. Estudo diz que ataques a defensores de direitos humanos atingiram nível crítico
231. Defensoria Pública do Rio aponta falhas na aplicação da Lei Maria da Penha
232. Justiça estende seguro-desemprego a todos os trabalhadores escravos resgatados
233. Pessoas LGBTs e políticos pedem políticas contra a violência e a discriminação

234. Viva Maria: Programa relembra caso Araceli e alerta para a violência sexual contra crianças
235. Fortaleza terá sala especial para ouvir crianças vítimas de violência sexual
236. ONGs e governo federal se unem para combater violência sexual contra crianças
237. Em dois anos foram feitas 37 mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes
238. Pesquisa aponta que 66% dos brasileiros presenciaram uma mulher ser agredida física ou verbalmente em 2016
239. Qual é o impacto da política anti-drogas?
240. Campanha lança vídeo que alerta sobre abuso sexual de crianças e adolescentes
241. Campanha no Rio usa personagens infantis para alertar contra a violência sexual
242. DF inicia série de atividades de combate ao abuso e exploração sexual de crianças
243. Cracolândia paulistana só mudou de lugar, diz promotor
244. Estudante da UnB teve piano adaptado para poder estudar música
245. Delegacia da Mulher lança campanha contra assédio no transporte público do DF
246. Tema Livre fala sobre transplantes
247. Adoção de crianças devolvidas exige reconstrução de laços
248. Família de Herzog pede condenação do Brasil em corte internacional
249. Missão federal vai ao Pará cobrar investigação de mortes de trabalhadores rurais
250. Falta de prazos pode ser empecilho no processo de adoção no Brasil
251. Conheça as regras para adotar uma criança no Brasil
252. Todas as Vozes completa três anos nesta sexta-feira (26)
253. Pastoral da Terra afirma que chacina matou 10 no Pará; polícia diz que foi troca de tiros
254. Secretaria de Direitos Humanos do Rio tenta normalizar programa de combate à homofobia
255. Adoção é tema do Bate-papo Ponto Com
256. Corpos de vítimas de chacina no Pará passam por perícia
257. No Dia Internacional da Criança Desaparecida, famílias pedem visibilidade
258. Cartilha de combate ao preconceito contra indígenas é lançada pelo MPF/PA
259. Prefeitura do Rio oferece capacitação profissional para homens e mulheres trans
260. Povo Gamela cobra solução para conflitos em área indígena no Maranhão
261. Tabagismo: uma ameaça ao desenvolvimento
262. Autismo: a difícil barreira da aceitação dos pais

263. Procuradora assume Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo
264. MPF pede à Polícia Federal informações sobre empresas de segurança particular
265. Viva Maria: Fórum repudia ato de Danilo Gentili contra deputada Maria do Rosário
266. Pacaraima terá centro de acolhimento a venezuelanos que chegam ao Brasil
267. Defensoria quer central para regular internação de jovens infratores no Rio
268. Bate-papo Ponto Com debate crise de empregabilidade no Brasil
269. Ministro da Justiça autoriza PF a apurar morte de 10 sem-terra no Pará
270. Dois jovens morrem após rebelião em centro socioeducativo no Grande Recife
271. Número de pessoas em situação de rua triplicou nos últimos três anos
272. Sobe para 27 número de municípios em situação de emergência em Pernambuco
273. Brasil registra 59 mil homicídios em 2015; negros e jovens são principais vítimas
274. DFTrans lança campanha para incentivar gentileza no transporte público do DF
275. Grávidas são privadas de direitos em presídios, diz estudo da Fiocruz
276. Casa Azul Felipe Augusto atende crianças e adolescentes em Samambaia e Riacho Fundo II
277. Estado do Rio ganha força-tarefa social para atuar na redução da violência
278. Acessibilidade à cultura é tema do Sem Diferença
279. Cerca de 320 mil jovens morreram em dez anos no Brasil
280. Estudo revela que uma em cada três grávidas presas foi algemada durante trabalho de parto
281. DF: População pode opinar sobre projeto de construção de pista de gelo no Zoológico
282. Primeiro Centro de Medicina Indígena da Amazônia é inaugurado em Manaus
283. Campanha estimula denúncia de experiências de abuso policial e movimenta redes sociais
284. Especialista esclarece questões sobre faltas e abonos do trabalhador no quadro Seus Direitos
285. Viva Maria: Luiza Brunet e a deputada Maria do Rosário conseguem vitórias judiciais
286. Mecanismo contra tortura do Rio pede lei para informar condição da mulher presa
287. Manaus registra 10 casos de trabalho infantil em 5 meses
288. Relatores da ONU criticam "ataques" aos direitos ambientais e indígenas no país

289. Fazendo Bem: Comunidade do Sol Nascente recebe edição do The Street Store DF
290. Campanha pede respeito a vagas reservadas para idosos e pessoas com deficiência
291. Seminário em São Paulo debate violência que atinge jovens da América Latina
292. Estação da Cidadania recebe mutirão de prestação de serviços para idosos
293. Parada do Orgulho LGBT de São Paulo terá shows de Daniela Mercury e Anitta
294. Como mudar o quadro de violência no Complexo do Alemão?
295. Operações contra o tráfico de drogas no Rio de Janeiro deixam 11 mil estudantes sem aula
296. Ação da Cidadania recorre de despejo na Justiça Federal
297. Polícia Militar promove curso de boas práticas na condução de motocicletas
298. Pesquisa revela que o sedentarismo está em alta
299. Pesquisa aponta aumento do número de denúncias de racismo no Distrito Federal
300. Um em cada 6 idosos sofre algum tipo de violência, alerta OMS
301. Promotora fala sobre abuso financeiro e violência psicológica com idosos
302. Respeito aos idosos se faz com educação e mudança de comportamento
303. Roraima é o estado com mais violência doméstica contra a mulher, aponta ONG
304. Especialista esclarece dúvidas sobre a reforma trabalhista
305. Jurista brasileira é eleita para mandato na comissão de direitos humanos da OEA
306. Mães investem no próprio negócio e conciliam trabalho e família
307. Crianças representam a metade dos imigrantes refugiados em todo o mundo
308. Redes sociais: até onde vale expor opiniões
309. São Paulo discute ações para o combate à violência contra idosos
310. Sistema penitenciário do estado do Rio registra 442 mortes de 2010 a 2016
311. Superlotação nos presídios do Rio chega a 300%
312. CNBB classifica relatório da CPI da Funai de “unilateral e antidemocrático"
313. Mais de 450 alunos são formados pelo PROERD em Tabatinga
314. Funai atribui aumento da violência no campo à falta de servidores e recursos
315. ONU lança cartilha para refugiados perseguidos por orientação sexual
316. Inscritos na lista da Codhab têm até 3 de julho para atualizar dados
317. Viva Maria: Pesquisa mostra que maioria da população apoia educação sexual na escola
318. Tema Livre fala de desencanto dos jovens com a ética no país
319. Rio Sem Homofobia busca parcerias para ampliar centros de cidadania
320. Projeto arrecada bicicletas para pessoas em situação de rua
321. Simpósio vai debater situação de migrantes refugiados e vítimas de tráfico de pessoas

322. Projeto Duas Asas leva oficinas culturais a escolas do DF
323. Programa Rio Sem Homofobia lança campanha nas redes sociais para combater o preconceito
324. Associação de voluntários oferece refeição balanceada para crianças carentes
325. Pesquisadora apresenta Projeto Conversas feministas no Alto Solimões
326. Atalaia do Norte tem Ação Cívico Social nesta sexta-feira (30)
327. Feira Livre Nacional vai estar na Feira Permanente do Núcleo Bandeirante neste domingo (2)
328. Portaria cria comitê para acompanhar ações do Plano Juventude Viva
329. Programa Prioridade Absoluta organiza o evento ‘Jardins da Infância’
330. Protesto contra tortura pede criação de centro de memória no Rio
331. Moradores de favelas pedem paz em ato na orla de Copacabana
332. Esqueleto de jovem africana é encontrado no Cemitério dos Pretos Novos, no Rio
333. Em 10 anos, Rio de Janeiro registra 35 crianças mortas durante tiroteios em comunidades
334. Polícia investiga agressões a LGBTs em show no Rio
335. Chacina de Pau D'Arco, no Pará, não pode ficar impune, dizem ativistas
336. Viva Maria: Uma singela homenagem a Simone Veil, símbolo do feminismo na França
337. Sessenta e seis defensores de direitos humanos foram assassinados em 2016; 64 estão sob ameaça
338. Certidão de nascimento deve incluir outra opção de gênero?
339. No Rio, cursos de qualificação para presidiários em regime semiaberto serão ampliados
340. Norte e Nordeste têm menor taxa de domicílios com acesso a saneamento
341. MPF quer isenção de taxa de residência temporária a venezuelanos
342. Crise econômica no RJ contribuiu para aumentar população de rua, diz Defensoria
343. Mulher baleada na barriga grávida de 9 meses recebe alta; bebê segue internado
344. Justiça decreta prisão de 13 policiais por participação em chacina de Pau d’Arco
345. MP do Pará tem indícios de que policiais podem ter executado sem-terra
346. Curso de xadrez ajuda a diminuir penas em presídio paraense
347. Temer sanciona lei que dá prioridade especial a maiores de 80 anos
348. Estatuto da Criança e do Adolescente comemora 27 anos de promulgação
349. Garantia de direitos das crianças e adolescentes ainda é um desafio
350. Polícia Civil e SSP do Pará admitem execução de sem-terra, em Pau D'Arco
351. Investigações apontam para execução de trabalhadores rurais no Pará
352. Brasil mantém liderança no ranking de mortes de ambientalistas em 2016, diz ONG

353. Hospital do Rio tem centro que atende crianças e adolescentes vítimas de violência
354. Sistema de Cadastro Único está sem funcionamento em Atalaia do Norte (AM)
355. Estatuto do Idoso sofre alteração
356. Justiça Global pede que ONU intervenha para diminuir violência no Rio
357. Misto de sentimentos marca saída dos militares brasileiros do Haiti
358. Campanha Julho Negro denuncia morte e violações de direitos nas periferias
359. MST denuncia ataque com arma de fogo contra acampados em fazenda no interior do Pará
360. Presidente da Funai se reunirá com mundurukus que estão na Hidrelétrica São Manoel
361. Ação social na Rocinha celebra aniversário de Nelson Mandela no Rio
362. Viva Maria: Relatório mostra situação de mulheres esquecidas após epidemia da zika
363. Delegacias do Amazonas funcionam como presídios; mulheres e adolescentes estão entre detidos
364. 5ª Conferência Municipal de Assistência Social acontece em Santo Antônio do Iça
365. Travestis e transexuais poderão solicitar inclusão do nome social no CPF
366. Rio oferece oportunidade de emprego formal para refugiados
367. Saiba quando é possível mudar de nome
368. Justiça Itinerante no Bate-papo Ponto Com
369. Quilombolas protestam contra ampliação de programa espacial e remoção de comunidades
370. Brasileira dá dicas de como se voluntariar em projetos sociais fora do país
371. Ato em SP marca Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha
372. Brasil deve priorizar combate às desigualdades regionais, aponta estudo
373. Ações de combate ao trabalho escravo e infantil vão continuar, garante ministro
374. Estudo aponta que 60% já foram vítima de racismo no ambiente de trabalho
375. Projeto da Defensoria Pública capacita para emprego jovens em situação de rua
376. Psicóloga fala da presença dos avós na criação dos netos
377. Justiça Restaurativa é tema do Tarde Nacional
378. Viva Maria: Festival Latinidades debate horizontes de liberdade das mulheres negras
379. Alerj cria fórum permanente de diálogo com mulheres negras para construção de políticas públicas
380. Acampamento é destruído e famílias sem-teto são agredidas no interior do Ceará

381. MP investiga denúncia de trabalho doméstico escravo de estrangeiros em São Paulo
382. Especialista analisa implicações do uso de celular no trânsito
383. Venezuelano está isento de taxa de residência temporária em RR
384. Campanha arrecada recursos para criar Casa de Acolhimento LGBT em Manaus
385. Anistia lança campanha para monitorar projetos em tramitação no Congresso
386. Secretaria do Amazonas restringe visita de crianças a presídios após estupro
387. Tabatinga receberá ciclo de palestras sobre reformas trabalhistas
388. Viva Maria: Socióloga defende tipificação do caso Mayara Amaral como feminicídio
389. Alerj instala fórum de diálogo com mulheres negras; ativistas apontam racismo em caso Rafael Braga
390. Grávidas têm direito a pensão para cobrir despesas médicas e alimentícias
391. Conferência Nacional da Promoção da Igualdade Racial está confirmada para maio
392. Centro espírita sofre dois ataques em menos de 48 horas no Rio
393. Anistia lança campanha contra projetos que ameaçam grupos vulneráveis
394. Justiça condena estado de SP a indenizar família de vítima da Chacina de Osasco
395. MPF pede que Funai e União paguem R$ 50 milhões de indenização a índios Waimiri-Atroari
396. Justiça suspende mandado de busca e apreensão coletivo no Jacarezinho
397. Apenas 1% dos brasileiros com deficiência está no mercado de trabalho
398. População carcerária feminina cresce 700% em dezesseis anos no Brasil
399. Ministério Público pede indenização e desculpas da União por extermínio de indígenas na ditadura
400. Taxa de feminicídios no Brasil é a quinta maior do mundo
401. Justiça paulista registra 99 processos de feminicídio no estado este ano
402. Lançado programa para incentivar trabalho voluntário; ação prevê descontos em produtos e eventos
403. Viva Maria: Escalpelamento ainda vitima meninas e mulheres ribeirinhas da Amazônia
404. MPF-AM pede indenização de R$ 50 milhões por genocídio contra etnia indígena
405. Brasil tem a quinta maior taxa de feminicídio do mundo; negras são as mais violentadas
406. Parada LGBT de Copacabana é adiada por falta de recursos
407. Advogado explica direitos das pessoas com deficiência
408. Cresce número de mortes de crianças vítimas de tiros
409. Mais da metade dos imigrantes venezuelanos no Brasil recebem menos de um salário

410. Mulher transexual consegue transferência no trabalho após sofrer constrangimento
411. Fome leva indígenas venezuelanos a migrarem para o Brasil, segundo pesquisa
412. Intolerância religiosa no Rio mostra calamidade social, diz diretor ecumênico
413. Comitê de Defensores envia denúncia de aumento de violações à ONU e à OEA
414. Caminhão do Serasa presta atendimento e consultoria gratuita em 39 cidades do país
415. Viva Maria: Programa completa 36 anos de defesa dos direitos das mulheres
416. Polícia Civil de Tabatinga fala do espaço de atendimento a mulher vítima de agressão
417. Congresso debate papel dos homens na defesa dos direitos das mulheres rurais
418. Fiscais resgatam pessoas em regime de trabalho escravo no PA e MA
419. Setembro Amarelo faz ação de combate ao suicídio
420. MPs no Rio vão acompanhar investigações de casos de intolerância religiosa
421. Representantes de diferentes crenças defendem tolerância em passeata no Rio
422. PMs vão a júri popular por chacina em Osasco e penas podem chegar a 300 anos
423. Poeta de Xinguara (PA) vence concurso que premia relatos sobre mulheres rurais
424. Trabalho doméstico ainda enfrenta problemas de cumprimento da lei
425. Seminário sobre autismo vai discutir temas como sexualidade, mercado de trabalho e autonomia
426. Mulheres são consultadas sobre o que consideram violência sexual
427. Professor que comparou cerveja escura a mulher negra se torna réu por racismo
428. Corte Interamericana aponta retrocessos em direitos humanos no Brasil
429. Liminar permite tratamento para reorientação sexual; Conselho de Psicologia vai recorrer
430. Viva Maria: Dia pela Limpeza da Água pede reflexão sobre uso racional dos recursos hídricos
431. Quatro testemunhas depõem no primeiro dia do júri da Chacina de Osasco
432. OIT: 152 milhões de crianças foram vítimas de trabalho infantil em 2016
433. Tabatinga recebe seminário sobre tráfico de pessoas
434. Com 40 milhões de escravos no mundo, OIT pede mais empenho dos países
435. Penitenciária feminina em SP registra suicídios em série, diz Pastoral
436. CCBB Rio tem programação especial na Semana de Luta da Pessoa com Deficiência

437. Juiz explica direitos trabalhistas para pessoas com deficiência
438. Viva Maria: No dia da Árvore, celebramos as guardiães do baru e defensoras de direitos
439. Promotor em Curitiba opina contra pedidos de mudança de sexo e gera críticas
440. Suicídio no Brasil acomete mais índios; racismo e luta pela terra estão entre as causas
441. Juiz que permitiu tratamento de reorientação sexual diz que sua decisão foi mal interpretada
442. ONU cobra ações de proteção do Brasil para indígenas isolados na Amazônia
443. Inclusão de pessoa com deficiência ainda esbarra no preconceito, diz ativista
444. Rio de Janeiro vai lançar este ano novo edital de projetos para pessoa com deficiência
445. Bate Papo Ponto Com debate segurança e mobilidade urbana
446. A mulher negra e o consumo em debate no Bate Papo Ponto Com
447. Turismo brasileiro é acessível para todos?
448. História Hoje: Lei Maria da Penha entrava em vigor há 11 anos
449. Comitê revela que 62 defensores de direitos humanos foram mortos neste ano
450. Dia da Visibilidade Bissexual combate adjetivos contra segmento LGBTI
451. Concurso premia fotos, histórias e experiências de mulheres rurais
452. Disque Combate ao Preconceito recebe 41 denúncias em um mês de funcionamento
453. Dia Nacional da Juventude foi lembrado em Atalaia do Norte (AM)
454. Violência no Rio de Janeiro: como mudar essa realidade?
455. História Hoje: Há 60 anos, nove negros norte-americanos enfrentavam o racismo na universidade
456. Viva Maria: Virada Feminista protesta contra projetos de redução de direitos
457. Projeto ajuda jovens amazonenses a tirar sua primeira identidade
458. Projeto quer estabelecer fixação de cartazes no Rio sobre direitos de vítimas de violência sexual
459. Professores de Tabatinga cobram informações sobre abono salarial
460. Prefeitura de Manaus renova decreto para acolher índios venezuelanos warao
461. Polícia do DF desarticula rede de exploração sexual de travestis
462. Justiça do Pará decreta prisão de 15 policiais envolvidos na chacina de Pau D'Arco
463. Primavera árabe modificou perfil dos refugiados no Brasil, aponta estudo do Ipea
464. Tarde Nacional fala sobre inclusão da pessoa com deficiência auditiva no mercado de trabalho
465. Mãe cria pré-vestibular voltado para pessoas com deficiência auditiva

466. Projeto de lei determina que universidades ofereçam curso de extensão a idosos
467. Governador do Amazonas entrega veículo a APAE em Tabatinga
468. Diretora analisa dados de desigualdade social divulgados em estudo
469. APAE em Tabatinga fala do programa de serviços voluntários
470. Ex-dependentes químicos criam fundação para ajudar usuários de drogas em Tabatinga
471. Vereadores do Rio aprovam lei que estabelece a criação de mais casas de parto
472. Justiça proíbe uso de detergente e sabão em pó como laxantes para presos
473. Viva Maria: ONGs debatem papel da Justiça na reparação da violência que ocorre dentro de casa
474. Raquel Dodge alerta para riscos que defensores de direitos humanos sofrem no Brasil
475. Viva Maria: Mulheres protestam contra PEC que proíbe aborto em casos previstos pela lei
476. Nações Unidas construirá centro de refugiados em Boa Vista
477. CNDH manifesta apoio à proibição de psicólogos oferecerem reorientação sexual
478. Seminário discute aplicação da constelação familiar no Poder Judiciário
479. Campanha no DF tenta conscientizar população sobre direitos do idoso
480. MPF e Defensoria Pública cobram medidas em defesa do povo Warao, no Pará
481. Defensoria pede ao STF transferência de detentos para prisões estaduais
482. Rio terá evento para tratar de intolerância religiosa
483. Sentença definitiva sobre Massacre do Carandiru ainda pode levar anos
484. Massacre do Carandiru completa 25 anos sem punição
485. Revista íntima vexatória está proibida em presídios no Rio
486. CNBB e Cáritas lançam campanha para ajudar vítimas de terremotos no México
487. Após 25 anos, Massacre do Carandiru não teve condenações
488. "Encarar o mundo como transexual é um ato de coragem", diz Taya Carneiro
489. Viva Maria: Em bate-papo sobre superação, Cristina Lopes Afonso fala sobre candidatura de Carla Maia
490. Rio de Janeiro teve 482 mortes violentas em agosto
491. Justiça do DF proíbe corte de cabelo de travestis presidiárias
492. Órgão federal avalia necessidade de reorientar recursos do fundo penitenciário
493. STF recebe pedidos para barrar transferência de presos para estado de origem
494. Corte de recursos atinge eventos LGBT no Rio
495. Pela primeira vez, Rio celebra o Outubro da Diversidade

496. Especialista fala sobre alimentação saudável para idosos
497. Mulheres fazem caminhada no Rio para alertar contra câncer de mama
498. Campanha coleta doações em Belém para indígenas waraos
499. Campanha ressalta o direito do idoso ao atendimento preferencial imediato em supermercados
500. Audiência pública contra intolerância reúne líderes religiosos na Alerj
501. Femama esclarece dúvidas sobre a campanha Outubro Rosa
502. Legislação de alguns estados normatiza prazo de validade de produtos
503. Rio oferece atendimento à população trans em comemoração ao mês da diversidade
504. Registros de intolerância religiosa aumentaram no Rio de Janeiro: Alerj debate o tema
505. Crivella diz que crise impede ajuda financeira as paradas do Orgulho LGBT
506. Brasil participa da campanha por empoderamento da mulher rural
507. Rede de apoio é fundamental para combater violência contra a mulher
508. São Paulo de Olivença (AM) recebeu seminário sobre tráfico de pessoas
509. Metrô-DF faz campanha para doação de cabelo no Outubro Rosa
510. Papel do pai na criação do filho é assunto no Tarde Nacional
511. Secretaria mapeia participação de traficantes em ataques a terreiros no RJ
512. Conheça as novas regras para ingresso de ações trabalhistas
513. Brasil tem quase 900 mil processos sobre violência contra a mulher em tramitação
514. Tribunal de Justiça do Rio alerta sobre os riscos da adoção ilegal de criança
515. Fiscais encontram 118 crianças em piores formas de trabalho infantil em Roraima
516. Atos infracionais preocupam Conselho Tutelar de Tabatinga
517. Fisioterapeuta fala dos serviços voluntários na APAE em Tabatinga
518. Unicef alerta que 43 mil jovens podem ser assassinados até 2021 no Brasil
519. MPF quer reparação de danos causados pela ditadura à indígenas do Amazonas
520. Senado muda Lei Maria da Penha e organizações pedem que Temer vete a proposta
521. Aplicativo recebe denúncias de violência contra praticantes de religiões afro
522. Alienação parental é crime e pode trazer danos psicológicos a crianças e adolescentes
523. Intolerância religiosa causou a morte de 10 sacerdotes no Pará desde 2015
524. Campanha Natal sem Fome é retomada após uma década com apoio de agências da ONU
525. Justiça anula títulos de propriedades incidentes na Terra Indígena Bakairi
526. Advogada fala sobre os 40 anos do divórcio no Brasil
527. Mais de 300 municípios precisam se cadastrar em sistema de segurança alimentar
528. FAO recomenda que Brasil invista em segurança alimentar

529. MP ajuiza ação contra prefeitura do Rio para garantir acolhimento de jovens
530. MPF e MPT recomendam revogação de portaria que muda regras do trabalho escravo
531. Hospital que se adaptar para receber indígena terá adicional orçamentário
532. Igualdade entre homem e mulher pode agregar US$ 28 trilhões ao PIB até 2025
533. Fisioterapeuta da Apae, em Tabatinga (AM), fala da importância dos exercícios para as crianças
534. Prefeitura de São Paulo deve incorporar farinata na merenda escolar
535. Pesquisa aponta dados sobre a população LGBT do Distrito Federal
536. Viva Maria: Programa acompanha os debates do Xingu Mais sobre desmatamento, garimpo e grilagem
537. STF decide que terras quilombolas não podem ser regularizadas em nome de terceiros
538. Organizações sociais discutem novas regras para migrantes no Brasil
539. Fiscais do trabalho suspendem atividades em 21 estados; categoria pede revogação de portaria
540. Furtos e assaltos sãos os crimes mais praticados por menores infratores em Tabatinga
541. Maria da Penha pede veto de Temer a mudanças na lei que leva seu nome
542. Viva Maria: No Xingu Mais, ativista ambiental relata efeitos das obras de Belo Monte em Altamira
543. Auditor fiscal comenta portaria polêmica sobre trabalho escravo
544. Trocando em Miúdo: Os dois lados na questão das novas regras de caracterização do trabalho escravo
545. OIT: mudança de regra no combate ao trabalho escravo pode provocar retrocessos
546. PGR recomenda revogação da portaria sobre trabalho escravo
547. Gilmar Mendes defende condições objetivas para definir trabalho escravo
548. Cresce mobilização contra mudança de conceito do trabalho semelhante à escravidão
549. Encontro Nacional discute acolhimento a migrantes e refugiados no Brasil
550. Conanda pede que ministério revogue portaria sobre trabalho escravo
551. FAO discute insegurança alimentar entre migrantes
552. Liberdade de imprensa e proteção a jornalistas são debatidas na Alerj
553. Rede Solidária arrecada alimentos e roupas para pessoas carentes
554. Ministra diz que portaria sobre trabalho escravo destrói Lei Áurea
555. Brasil recebe reunião de autoridades em direitos humanos do Mercosul
556. MP diz que 120 vagas em abrigos para crianças e adolescentes foram fechadas recentemente no Rio
557. Campanha Natal sem Fome pretende arrecadar 500 toneladas de alimentos
558. Inesc e auditores apontam redução de orçamento de fiscalização do trabalho escravo; ministério nega

559. Parada LGBTI de Copacabana recorre a financiamento coletivo
560. Campanha Natal sem Fome é relançada com a meta de arrecadar 500 toneladas de alimentos
561. Violência nas favelas cariocas é "perturbadora", diz representante da OEA
562. Inspeção encontra violações em unidades que acolhem dependentes químicos
563. Alimentos da Amazônia podem substituir industrializados prevenindo o câncer
564. Quilombolas têm menos de 4% de áreas tituladas
565. Países da América Latina violam direitos sexuais e reprodutivos de mulheres
566. Ministra Rosa Weber suspende portaria sobre trabalho escravo
567. Rosa Weber suspende portaria sobre trabalho escravo; ministério cumprirá liminar
568. Situação dos povos indígenas no Brasil é tema de audiência na OEA
569. Auditores do Trabalho fazem paralisação contra portaria sobre trabalho escravo
570. Viva Maria: Programa comemora com movimentos do Centro-Oeste Dia contra a Exploração da Mulher
571. Brasil não cumpre meta de erradicar trabalho infantil até 2016, mostra relatório
572. 60 anos Rádio Nacional de Brasília: informação é marca registrada da emissora
573. Pará é o segundo estado com mais nomes na lista suja do trabalho escravo
574. Comissão da Verdade do Rio de Janeiro vai abrir arquivos para consulta pública
575. PGR retomará investigação de chacinas ocorridas em 94 e 95 no Complexo do Alemão
576. Agricultores de Tabatinga recebem Cartão do Produtor Primário
577. Viva Maria: Ativista comemora reversão da indenização de Eleonora Menicucci a Alexandre Frota
578. Ministério divulga lista suja do trabalho escravo
579. Viva Maria: A homenagem a uma grande liderança feminina da Amazônia, dona Raimunda dos Cocos
580. Grupo de amigos vai realizar bingo beneficente em Tabatinga
581. É preciso ter coragem e denunciar a violência doméstica, diz delegada de Palmas
582. A cada hora, 503 mulheres brasileiras sofrem algum tipo de agressão
583. De relação harmoniosa ao inferno da violência, a história de milhares de mulheres brasileiras
584. Mãe poderá entregar bebê para adoção antes do nascimento; texto aguarda sanção

585. Viva Maria: Movimentos continuam em luta por veto a projeto que altera Lei Maria da Penha
586. Passa dos 100 o número de PM's mortos no Rio neste ano
587. Filhos são autores de 59% dos casos de violência contra idoso no DF, diz estudo
588. Unicef: violência mata uma criança ou um adolescente a cada 7 minutos
589. Desigualdade entre homens e mulheres aumenta; Brasil cai 11 posições em ranking
590. Sindicato dos agricultores de Tabatinga vai receber posto de atendimento do INSS digital
591. MPF e DPU entram com ação na Justiça contra remoção de venezuelanos em Roraima
592. Edital é publicado para localizar e indenizar 75 vítimas de trabalho escravo da Fazenda Brasil Verde
593. MPF e DPU recorrem à Justiça para impedir remoção de venezuelanos em Roraima
594. 60 anos da Nacional de Brasília: Viva Maria é referência na luta pelos direitos das mulheres
595. Natal sem Fome lembra legado de Betinho em várias capitais neste fim de semana
596. Mutirão da Justiça no Rio registra quase 25 mil processos de violência doméstica
597. Força-tarefa flagra 11 trabalhadores em situação degradante em garimpo no Amapá
598. Audiências de custódia liberam mais brancos do que negros, indica pesquisa
599. Compartilhar: Facebook Google Plus Twitter
600. Livro mapeia inovações sociais no Brasil nos últimos 30 anos
601. Nova política de saúde mental favorece ampliação de comunidades terapêuticas